

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

VIVIANE SANTI MARTINS

LUGAR DA MORADA:
a constituição do *lugar* de viver de famílias rurais no contexto de
assentamentos da Reforma Agrária.



Porto Alegre

2009

VIVIANE SANTI MARTINS

LUGAR DA MORADA:

a constituição do *lugar* de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Renata Menasche

Série PGDR – Dissertação nº 114

Porto Alegre
2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

M386I

Martins, Viviane Santi

Lugar da morada : a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos de reforma agrária / Viviane Santi Martins. – Porto Alegre, 2009.

235 f. : il.

Orientador: Renata Menasche.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Habitação : Assentamento rural : Herval (RS). I. Menasche, Renata. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.21

VIVIANE SANTI MARTINS

LUGAR DA MORADA:

a constituição do *lugar* de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de agosto de 2009.

Professora Doutora Renata Menasche
PGDR/UFRGS e UFPEL

Professora Doutora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA e UNESP

Professora Doutora Giancarla Salamoni
UFPEL

Professor Doutor Günter Weimer
UFRGS

Professor Doutor Egon Roque Fröhlich
PGDR/UFRGS

Dedico este trabalho, com todo meu amor:

A Deus, verdadeiro objetivo da vida humana,
A Chariji, único poder que pode nos elevar Àquele
estado.

À minha amada família.
Ao meu pai Gilberto e
à minha mãe Helena,
à minha irmã Taiane e
ao meu irmão Luiz (*in memoriam*):

Penso que Deus me abençoou quando me enviou
para o seio de nossa linda família! Tão raro são esse
nosso amor, esse respeito e essa certeza de termos
uns aos outros! Agradeço cada dia a Deus por ter
me permitido tanta bem aventurança! E nosso
futuro? Será permeado eternamente pelo mesmo
amor, que nos fez e segue nos alimentando, com a
esperança que renasce em cada nova vitória e em
cada novo desafio, com a força divina que sustenta
nossas dores e com a certeza de que o que nos une
transcende à condição humana!



The road - Jacek Yerka

AGRADECIMENTOS

Faço desse espaço, o *lugar* de minha gratidão ao apoio que recebi de muitas pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta pesquisa.

À minha família, fonte de inspiração desse estudo, pelo milagre da vida e por terem me oportunizado tanto amor e acolhida. Pela compreensão em relação ao tempo que me ausentei de seu convívio para a finalização desta dissertação e pelo incessante incentivo e entusiasmo que recebi de todos. Permito-me citá-los, um a um. Aos meus pais Luiz Gilberto Ritter Martins e Helena Maria Santi Martins, que com seu exemplo de sensibilidade, humildade e de amor a terra e à natureza, criaram a mim e meus irmãos sob uma relação de respeito, amor e cooperação. A minha irmã Taiane, nossa “temporona”, que com sua vivacidade encheu nossas vidas de renovação e felicidade com sua chegada. E ao meu irmão Luiz Martins Neto, que com sua doçura nos ensinou que a vida pode ser intensa e leve, com toda a saudade que nos acompanha. A minha cunhada Regiane Laura Pereira, por sua amizade e luz, e ao meu sobrinho Luiz Gustavo Pereira Martins, a maior benção de nossas vidas. Ao meu marido José Ernani Melo Chaves, por seu companheirismo e dedicação.

Ao Mestre Chariji por encher meu coração de Luz e esperança, dando-me forças para impregnar de amor cada etapa dessa pesquisa, e para prosseguir a vida mesmo nos momentos de maior dor e aflição, desde a despedida de meu querido irmão em setembro de 2008.

À CAPES, a partir da concessão de bolsa de estudo no ano de 2008 que permitiu a realização da pesquisa a partir de meu trabalho de campo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), *lugar* especial onde, além de profissionais e colegas, conheci amigos e pessoas comprometidas com as comunidades em que se inserem as pesquisas empreendidas. Aos professores e funcionários, que me ofereceram a possibilidade de ampliar o horizonte de meu olhar

profissional e pessoal, com avanços que transcendem as reflexões teórico-metodológicas.

Agradeço especialmente à Prof^a Dr^a Renata Menasche, minha orientadora, pelo apoio e confiança que dedicou a mim e a meu trabalho, mas acima de tudo à sua sensibilidade e solidariedade no momento mais difícil de minha vida. Por ter aceitado me orientar quando tudo o que eu tinha era uma certeza de que a sua forma de fazer pesquisa era o que eu buscava para a vida. Pelas horas de profunda sintonia que tivemos no decorrer do trabalho e por sua vibração a cada nova descoberta em minha pesquisa. Ao grupo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura, coordenado por Renata Menasche, ao qual participo, onde conheci pessoas com as quais fiz trocas importantes para a realização dessa pesquisa.

Ao professor Egon Roque Fröhlich por seu exemplo de profundo amor pelo trabalho que exerce e pela dedicação incondicional aos seus alunos. Ao professor José Carlos dos Anjos pela profundidade e poder de transformação de suas aulas. Ao professor Ivaldo Gehlen por ter me acompanhado na orientação de meu primeiro ano de mestrado. A funcionária Eliane Sanguiné pelos seus conselhos, por seu compromisso e disposição em ajudar os alunos.

A minha amiga e colega arquiteta Izabela Guizzo pela revisão de meu projeto de seleção de mestrado, mas principalmente por ter reacendido em mim a chama da curiosidade acadêmica, com o incentivo de seguir na direção do sonho, me ajudando a romper com o preconceito disciplinar que insistia em afirmar que rural não era assunto de arquiteta e urbanista.

Aos colegas da Pós-Graduação, que se tornaram queridos amigos, com quem compartilhei momentos de reflexão e aprendizagem, com quem dividi alegrias e bons momentos. Em nome de todos, destaco a amiga Patrícia Binkowsky, nossa representante de turma, que sempre fez de tudo para nos manter unidos e em contato constante mesmo após o término das disciplinas, o que transformou nossa turma em um grupo de amigos. A amiga e colega Juliane Marques de Souza que me ajudou no meu primeiro projeto de pesquisa. A amiga e colega Josiane Wedig com quem compartilhei conselhos e reflexões que foram fundamentais para lapidar as arestas dessa dissertação e a Manuella Devliegher com quem vivi os tempos de trabalho de campo em Herval.

Aos meus amigos dos assentamentos São Virgílio e Nossa Senhora da Glória, a quem rendo minha admiração e gratidão. Jamais esquecerei o carinho com que fui recebida em suas famílias e casas. Suas histórias povoam meu coração e contam tantas outras histórias cheias de riqueza. Com os assentados aprendi grandes lições de vida que me acompanharão para além do meio acadêmico. Gostaria de mencionar particularmente a família Santarém pela acolhida e pela amizade que me ofereceram e que cultivo até hoje.

Aos amigos Cecille, Toninho, Nathalie, Roque, Topogigio e Perla por me oferecerem suas casas e seu acolhimento, e por todas as caronas e deliciosas refeições que compartilhamos no município de Herval.

A amiga Tânia Candotti pela excelente revisão de meu texto. A minha vizinha Maria Salib Deffaci por sua doçura, pelas aulas de inglês desde o período em que me preparava para a seleção do mestrado e pela tradução do resumo para o inglês. Ao seu esposo Valdir Salib Deffaci, que junto a ela, nos receberam com carinho em São Leopoldo, e sempre cuidaram da minha casa e dos meus animais quando eu viajava a campo. Aos amigos Marco Fillipin e Renata Domingues, com quem estabelecemos nossos primeiros laços de compadrio, durante o desenrolar dessa dissertação.

Aos abhyasis do Sahaj Marg por suas meditações e orações feitas comigo, por mim e pela minha família.

A minha colega de trabalho Viviane de Carvalho pela solidariedade e paciência nesses últimos meses. Aos amigos e amigas que de tantas formas me ajudaram nesse período.

A todos aqueles, que o longo de minha vida, enriqueceram minhas percepções de mundo, ampliando meus horizontes e minha sensibilidade, permitindo-me a busca constante pelo conhecimento respeitoso e responsável.

Meu Reino Encantado

Daniel (e seu pai)

Eu nasci num recanto feliz,
Bem distante da povoação.
Foi ali que eu vivi muitos anos
Com papai, mamãe e os irmãos.
Nossa casa, era uma casa grande,
Na encosta de um espigão.
Um cercado pra guardar bezerro,
E ao lado um grande mangueirão.
No quintal tinha um forno de lenha,
E um pomar onde as aves cantavam,
Um coberto pra guardar o pilão
E as traíças que papai usava.
De manhã, eu ia no paiol,
Uma espiga de milho eu pegava.
Debuiava e jogava no chão,
Num instante as galinhas juntava.
Nosso carro de boi conservado,
Quatro juntas de bois de primeira,
Quatro cangas, dezesseis cansis,
Encostados no pé da figueira.
Todo sábado eu ia na vila,
Fazer compras para semana inteira.
O papai ia gritando com os bois,
Eu na frente ia abrindo as porteiras.
Nosso sítio que era pequeno,
Pelas grandes fazendas [foi] cercado.
Precisamos vender a propriedade
Para um grande criador de gado.
E partimos pra a cidade grande.
A saudade partiu ao meu lado.
A lavoura virou colônia
E acabou-se meu reino encantado.
Hoje, ali só existe três coisas
Que o tempo ainda não deu fim:
A tapera velha desabada
E a figueira acenando pra mim.
E por último, marcou saudade,
De um tempo bom que já se foi,
Esquecido em baixo da figueira,
Nosso velho carro de boi.

(Música interpretada por um agricultor no encerramento do I Encontro Estadual de Habitação da Agricultura Familiar, em Pinhalzinho/SC. Março 2009)



RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar as realizações e representações referentes à organização e constituição do *lugar da morada* de famílias rurais em contexto de assentamento da Reforma Agrária. O *lugar da morada* é apreendido como *locus* em que se desenvolve a dinâmica familiar, incluindo a casa e o entorno próximo, com o pátio, o jardim, a horta e o “arvoredo”. São tomados por referência estudos realizados anteriormente, que destacaram a *lógica* e a *simbólica* do *sítio camponês*, evidenciando a dimensão cultural na constituição do *lugar*. O trabalho mostra que os colonos assentados passam pelo processo de constituição do *lugar da morada* no novo *espaço*, trajetória que é permeada pela reconstrução da própria vida em um novo contexto. A constituição do *lugar da morada* desenha-se a partir do estabelecimento de laços afetivos com a nova terra, em que o *espaço*, percebido como estranho, torna-se, no curso da vida, o *lugar* de viver. As construções e seu entorno revelam um sistema de valores que reflete a organização da existência desses agricultores, por meio da atualização dos *modos de morar*, entendidos como textos da cultura, que falam sobre a família e a moral camponesa. Dessa forma, a *morada* é, no meio rural, compreendida como o *lugar* de viver das famílias. Há uma dicotomia, bem como uma complementaridade, entre o *dentro* e o *fora*, o ambiente construído e ambiente não construído, ambos fruto do planejamento permeado e inserido em um *sistema simbólico* camponês. A *morada* é percebida como o *lugar* de domínio feminino, sendo as diferenças de gênero também reveladas nas percepções e usos dos ambientes que a compõem. É, então, a partir do entendimento de que, nas diferentes sociedades, o *espaço* não é apenas habitado, mas também pensado, que se desenha este estudo, por meio de pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, realizada em 2008 no assentamento São Virgílio, situado no município de Herval, Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Habitação rural. Campesinato. Espaço. *Lugar*. Assentamento da Reforma Agrária.

ABSTRACT

This searching study has the aim to investigate how people think their *place's living* constitutions (and organization), what it means for them, how they organize the constitutions of the place where the peasants live in the settlement in the Land Reform. The *place of families living* is grasped like a place where the peasants develop familiar dynamic, include the house and the surround, with backyard, garden, vegetable garden and the trees. It was taken as reference studies carried out, before that pointed out the *logic* and the *symbolic* of the *field peasants*. Emphasising the cultural dimension in the *place's* constitution. The searching study shows how the peasants settled pass through *place's living* constitution in the new *space*, through of the rebuild their own life in the new context. The constitution of the *place's living* happen from the statesment affective links with the new land, where the *space* conceived as strange, become, on the life's way the *place's living*. The buildings and their surroundings reveal a value's system that reflethe the organization of the peasant's existence, through the new ways to live, understood as cultural text, that speak about the family and moral peasantry. So, the living, in the country field, is grasped like the *family's place* to live. There is a dichotomy, as well as a complement, between *inside* and *outside*, the built *place* and no built *place* both consequently from fulfillment included in peasant's symbolic system. The living is conceived as a female dominium *place*, the gender's differences are also revealed in the perceptions and uses of the component's *places*. From the concept that in the differents societies, the places are not only inhabited, but also thought, that guide this study, through qualitative searching, of ethnographic aspect, carried out in 2008 in the São Virgílio settlement, located in the municipality of Herval, Rio Grande do Sul.

Key words: Rural home. Peasantry. Space. Place. Settlement of in Land Reform.

CONVENÇÕES

Foram adotadas as seguintes convenções para as situações não normatizadas:

As falas, depoimentos e relatos dos agricultores assentados, quando transcritos em forma de extratos, são destacadas com fonte em *itálico* e fazem parte do corpo do texto. Os termos de uso comum no campo de pesquisa, assim como expressões locais, são destacados “entre aspas”.

Os extratos transcritos do diário de campo, tais como as citações, são referidos de acordo com a NBR 10.520.

Os termos em idioma estrangeiro, categorias de análise, assim como conceitos e emoções trazidos a partir da bibliografia consultada são destacados em *itálico*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Herval	37
Figura 2 – Mapa de localização dos lotes e dos bolsões iniciais do assentamento São Virgílio, de acordo com os núcleos.	41
Figura 3 – Mapa dos laços de parentesco apreendidos em pesquisa no assentamento São Virgílio.	42
Figura 4 – Fotografias dos jogos de bolãozinho e bocha na sede do assentamento.	44
Figura 5 – Mapa de deslocamento dos assentados dos locais de origem para Herval.	46
Figura 6 – Fotografias registradas pelos agricultores assentados, antes e depois do assentamento, representam fragmentos da memória e ajudam a contar sua história.	64
Figura 7 – Fotografias com as famílias assentadas em São Virgílio.	66
Figura 8 – Mapa do assentamento São Virgílio espacializando a abrangência das interfaces de convívio e de pesquisa.	70
Figura 9 – Interface do Programa QSR NVivo 2.0, com alguns dos nós utilizados na codificação dos dados.	73
Figura 10 - Fotografia de uma mudança.	93
Figura 11 – Fotografia de São Virgílio nos primeiros anos do assentamento.	97
Figura 12 – Mapa do assentamento São Virgílio espacializando o caminho percorrido pelo tornado.	106
Figura 13 – Croqui da área frontal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o <i>lugar</i> de sua <i>morada</i> .	121
Figura 14 – Desenho da moradia de Gustavo, 13 anos.	122
Figura 15 – Desenhos das moradias de Milena e Nicole, onde aparecem casas e galpões.	124
Figura 16 – Fotografia dos barracos de lona construídos no lote.	127
Figura 17 – Fotografia do antigo galpão nos primeiros anos de assentamento e ao fundo, o galpão atual.	131
Figura 18 – Fotografia da casa de madeira contratada de forma coletiva por meio da concessão do crédito-habitação.	138
Figura 19 – Fotografias do galpão e da casa de famílias assentadas em São Virgílio.	141
Figura 20 – Cópia do projeto de reforma elaborada por técnicos da COOPTEC para uma das famílias.	142
Figura 21 – Desenho da moradia de Angélica, em que aparece a ampliação da casa e o fechamento do pátio com tela.	144

Figura 22 – Fotografias de casas na cidade de Herval e detalhe do telhado de uma das casas do assentamento São Virgílio.	146
Figura 23 – Croqui da planta baixa e da fachada da “casa nova” - programa habitacional.	147
Figura 24 – Fotografia de uma “casa nova” concedida por meio de programa habitacional.	149
Figura 25 – Fotografias que retratam a casa do local de origem e a casa atual de uma das famílias assentadas em São Virgílio.	153
Figura 26 – Fotografia do <i>lugar da morada</i> de uma família de São Virgílio nos primeiros anos no assentamento.	156
Figura 27 – Fotografia atual do <i>lugar da morada</i> de uma família de São Virgílio.	156
Figura 28 – Desenho da moradia de Diana, onde se destaca o fechamento do pátio com tela.	157
Figura 29 – Fotografia da casa e pátio de uma das famílias assentadas em São Virgílio.	159
Figura 30 – Fotografia do jardim de uma das famílias assentadas em São Virgílio.	161
Figura 31 – Fotografias da menina e suas “casinhas”.	163
Figura 32 – Croqui de corte longitudinal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o <i>lugar da morada</i> .	165
Figura 33 – Fotografia de projeto de reforma da casa de uma das famílias assentadas.	188
Figura 34 – Planos para possível ampliação, descrita por uma das assentadas, para sua casa.	189
Figura 35 – Planos para ampliação da “casa nova” segundo descrições dos agricultores.	190
Figura 36 – Croqui do ambiente sala-cozinha da casa de uma das famílias assentadas em São Virgílio.	192
Figura 37 – Fotografia de alguns panos bordados e/ou pintados encontrados nas casas dos assentados.	194
Figura 38 – Fotografia de um cartaz encontrado em várias casas da Fazenda Lohmann, durante pesquisa de campo empreendida por Wedig (2009) no Vale do Taquari – RS.	196
Figura 39 – Interface do Software NVivo 2.0, mostrando os nós principais a partir dos quais foram codificadas os dados coletados na pesquisa.	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AZONASUL – Associação dos Municípios da Zona Sul

COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul

COOPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

ITEPA - Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da Universidade Católica de Pelotas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MC – Ministério das Cidades

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RS – Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O CAMPO DE ESTUDO	31
2.1	O Município de Herval	36
2.2	Assentamento São Virgílio: aqui foi começada uma comunidade	39
3	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	53
3.1	Construindo o <i>lugar da pesquisa</i> : a entrada no campo	54
3.2	Desenvolvimento da pesquisa	60
3.3	Tratamento dos dados	71
4	ACAMPAMENTO: TEMPO DE ESPERA E ESPAÇO DE PASSAGEM	75
4.1	Acampamento: <i>espaço e lugar</i>	75
4.2	Acampar, desistir e resistir	82
4.3	O acampamento e os arranjos espaciais	85
4.4	Sorteio: o destino em um copo	88
5	A TERRA CONQUISTADA: PRIMEIROS TEMPOS	92
5.1	Mudança e chegada: igual a um gato em tapera	92
5.2	No início, não tinha nada: o acampamento no assentamento	95
5.3	A convivência coletiva: conflitos e solidariedades	101
5.4	Passou um tornado...	103
6	A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR	111
6.1	O lote: planejamento e significação	111
6.2	A trajetória da casa	126
6.2.1	O barraco	126
6.2.2	O galpão como casa	130
7	OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DO LUGAR	134
7.1	Crédito-habitação	135
7.2	Reforma	142
7.3	“Casa nova”	146

8	O LUGAR DA MORADA	151
8.1	Casa: resultado do trabalho	151
8.2	O entorno da casa e o pátio	154
8.4	“Arvoredo”	163
9	MORADA: LUGAR DA FAMÍLIA	167
9.1	O essencial e o conforto	168
9.2	<i>Morada</i> : substantivo feminino	176
9.3	Os “repartimentos” da casa	184
184		
9.4	Quando a família aumenta	202
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
	REFERÊNCIAS	217
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	227
	APÊNDICE B – NODE LIST GERADO PELO SOFTWARE NVIVO 2.0	229
	ANEXO A – DECRETOS DNN 5909	234
	ANEXO B – DECRETO DNN 5905	235

1 INTRODUÇÃO

O interesse que me levou a propor o tema do *morar rural* talvez transcenda as motivações acadêmicas. Nasci e vivi meus primeiros anos na zona rural de Vacaria, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, onde ainda reside a minha família. Essa experiência ainda me atravessa e, de certa forma - hoje urbanista (na profissão) e urbana (na moradia) –, eu também ainda construo e reconstruo minhas formas de morar nesse meio diferente da minha origem e da minha memória afetiva do *lugar*.

No exercício profissional, tive a oportunidade de integrar, em 2003, a equipe de técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COOPTEC) –, vinculada ao Movimento do Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) - no Programa de Habitação Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Governo do Estado, atendendo a Região de Tupanciretã. A atividade consistiu em diagnosticar a situação das obras das casas contratadas em 2000 e 2001. Os resultados desse levantamento demonstraram que apenas 35% das casas haviam sido concluídas. Um conjunto de fatores contribuiu para isso, mas destaco aqui o que me trouxe maiores inquietações. Todas as famílias que então visitei na região Central do Estado haviam construído suas casas com alterações no projeto arquitetônico definido pelo programa habitacional e, sem orientação técnica, isso resultou em custos de construção maiores que os orçamentos oficiais, o que muitas vezes inviabilizou o término da obra.

Essa constatação levou-me a perguntar aos agricultores os motivos dessas mudanças. As respostas invariavelmente reportavam às necessidades e à concepção da forma de morar particular de cada família, refletidas na relação da casa com seu entorno próximo e desse conjunto com suas práticas cotidianas.

Essas inquietações e experiências mobilizaram em mim a necessidade de aprofundar e ampliar meus conhecimentos e percepções sobre o *morar rural* sob uma perspectiva que compreendesse olhares diversos daqueles que me foram possíveis no percurso disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, dentro das limitações do sistema fragmentado de produção de conhecimento. Nesse sentido, identifiquei-me com a proposta multidisciplinar do Programa de Pós-graduação em

Desenvolvimento Rural, da UFRGS, reconhecendo-o como espaço-tempo dessa aprendizagem. No percurso multidisciplinar, tentei percorrer um caminho em que pudesse manter certo deslocamento do meu olhar de arquiteta para permitir experimentar outras percepções a partir das contribuições recebidas dos estudos em desenvolvimento rural.

Sobre as possibilidades de desenvolvimento de metodologias e aportes teóricos para o estudo de assentamentos rurais, Whitaker (2002) pondera que as ciências contemporâneas, de modo geral, são urbano-centradas, de forma que novos paradigmas científicos têm sido propostos, exigindo, sob a inspiração de Morin (1983 apud Whitaker, 2002), uma *visão poliocular*, que rompa as fronteiras entre as disciplinas para que seja possível uma visão holística dos fenômenos em geral.

Essa abordagem aponta para a perspectiva multidisciplinar como caminho para a construção de novas metodologias para o estudo de *novos fatos*, entre eles os dos assentamentos rurais. Essa foi a opção feita aqui para apreender os *modos de viver e morar* dos assentados da Reforma Agrária, tendo como fontes mais significativas a antropologia social e algumas contribuições das correntes humanistas da geografia, especialmente a geografia cultural e a geografia da percepção. Essa opção por uma perspectiva multidisciplinar imprimiu, por um lado, dificuldades vividas em todo o processo de pesquisa, dada a aproximação recente às teorias e metodologias, estranhas à minha origem disciplinar. Por outro lado, esse novo olhar, talvez *poliocular*, oportunizou vislumbrar uma riqueza de detalhes e significações que possivelmente seriam inatingíveis sob recortes disciplinares.

A partir desse olhar, minha problematização busca responder aos seguintes questionamentos: “Como se dá a constituição do *lugar de morada* das famílias rurais no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária?”, “O que nos falam seus *espaços e lugares*, para além da materialidade dos ambientes construídos?” e “De que forma se atualizam seus *modos de morar* a partir da conquista da terra?”.

O estudo aqui apresentado compreende os *modos de morar* dessas famílias, expressos não apenas na materialidade da organização do *lugar da morada*, como também nas relações estabelecidas no plano simbólico. A investigação parte da

reconstituição da trajetória do *lugar da morada*, reconhecendo a dimensão temporal do *espaço*, a partir da qual busca apreender suas implicações simbólicas.

Em estudo com camponeses do sertão do Piauí, Godoi (1999) utiliza-se do cruzamento de duas abordagens, mergulhando, por um lado, na dimensão do tempo passado - resgatando memórias, documentos e registros - e, por outro lado, considerando o tempo presente na captura etnográfica das práticas e concepções camponesas, permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras mediante as quais pensam e vivem suas existências. De forma similar, em estudos com camponeses de Maquiné, no Rio Grande do Sul, Ramos (2007) destaca que buscou apreender as mudanças vividas nos saberes e práticas alimentares daqueles agricultores, por meio da observação das práticas cotidianas, assim como pela memória guardada, especialmente dos mais velhos. Essas abordagens são pertinentes a este estudo, ao que proponho a compreensão da trajetória espaço-temporal em relação à produção do *espaço* e do *lugar*.

É assim que o presente trabalho constitui-se a partir do olhar sobre a história do *lugar* de cada família, assim como de seu cotidiano, práticas e discursos.

No caso da produção do *espaço*, as práticas cotidianas são aquelas relacionadas ao uso da casa e de seu entorno e revelam *lugares* na própria estrutura e hierarquia familiar. A materialidade do local, enquanto construção e constituição do entorno, também compõe práticas e saberes e pode ser apreendida pelo filtro da memória, considerando os pressupostos de “organização ativa das experiências vividas” (Godoi, 1999, p. 6), redefinindo e recriando a memória coletiva segundo o universo simbólico camponês.

*

Foi a partir de minha disciplina de origem, a Arquitetura, que afloraram as inquietações que me levaram em busca da compreensão do *morar rural* e, por consequência, ao encontro da perspectiva multidisciplinar do desenvolvimento rural.

A contribuição do professor Günter Weimer, por quem tive a feliz oportunidade de ser orientada em pesquisa de iniciação científica, foi fundamental para esse despertar. Esse autor dedica parte de seu trabalho à investigação da arquitetura popular e confere a seus estudos a perspectiva cultural, abordando, particularmente, *como mora o povo brasileiro*¹. Ele destaca a heterogeneidade e riqueza de soluções habitacionais relacionadas com o meio em que estão inseridos os grupos sociais e as atividades humanas, fazendo uma contextualização espaço-temporal em que se desenvolve a cultura, em processo dinâmico, adaptando-se, muitas vezes, às duras condições que o ambiente natural² e o sistema socioeconômico impõem às camadas mais carentes da população. Assumi, assim, seu pressuposto, de que "a arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural" (WEIMER, 2005, p. XXI), sendo "apenas uma das manifestações da cultura, em razão do que estas devem ser o objetivo maior para o seu entendimento" (WEIMER, 2005, p. XXII).

Sob a perspectiva cultural, são desenhados os objetivos dessa dissertação. Nesta pesquisa, busco saber como moram os assentados, como constituem sua *morada* no curso da vida, que significados revelam os seus *lugares* e como atualizam seu morar frente à conquista da terra. Compreendo o *lugar da morada* e sua constituição no tempo e no *espaço* como uma das formas de expressão da arquitetura, enquanto produção do *locus* em que se desenvolve a dinâmica familiar, incluindo a casa e o entorno próximo, com o pátio, o jardim, a horta, o "arvoredo"³ e o "bicharedo"⁴.

Geertz (1989) entende a cultura como totalidade de representações de uma coletividade, como uma reunião de textos que falam dos grupos sociais. Neste

¹ Referência ao primeiro capítulo do livro denominado: *Arquitetura popular brasileira*, de Günter Weimer, 2005.

² No caso dos assentamentos da Reforma Agrária, o ambiente natural destinado à construção de seu *lugar de viver* (MARTINS, 2003) é o espaço que lhes resta na desigual distribuição da riqueza fundiária, similar ao de outros grupos sociais à margem da dinâmica socioeconômica, tanto em área rural como urbana no Brasil, cada caso com suas especificidades.

³ O termo "arvoredo" é usado pelos assentados para designar o plantio de árvores, geralmente localizadas no interior ou nas proximidades do *lugar da morada*, podendo ser árvores de grande porte, com função principal de quebra-vento, ou árvores frutíferas de menor porte.

⁴ O termo "bicharedo" é usado pelos assentados para designar a criação de animais como porcos, galinhas, vacas, entre outros, destinados, prioritariamente, ao consumo familiar.

estudo, proponho a *morada* como texto que fala sobre os assentados, como uma das expressões de sua cultura, do sistema de valores que orienta seu modo de vida, revelando, além da ética que sustenta sua relação com o ambiente natural e social, o próprio universo simbólico familiar.

Percebo as famílias rurais estudadas a partir da perspectiva proposta por Woortmann, K. (1990), para quem a condição adjetiva da *campesinidade* manifesta-se na dinâmica dos modos de vida do camponês por meio de uma teia complexa, cujas categorias centrais *terra*, *família* e *trabalho* expressam uma ética camponesa, uma ordem moral, que estão imbricadas entre si.

A teia de relações sociais, no caso de camponeses, especialmente familística e vicinal, reflete-se nas formas de organização e distribuição espacial. Godoi (1999) demonstra como os camponeses do sertão do Piauí incorporam mudanças decorrentes da demarcação e titulação de terras e reelaboram as formas de uso e distribuição da terra obedecendo às relações de parentesco e vizinhança.

Embora o estudo de Godoi (1999) trate de uma realidade bastante distinta dos assentamentos da Reforma Agrária, já que, para os camponeses de Piauí, a propriedade da terra dava-se por meio da sucessão familiar, enquanto, para os assentados, os programas de parcelamento do solo seguem uma lógica baseada na propriedade privada dos lotes, o processo de atualização e de *apropriação* do espaço para os colonos⁵ sem-terra também ocorre a partir de seu universo simbólico, como será demonstrado no assentamento São Virgílio. No caso da Reforma Agrária, Martins, J. (2003) destaca as dimensões de parentesco e vizinhança entre os agricultores, demonstrando de que forma utilizam estratégias para reconstrução da comunidade a partir desses laços. O sujeito da Reforma

⁵ Assumimos os pressupostos de Seyferth em que “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”. (SEYFERTH, 1992, p. 80). Os agricultores descendentes de imigrantes europeus, com exceção dos portugueses, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como *colonos* que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar. Considerando que os assentados, em sua maioria, são agricultores expropriados por algum tipo de processo de exclusão, é que os reconhecemos como colonos sem-terra ou colonos assentados. Assim é, que nesta dissertação, os termos colono, agricultor e camponês são referidos como sinônimos.

Agrária representa um núcleo familiar, de família extensa: “A família [...] é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue” (MARTINS, J., 2003, p. 19). Assim, temos que as relações de parentesco e vizinhança orientam formas de uso e ocupação do *espaço*, assim como estratégias de manutenção e recriação da comunidade.

A relação entre família e o *lugar* de morar e trabalhar é demonstrada por Woortmann, E. (1983) a partir do que chama de *sítio camponês*, apreendido em estudo realizado com camponeses sergipanos. O termo *sítio* comporta significados que se relacionam entre si, representando a parcela onde se encontra a casa, o *lugar da morada*, assim como a esfera casa-quintal, o que, em ambas as dimensões, também remete à família. A autora faz referência a correspondências entre o processo de constituição do sítio com o da própria família: “E, o sítio, tal como o grupo doméstico, e juntamente com este, atravessa um ciclo evolutivo” (WOORTMANN, E., 1983, p. 176). O *sítio camponês* também é percebido como um sistema que articula os domínios *casa-quintal* e *roça-pasto*, considerados, no plano ideológico os dois primeiros femininos e os dois segundos, masculinos.

Segundo Woortmann, E. (1983), bem como em Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), o *sítio camponês*, para os sítiantes sergipanos, funciona de forma sistêmica e é composto idealmente por um conjunto de espaços articulados entre si, sendo eles o mato, a capoeira, o chão de roça e/ou malhada⁶, o pasto, a casa de farinha, a casa e o quintal⁷. Nossa proposta é de que a ideia de sistema, como identificada pelos autores citados no *sítio camponês*, seja aplicada ao *lote*⁸ familiar no assentamento da Reforma Agrária, constituindo-se a casa e seu entorno, enquanto objetos deste estudo, compreendidos como parte do sistema maior conformado pelo *lote*. Para a compreensão desse sistema do morar das famílias

⁶ Malhada é uma das categorias apreendidas por Woortmann E. e Wortmann K. (1997), que se refere a um sistema agrícola, desenvolvido pelos camponeses estudados, empregado quando não há possibilidade de rotação de terras.

⁷ Nesta dissertação substituiremos a palavra quintal por pátio, por ser esse o termo usado pelos assentados para se referir ao espaço de características correspondentes.

⁸ Utilizaremos a palavra lote, a qual propomos aqui uma correlação com o sítio camponês. Lote é a unidade de terra delimitada para cada família de assentados no interior de um assentamento da Reforma Agrária.

rurais no interior dos assentamentos, buscou-se apreender a trajetória de constituição do *lugar da morada*.

Aqui, no entanto, essa percepção sistêmica do *espaço* vai se construindo à medida que a terra conquistada vai se tornando conhecida, à medida que o próprio lote vai se constituindo como sistema, quando, então, passa a ser estabelecida a *relação afetiva com o lugar*. A partir do momento da chegada à terra conquistada, esse processo passa por rupturas e continuidades, com percepções fragmentadas, seguindo um processo de apreensão, planejamento e aprendizado do *espaço* ao longo da vida.

Segundo Martins, J. (2003), o sujeito da Reforma Agrária, ao deparar-se com a falta de perspectivas no local de origem ou com o processo de desagregação, visualiza na Reforma Agrária possibilidades de acesso à terra e à moradia. O caminho apresentado para esse acesso passa pelo tempo de acampamento, seguido da mudança para a terra conquistada e a construção, ao longo do tempo, do *lugar da morada*, passando por processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*.

A noção de *território*⁹ aqui utilizada, mais que as características geofísicas, destaca uma perspectiva simbólica, a partir dos vínculos afetivos que o ser humano estabelece com o *espaço* no qual constrói sua vida, suas relações e sua história, de acordo com Silva P. (2001). Segundo Haesbaert (2004), a noção de *território* está relacionada com o poder, não apenas no sentido mais concreto, de *dominação*, mas também no sentido mais simbólico, de *apropriação*¹⁰. (HAESBAERT, 2004, p. 1). No

⁹ Ainda que presente em diversas tradições disciplinares, *território* é um dos conceitos-chave da geografia, comportando diferentes abordagens, do mesmo modo que ocorre com outros conceitos, categorias e noções emprestados da geografia para o desenvolvimento desta dissertação: *territorialidade*, *desterritorialidade*, *reterritorialidade*. A esse respeito, explicitando que o aprofundamento das discussões conceituais associadas aos termos citados foge ao escopo deste trabalho, cabe mencionar que, em relação a eles, as opções realizadas neste estudo tomam por referência especialmente as contribuições de Rogério Haesbaert e Rosa Maria Vieira Medeiros.

¹⁰ Para a Geografia *território* representa a espacialização (e carrega significações) das relações de poder, que podem ocorrer em diversas escalas: *território* nacional, por exemplo, ou, na escala privada, *territórios* distintos de domínio *feminino* e *masculino*. Ainda que os processos de *apropriação* e *dominação* do espaço, vinculados ao *território*, sejam imbricados entre si, e que Haesbaert (2004) defenda que devam andar juntos, predominando a *apropriação* sobre a

estudo empreendido nesta dissertação, com assentados da Reforma Agrária, serão abordados os processos de *(re)apropriação* do *território*, o que remete à *(re)territorialização* dos colonos sem-terra. Conforme Haesbaert (2004), os processos de *apropriação* são carregados das marcas do *vivido* e do valor de uso. Enquanto *mundo vivido*, o processo de apropriação do *espaço – territorialização* – remete à esfera temporal e é também nesse sentido que se evidencia como uma abordagem espaço-temporal do que é *vivido*, atravessada pelo universo simbólico, de acordo com o autor. Assim é que Haesbaert (2004) destaca que o *território* é sempre diverso e complexo, portanto múltiplo, o que pressupõe que carregue múltiplas significações e gere percepções distintas entre aqueles que o vivem.

Nos assentamentos, os camponeses sem-terra passam por um processo de *reterritorialização* ao iniciar uma trajetória de reconstituição de suas vidas, a partir do lote, em terras desconhecidas e, portanto, sem significação prática, simbólica ou afetiva, até então. Segundo Medeiros, R. (2006), em estudo que analisa assentamentos da Metade Sul do Rio Grande do Sul, os camponeses que hoje vivem nos assentamentos da Reforma Agrária constituem comunidades simbólicas, o que pode explicar a “geração do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua reterritorialização.” (MEDEIROS, R., 2006, p. 43). Segundo a autora, os agricultores, ao (re)criar uma identidade no *espaço* desconhecido do novo assentamento, passam por um esforço que é atravessado por sua condição camponesa. Essa construção tem início a partir daquilo que trazem consigo: seu modo de vida.

Medeiros, R. (2006) destaca que o encontro com a nova realidade provoca processos de *desterritorialização* dos processos simbólicos, implicando ressignificações e reconstruções nos modos de vida. Ao sair da terra de origem e deparar-se com a nova terra, que lhe é dada por meio da Reforma Agrária, o colono sem-terra vive um duplo processo entre esse *sair e chegar*, destaca a autora. Assim é que uma nova *territorialidade* vai sendo construída pelos colonos sem-terra, que recriam sua relação com o meio, entre erros e acertos. Como destaca a autora,

dominação, aqui será dada ênfase às interfaces simbólicas, representadas pela apropriação, o que dialoga com as abordagens referentes ao campesinato a partir da antropologia social.

muitas são as desistências, mas aqueles que resistem e permanecem no assentamento iniciam a constituição de um *território* “onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade”. (MEDEIROS, R., 2006, p. 43).

Já em estudo com camponeses do cerrado mineiro, Silva, P. observou que

A realização desse sonho como forma de assentamento significou a prática social de famílias inteiras em um espaço, tornado território, onde agora podem exercer seus modos de vida. [...] fazem do lote conquistado o palco de manifestações de suas experiências guardadas na memória, junto aos demais assentados. Eles compartilham e adquirem novos conhecimentos [...]. (SILVA, P., 2001, p. 91)

Ainda, ao estudar abordagens teóricas de conceitos como *territorialidade*, *mundo vivido*, *espaço* e *lugar*, a partir da intersubjetividade, Duarte (2006) propõe uma perspectiva que permite o diálogo entre dois grandes eixos, classificados e definidos por ele como *lugar-território*, relacionando o *lugar* aos *micro-poderes*¹¹, e *lugar-mundo-vivido*, vinculado aos laços afetivos e de pertencimento estabelecidos com o ambiente através das experiências vividas. Assim é que entendo que o processo de *reterritorialização* será atravessado pela construção de laços afetivos com o novo *espaço*.

Os vínculos afetivos com o *espaço* são o que o transformam em *lugar*, segundo Tuan (1980). Essa relação afetiva foi chamada pelo autor de *topofilia*, um neologismo criado pelo autor que inclui todos os elos afetivos dos seres humanos com o ambiente físico, ou *lugar*. O *lugar* seria, então, como explica Leite (1998), um centro de significados que se constituem a partir da experiência, constituindo-se de referenciais afetivos construídos ao longo da vida a partir da convivência com as pessoas e com o próprio *lugar*.

¹¹ Segundo Duarte (2006), o termo *micro*, usado por ele, refere-se à diversidade e não à inferioridade.

Segundo Tuan (1983), *espaço* e *lugar* remetem a relações espaciais complementares e antagônicas, relacionadas entre si: para falar de um, é necessário falar do outro, pois “*espaço* é mais abstrato do que *lugar*” (TUAN, 1983, p. 6). O *espaço* representa o movimento, o desconhecido, o indiferenciado, enquanto o *lugar* representa a pausa ao movimento, o que permite localizá-lo, transformar o *espaço* em *lugar*. Para esse autor, o *lugar* é percebido em diferentes escalas, que, no caso aqui estudado, serão representadas pela casa, o lote e o assentamento. Segundo Mello, J. (2001), o *lugar* remete ao íntimo e humanizado. Na expressão de Tuan (1980), o *lugar* é como o lar, permeado de valores familiares imbricados entre si, referindo-se ao *mundo vivido*. É o que faz “sentir-se em casa”.

O *lugar* é o *espaço* conhecido, dominado e por isso confere a segurança e a estabilidade. Em contraste, o *espaço* é percebido, por um lado, como vasto, temido e estranho, por outro lado, é o que oportuniza o horizonte do desconhecido, a liberdade e a expansão. De acordo com esse autor, é a partir do *lugar* que há a consciência da liberdade e da amplidão do *espaço*. O *espaço* torna-se *lugar* no curso da vida, nesse sentido, é percebido como o *mundo vivido*, o cenário do cotidiano. De acordo com Calisto e Vargas (2006), são vínculos de pertencimento que possibilitam a transformação do *espaço* em *lugar*, na medida em que os indivíduos vão atribuindo significado e importância para o ambiente, percebendo-se inseridos nele.

A experiência humana oscila e necessita dessas duas dimensões. *Espaço* e *lugar* são categorias ambientais adjetivas e remetem a esferas de significados simbólicos, a exemplo das categorias apreendidas nos estudos socioantropológicos sobre campesinato.

Proponho a possibilidade de diálogos e correspondências entre as categorias *espaço* e *lugar* da geografia cultural com as categorias *natureza* e *cultura* apreendidas, a partir da antropologia social, por Woortmann, E. (1983) na análise do sítio camponês. Para a autora, os domínios da *natureza* e da *cultura* são opostos e complementares. A *natureza*, em oposição à *cultura*, representa o que não passou pelo trabalho humano, o selvagem, desconhecido e possuidor de uma força intrínseca. A autora apreende, das classificações nativas, o mato, o feminino e o

mundo como categorias associadas à *natureza*: “A categoria mato refere-se, portanto, a um *espaço*” (WOORTMANN, E., 1983, p. 181, grifo da autora). Aqui estamos propondo o domínio da *natureza* associado ao domínio do *espaço*, o imprevisível, vasto e desconhecido.

Já o domínio da *cultura* é o que passou a ser domado sob a ação do trabalho, moldado e conhecido, associado ao masculino, à lavoura e a casa. Relacionamos os domínios da *cultura* ao *lugar*, o aconchego, o lar, conhecido e nicho de proteção.

O domínio dos distintos gêneros associados diferenciadamente a ambientes foi observado por vários autores dedicados aos estudos camponeses, entre eles Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) e Godoi (1999). Dos ambientes físicos e vividos, Godoi (1999) descreve sua organização e as distintas formas de relação entre os homens e mulheres e entre esses e a natureza. Assim, quatro domínios fundamentais são destacados: a casa, a roça, o muro e o quintal. O estudo de Heredia (1979) destaca que a oposição feminino-masculino vai além da divisão de tarefas, expressando esferas de autoridade no grupo familiar. A partir daí, a autora revela a oposição casa-roçado: o primeiro, de domínio feminino, e o segundo, masculino. A oposição *casa-roçado* anuncia a oposição *dentro-fora*.

Temos, assim, que, ao abordar a questão dos *espaços* construídos, torna-se clara a oposição, simultânea à complementaridade, entre o *fora* e o *dentro*, *espaço* construído e *espaço* não construído, ambos fruto de um planejamento do *lugar* produzido como moradia no meio rural. Esse planejamento está subordinado à lógica e à simbólica de constituição do lote e, segundo Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), é o resultado de uma negociação entre as necessidades da família e as da terra, impregnada pela ética camponesa. Os *espaços* não construídos são tão importantes quanto os construídos e também revelam relações simbólicas na observância das práticas cotidianas e de seus significados na memória. Essa composição do *espaço* construído e do *espaço* não construído – carregados de um sem-fim de significações que se sobrepõem e permeiam a percepção do grupo doméstico - é o cenário no qual visualizamos a dinâmica familiar.

Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), ensinam que o *trabalho da terra* tem um significado amplo para os sitiantes sergipanos – “trabalho, terra e família são

indissociáveis e falar de um é falar dos outros” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 17) - e, nesse sentido, o sítio é o *lugar do trabalho* e, ao mesmo tempo, resultado do trabalho na dimensão espacial e, na dimensão do tempo, resultado de um processo histórico secular de interação do homem com a natureza. A *trajetória de um sítio*, segundo esses autores, é resultado de “crescente complexificação no que diz respeito à incorporação sucessiva de espaços qualitativamente diferenciados” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 76). Nesse sentido, percebo a moradia como parte da constituição do *lote*, em correspondência ao *sítio camponês*, no contexto da Reforma Agrária, categoria que também se materializa no tempo e no *espaço* através de uma trajetória de vida familiar e de história do grupo.

Nessa direção, encontram-se os objetivos deste estudo. As abordagens aqui expostas fundamentam uma investigação de natureza qualitativa, com base no empreendimento etnográfico, cuja imersão a campo permitiu buscar penetrar o universo dos significados das práticas e saberes relacionados ao morar de famílias rurais no interior de assentamentos da Reforma Agrária. O campo empírico escolhido para tal investigação foi o Assentamento São Virgílio, localizado no município de Herval, na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, onde convivi com as famílias assentadas, buscando apreender como percebem o processo de construção de seu *lugar*, a partir da memória de sua trajetória, dos sonhos expressos e do universo lógico e simbólico que os orienta.

*

Além deste capítulo introdutório, o texto será composto por mais nove capítulos.

No capítulo 2, será dado a conhecer o campo de pesquisa, a partir da região em que está inserido o município de Herval. Também será apresentado o assentamento São Virgílio, *locus* empírico desta pesquisa, e a comunidade formada pelos colonos assentados, buscando criar uma aproximação do leitor ao campo de estudo e às famílias.

No capítulo 3, serão descritas as opções metodológicas adotadas, sendo explicitado seu desenvolvimento ao longo do processo de pesquisa. Merecerá aí destaque a entrada no campo, como processo em que o *espaço* do assentamento torna-se o *lugar da pesquisa*. Serão, por fim, apresentadas as técnicas de pesquisa, de tratamento e análise de dados.

No capítulo 4, o leitor será levado a vislumbrar o acampamento, percebido pelos colonos sem-terra como tempo de espera e *espaço* de passagem. Veremos como oscilam os sentimentos que levam os colonos sem-terra a perceber o acampamento simultaneamente como *espaço* e *lugar*. Também serão abordadas as desistências e as resistências aos tempos difíceis do acampamento e serão, ainda, analisados seus arranjos espaciais. O capítulo irá, por fim, abordar os processos de sorteio que antecedem à mudança para o assentamento.

No capítulo 5, estarão os primeiros anos na terra conquistada. Percorrendo a trajetória das famílias, serão observadas a mudança e a chegada ao assentamento, assim como as percepções dos agricultores sem-terra. As formas de acomodação nos primeiros tempos e as relações de convívio, conflito e solidariedade desencadeadas serão então vislumbradas. O capítulo dará, ainda, evidência a um episódio que marcaria a vida e a memória das famílias assentadas estudadas: o da passagem de um tornado.

No capítulo 6, será analisada a constituição do *lugar da morada*, quando os assentados já estão “em cima” de seus lotes e vivenciam um processo de apropriação do *espaço*, que passa pelo planejamento do *lugar* e estende-se no estabelecimento do *lugar da morada*, a partir dos primeiros locais construídos para a moradia, ainda que provisórios.

O capítulo 7 mostrará a contribuição dos programas habitacionais na constituição do *lugar da morada*, assim como a percepção dos assentados sobre a política habitacional. Serão abordados desde o crédito-habitação, concedido nos primeiros anos de assentamento, até o programa habitacional desenvolvido pelo INCRA em parceria com o Ministério das Cidades, que proporcionou reforma das casas ou a construção de “casas novas” para os assentados.

No Capítulo 8, o foco será o *lugar da morada*, tendo destaque a casa como resultado do trabalho da família. A análise se estenderá aos ambientes externos, que compõem o *lugar da morada*, especialmente o pátio, a horta, o jardim e o “arvoredo”.

No capítulo 9, a *morada* será evidenciada como o *lugar* da família, atravessado pelo universo simbólico camponês, revelando as relações de gênero no interior do *lugar da morada*. Serão exploradas as categorias *essencial* e *conforto* como parte da linguagem que expressa a moral camponesa. Por fim, serão abordadas as divisões internas da casa, seu arranjo espacial e suas significações simbólicas. Será, por fim, tratado o tema da expansão da família, quando chega o momento em que os filhos saem para estudar ou casam-se, formando uma nova família.

O Capítulo 10 retomará as principais reflexões e conclusões apresentadas ao longo do trabalho, buscando alinhar os temas que mereceram destaque e apontar novas questões, para futuras pesquisas.

2 O CAMPO DE ESTUDO

Aqui pretendo apresentar o campo de estudo, suas principais características e a interface com os assentamentos da Reforma Agrária. A finalidade deste capítulo é a aproximação do leitor com o campo desta pesquisa, de forma a permitir uma melhor apreensão do universo analisado. Dessa forma, tratarei de Herval, que, nesse contexto, é o município que recebe os assentamentos, bem como das regiões de origem dos assentados e do processo que uniu a história dessas regiões.

O município de Herval, situado na zona Sul do Estado, destaca-se por concentrar o maior número de famílias assentadas na Região Sul (ITEPA, 2002). De acordo com Soares e Salamoni (2007), a zona Sul caracteriza-se por predominância de latifúndios, tradicionalmente de pecuária extensiva, com fraca dinamicidade econômica nas últimas décadas. Essa condição resultou em pressões por parte do MST, vindo a região a tornar-se uma das mais importantes para a implementação da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, especialmente a partir do final da década de 1980.

Navarro *et al.* (1999) demonstram que a década de 1990 caracterizou-se por deslocamentos geográficos na instalação de novos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, que passaram a ser implantados em duas novas regiões do Estado, uma das quais a campanha gaúcha, especialmente nas áreas de fronteira com o Uruguai – onde se encontra o município de Herval –, as quais comportavam, até o final daquela década, cerca de 40% dos assentamentos existentes até então.

As famílias que passaram a habitar os assentamentos da zona Sul deslocaram-se do Noroeste do Estado, especialmente da região do Alto Uruguai, caracterizada por práticas da agricultura familiar (SOARES; SALAMONI, 2007). Segundo Navarro *et al.* (1999), essa região foi “a maior fonte de migrantes, de recrutamento do MST”, devido às precárias condições de reprodução social em decorrência das características de solo e topografia, de cuja subsistência essas famílias dependiam, seja em pequenas propriedades familiares ou em relação de agregação em grandes propriedades, em que cultivavam áreas sem acesso à mecanização.

No caso do assentamento São Virgílio, as famílias, em sua maioria, dividiam-se em dois grupos principais. Uma parte dos assentados eram pequenos agricultores que viviam nas terras dos pais, cujas áreas não permitiam a sobrevivência de todos, tornando necessária a migração. De acordo com os relatos dos assentados de São Virgílio, as terras de propriedade dos pais apresentavam área média de cinco hectares, o que consideravam pequeno para garantir mesmo o sustento do grupo familiar, como exemplifica o depoimento de Olavo:

Às vezes eu dou risada sozinho, é ele e os quatro irmãos dele repartiam um ovo frito, (risos), mas olha as dificuldades que nós quando éramos uma escadinha assim, você pense bem, viver em cinco hectares de terra em duas famílias e o pai criar oito?

Quando os filhos homens casavam, constituíam sua morada sobre a terra paterna, muitas vezes ampliando a casa dos parentes com o anexo de uma peça. As mulheres, quando se casavam, iam morar com os familiares do marido, como demonstra o relato de Leonel:

Somos em seis irmãos e os seis moravam todos na terra do pai. Cada qual fazia uma casinha e ai ficava morando. Fora as irmãs, pois ainda tem mais sete irmãs. As irmãs casavam e iam morar com os maridos, ficavam morando lá por perto.

Da fala de Leonel evidencia-se que os laços de parentesco concentravam-se geograficamente próximos – *ficavam morando lá por perto* – o que no assentamento buscam reconstruir. Além dos limites apresentados pelo tamanho da propriedade em relação à reprodução do grupo doméstico, os agricultores sofreram pressões dos grandes proprietários de terra que, com o tempo, adquiriam as propriedades familiares, como ilustra a fala de Olavo:

Hoje lá, onde nós morávamos, que bom se nós tivéssemos cinco hectares que fosse nosso. Aquelas pessoas que tinham cinco, outras tinham dez, outras tinham vinte, essas já eram um pouco melhor. Hoje ninguém mais tem cinquenta hectares de terra. Aqueles que tinham cinquenta venderam para aqueles que hoje têm dois mil, dois mil e quinhentos hectares. Eles foram comprando dos pequenos,

então os pequenos foram saindo da colônia. Os que tinham mais começaram a comprar dos outros. Foram empurrando os pequenos pra cidade e o grande abraçou tudo.

Outro grupo de assentados é formado por trabalhadores rurais que viviam sob o regime de *agregação*/ parceria, ou seja, que residiam e trabalhavam em terras de terceiros, sendo-lhes destinadas, para cultivo, áreas em que não era possível o trabalho mecanizado. Os agricultores faziam todo o trabalho de preparo da terra, plantio e colheita e, ao final, dividiam os resultados “à meia” com o dono da terra. Além disso, em muitos casos, os agricultores relataram que quase não sobrava nada do que colhiam, pois tinham que pagar as dívidas contraídas no comércio local, não raro em estabelecimentos também de propriedade do dono da terra.

Sabe como nós trabalhávamos lá? Era assim, nós plantávamos dez sacos de sementes de produtos, no caso, soja. Esses dez sacos iam produzir, vamos supor cem ou cento e cinquenta. O dono da terra, ele não dava uma terra plana para nós trabalharmos, era a pior terra. Daí a metade era do dono da terra e a metade era daquela pessoa que plantava. Vamos supor, colhia cem sacos de soja, cinquenta era da gente e cinquenta era do dono da terra. Aí quando a gente pegava aquelas cinquenta que tocava para a gente, ia vender aquele produto, lá no mercado que a gente comprava fiado, não chegava pra pagar aquele mercado. Daí nunca a pessoa ia arrumar nada na vida trabalhando assim. Nós chamava isso de agregado. (Olavo)

No sistema de *agregação* o proprietário da terra disponibilizava casas para os agricultores, geralmente oferecendo o mínimo necessário para a moradia, e muitas vezes, as edificações eram precárias, como revelam os depoimentos de Violeta e Marcílio:

Ele [o patrão] dava uma casinha, precariamente, pra ti ter onde se esconder do tempo. (Violeta)

Conforme foi o patrão, foi a casa, porque a gente não teve só um patrão, a gente teve uns quinze patrões, aí era conforme. Uns, a casa era pequena. (Marcílio)

Em estudo sobre a produção do queijo serrano com camponeses na serra gaúcha, Krone (2009) observou que a relação de *agregação* atualmente é pouco

admitida entre os fazendeiros, embora uma minoria ainda a mantenha. De acordo com o autor, um dos motivos para essa mudança é a redução de tamanho das propriedades rurais nos Campos de Cima da Serra na atualidade, o que torna pouco interessante a manutenção dos agregados. Outro fator, destacado pelo autor, que dificulta a permanência das famílias agregadas nas fazendas é a transformação nas relações de trabalho a partir da década de 1950, quando são instituídas as leis trabalhistas no Brasil, já que as relações de agregação

[...] estavam assentadas sobre a base do favor e da reciprocidade. [...] Se o direito e o dever estavam assentados sobre a base de valores não contratuais, a adaptação para modelos jurídicos de representação significou a destruição dessa lógica, sendo que muitas contendas judiciais marcaram o fim deste tipo de relação. (KRONE, 2009, p. 76).

Nesse sentido, o trabalho agregado foi sendo substituído pelo trabalho temporário, em que já não existia a possibilidade de morar sobre a terra de outro, o que também impulsionou a busca do acampamento na esperança de ter acesso a terra e a moradia.

Segundo Wanderley (2003) e Martins, J. (2003), o trabalho temporário rompe com a agregação à grande propriedade, configurando-se desvinculado de complementaridades antes existentes, entre elas, as possibilidades de moradia.

[...] mais que o vínculo trabalhista, o que se rompeu foi o vínculo de moradia, a agregação à grande propriedade, produto do crescimento da renda fundiária. A luta pela terra em boa parte se apresenta como luta pelos direitos de moradia, uma carona pega na possibilidade da Reforma Agrária. (MARTINS, J., 2003, p. 17).

A condição de acesso temporário à terra ou sua escassez para o grupo familiar, a redução da oferta de emprego, o trabalho temporário, a pressão de

grandes proprietários configuram fatores determinantes na percepção do assentamento como uma alternativa às famílias.

Em São Virgílio, também foi observado, embora represente uma minoria, que alguns agricultores trabalharam por um período no meio urbano, mas nem todos chegaram a mudar-se para a cidade. A busca por empregos urbanos, ou mesmo rurais, apresentava-se como alternativa às dificuldades em garantir o sustento familiar, tanto para aqueles que viviam nas terras de familiares quanto para aqueles que trabalhavam como agregados.

A nossa família desde pequeno na agricultura, mas nós fomos dar uma arribada depois dos dezenove anos, aí eu me obriguei a largar a lavoura, porque vi que nós não iríamos conseguir pagar as contas e fui me empregar, até não era na cidade, nós trabalhávamos em rede rural, só pra fora, nas colônias, fazia rede para os colonos associados. Daí sim, eu comecei a ganhar aquele salário por mês, era um salário mínimo. (Olavo)

Alguns relatos revelam que os colonos enfrentavam quilômetros de caminhadas para voltar para casa para passar a noite.

Eu cansei de não ter o dinheiro da passagem, eu descia do ônibus, tinha para ir e não tinha para voltar. E eu desembarcava do ônibus e pegava estrada a fora, eram quinze quilômetros em uma hora e meia. (Olavo)

Algumas famílias relataram que, após o casamento, deixaram o meio rural por falta de possibilidades de permanecer na colônia, e viveram no meio urbano até aderirem ao acampamento.

Ele se criou na colônia, eu nasci e me criei na colônia, daí quando eu me casei nós fomos morar na cidade, aí nos moramos vinte anos na cidade. [...] Porque se nós fossemos morar na colônia, nós tínhamos que trabalhar a terra dos outros, porque nós não tínhamos terra. Nem o pai dele, nem o meu pai tinham condições de dar terra pra nós trabalhar. (Violeta)

Outros colonos, antes de morarem em São Virgílio, foram assentados em outra região, e conseguiram realizar a troca de lotes, geralmente, com a finalidade de aproximarem-se dos parentes.

As condições do local de origem, a pressão dos grandes proprietários de terra sobre os agricultores familiares, a falta de perspectivas de reprodução social da família e a possibilidade da reconstituição espacial e aproximação das redes de parentesco estão entre as principais motivações que levam a decisão pela reforma agrária como possibilidade de conquista da terra e de um *lugar para viver*.

2.1 O Município de Herval

O nome Herval provém da grande quantidade de erva-mate nativa encontrada na região à época de sua colonização. O município foi criado em 1881, desmembrado de Jaguarão (AZONASUL, [200-]). Está localizado na microrregião de Jaguarão e ocupa uma área de mil setecentos e cinquenta e oito quilômetros quadrados. O município está distante aproximadamente trezentos quilômetros da capital do Estado.

A estrutura fundiária da região é caracterizada por grandes propriedades de terra destinadas à pecuária extensiva e à produção de arroz. A partir da década de 1980, essa *paisagem* passa a contrastar com a dos pequenos lotes dos assentamentos da região, com área média de vinte e cinco hectares e com a produção diversificada, característica da agricultura camponesa.



Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Herval

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de: Abreu, 2006.

Situado nas proximidades da fronteira com o Uruguai (Figura 1), o município de Herval é caracterizado pelo bioma pampa¹, apresenta um clima caracterizado por invernos frios, com temperaturas que podem chegar a 0°C e verões com ocorrência de temperaturas elevadas, com temperaturas que podem atingir 40°C. A temperatura média anual é de 18°C. A ocorrência de chuvas mensais é desuniforme, com precipitação média inferior nos meses de verão, o que pode provocar estiagens. Os depoimentos dos assentados revelam a ocorrência de seca nos últimos anos, muitas vezes associada por eles à expansão da silvicultura de eucalipto no período. Também há incidência de geadas, principalmente entre os meses de abril e novembro (EMBRAPA, 2008).

¹ A respeito da caracterização do bioma pampa ver Borges (2009) e Crawshaw *et al.* (2007).

O Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH) é de 7,54 (PNUD, 2000), estando abaixo da média do Estado, considerado pela ONU como índice de desenvolvimento médio.

Segundo o censo demográfico do IBGE (2000), a população de Herval era, naquele ano, de oito mil, quatrocentos e oitenta e sete habitantes, 44,47% da qual localizada na zona rural. De acordo com o ITEPA (2002), o município destaca-se por possuir o maior número de assentados na zona Sul do Estado, totalizando setecentos e vinte e nove famílias, distribuídas em uma área aproximada de vinte mil hectares, divididos em treze assentamentos.

² A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto de que, para dimensionar o avanço, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. No IDH, estão equacionados três subíndices direcionados às análises educacionais, de renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do subíndice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E, por último, o subíndice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer. (PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano, disponível em www.pnud.org.br)

2.2 Assentamento São Virgílio: aqui foi começada uma comunidade

A maioria do povo já era assim, um povo de comunidade. Por isso que já funcionou, tá funcionando bem até hoje. Não tão bem, mas pra muitos assentamentos daqui, está funcionando bem melhor, do que se nota em outros lugares aí. (Verônica)³

A Casa Civil da Presidência da República “declara de interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural denominado ‘Fazenda São Virgílio I e II’, situado no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul”⁴, em 20 de outubro de 1997. Em novembro desse mesmo ano, as primeiras famílias já haviam sido transferidas para o assentamento.

O assentamento São Virgílio, localizado na zona rural, a onze quilômetros da sede urbana do município de Herval, é composto por duas áreas desapropriadas de um mesmo proprietário e recebeu a denominação de origem da Fazenda: assentamento São Virgílio I, com cinquenta e uma famílias distribuídas numa área em torno de mil e trezentos hectares, e assentamento São Virgílio II, com onze famílias vivendo em pouco mais de trezentos hectares. Embora as duas áreas fiquem próximas, essa divisão entre as duas áreas gera percepções divergentes a respeito da constituição do assentamento, pois não está claro para os moradores se são dois assentamentos de mesmo nome ou um assentamento dividido em duas partes. Mesmo aqueles que percebem as duas áreas como pertencentes ao mesmo assentamento, referem-se ao São Virgílio II como “lá nos onze”. O *locus* desta pesquisa foi a área denominada São Virgílio I, porém optei por suprimir a numeração que é constitutiva do nome.

A trajetória por que passam os agricultores sem-terra até a conquista do assentamento inclui períodos de moradia em acampamentos, que, nesse caso, são organizados pelo MST como um dos instrumentos de pressão social por meio da

³ Salienta-se que, na elaboração deste texto, a fim de preservar as identidades dos interlocutores, optou-se pelo uso de nomes fictícios.

⁴ Decretos da Casa Civil: DNN 5909 e DNN 5905: encontram-se anexos à dissertação.

visibilidade da demanda por Reforma Agrária desses agrupamentos e das precárias condições de vida a que estão expostos nesse período. Segundo Silva, C. (2005), essa prática visa chamar a atenção da opinião pública para as reivindicações do MST, assim como para a possível desapropriação da área ocupada. A maioria das famílias relata a passagem por mais de um acampamento.

No acampamento, o MST orienta os agricultores a organizarem-se em *núcleos*, em que se reúnem, em sua grande maioria, a partir de afinidades de vizinhança e parentesco. Esses núcleos possuem uma liderança, que orienta a respeito das questões pertinentes da organização do acampamento, como a distribuição de tarefas e organização dos espaços coletivos e individuais, como explica Silva, C. (2005). São unidades organizadas dentro do acampamento e também representam um meio de veiculação ideológica do MST, através do qual orientam as formas de relações sociais projetadas e a organização espacial idealizada pelo Movimento (SILVA, C., 2005, p. 14).

Para a distribuição dos lotes, os agricultores dividiram-se em *grupos*, respeitando o sistema de *núcleos* utilizado nos acampamentos. Dividiram o assentamento em *bolsões*, que correspondem a áreas maiores de terra, que comportariam um número determinado de famílias, de acordo com o tamanho de cada grupo. Dessa maneira, foram sorteados em grupos para ocuparem esses *bolsões*, e, em cada um deles, as famílias entravam em acordo para a distribuição interna. Alguns usaram o sorteio e outros entraram em consenso. O depoimento de Leonel evidencia a organização dos grupos de acordo com as afinidades por local de origem das famílias:

Foi dividido em cantos, pelos bolsões. Aí depois veio o INCRA e nós já sabia que nós íamos ganhar aqui nessa ponta e fomos sorteando entre nós mesmos. Foi sorteado ali outro grupo de São Miguel, nós éramos quatro de Palmeira. Tinha os de Frederico ali, três que foram embora, desistiram. Aí agora tem a Cátia. Mais quatro de São Miguel para outro lado. Aí fomos sorteando assim, entre nós. Os de São Miguel pro lado de lá. Os de Frederico pro lado de cá e outro bolsão de São Miguel pro outro lado, mais cinco ou seis. (Leonel)

Na Figura 2, é possível observar a organização espacial dos lotes, assim como as áreas destinadas à reserva legal e à sede. No mapa⁵, também estão espacializadas as estradas gerais e a delimitação dos bolsões iniciais que deram origem à distribuição das famílias.

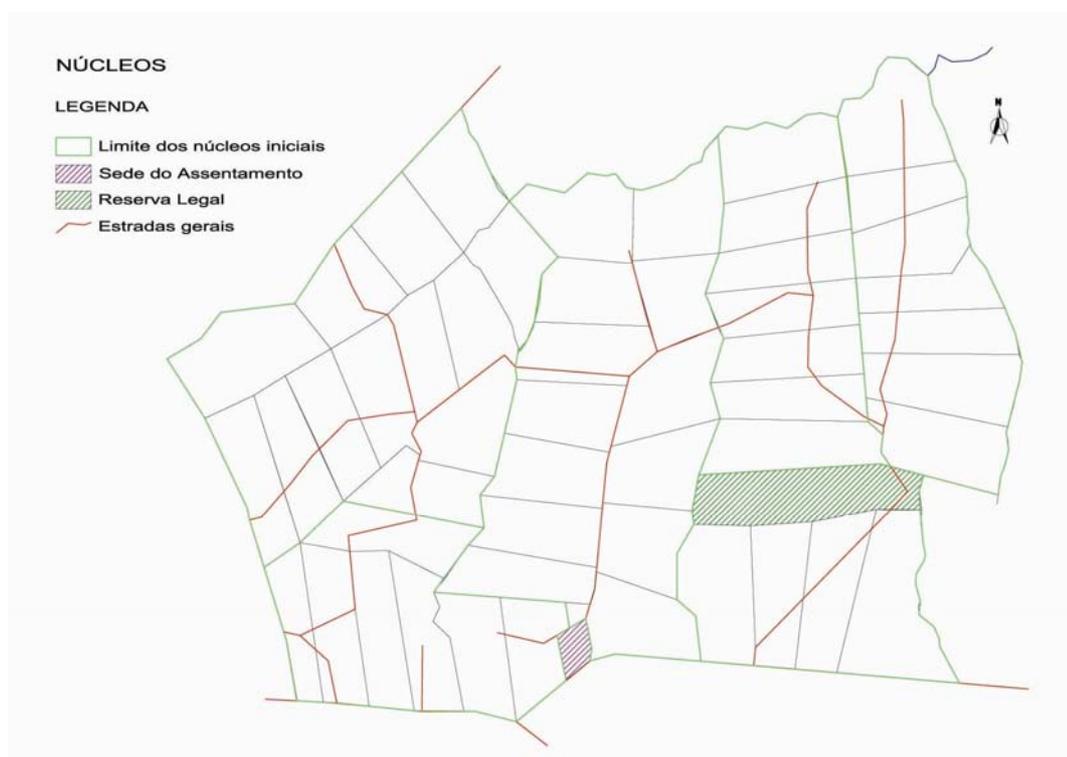


Figura 2 – Mapa de localização dos lotes e dos bolsões iniciais do assentamento São Virgílio, de acordo com os núcleos.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de: Brasil, [2006?].

Cabe ressaltar que, embora a organização espacial tenha sido orientada pelo sorteio dos grupos, os assentados que hoje vivem em São Virgílio tratam o tema como passado, referindo-se a essa divisão como o início da distribuição dos lotes. Atualmente, é possível observar divisões espaciais, mas essas são identificadas pela teia de relações formadas pelos laços de parentesco e compadrio, como demonstram as palavras da Violeta: *naquele canto moram os Barbosa*.

Desde que o assentamento foi criado, no final do ano de 1998, algumas famílias realizaram trocas de lotes entre assentamentos diferentes ou, ainda, dentro

⁵ Os mapas elaborados para essa dissertação são de natureza ilustrativa, com o objetivo de dar visibilidade às relações espaciais destacadas na pesquisa.

do próprio assentamento, como estratégia para a recriação das redes sociais. Nesse processo, alguns agricultores conseguiram reconstruir no assentamento parte de suas redes de parentesco. O tecido social volta a ser tramado, e os casamentos entre filhos de assentados unem as famílias, assim como os compromissos de compadrio. O mapa da Figura 3 foi elaborado a partir da sistematização dos dados coletados em campo; nesse mapa, pode ser visualizada a teia de relações parentais no interior do assentamento.

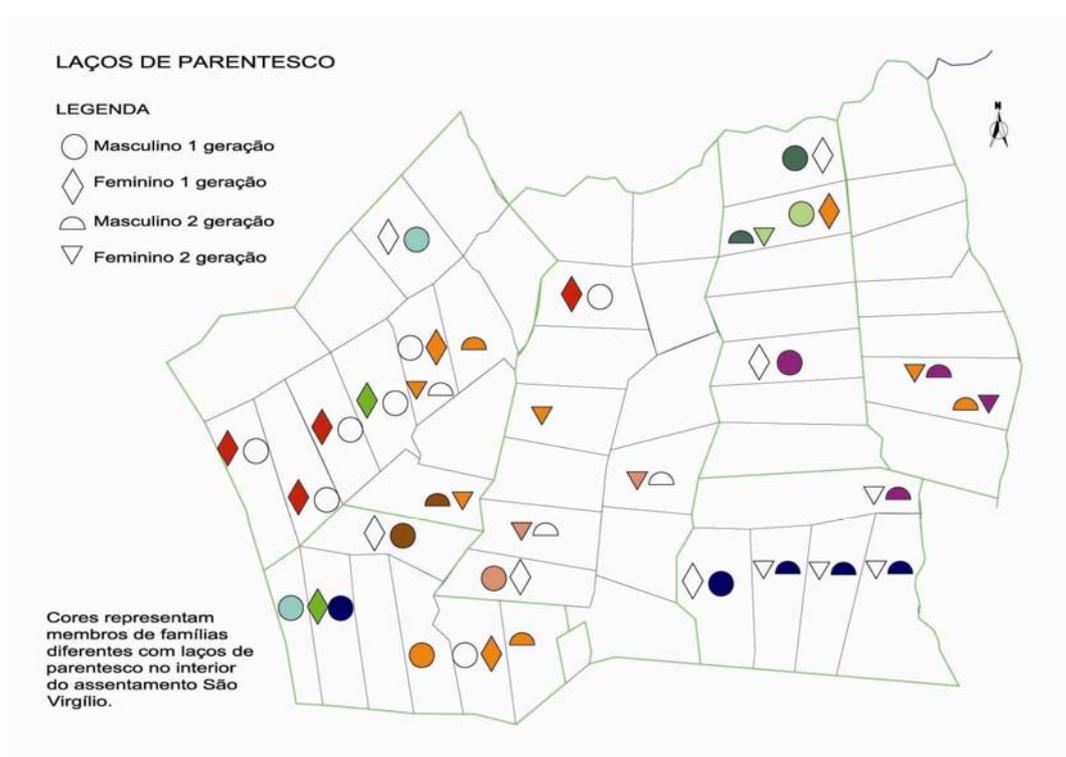


Figura 3 – Mapa dos laços de parentesco apreendidos em pesquisa no assentamento São Virgílio. Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de: Brasil, [2006?].

Cabe ressaltar que as teias de parentesco aqui apreendidas traduzem apenas os laços parentais informados espontaneamente pelos assentados, portanto não representam a totalidade da teia de relações em São Virgílio, já que na pesquisa não houve contato com a totalidade dos assentados. A espacialização dos dados foi feita de forma a dar visibilidade ao como os laços de parentesco circulam e se estendem no território do assentamento.

No que se refere à organização espacial, os assentados em São Virgílio organizaram-se para que o processo de demarcação e divisão dos lotes fosse agilizado, mesmo antes da intervenção do INCRA. Relatos de experiências de parentes assentados ou conhecidos em outros assentamentos, em que alguns tinham familiares assentados e nos quais a demarcação dos lotes por parte do INCRA havia demorado mais de cinco anos, estimularam a busca de soluções mais rápidas. Por esse motivo, articularam com um topógrafo da cidade a realização da demarcação para que pudessem se mudar *para cima* de seus lotes, antes mesmo da medição do INCRA, o que lhes permitiu realizarem suas mudanças definitivas em um período inferior a um ano de assentamento.

O assentamento foi dividido em cinqüenta e um lotes, com área média de vinte e quatro hectares. Também foram demarcadas as estradas, a reserva legal em lote único, respeitando as orientações do decreto da Casa Civil, e a área da Sede do assentamento, incorporando as benfeitorias existentes para uso coletivo, inscritas em quatro hectares. O antigo casarão da fazenda foi destinado à escola, cujas atividades iniciaram em março de 1999. Uma das edificações ao lado do casarão da escola está em ruínas, materializando a memória do desabamento ocorrido por evento de um tornado que passou pelo assentamento em 1999, que será tratado com mais detalhes no capítulo 5.

As demais benfeitorias hoje são utilizadas para atividades comunitárias, festas e cultos religiosos. O assentamento congrega diversas linhas religiosas, no entanto apenas a Igreja Católica ocupa um local na Sede, aproveitando a infraestrutura existente. As demais igrejas foram construídas nos lotes de alguma liderança religiosa local.

A área externa da Sede comporta campo de futebol e cancha de *bocha*⁶. Nos domingos em que não há ocorrência de chuvas, os assentados - com exceção dos

⁶ *Bocha* é o nome de um jogo que consiste no arremesso de bolas de madeiras, também chamadas de bocha, em um cancha, cujo piso geralmente é de chão batido. Cada jogador recebe 4 bochas e deve arremessá-las com o objetivo de conseguir jogá-las o mais próximo possível de uma bola menor, chama de *bolim*. Pode ser jogada em duplas ou em equipes. O jogo foi introduzido no Brasil pelos imigrantes italianos. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOCHA E BOLÃO, 2009).

evangélicos que se dedicam ao culto religioso nesses dias - reúnem-se à tarde na Sede. Os homens jogam bocha na cancha, que se localiza na área externa – *fora* – ao lado da escola, enquanto as mulheres jogam bolãozinho⁷ *dentro* do galpão comunitário (Figura 4). Observa-se aí a oposição de gênero no que se refere ao uso e distribuição dos espaços coletivos de lazer, sendo o *fora* considerado de domínio masculino e o *dentro* de domínio do feminino, a exemplo do que foi observado por Wedig (2009) em estudo sobre campesinato e gênero em comunidade rural no Vale do Taquari.



Figura 4 – Fotografias dos jogos de bolãozinho e bocha na sede do assentamento. À esquerda: Bolãozinho das mulheres (*dentro*) À direita: Bocha dos homens (*fora*). Fonte: Registradas pela autora (MARTINS, V., 2008).

Há também uma área reservada para o cemitério, que, até o momento da pesquisa, tinha quatro pessoas enterradas por morte natural, o que me foi apresentado como indicador de paz e tranquilidade no assentamento, em contraste com casos de assassinato ocorridos em outros assentamentos da região, como se percebe no trecho da fala de Violeta: “*Bom, tu viu ali no cemitério, em dez anos que estamos aqui tem quatro túmulos, gente que morreu de velho e um recém-nascido.*”

⁷ O *bolãozinho* é um jogo que consiste em acertar pinos de madeira com uma bola maciça de ferro que se encontra pendurada por uma corrente, no teto da edificação onde é jogado. Os pinos ficam posicionados em forma de triângulo sobre uma plataforma de madeira onde está marcada a posição de cada um. A bola, suspensa pela corrente, é impulsinada pelo participante, que deverá projetar que essa faça um movimento pela lateral dos pinos e os acerte pela frente. O número de participantes é ilimitado e vence quem derrubar mais pinos.

A decisão de localização do cemitério gerou certa polêmica no período de sua implantação, pois alguns acreditavam que os cemitérios deveriam ser separados por religião, enquanto outros defendiam que deveria ser um só, o que prevaleceu. No entanto, no mesmo perímetro onde se delimita o cemitério, a divisão entre os grupos religiosos permaneceu, mesmo após a morte das pessoas, respeitando as escolhas familiares. Uma cruz de madeira fixada no meio do terreno supõe a divisão imaginária, onde, de um lado, estão os católicos e, do outro, os evangélicos.

Quando foi para escolher o lugar, daí reuniu o assentamento inteiro. Eles achavam que tinha que fazer dois cemitérios, um para os evangélicos e outro para os católicos, mas chegaram num consenso e fizeram um só, porque não tinha necessidade de fazer dois. Mas, assim mesmo, ficou tipo uma divisória, a metade é dos evangélicos e a metade é dos católicos. Então, lá em cima, é os católicos e, desse lado, são os evangélicos. E católicos têm dois e evangélicos têm dois. [...] Mas eu acredito que esse é um cemitério comunitário, do assentamento. Pelo menos, foi feita a ata aquela vez, de que seria o cemitério do assentamento, porque fica dentro da área que pertence à Sede. (Violeta)

As estradas e a energia elétrica só chegaram quatro anos depois e, supostamente por orientação das lideranças locais do MST, a localização das casas foi condicionada à proximidade das estradas, com o objetivo de reduzir custos no momento da instalação da rede de energia elétrica. Esse condicionante está presente na maioria dos relatos, alguns conformados e outros, revoltados.

Mas é que o comentário aqui é que tinha que fazer as casas na beirada das estradas porque a luz ia cruzar, em vez de não, podia ter cruzado no meio, foi um comentário do povo nosso mesmo. (Elisa).

Algumas famílias mantiveram seu propósito e localizaram sua casa no local que consideravam mais adequado, conforme o sistema planejado para o funcionamento do lote, no qual a moradia exerce um papel fundamental. Outras ainda guardam o local desejado na memória, como pode ser visto nas palavras de Luana: “Nós pensamos de fazer lá embaixo porque era um lugarzinho bonito e a água correndo, tudo lá embaixo. Mas aí fizeram aqui em cima.”

O acesso ao assentamento é feito por estradas de chão e, em dias de chuva intensa, é dificultado pelas condições da via. Não há linhas de transporte coletivo, e os moradores dependem de transporte próprio, caronas e, na maioria das vezes, fazem o trajeto a pé. Internamente ao assentamento, o ônibus escolar faz o trajeto perimetral das estradas gerais duas vezes por dia, para buscar e levar os alunos em casa. Aí é possível pegar carona para deslocamentos mais longos. Além disso, alguns assentados dispõem de trator, motocicleta ou carro para deslocar-se.

As famílias que vivem em São Virgílio vivenciaram, em sua maioria, a experiência do acampamento. Entre os colonos assentados, há uma diversidade étnica, sendo que em sua maioria são descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Seus municípios de origem distam entre quinhentos e cinquenta a setecentos quilômetros do município de Herval, como pode ser observado na Figura 5. Algumas famílias vieram posteriormente por meio de trocas de lote - oficiais ou não -, oriundas de outros assentamentos situados em municípios próximos, como é o caso de Candiota e de Piratini.

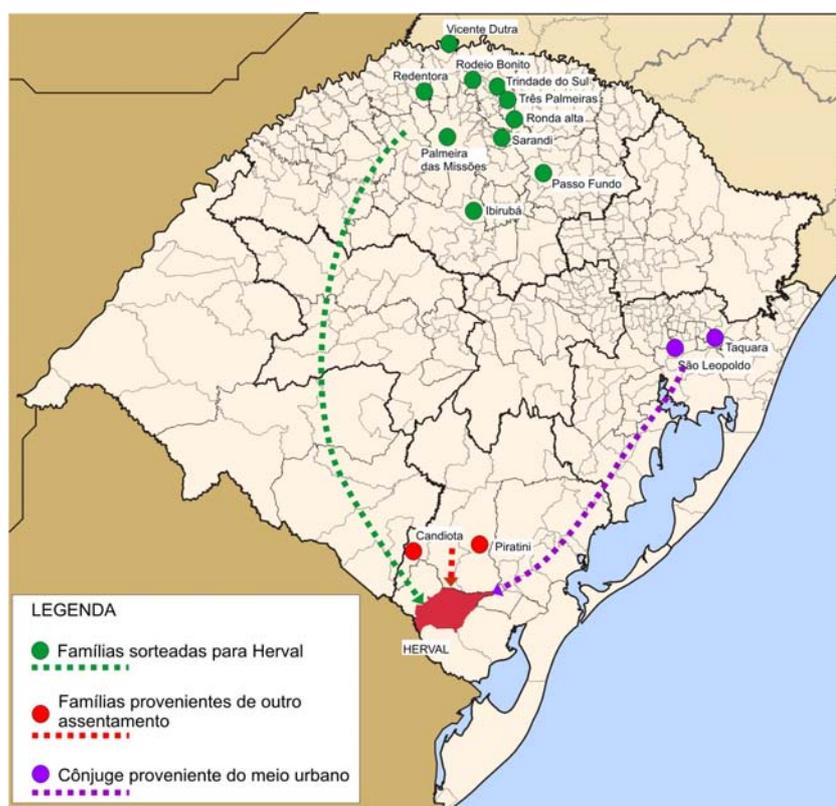


Figura 5 – Mapa de deslocamento dos assentados dos locais de origem para Herval. Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de Abreu (2006).

A distância do local de origem é, ainda hoje, um fator relevante na vida dessas pessoas. Em um de meus primeiros contatos, Alceu mostrou, em um mapa do Estado, o percurso de deslocamento que fizeram para chegar até seu lote. O sulco desse trajeto, no espaço e no tempo, está impresso em suas memórias, por vezes fragmentadas, e a distância tem ecos de saudades de suas experiências de vida e, especialmente, dos familiares e amigos que não os puderam acompanhar.

Silva, M. (2003) destaca que a separação das famílias remete a relatos carregados de emoção, sendo o tempo uma referência longa e, nos casos de morte de um familiar, eterna.

No assentamento São Virgílio, a maioria das famílias tem parentes que vivem em outros assentamentos, alguns distantes e outros próximos. Quando falam sobre familiares que vivem distantes, também falam sobre o sonho de tê-los próximos.

A Reforma Agrária representa, para os agricultores sem-terra, a possibilidade de reespecializar a teia de relações parentais (MARTINS, J., 2003) a partir de diversas estratégias, desde a organização em grupos para acampar, até as redes de informação que veiculam as possibilidades de adesão dos demais membros da família por meio de novos acampamentos, ou mesmo de compra ou troca de lotes. No entanto, esse processo de reunir a família, quando é possível, pode levar anos e, mesmo nos casos em que as famílias conseguem se reunir em uma mesma região, a natureza complexa das teias de relações parentais resultará em uma espacialização incompleta, em que sempre faltará alguém importante.

Segundo Tuan (1983),

“Distância” tem conotação de graus de acessibilidade e também de preocupação. Os seres humanos estão interessados em outras pessoas e nos objetos importantes em suas vidas. Querem saber se as pessoas que lhes são importantes estão longe ou perto deles e umas das outras. (TUAN, 1983, p. 52).

De forma similar ao observado no estudo de Silva, M. (2003), no assentamento São Virgílio, os depoimentos sobre a separação das famílias revelam sofrimentos e o sentimento de que a felicidade não pode ser completa sem a proximidade dos parentes, como declara Íris:

É um sofrimento viver longe dos parentes. Com pouco tempo e dinheiro para visitar. [...] Às vezes a gente senta esperando... nenhum parente! É só o que está faltando para completar a alegria da gente.

No entanto, ao recordar as condições da vida passada, a certeza de que o momento que vivem torna o futuro possível os fortalece e conforma. Segundo Martins, J. (2003), a Reforma Agrária é percebida como a única alternativa que a vida e o peso da inserção social subalterna lhes apresentaram. Uma alternativa que lhes promete “terra própria para plantar e casa para morar” (FERREIRA, 2005, p. 40).

O sujeito da Reforma Agrária tem uma identidade familística e vicinal, como enfatiza Martins, J. (2003), e suas perspectivas são orientadas por um núcleo basicamente familiar, de família extensa. A comunidade não existe no espaço, mas nas redes de relações familiares e vicinais. Assim sendo, a Reforma Agrária é percebida e buscada como possibilidade de “restituir a espacialidade do comunitário, e reconstruir a comunidade também como território comunal”. (MARTINS, J., 2003, p. 31). Segundo esse autor, o sujeito da Reforma Agrária viveu desenraizamentos, fragmentações, o que, no entanto, não significa um rompimento com o sistema simbólico que o vincula à terra, à família e à morada. O assentado anseia por um projeto de vida, em que a propriedade da terra lhe permita, mais do que uma unidade de produção, um *lugar* para viver, pois onde morar e trabalhar não estão dissociados. Martins, J. (2003) lembra que *morar*, para os agricultores, significa a possibilidade de convivência com o *lugar*, com a natureza, é o modo de viver.

A partir dos estudos de Martins, J. (2003), pode-se pensar que, no assentamento São Virgílio, os assentados percebem-se, pelos seus depoimentos, como uma comunidade que foi e segue sendo construída - *Lá era, bem dizer, como aqui, só que aqui foi começada uma comunidade* (Mauro) – desde o momento em que se organizam para acampar, reunindo sua teia de relações. Mesmo após o

assentamento consolidado, é mantido um sistema de “circulação de informações” (MARTINS, 2003, p. 29) sobre novas oportunidades de recompor a espacialidade das redes de parentesco e vizinhança, representadas pelas desistências, vendas e troca de lotes, ou ainda por novos assentamentos. Internamente ao assentamento, são tecidos novos laços de parentesco, a partir dos casamentos e das relações de compadrio, revelando a importância dos vizinhos como parentes potenciais.

Atualmente, os assentados relatam ter construído relações sociais importantes, externas ao assentamento, mas trazem também a memória da rejeição do entorno sofrida nos primeiros anos. Especialmente os jovens lembram de situações de constrangimento na infância, devido aos preconceitos referentes aos assentados:

Na cidade, por exemplo, o comércio para conseguir fazer compras, até conseguir uma confiança. Hoje, acho que, com o tempo, foram enxergando, porque falavam em Movimento Sem Terra, meu Deus do céu! Os próprios vizinhos que a gente tem aqui, que não são assentados, contam que faziam ronda de noite, de medo de roubarem, de ir para dentro das casas deles. (Tânia)

Como sugere Martins, J. (2003), a história dos assentamentos é de ganhos sociais importantes, mas também revela perdas, como as desistências, a exploração da renda da terra e as vendas de lotes, entre outras situações, não raro em decorrência da falta de políticas capazes de gerar autonomia aos agricultores recém-assentados, em sua maioria pauperizados. De acordo com Ferreira (2005), o Estado brasileiro parece não priorizar a viabilidade de emancipação do agricultor no processo de Reforma Agrária, o que é observado pela incompatibilidade das políticas e das mediações técnicas, o atraso e engessamento dos recursos, entre outros fatores.

Ferrante, Barone e Bergamasco (2005) analisaram os vinte anos de implementação de projetos de assentamentos rurais no Estado de São Paulo a partir da perspectiva dos modos de vida. Nesse estudo, destacam a “complexa trama de tensões” (FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2005, p. 38) da política de Reforma Agrária no Brasil, expressando as contradições e possibilidades da agricultura familiar diante do poder do grande capital agropecuário e agroindustrial,

no que se refere ao desenvolvimento social. Para esses autores, “a análise das singularidades das ações de resistência, de acomodação ou de conflitos, que aparecem sob a forma de impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno” (FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2005, p. 39) são atravessadas por essas *tramas de tensões*, em que se destacam o campo econômico e o político.⁸

Outro elemento determinante às condições de resistência dos assentados é o da adaptação às diferenças regionais. No caso do São Virgílio, as famílias são provenientes de uma região cuja característica é agricultura diversificada, baseada na organização familiar, que contrasta com seu destino, uma região tradicionalmente dedicada à pecuária extensiva.

Só que a região, quando a gente veio pra cá, falando da região, hoje faz dez anos que nós estamos aqui assentados. Eu acho que agora que a gente tá se dando conta de como é a região aqui, porque a gente veio de uma região totalmente diferente, de pequeno agricultor. (Cátia)

Assim, temos que as diferenças materiais e culturais entre a moradia na região de origem e a atual moradia, no assentamento, refletem-se no processo de *reterritorialização* dos agricultores assentados, assim como na trajetória de constituição do *lugar da morada*.

As regiões de origem e de assentamento desses agricultores têm características extremamente diferenciadas, tanto no que se refere à base física em que se realiza a produção agropecuária como no que se refere à cultura. Em doze anos de assentamento, as famílias rurais assentadas vêm, então, atualizando e reconstruindo seus modos de vida. (WEDIG; MARTINS, V.; MENASCHE, 2008, p.2).

⁸ Ainda que o assentamento São Virgílio esteja inserido na complexa trama de tensões proposta pelos referidos autores, o que também atravessa a constituição da *morada* das famílias, essa dimensão não será tema de análise nesta dissertação.

A adaptação à nova realidade exige aprender novas formas de trabalhar a terra, o que demanda assistência técnica e políticas que possam dar conta de um período de aprendizagem e transição. Isso, efetivamente, não ocorre, o que expõe as famílias a fracassos sucessivos, aos quais uns resistem e outros desistem. Com o tempo, os assentados apostam em outras atividades para garantir a reprodução do grupo familiar. A produção de leite representa atualmente para as famílias de São Virgílio uma das principais fontes de renda, complementada pela comercialização de produtos da horta e do pomar, especialmente nos anos em que as safras sofrem os efeitos da seca.

No caso estudado, deparei-me com situações de abandono e vendas de lote. Ferrante, Barone e Bergamasco (2005) evidenciam que as desistências, vendas e arrendamentos refletem, como antes mencionado, uma trama complexa de tensões que atravessam a política de Reforma Agrária brasileira. Em estudo realizado com assentamentos de São Paulo, os autores demonstram como as pressões do grande capital da indústria canavieira, a insegurança em relação às irregularidades da terra, a disputa de interesses dos diferentes atores políticos e econômicos refletem na viabilidade dos assentamentos, interferindo nas estratégias criadas pelos agricultores para resistir, ou mesmo, desistir do processo. Embora a realidade dos assentamentos, assim como dos próprios assentados, em São Paulo seja diferente da realidade da zona sul do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que também aqui os assentamentos são atravessados por uma trama de tensões, que, do mesmo modo que no caso paulista, se refletem em desistências, venda e abandono de lotes ou, ainda, arrendamentos. No caso de São Virgílio, assim como Herval, os assentados sofrem com o isolamento, não apenas físico como econômico, dificuldades no escoamento da produção, solos inadequados às formas de produção que utilizavam em suas áreas de origem, efeitos da estiagem, atravessamentos dos mediadores locais e regionais – aí incluso o próprio MST –, entre outros fatores refletem em desistências. Em São Virgílio, a maioria dos casos de abandono de lote ocorreu nos primeiros anos de assentamento, quando cerca de dez famílias desistiram. Os lotes vazios foram retomados pelo INCRA e redistribuídos.

Nessa época, o INCRA havia reavaliado a distribuição de área nos lotes de alguns assentamentos da região devido às precárias condições dos solos. A conclusão foi que os assentados deveriam receber mais terra, o que exigiria reassentar algumas famílias em outros assentamentos. Dessa forma, em 1999, foram reassentadas em São Virgílio sete famílias, três das quais originárias do Assentamento Nossa Senhora da Glória, além de três outras vindas de acampamento.

*

Neste trabalho, o olhar recaiu sobre as famílias que residem no São Virgílio. Os processos de recomposição do espaço nos lotes serão analisados na perspectiva de estratégias de restituição e reprodução do tecido social.

As ambiguidades que resultam das possibilidades e dos limites oferecidos na condição de assentado são transversais aos temas analisados aqui. Aparecem nas falas e nos silêncios dos pesquisados e guardam riquezas que extrapolam os limites desta dissertação.

No próximo capítulo, será apresentado o processo metodológico e as técnicas de pesquisa utilizadas para a coleta de dados a campo, bem como os procedimentos de tratamento e cruzamento de dados que deram suporte às análises realizadas neste trabalho.

3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

DaMatta (1997) nos ensina que espaço e tempo estão imbricados, constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pelas sociedades humanas. Segundo o autor, a sociedade brasileira singulariza-se pela convivência entre muitos espaços e temporalidades simultâneas. Para compreender como o espaço se manifesta e se relaciona em um grupo social, é necessário atentar para as dimensões temporais. Nesse sentido, a construção desta pesquisa parte da perspectiva que busca apreender a trajetória de construção do *lugar da morada* dos assentados sob um olhar que se volta para sua reconstrução temporal desde o local de origem até o momento atual. No entanto, a apreensão transcende a dimensão cronológica e compreende a relação *espaço-tempo* das rotinas cotidianas ou das situações extraordinárias, revelando um universo de significações simbólicas.

Cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado, e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenam também em oposições diferenciadas, permitindo lembranças e memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização (DAMATTA, 1997, p. 36).

As opções metodológicas de apreensão e compreensão do sistema simbólico dos modos de habitar das famílias assentadas empreendidas nesta pesquisa serão apresentadas no capítulo que segue, a começar pela entrada a campo, como momento fundamental para o desenvolvimento da investigação, especialmente na perspectiva da antropologia social, abordagem que assumo aqui.

3.1 Construindo o *lugar da pesquisa*: a entrada no campo

Inicialmente, a intenção desta pesquisa era abordar assentamentos no entorno de Tupanciretã, na Região Central do Estado, onde eu havia trabalhado em 2003. Àquela época, integrei a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COOPTEC) por meio de um convênio coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Governo do Estado. Nessa ocasião, minha função era fiscalizar as obras de casas que haviam ficado sem assistência técnica por um período aproximado de um ano. Essas casas eram resultado de um Programa de Habitação Rural em assentamentos no Rio Grande do Sul.

Para além da vivência profissional anterior, a escolha se deu por ser uma região cuja paisagem e modelo de ocupação do solo rural fora, até então, o de grandes propriedades. Tendo sido, na última década, receptora de assentados da Reforma Agrária, essa região concentra um número expressivo de assentamentos, caracterizados por pequenos lotes rurais habitados por famílias oriundas de diversos municípios e regiões do Estado.

No entanto, a dificuldade encontrada em retomar os contatos que haviam sido estabelecidos anteriormente para a inserção a campo, necessária para o desenvolvimento da pesquisa, e a precariedade de condições de deslocamento referente aos assentamentos daquela região demonstraram a inviabilidade dessa escolha. Assim é que foram cogitadas outras regiões com características similares.

Dessa forma, encontrei a região de Herval, no Sul do Estado. Naquele período, uma equipe de pesquisadores da UFRGS estava desenvolvendo atividades de campo no assentamento Nossa Senhora da Glória, localizado no município de Pedras Altas, anteriormente pertencente ao município de Herval - até 1996, quando foi emancipado.

O processo de escolha do campo de estudo revelou, em si mesmo, uma vivência de construção do *lugar* de pesquisa. Fui a campo acompanhando esses pesquisadores que dariam um curso, há muito esperado pelas famílias envolvidas, e

minha presença configurou-se secundária. Dessa forma, não foi possível conviver com as famílias, para as quais fui devidamente apresentada como pesquisadora, ou mesmo entrevistá-las. Por esse motivo, indicaram-me famílias não inseridas nesse projeto e que teriam disponibilidade de me receber.

Cheguei ao assentamento no final de maio de 2008, tendo esses dias sido anunciados pela imprensa como os mais frios dos últimos cinquenta anos. Ainda guardo as impressões do vento forte que quebrou o guarda-chuva emprestado por uma das famílias e da garoa fina e gelada que atravessava minhas roupas de lã.

Nas estradas vazias do assentamento, avistava as casas nas quais buscava meus primeiros informantes. A fumaça nas chaminés indicava em que portas eu poderia bater. Chegava à casa das famílias desavisadas e me apresentava como pesquisadora, falando do tema e dos objetivos da pesquisa. Nessas condições, realizei minhas primeiras entrevistas e observações, de forma a empreender uma pesquisa exploratória. Embora tenha sido bem recebida pelas famílias, o constrangimento natural desse contato refletiu na relação com os entrevistados e mesmo nos dados coletados, os quais foram importantes para a reformulação de meus instrumentos de pesquisa.

Essa gélida inserção gerou em mim também um retraimento em relação ao possível campo de pesquisa. Tempos depois, já fora do campo, percebi o quanto essa primeira abordagem fora atravessada pela minha própria reação ao frio, à umidade e, principalmente, à sensação de ser uma estranha, sem referências que me permitissem ser acolhida. Mais tarde, essa experiência me ajudaria a compreender os relatos dos informantes a respeito de sua própria percepção na chegada àquele *espaço* desconhecido, onde iriam construir suas vidas e seu *lugar*.

Após essa primeira inserção a campo, o desencontro de agendas com a equipe de pesquisa e a impossibilidade de acompanhá-la nas atividades, somado às impressões de minha primeira abordagem, determinou a escolha do assentamento em que efetivamente empreenderia a pesquisa.

Com a intenção de retornar a campo, viajei ao município de Herval, de onde sai o transporte coletivo com destino a Pedras Altas, município em que está situado

o Assentamento Nossa Senhora da Glória, localizado a quarenta quilômetros de Herval. Estava acompanhando uma colega que lá empreendia sua pesquisa de doutorado. De lá, seguiríamos para aquele assentamento. No entanto, chegando à sede do município de Herval, fomos informadas de que o ônibus que fazia a linha até o assentamento só realizaria viagem dali a três dias. Assim, para ir antes, seria necessário contratar um táxi para o deslocamento, o que também não pareceu viável, pois, além do custo, recebemos relatos de que as estradas estariam muito precárias e poderiam estar intransitáveis, devido às chuvas.

Ao chegar a Herval, fomos recebidas por moradores da cidade, que demonstraram o desejo de que realizássemos nossas pesquisas no município em que vivem. Sugeriram que fôssemos ao assentamento São Virgílio, o mais próximo e de melhor acesso. Além disso, argumentavam que Herval, assim como Pedras Altas, também se constituía como possível campo de pesquisa, revelando um desejo de valorização de seus vizinhos assentados.

A possibilidade de acesso mais fácil ao campo, e talvez o sentimento de acolhimento nessa chegada, me fizeram aceitar o convite. No mesmo dia, seguimos para o assentamento São Virgílio. Um morador da cidade, que presta serviços de manutenção de eletrodomésticos aos assentados, ofereceu-se para nos levar até esse assentamento.

No assentamento, fomos apresentadas a duas famílias, de forma que cada uma ficou em uma casa diferente, e só voltamos a nos encontrar no momento do retorno. Fui apresentada a uma família como uma amiga que estava querendo pesquisar as demais famílias daquele assentamento sobre suas moradias. Como em todas as casas em que estive, ali também fui muito bem recebida, mas, além disso, fui acolhida na família. Daí elegi São Virgílio como meu campo de pesquisa, fruto de meu próprio processo de construção afetiva do *lugar da pesquisa*.

Iturra (1986) chama a atenção para a importância do processo de entrada em campo do pesquisador. Segundo o autor, tanto a acolhida quanto a rejeição do pesquisador são reações possíveis, o que deve ser superado através da paciência, na manutenção do comportamento que é próprio de investigador, não tentando ser nada além do que é, de forma a passar pelo *ritual* de acesso ao grupo estudado.

As primeiras visitas realizadas foram acompanhadas por membros dessa família. Devido a esse acolhimento, estaria sempre ligada a essa família no imaginário social, o que, por um lado, me conferiu o *status* de integrante do grupo devido ao vínculo com essa família. Em certa ocasião, cheguei a ser confundida como tia de Maciel, filho do casal que me recebia. Por outro lado, essa situação exigiu uma maior vigilância quanto a minha postura como pesquisadora e quanto às observações realizadas em campo.

A entrada no campo é fundamental na pesquisa etnográfica, pois é o momento em que se estabelecem relações entre o pesquisador e o pesquisado. A partir da entrada em campo, uma imagem vai ser construída sobre o pesquisador, e essa imagem é importante para as relações que vão se consolidar a partir de então.

A partir de minha inserção, passei a circular pelas estradas do assentamento São Virgílio e a conviver com diferentes famílias. Recebia convites para compartilhar as refeições e para pouso. De forma similar ao observado por Caldeira (1981), minha presença passou a ser algo desejado pelas famílias, como um privilégio, e algumas pessoas demonstravam certo desapontamento quando não era possível minha visita ou estada em suas casas. De acordo com a autora, a presença do pesquisador a campo e a situação de entrevista – e aí incluo as demais técnicas de pesquisa em campo - conferem distinção, importância e identidade aos pesquisados, caracterizando uma relação de troca no processo da investigação científica. O sentimento de valorização de suas vidas confere satisfação ao pesquisado, o que explicaria sua disposição em fornecer informações tão importantes de suas vidas.

Na esfera coletiva, percebi que minha inserção na rede de relações sociais também era um privilégio. Passei a ser assunto de conversas em situações como encontros de final de semana na sede, aniversários e noivados, quando as pessoas trocavam informações sobre minhas próximas vindas, local de pouso, notícias de meu paradeiro. Ainda hoje recebo mensagens pelo telefone celular com notícias sobre aniversários, nascimentos, noivados e casamentos no assentamento, como mostra a mensagem transcrita a seguir:

Ontem me fizeram surpresa, tinha trinta mulheres. No sábado fizemos chá de panela da Liege, vai casar dia quatorze de março. Você é sempre lembrada nas rodas de conversa. Beijo! (Mensagem enviada por Violeta, em 23/02/2009).

Aqui a surpresa se refere ao costume entre as mulheres assentadas de organizarem festa surpresa para a aniversariante. Nesse sentido, Violeta estava compartilhando comigo que estava de aniversário e havia sido prestigiada pelo grupo. Além disso, ela me atualizava sobre um novo casamento entre filhos de assentados.

Quando estava em campo, percebi que um grupo de famílias, notadamente aquelas primeiras que me foram indicadas, sempre sabiam de minha chegada, permanência e destino dentro do assentamento, enquanto outras desconheciam quem eu era e o que fazia ali. Ao chegar às casas, sempre me perguntavam qual era minha cidade de origem e *de que gente* eu era, buscando conhecer meus laços de parentesco e alguma possibilidade de afinidade por meio deles. Aos poucos, fui sendo assimilada na teia de relações do São Virgílio e, tal como relata Wedig (2009),

Passei a entender que, ao observar, era também observada e, ao entrevistar, também era entrevistada. Ao buscar conhecer a vida dos camponeses, era também necessário estabelecer essa troca, deixando-me conhecer por eles. (WEDIG, 2009, p. 28).

Porém nem todas as situações que encontrei em campo foram de disposição para participação na pesquisa. Como Caldeira (1981) destaca, existem situações de suspeita, ao passo que nem sempre é fácil convencer o entrevistado de que sua vida é importante para a pesquisa, considerando as discriminações vividas nas relações sociais. Além disso, ocorrem ainda situações em que a desconfiança recai sobre a própria identidade do pesquisador, o que também ocorreu comigo nesse assentamento.

Quando iniciei a pesquisa em campo, os agricultores pareciam desconfiar de minha identidade como pesquisadora. Mais tarde, soube que relacionaram o fato de

estarem ocorrendo as obras vinculadas aos programas habitacionais com o tema da minha pesquisa, reforçado pelo fato de eu ser uma arquiteta. Nos primeiros encontros com as famílias, os colonos insinuavam que os insumos de construção contratados por meio de licitação de empresas apresentavam valores muito superiores aos do mercado local e me perguntavam sobre os motivos dessas diferenças. Além disso, em alguns casos, foi sugerido que cada família estaria sendo forçada a destinar um percentual do recurso da casa para a organização do MST, sob pena de não ser beneficiada com o programa. À medida que foi ficando claro que eu era mesmo uma pesquisadora, o assunto deixou de ser mencionado.

O processo de implementação desses programas havia gerado descontentamentos e críticas por parte das famílias. Ao apresentar o tema da pesquisa, esclarecia os assuntos que eu estaria investigando, entre os quais o da habitação. Percebi que o termo habitação era utilizado pelos assentados para designar especificamente o objeto das políticas habitacionais, o que alimentava as desconfianças. Nesse sentido, percebi que eu expressava uma proposta de diálogo e eles entendiam outra, passando a relatar sobre as reformas e/ou as obras que estavam em andamento na época. Por esse motivo, passei a usar os termos usados pelos assentados para designar a casa, como moradia ou *morada*, em substituição ao termo habitação, esse relacionado aos programas habitacionais.

Geralmente eu realizava as entrevistas nas casas das famílias, o que foi uma experiência importante, pois minhas perguntas e o tema de nossas conversas eram a própria casa, seu entorno, sua história, que contavam também a história da família e de suas subjetividades. Muitas vezes, em resposta a alguma pergunta sobre o local, seja da casa ou do pátio, perguntavam-me se eu queria ver.

Foram poucos os casos em que realizei a entrevista que não fosse na casa da pessoa. Nessas situações, orientavam-me como encontrar seu lote e solicitavam que eu passasse por lá, para conhecer seu *lugar da morada* - *Queria que você visse minha casa, como é lá.* (lasmin) - de forma a confirmar a veracidade de sua história. Percebia uma necessidade de mostrar a concretude de suas informações, relacionando a família ao seu *lugar*, materializada na *paisagem* como história em

construção, percebendo a construção do *lugar* como a própria construção de suas vidas.

3.2 Desenvolvimento da pesquisa

[...] o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma Antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO, 1978, p. 46).

Segundo Geertz (1989), a antropologia é uma ciência interpretativa, cuja prática etnográfica é a ferramenta essencial, caracterizada por uma descrição densa da realidade vivida em campo. Para o autor, a cultura é um conceito semiótico, “sistemas entrelaçados de signos interpenetráveis”, entendida como totalidade de representações de uma coletividade, uma reunião de textos que falam sobre ela. Fazer etnografia é como tentar ler esses textos repletos de multiplicidades, complexidades, irregularidades e simultaneidades. A construção dessa leitura dá-se a partir de um investimento de interpretação antropológica, em que as formulações que elaboramos a partir dos sistemas simbólicos devem estar orientadas e informadas pelos atos, pela vida que nossos pesquisados levam e pela forma como eles mesmos a compreendem. Essas perspectivas orientaram o trabalho de campo e o desenvolvimento desta pesquisa.

O trabalho de campo foi empreendido entre maio e agosto de 2008, quando realizei seis visitas a campo, com períodos de permanência que variavam de quatro a doze dias, tendo iniciado – como já relatado – por uma visita exploratória no assentamento Nossa Senhora da Glória, em que realizei as primeiras entrevistas e observações. Essa primeira inserção a campo revelou um universo de temas que orientariam minha pesquisa.

Em campo, utilizei técnicas de pesquisa como a observação, os registros em diário de campo, pequenas intervenções junto a filhos de assentados na escola e entrevistas.

As entrevistas, com o enfoque de resgate de trajetórias/histórias de vida, ocuparam um papel importante nesta pesquisa, tendo em vista que, ao buscar a constituição do *lugar da morada*, era necessário trazer a memória dos assentados, retomar fatos e sentimentos passados, o que não seria possível acessar apenas com as demais técnicas.

Assim é que o roteiro de entrevista¹ foi definido de forma a favorecer a narrativa das memórias e percepções em relação à construção *lugar da morada*, a exemplo do que fazem Woortmann E. e Woortmann, K. (1997), ao abordar aspectos que envolvem a *lógica e a simbólica*² do processo, atravessado pela construção da própria vida. As questões formuladas serviram como desencadeadoras do diálogo, pois a opção por um roteiro semiestruturado permite flexibilidade em relação aos temas perguntados de acordo com cada entrevistado.

De acordo com Caldeira (1981), “o depoimento não exist[e] pronto para ser dito; ele é construído à medida que vai sendo dito” (CALDEIRA, 1981, p. 345). Segundo a autora, o entrevistado imprime o seu tom às respostas, recriando as memórias, o que torna o discurso significativo para quem o vive. Nesse sentido, a narrativa transforma-se em ação vivida, que, naquele instante, ocorre com a participação do pesquisador. Dessa forma, a entrevista constitui-se em uma relação mútua de aprendizado e descobertas, o que necessariamente gera diferentes interfaces com os distintos entrevistados.

Aqui, a intenção foi dar voz às *pessoas comuns*, como em Menasche (2003), ao realizar estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. A escolha dos entrevistados no

¹ O roteiro de entrevista encontra-se no APÊNDICE A.

² A expressão *a lógica e a simbólica* faz referência ao estudo desenvolvido por Woortmann E. e Woortmann, K. (1997) a respeito do trabalho da terra entre sítiantes de Sergipe e sua relação com a moral camponesa.

assentamento da Glória foi orientada por indicações de acordo com a rede de parentesco e vizinhança dos informantes.

Segundo Barnes (1987), a ideia de *rede social* pode ser um importante instrumento para a análise de situações sociais de diferentes naturezas. O autor destaca que, ao fazer uso das *redes sociais* para a indicação de informantes, deve-se atentar para a escolha dos primeiros informantes. Segundo ele, essas pessoas seriam como *nós* da *rede*, que levariam a outras relações no interior do grupo, ou seja, novos indicados, que no movimento da *rede*, tendem a revelar outras conexões sociais (ângulos), a partir de suas próprias indicações, o que deve garantir a diversidade do grupo social abordado na pesquisa, como também exemplifica Menasche (2003),

O critério de escolha de informantes inicialmente estabelecido visava garantir sua diversidade. Assim, por exemplo, a partir da indicação de um informante membro de determinada igreja, chegaria a outros informantes pertencentes àquela igreja; a partir da indicação de um informante originário de determinada região do Estado, chegaria a outros informantes oriundos daquela região; a partir da indicação de um informante de determinado bairro, chegaria a outros daquela vizinhança... e assim por diante. (MENASCHE, 2003, p. 27).

Nesse sentido, optei por estabelecer, ao chegar a São Virgílio, um percurso de interlocutores estabelecido de acordo com as redes sociais locais, indicados a partir dos laços de parentesco e vizinhança. Nas primeiras entrevistas realizadas no assentamento São Virgílio, pude apreender a organização espacial inicial dos lotes, distribuídos de acordo com os *núcleos* de origem no acampamento. Com a intenção de observar a diversidade expressa nesses grupos, solicitei aos pesquisados que indicassem famílias distribuídas nesses *bolsões*; mais tarde, descobri que, apesar desse condicionante, ali também as indicações haviam sido realizadas a partir de suas redes de parentesco e vizinhança.

Na indicação dos entrevistados, percebi que, além de responderem a uma lógica de redes de parentesco e vizinhança, havia também uma preocupação em

selecionar as famílias de acordo com as condições da casa e seu entorno, como indica o trecho retirado do diário de campo:

Quando a Violeta me levou para fazer as primeiras entrevistas, um dia após minha chegada [na primeira vez que fui a campo], percebi que ela elaborou um roteiro de deslocamento no assentamento, onde me mostraria além das casas [*boas e bonitas*], locais que possibilitavam uma visão panorâmica do assentamento e da sede. Depois, quando indicou as famílias que inicialmente eram de outros núcleos no assentamento, percebi que ela selecionava as casas que eu visitaria, *casas boas e bonitas* [como a dela]. Mais tarde, quando comecei a me deslocar com o ônibus da escola, descobri que existiam moradias em condições precárias, tanto no que se refere às casas como aos elementos de seu entorno, que não me haviam sido mostradas a partir daquela seleção. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

Em pesquisa qualitativa, a entrevista tem como objetivo a compreensão das crenças, atitudes, valores e motivações das pessoas em seus contextos sociais. De acordo com Gaskell (2002), as entrevistas podem ser empregadas em combinação com outros métodos, qualificando o levantamento de dados e as interpretações. Para Benney e Hughes (1984), a entrevista destaca-se na pesquisa sociológica, devendo ser entendida não como mera ferramenta, mas como forma de interação social, e esse aspecto - o processo de pesquisa - também deve ser considerado como objeto de estudo.

Assim, nas entrevistas, além de coletar dados, também estabeleci relações. Ao desligar o gravador, as conversas tornavam-se mais ricas e espontâneas, como era de se esperar, e não raro aumentava o interesse dos interlocutores em mostrar suas vidas. Aí traziam suas caixas com fotos (Figura 6) e reconstruíam sua história a partir daqueles fragmentos de imagens registradas. Também buscavam confirmar as informações fornecidas na entrevista com as fotografias e procuravam dar ênfase aos temas que percebiam ser de meu interesse.



Figura 6 – Fotografias registradas pelos agricultores assentados, antes e depois do assentamento, representam fragmentos da memória e ajudam a contar sua história.
 Fonte: Registradas pelos colonos assentados e reproduzidas pela autora em 2008.

De acordo com Bourdieu, P. e Bourdieu, M. (2006), a partir de estudo etnográfico empreendido na sociedade camponesa de Béarn nos anos 1960, para aquele grupo, o registro fotográfico cumpria o papel de testemunho de eventos importantes para a moral camponesa, notadamente os casamentos, em que a imagem fixava para sempre a união, não apenas do casal, mas de dois grupos familiares. Ao longo do tempo, a prática da fotografia foi sendo introduzida entre as comunidades camponesas, mas com uso seletivo, pois, segundo os autores, o sistema de valores que partilham infere certas posturas frente ao registro, percebido como um documento visual dos acontecimentos. No assentamento São Virgílio, as fotografias revelam registros de eventos como casamentos, festas de aniversário, batizados e crismas – em que são consagrados os laços de compadrio. Mas destaco as fotografias dos acampamentos, da Fazenda São Virgílio no momento em que chegaram ao assentamento, do lote quando ainda “não tinha nada” sobre ele, das diferentes formas de moradia em que viveram sobre o lote – o barraco de lona, a casa de madeira ou a casa de alvenaria –, as primeiras colheitas, as hortas e os jardins. As fotografias que retrataram sua trajetória desde o assentamento eram exibidas como testemunho de resistência, o presente de realizações em contraste com o passado difícil, revelando a honra da família em ter conquistado a dignidade a partir do próprio trabalho e da perseverança.

Quando os camponeses são fotografados por um fotógrafo alheio ao grupo, Bourdieu, P. e Bourdieu, M. (2006) destacam que

Até a postura que o camponês adota frente a máquina parece expressar os valores camponeses e, mais precisamente, o sistema de modelos que governa as relações com os outros na sociedade camponesa. Os indivíduos apresentam-se, geralmente de frente, no centro da fotografia, de pé e em corpo inteiro, o que quer dizer que ficam a uma distância respeitável. (BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M., 2006, p.37).

No assentamento São Virgílio, os agricultores, quando solicitados a posar para as fotografias para a pesquisa, geralmente reuniam a família e posicionavam-se lado a lado, próximos à casa ou em seu interior, de forma que ela aparecesse na foto, o que demonstrava que a casa era parte do contexto familiar. Ao solicitar um fotografia com os agricultores no local de feira, no centro da cidade, eles convidaram seus clientes para saírem na fotografia. Geralmente faziam questão de arrumar-se e ficavam sérios, o que, segundo Bourdieu, P. e Bourdieu, M.(2006), demonstra o respeito da família.

Na Figura 7, é possível visualizar como se posicionavam algumas das famílias fotografadas:



Figura 7 – Fotografias com as famílias assentadas em São Virgílio.

Na linha superior: Fotografias registradas no lado de fora das casas. Nas linhas inferiores: Fotografias registradas no interior das casas das famílias, sendo a última fotografia (na linha do meio) em frente ao local da feira, no centro da cidade.

Fonte: Registradas pela autora (MARTINS, V., 2008).

Segundo Iturra (1986), ao iniciar um trabalho de campo, o investigador terá a fala do grupo como uma forma de acesso, de acolhimento; o dizer será fundamental para conferir-lhe as primeiras pistas. No entanto, a observação participante lhe permitirá, ao longo do tempo de vivência, apreender as contradições do cotidiano, variações de conduta frente ao dito normal, manifestas nas diferenças entre o dizer e o fazer e vice-versa. Em minhas observações, encontrei elementos mais complexos e intensos do que aqueles expressos nas falas das entrevistas, conferindo uma riqueza aos dados coletados.

A cada visita, eram mais frequentes as ofertas para pouso, o que garantiu-me circular pelo assentamento e conviver com diversas famílias, permitindo maior riqueza nos relatos do diário de campo junto às famílias.

O diário de campo é um instrumento de pesquisa que permite registrar o relato daquilo que se vê, ouve, experimenta e pensa no decurso da coleta de dados (BODGAN; BIKLEN, 1994). Polit e Hungler (1995) incluem a dimensão de cunho mais interpretativo das anotações, considerando que, durante a observação de um fato, o pesquisador já poderia registrar algumas análises sobre o acontecimento. O diário de campo não é apenas uma técnica isolada de coleta de dados em pesquisa qualitativa, mas também o suporte de registro das percepções, *insights* e dados do que não foi possível coletar em momentos de entrevista.

O diário de campo, além dos relatos do cotidiano, observações e reflexões, incluí também croquis das casas e de seu entorno imediato: jardim, horta, pomar, *criação*, *arvoredos*, açudes. Esses croquis são resultados de minha própria percepção do *espaço* de cada família, das relações que pude apreender em cada um deles. Ribeiro (2002) relata sua experiência ao registrar desenhos em seu diário de campo, em pesquisa realizada em assentamentos da Reforma Agrária no interior de São Paulo. Segundo a autora, o exercício de desenhar e o reencontro com o desenho lhe permitia recordar não apenas as imagens do local como também os momentos vividos.

Desta forma, a minha apreensão daquele espaço denso e pleno de informações, e que com sua complexidade e movimento poderia esconder aspectos para um olhar superficial, era acrescida de mais informações que, de alguma forma, estavam contidas em minha memória e que somente agora apareciam representadas em forma de desenhos (RIBEIRO, 2002, p. 163).

Não realizei levantamentos técnicos – topográficos ou físicos – das propriedades, como seria o esperado em se tratando de um(a) profissional da arquitetura, pois, nesta pesquisa, não está em questão um inventário físico desses espaços, mas, sobretudo, o universo simbólico que os constroem e o atravessam.

Realizei os primeiros registros no diário de campo quando cheguei à casa da família em que estava pousando. No entanto, percebi que minhas anotações

geravam certo constrangimento às pessoas. O senhor Alceu questionou-me sobre o conteúdo das anotações, e sua esposa respondeu, em tom de brincadeira, “*ela está anotando tudo o que nós falamos*”. Embora já tivesse explicado a que se destinavam a pesquisa, as entrevistas e o diário de campo e que tipo de informações estaria coletando, considerei prudente fazer minhas anotações à noite, depois que todos estivessem dormindo, tendo em vista que, em todas as casas em que dormi, foi-me oferecido um quarto independente.³ Mas parte expressiva do meu diário de campo foi gravada em áudio, nos momentos em que me deslocava pelas estradas do assentamento, de uma casa para outra, sendo posteriormente transcrita.

A convivência com as famílias e os convites para as festas de aniversário e encontros na sede do assentamento permitiram-me participar de momentos e atividades importantes, privilegiados para a realização da observação.

A observação em campo é uma técnica que pode seguir modalidades diferentes conforme o objetivo da investigação científica, como ensina Ander-Egg (1969). Nesta pesquisa, optei por uma forma de observação que permitisse a apreensão de aspectos importantes da vivência com as famílias, dando maior atenção às questões relacionadas ao tema da *morada*. O local da observação é a própria *vida real* (ANDER-EGG, 1969), de maneira que os acontecimentos apresentam-se de forma espontânea, não planejada, efetuando-se a observação de acordo com as oportunidades do cotidiano, por meio da participação do pesquisador de forma integrada ao dia a dia.

De acordo com Iturra (1986), a observação participante é uma inserção pontual, em que o investigador envolve-se diretamente com um grupo social para estudá-lo sob suas próprias perspectivas, buscando afastar-se de sua bagagem cultural própria e assumir a do grupo estudado, a fim de dar conta de como se estrutura a experiência cultural pelo grupo social.

Whitaker (2002) relata a utilização de redações escolares e desenhos de filhos de trabalhadores volantes das *plantations* no interior de São Paulo, com os

³ Ao longo da pesquisa, percebi que oferecer um quarto independente para os visitantes tinha significações importantes para a família. O quarto de visitas será um dos temas explorados no Capítulo 9.

quais buscou apreender como se desenrolam os processos culturais na visão das crianças e adolescentes. Inspirada nesse trabalho, propus à minha orientadora uma intervenção com as crianças e adolescentes na escola do assentamento, com o objetivo de apreender suas percepções sobre o *lugar da morada*, especificamente. Como meu propósito era distinto daquele da autora antes citada, optei por técnicas de percepção ambiental que utilizam o desenho como instrumento metodológico.

Dessa forma, trabalhei com três turmas da escola. Em um primeiro momento, fazíamos uma dinâmica de imaginar a chegada em casa após a escola, com os olhos fechados. Na sequência, cada um recebia uma folha de papel, em que desenhava seu local de moradia; depois, apresentava-o aos colegas. Essa intervenção revelou a encantadora percepção de crianças e adolescentes e permitiu cruzar informações fornecidas pelos adultos. O fato de aproveitar as viagens do ônibus escolar para deslocar-me dentro do assentamento havia já me aproximado dos estudantes, o que facilitou a aplicação da técnica. Além disso, tornou possível o contato com famílias com as quais eu ainda não havia convivido no processo de pesquisa, bem como conhecer os filhos de algumas famílias já então entrevistadas. Na Figura 8, é possível visualizar a abrangência das interfaces de pesquisas no assentamento de São Virgílio:

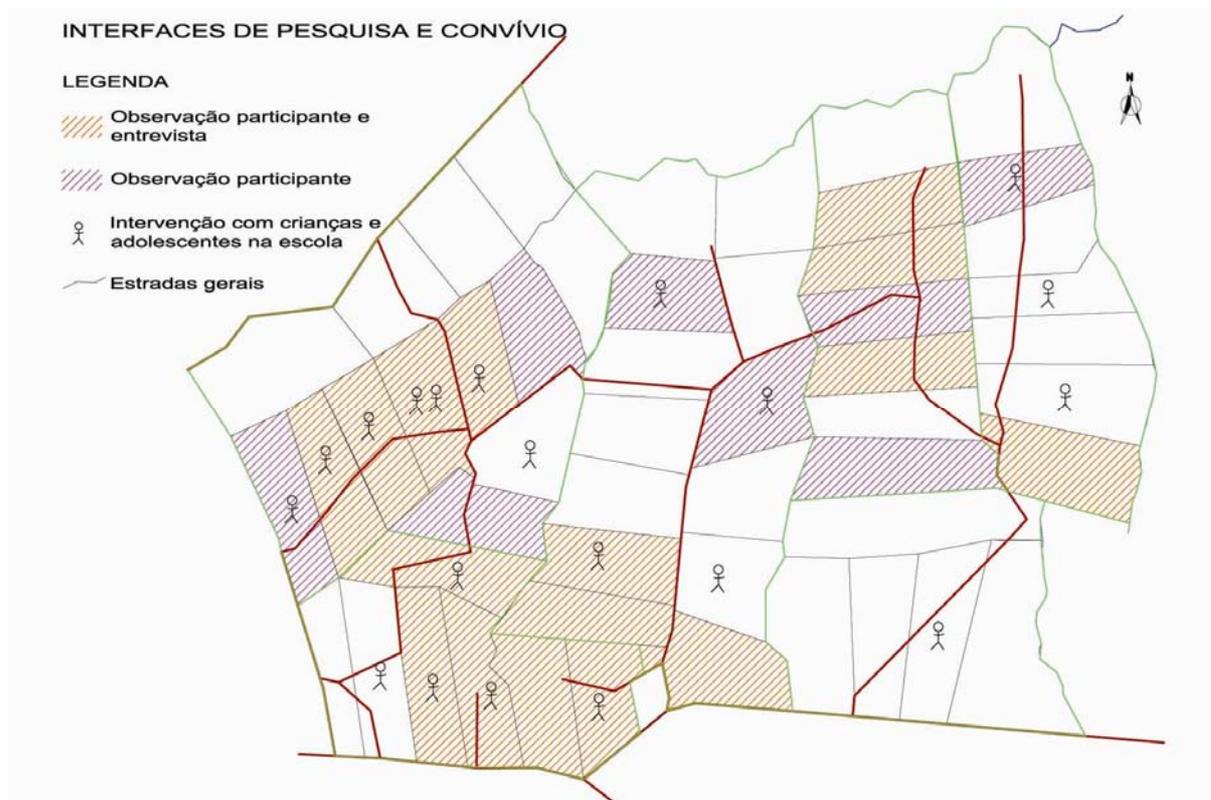


Figura 8 – Mapa do assentamento São Virgílio espacializando a abrangência das interfaces de convívio e de pesquisa.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de: Brasil, [2006?].

Ao longo de minha estada em campo, os assentados me falaram sobre seu mundo, sobre a família, a terra, sua *morada*, seus sonhos, suas frustrações, seus sofrimentos e perspectivas, relatos que, ao longo da pesquisa, busquei registrar através das técnicas aqui descritas. No entanto, a realidade em sua complexidade não se esgota, e este estudo representa apenas um recorte no tempo e no *lugar* dessas vidas.

À medida que minha inserção a campo se consolidava com a assimilação e a aceitação de minha presença, também se processava em mim a sensação de pertencimento. Dessa forma, percebi em mim um mergulho profundo na realidade das famílias. Segundo Velho (1978), é inevitável o envolvimento com o objeto de estudo, já que tentar “pôr-se no *lugar* de outro” exige um mergulho profundo em sua realidade. Sobre as noções de familiaridade, distância e objetividade, o autor pondera que o trabalho antropológico, mesmo quando se debruça sobre “o familiar”,

estará sob o filtro de um determinado ponto de vista do pesquisador, implicando um grau de subjetividade.

Dessa forma, compreendo que, mesmo considerando fundamental o fato de minhas estadas no assentamento serem entremeadas por períodos fora de campo – favorecendo um distanciamento periódico do cotidiano das famílias –, o trabalho que segue é de caráter interpretativo e de objetividade relativa, usando as palavras de Gilberto Velho (1978), sendo permeado por minhas próprias percepções.

3.3 Tratamento dos dados

Ao retornar do campo, iniciei a organização dos dados coletados a partir do diário de campo, das entrevistas, dos desenhos, fotografias, documentos e mapas. Parti da transcrição *ipsis litteris* de todas as entrevistas, que resultou aproximadamente em vinte e oito horas transcritas, e dos trechos gravados de meu diário de campo, os quais totalizaram aproximadamente sete horas de gravação.

Para a sistematização e análise desses dados, optei pela utilização do software QSR⁴ Nvivo 2.0, criado especificamente para gerenciamento de dados em pesquisas qualitativas. Segundo Kelle (2002), entre as vantagens dessa ferramenta computacional, destaca-se a capacidade de organizar e gerenciar um grande volume e diversidade de dados que possam ser codificados por meio de características comuns, como categorias específicas. O software tem interfaces flexíveis, em que o próprio exercício de alimentação e organização dos dados deriva em um processo de construção da análise desses dados, permitindo a descoberta e o desenvolvimento de novas ideias.

O *software* é particularmente útil na administração e síntese das ideias do pesquisador, permitindo que se realizem mudanças nos documentos com que se está trabalhando, sendo possível

⁴ *Qualitative Solutions Research Nvivo.*

acrescentar, modificar, ligar e cruzar dados, ou ainda, registrar ideias na forma de *memos*. (GUIZZO *et al.*, 2003, p. 55).

De acordo com Flick (2004), o software QSR NVivo 2.0 é um sistema de codificação estruturado em formato de *árvore*⁵, em que cada categoria, denominada *nó*⁶, pode gerar ramificações – *subnós*. No ambiente do programa, os *nós* “são espaços que armazenam os trechos codificados” (Fleury, 2008, p. 74). Essa autora ensina que sua definição pode ser considerada um componente de análise, uma vez que, para a construção da codificação, é necessário que o pesquisador reflita sobre suas hipóteses, criando um referencial de codificação para sua análise.

Para a utilização dessa ferramenta, foi necessária a importação dos arquivos digitais de texto com a transcrição das entrevistas e dos trechos do diário de campo para o ambiente do programa na forma de *documentos*⁷. Esses *documentos* foram codificados em *nós*, através da releitura de cada documento e classificação das falas ou anotações. No caso das entrevistas em que participaram mais de um interlocutor, foi necessário codificá-las como *cases*⁸ que pudessem individualizar as falas dos presentes. Posteriormente, esses *cases* foram classificados em *sets*⁹, ou seja, em conjuntos que permitiam isolar falas por gênero e por assentamento de origem.

Após essa etapa, foram relacionados *atributos*¹⁰ aos *cases* (falas isoladas), de forma a tornar possível levantar informações individualizadas sobre cada

⁵ O termo *árvore* (*tree*) é uma denominação usada pelo software QSR NVivo. Nesse caso, o autor se refere à forma de organização dos dados no ambiente do programa como um todo, porém o termo *tree* também é um tipo de *nó* (*node*), nesse caso utilizado para identificar a estrutura da codificação dos dados de pesquisa em categorias.

⁶ O termo *nós* (*nodes*) refere-se às classificações criadas pelo pesquisador. Os *nodes* estão divididos em: *cases*, *trees*, *sets* ou *free*.

⁷ O termo *documentos* (*documents*) refere-se ao conjunto de documentos transcritos incorporados ao programa para a codificação e cruzamento de dados.

⁸ Os *cases* são um tipo de *nó*; são utilizados para codificações especiais, paralelas às categorias de análise.

⁹ Os *sets* são um tipo de *nó*, e são utilizados para agrupar codificações segundo um critério comum.

¹⁰ O termo *atributos* (*attributes*) confere informações transversais em um mesmo documento ou *nó*.

interlocutor. Foram utilizados os seguintes atributos: cidade de origem, tempo de acampamento, estabelecimento de residência em outro assentamento, assentamento atual e o tempo de assentamento.

O software ainda permite incluir memorandos com comentários ou citações de bibliografia relacionados a trechos de textos nos documentos, assim como *links* a páginas da internet, fotografias, entre outras formas de documentos digitais. Foram utilizados os memorandos com ideias que surgiam no processo de codificação, anexadas fotografias tiradas em campo relacionadas a extratos de entrevistas, e *links* a um banco de citações criado a partir da revisão bibliográfica. A Figura 9 ilustra a interface do programa, assim como alguns dos *nós* desenvolvidos para esta pesquisa. A lista completa de *nós* encontra-se no apêndice B.

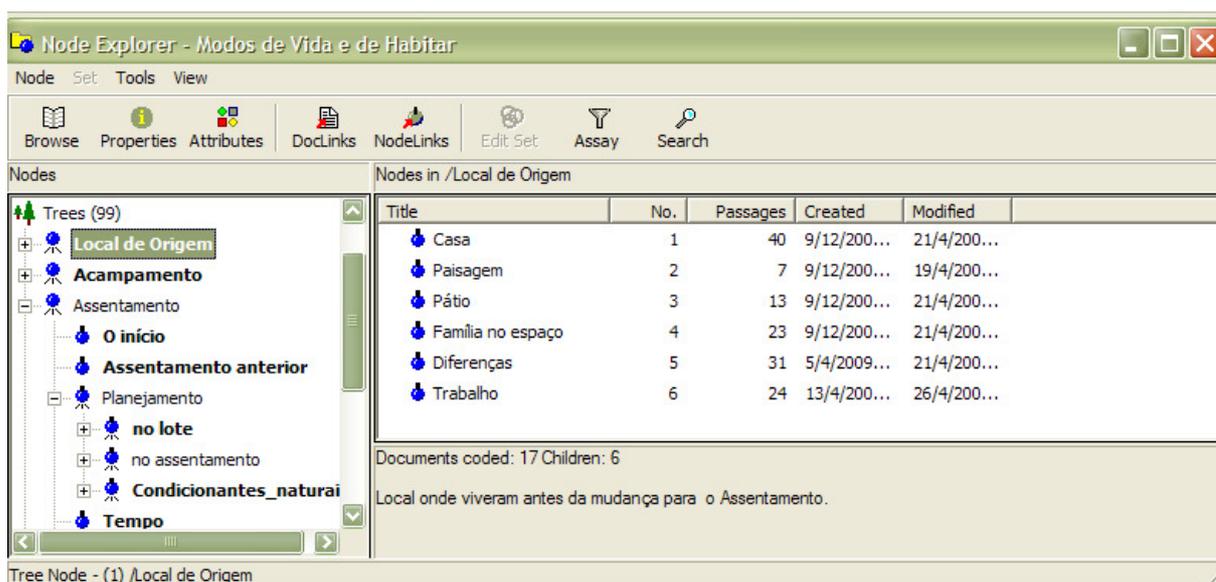


Figura 9 – Interface do Programa QSR NVivo 2.0, com alguns dos nós utilizados na codificação dos dados.

Fonte: Elaborado e registrado pela autora (MARTINS, V., 2008).

Além da utilização desse software, também foi realizada a construção de mapas, a partir de dados coletados em campo. O cruzamento de dados permitiu visualizar a distribuição espacial das famílias pesquisadas, a organização dos núcleos iniciais que constituíram o assentamento, os casos de desistência, abandono ou venda de lotes, as redes de parentesco e compadrio e a incidência da

tormenta de 1999, evento a ser abordado mais tarde, relevante pelo impacto na percepção de chegada das famílias ao assentamento São Virgílio.

*

Neste capítulo, foi apresentado o processo da investigação, realizada por meio da opção pelas metodologias qualitativas com base no empreendimento etnográfico, tomando a entrada a campo como um momento importante para o desenvolvimento da pesquisa. Aqui foram descritos os instrumentos de pesquisa utilizados e o desenvolvimento do trabalho na interface com os assentados. Por fim, foi demonstrado que os dados foram tratados por meio de uso do software QSR NVivo 2.0, para posteriores cruzamentos de dados e análises.

A partir dos procedimentos metodológicos aqui apresentados, deu-se a análise qualitativa, que procurou apreender a trajetória do *lugar da morada* e a realidade estudada a partir daqueles que a vivem.

4 ACAMPAMENTO: TEMPO DE ESPERA E ESPAÇO DE PASSAGEM

A gente diz bom, só que até a gente chegar aqui, foi uma batalha muito grande. Eu tenho muita persistência, eu acho, eu tenho que afirmar isso, sempre tive. Eu acho que não é só minha história que é assim, tem muitas pessoas que passaram por dificuldades. (Cátia)

Neste capítulo, o objetivo é abordar o acampamento a partir de suas significações práticas e simbólicas, apresentando lógicas e ambiguidades na constituição do local do acampamento, que, sendo percebido como tempo de espera, ora se identifica como *espaço*, ora como *lugar*. *Espaço* e *lugar*, segundo Tuan (1983), são categorias dependentes e se evidenciam no contraste de uma com a outra, em que *espaço* é mais abstrato que *lugar*. O primeiro carrega significados de amplitude e liberdade, enquanto o segundo remete ao lar, ao conhecido e seguro.

Sob essa perspectiva, são apresentadas as dificuldades e incertezas experienciadas no acampamento, o que leva a movimentos que oscilam entre desistência e resistência. São analisados os arranjos espaciais e os significados que a organização e a distribuição espacial portam. Por fim, o capítulo trata do sorteio das famílias que são contempladas com lotes em um novo assentamento, representando o fim da espera e o início de uma nova fase, em que deixam de ser acampados para serem assentados.

4.1 Acampamento: *espaço* e *lugar*

O acampamento é percebido como um marco temporal. Segundo Costa (2004), ao acampar, o colono passa a ser identificado como sem-terra, aquele que requer a terra como direito social. Diversos autores apontam o acampamento como um divisor temporal (COSTA, 2004; FERREIRA, 2005; MARTINS, J., 2003; SILVA, C., 2005), que indica a delimitação, antes e depois do acampamento, de diferenças em diversas esferas na vida das famílias assentadas.

De acordo com Martins, J. (2003), os acampados representam uma comunidade à espera de um *território*, constituída virtualmente a partir de sua teia de relações parentais e de vizinhança. Dessa forma, o acampamento, embora se localize no *espaço*, é percebido como tempo: é um tempo localizado no *espaço*, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos que o acampamento representa um tempo de espera. Dessa forma, o acampamento caracteriza-se como um dos processos mais fortes de *desterritorialização* por que passam os colonos em busca de terra.

Nessa condição, o assentado passa pela experiência de uma vida comunitária provisória, em que o acampamento, para alguns, representa *espaço* impróprio para a família, como mostra o extrato destacado de uma entrevista:

Violeta: Mas aí só ele acampou, eu fiquei em casa.

Alceu: Aí eu fui e voltei e disse pra ela, olha pelo amor de Deus, tu não faz ideia da pouca-vergonha que é aquilo lá, e eu vou ficar, vou aguentar, agora família da gente eu não vou levar.

Para outros, o acampamento é vivido em família, mas só depois de constituir um *lugar* de referência, como revela o depoimento de Ivan: *Nos primeiros quatro meses, fui sozinho, aí, depois, eu fui buscar [a família], já estava em um lugar mais acomodado e fui buscar a família. A gente sofreu barbaridade.*

Em muitos casos, relatam que só o pai da família e/ ou o filho mais velho passou pelo acampamento. Esses relatos reforçam a ideia de que a organização do MST não exigia que toda a família estivesse acampada.

Eu estava no Santo Antônio, mas quem mais enfrentou foi meu piá mais velho, eu fiquei uns vinte dias só nas beiradas das estradas. Ele veio e ficou no meu lugar. (Marcílio)

No caso de São Virgílio, de acordo com os relatos, algumas mulheres solteiras acampam sozinhas, com ou sem o apoio da família. No primeiro caso, as moças eram filhas de militantes de movimentos vinculados à Pastoral da Terra e

eram identificadas como lideranças jovens, ganhando, com isso, o apoio da família e o reconhecimento político no interior do acampamento. No segundo caso, sendo filhas mulheres, optaram pelo acampamento na crença de uma alternativa para as precárias condições de moradia e trabalho no local de origem; a família, por sua vez, não reconhecia no acampamento um futuro desejável para a moça, o que resultou, muitas vezes, em rompimentos nas relações familiares, em alguns casos provisórios, em outros, permanentes, como aconteceu com lasmin, por exemplo:

Eu disse ‘não vou ficar mais em casa, eu vou acampar porque aqui não tem futuro’ [...] Eu disse ‘vou acampar, não vou desistir’, fui e enfrentei eles, meu pai chegou a dizer que era para esquecer que eu tinha pai, eles não aceitavam. E hoje eles são assentados, graças a mim, todos assentados. Então enfrentei isso aí, enfrentei essa luta de dentro de casa, com o pai e a mãe, eles não aceitavam, aí tive o apoio da minha irmã mais velha que disse “vai, vai que vou conversar com eles e eles vão aceitar”.

Nas situações citadas acima, pode-se apreender que o acampamento é percebido como *espaço*: precário, provisório e inadequado. Como *espaço*, o acampamento é identificado com a categoria *mundo*. Woortmann E. e Woortmann K. (1997) destacam os significados da expressão *mundo* para os camponeses de Sergipe, que “designa um universo desconhecido, onde reside o perigo, e engloba desde a *natureza* desconhecida até os grandes centros urbanos.” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 39). Aqui compreendemos as categorias *espaço*, *mundo* e *natureza* com significações que se correspondem entre si, podendo ser atribuídas ao acampamento. Segundo Tuan (1983), o *espaço* é indiferenciado, desconhecido, ameaçador, ao mesmo tempo que é um símbolo de amplidão, possibilidade de movimento e liberdade. Assim, temos que o acampamento, ao ser percebido como *espaço*, a partir dos contrastes que lhe são próprios, apresenta ambiguidades nos sentimentos que desencadeia em diversos níveis de significado e experiência.

Nesse sentido, os significados de amplidão, movimento e liberdade proporcionam percepções importantes no sentido da perspectiva de mudança de vida. Por um lado, o *acampamento-espaço* representa a possibilidade de mover-se

em direção ao sonho de ter terra própria, que é percebida como um *lugar* para a família viver. Por outro lado, *espaço*, enquanto ente em aberto e livre, também é indiferenciado. Esse sentimento leva à percepção do acampamento como um tempo de espera, uma comunidade *suspensa* (MARTINS, J., 2003, p. 31, grifo do autor) no tempo, em que as regras sociais podem ficar temporariamente difusas e adormecidas. Dessa forma, temos que “espaço e liberdade são uma ameaça. [...] Estar aberto e livre é estar exposto e vulnerável” (TUAN, 1983, p. 61); assim, o acampamento também é percebido como uma ameaça à família, pela exposição a um *mundo* não conhecido e não dominado pelo saber camponês, riscos de ordem física que aparecem nas falas associadas à integridade física e moral das mulheres e adolescentes (mães e filhas) ou mesmo à possibilidade de enfrentamentos violentos em ações como ocupações e caminhadas. Mas também são percebidos riscos de ordem moral e simbólica, pois o acampamento não é *lugar* de família.

Assim, temos que, na maioria dos casos estudados em São Virgílio, o acampamento é percebido como *espaço* a ser enfrentado e conhecido pelo homem, o pai de família ou o irmão mais velho, os quais, quando conseguem estabelecer certa familiaridade, percebendo estar em “um *lugar* mais acomodado”, então, buscam a família para acompanhá-los, especialmente as mulheres. Percebe-se aí uma relação de gênero atribuída a *valores espaciais*, em que o *espaço* do acampamento, da mesma forma que a *natureza* (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997), será adentrado e dominado pelo homem. Assim, o pai de família ou o filho mais velho, por meio do poder da *cultura*, representado por seu trabalho, buscará transformá-lo em *lugar*: só então será tempo de buscar a família.

Como destaca Machado (1999), as categorias de *espaço* e *lugar* implicam fenômenos perceptivos a partir da experiência, fazendo que o *espaço* indiferenciado se transforme em *lugar* à medida que é conhecido e dotado de valor (TUAN, 1983, p. 6). Esse processo ocorre com intensidades diferentes entre indivíduos, atravessado pelos filtros culturais, gerando diferentes percepções, o que explica diferentes decisões sobre a possibilidade ou não de o acampamento acolher a família.

O fato é que a decisão de aderir ao acampamento objetiva justamente a busca de um *lugar* para a família, mas esse *lugar* projetado é a terra a ser

conquistada, não o acampamento. Por esse motivo, suportam a separação temporária entre os membros da família, as dificuldades e sofrimentos, pois percebem o acampamento também como caminho de acesso à terra.

Mesmo nos casos em que a opção foi buscar a família por considerarem que o *lugar* já estava estruturado, as dificuldades e os sofrimentos não foram menores, gerando a dependência, muitas vezes, do auxílio de parentes que permaneciam vivendo em seus locais de origem, como podemos ver nos depoimentos abaixo:

Difícil mesmo, nós tínhamos pequenos, não tinha leite, a menina mamava no peito ainda, tinha que comprar e não tinha dinheiro. Nós nos socorriamos com os parentes na época. Dentro do acampamento, também não deixavam sair para trabalhar para fora. (Ivan)

Eu já estava acostumada, não me preocupava muito, porque, se eu passasse fome ou tomasse um café com açúcar só com água de manhã ou arroz puro, passava. E a gente passou muita coisa assim, de comer mal, muito frio, muita chuarada a gente pegava. Tinha pena, porque, na época, quando eu não tinha minhas meninas pequenas, era bem mais fácil. Mas depois eu ia com a Diana e a Lucila e ficava um tempo com a Diana e mandava a Lucila para a mãe, ela me ajudou muito. (Cátia)

Cabe ressaltar que o sujeito da Reforma Agrária não se limita à família nuclear: como destaca Martins, J. (2003), é a partir da família extensa que o tempo de acampado se torna mais tolerável. Muitos relatam o estímulo para a persistência e as ajudas em forma de alimentos e dinheiro que recebem daqueles que permanecem no local de origem, sejam pais, tios ou irmãos.

Ferreira (2005) destaca que, ao enfrentar as dificuldades do acampamento, o agricultor objetiva ser proprietário de terra, em busca de um *lugar* seu para viver e, embora o acampamento signifique muitas vezes “o rompimento, ou amortecimento temporário, de certos valores de sua cultura” (FERREIRA, 2005, p. 39), ao ser assentado, buscará nessas referências as bases para sua *reterritorialização*.

Os acampamentos, aos quais aderiram a maioria dos atuais moradores do assentamento São Virgílio, originaram-se a partir da ocupação da terra e, a exemplo

do que foi destacado por Costa (2004) ao estudar a construção da identidade e do modo de vida dos sem-terra, representam a recomposição do *espaço* cotidiano sob a perspectiva da possibilidade da conquista da terra. O acampamento inaugura um *lugar* e uma comunidade de resistência (COSTA, 2004, p. 176), mesmo que provisórios. Assim, temos que a percepção do acampamento oscila entre a ideia de *espaço* e *lugar*, pois, embora percebido como tempo de espera, constitui-se um tempo prolongado e localizado no *espaço*, um *espaço de passagem*. As famílias tendem a transformá-lo em *lugar*, porque é essa ideia que torna possível não só sua permanência até o acesso à terra como também a resistência aos sofrimentos vividos.

No assentamento São Virgílio, percebemos tanto o destaque para a luta e a conquista da terra por meio da militância junto ao MST, quanto os sentimentos de sofrimento e revolta relacionados ao tempo de acampamento. A resistência permanece marcada na memória dos assentados, mas revela significados que ultrapassam a ideia de luta, e evidenciam resistência às precárias condições vividas nos tempos de acampado. O tempo vivido no acampamento é também lembrado pelas lutas, mas principalmente pelas dificuldades e sofrimentos de um tempo de fome, racionamento, provações físicas e saudades, como vemos no depoimento de lasmin:

É muito difícil. Por mais que tenha momentos bons, tem momentos ruins que a gente passa. Nós passamos muita dificuldade em nosso tempo de acampamento, teve dias que eu passei fome até. Porque quando a gente muda de lugar é assim. Teve um tempo que nos mudamos de Palmeira das Missões, em uma ocupação de terra e chegamos em Júlio de Castilhos e não tinha comida, ficamos dois dias esperando chegar comida, e não estávamos prevenidos e teve um dia que nós ficamos com fome, mas não foi só eu, os companheiros de barraco também, que a gente fritou farinha de milho no óleo com um pouquinho de açúcar que nós tínhamos para poder comer e matar a fome. Foram momentos muito difíceis, eu passei a gravidez do meu primeiro filho, o maior tempo no acampamento, caminhada, ocupação, enfrentando a polícia, eu grávida de sete meses do Matias. Eu estava grávida, saí do acampamento para ganhar ele.

Somente quando solicitados, nas entrevistas, os colonos assentados falavam sobre os tempos de acampamento, especialmente sobre os “tempos difíceis”; fora das entrevistas, o acampamento só voltou a ser mencionado em duas situações: quando, ao ser oferecida uma refeição, não havia lugar na mesa para que todos sentassem, referiam-se ao tempo do acampamento em que comiam com o prato sobre os joelhos e, quando, ao ser necessário improvisar uma cama para um dos filhos de forma a oferecer sua cama para a visita, lembravam-se das camas improvisadas nos barracos. Em ambos os casos, as lembranças remetem a algo percebido como precário, que, na época do acampamento, era a condição cotidiana e hoje, no assentamento, é uma condição provisória, pela qual passam quando ainda não têm a “casa completa”¹, o que exige o deslocamento momentâneo de algum membro da família para atender as visitas com o mesmo *conforto* da família.

Cabe ressaltar que o silêncio, que parece estar reservado às memórias dos tempos de acampamento, também representa uma comunicação, ainda que oculta, em que se evita reviver o sofrimento daqueles tempos. Segundo Pollak (1989), ao estudar grupos sociais expostos a situações traumatizantes como, por exemplo, as vítimas do nazismo, o silêncio carrega razões complexas, pode servir para evitar mal-entendidos, para evitar o reascender de antigos conflitos ou ainda para “poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais”. (POLLAK, 1989, p. 6).

A possibilidade da conquista da terra por meio da Reforma Agrária implica sofrimentos que vão além das condições físicas precárias, da fome e da insegurança vividas, implica também sofrimentos de ordem simbólica, notadamente a separação das redes familiares. Ao analisar a “história de caminhantes em busca da terra”, Silva, M. (2003) destaca que a insegurança em relação às condições de posse ou agregação de terra imprime movimentos de migração, entre os quais o da Reforma Agrária. Nesses deslocamentos, ocorrem perdas e desencontros importantes, referindo-se principalmente às redes familiares. Embora os agricultores busquem aderir ao acampamento de forma organizada, em grupos de vizinhos, muitas vezes acompanhados de alguns parentes próximos, deixam para trás outros tantos,

¹ A “casa completa” também é referida como “casa pronta” entre os agricultores assentados.

“principalmente os pais e os mais velhos”. (SILVA, M., 2003, p. 23). A saudade e o sonho de reaproximar os parentes distantes são correntes na expressão dos assentados, especialmente quando lembram dos tempos de acampamento.

Assim, temos que as dificuldades vividas no acampamento e a distância das redes familiares são experiências comuns aos acampados e levam a práticas solidárias, fortalecendo laços e promovendo as primeiras relações de sociabilidade entre seus membros. Segundo Costa (2004), “o acampamento, pela natureza de seus processos sociais, permite uma experiência de vida comunitária”. (COSTA, 2004, p. 177). Martins, J. (2003) destaca que os momentos de maior sofrimento e dificuldade incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos de forma a criar estratégias de sobrevivência e proteção. Segundo o autor, as experiências compartilhadas em condições extremas provavelmente alimentam “as bases de relacionamentos duradouros em situações de normalidade, através, por exemplo, do compadrio e dos casamentos entre as famílias.” (MARTINS, J., 2003, p. 37). Segundo o autor, os acampados representam “uma comunidade constituída virtualmente nas relações reais de vizinhança, de parentesco e de parentesco simbólico” (MARTINS, J., 2003, p. 31); nessa teia de relações manifestas no *espaço* acampamento, observamos, em contraste, qualidades que permitem percebê-lo também como *lugar*.

4.2 Acampar, desistir e resistir

A maioria dos agricultores que hoje residem no assentamento São Virgílio passou pela experiência dos acampamentos, mas foram também identificados, durante a pesquisa, alguns casos de compra e venda de lotes, ainda que não em número expressivo. Por meio dos depoimentos, das fotografias exibidas e das lembranças, foi possível concluir que, na maior parte dos casos, os acampamentos dos quais participaram os colonos de São Virgílio localizavam-se nas proximidades dos municípios de Palmeira das Missões e Júlio de Castilhos. O tempo médio de acampamento foi de dois a três anos para aqueles que se mudaram do acampamento diretamente para o assentamento São Virgílio e, de seis a sete anos,

para aqueles que vieram de outros assentamentos por meio de troca de lotes ou retorno ao acampamento após desistência anterior.

As desistências são temas importantes nos estudos sobre o processo da Reforma Agrária. Os agricultores sem-terra passam por incertezas e dilemas ao longo de sua vida e, quando se tornam sujeitos da Reforma Agrária, vivenciam impasses, demoras e contradições que os acompanham desde o tempo de acampamento até o acesso ao lote e às políticas sociais destinadas aos assentados. Essas condições abrem um vazio na compreensão do processo que estão vivendo no acampamento e na credibilidade das mediações institucionais que se propõem a um projeto de reinserção social e reenraizamento. (MARTINS, J., 2003). Os sofrimentos prolongados nos acampamentos e as incertezas acerca do acesso à terra levam a muitas desistências e descartes nesse processo. Nesta pesquisa, os casos de desistência foram apreendidos a partir daqueles que *resistiram*, seja pelo fato de retornar ao acampamento após a desistência ou de ocupar a vaga de outra pessoa.

De acordo com os relatos dos assentados, muitos são os casos em que o agricultor, acompanhado ou não da família, passou pelo acampamento mais de uma vez, tendo desistido por motivos de diferentes naturezas. Raros são os casos de abandono do lote; geralmente as desistências relacionam-se à possibilidade de abrir vaga para um parente ou vizinho, enquanto o abandono caracteriza-se pelo ato de simplesmente deixar o lote para trás. Em algumas situações de desistência, a família rural, hoje assentada, ocupou a vaga de um familiar que “não suportou o sofrimento” do acampamento:

O meu tio que estava acampado tinha desistido também, que era a única solução desistir, não suportou o sofrimento daquela primeira ocupação que nós fizemos, que choveu muito e molhou tudo o que nós tínhamos, dormimos em colchão molhado, um lugar que não tinha água, era péssimo, choveu, choveu, era tão difícil que ele desistiu e eu fiquei sozinha. [...] aí minha irmã veio no lugar do meu tio. (Iasmin)

Apreende-se daí que, nas relações de parentesco, são escolhidos aqueles que podem ocupar a vaga de um acampado desistente, o que também se verificou

nos casos em que o candidato ao assentamento é impedido de receber o lote devido a ter idade avançada. Quando o próprio INCRA permite que o agricultor chame um familiar para ocupar sua vaga, geralmente são chamados os filhos mais velhos que ainda não têm terra e casa.

Quando o filho mais velho acampa e ocorre doença ou invalidez dos pais no local de origem, a opção parece ser a desistência do acampamento para assumir o papel de substituto do pai até que este possa retomar suas responsabilidades e o filho possa retornar ao acampamento, como ilustra o depoimento de Juliano:

Aí tive que desistir do acampamento. Aí eu voltei para tomar conta de tudo, eu era o mais velho, e o outro era novo ainda, não sabia administrar nada, o que mora lá ainda. E aí eu voltei para administrar tudo.

Para os acampados, o tempo de espera, a exposição aos sofrimentos do acampamento e a incerteza quanto à garantia de posse da terra também são motivos que levam à desistência. Em alguns casos, arrependem-se de haver desistido e retornam a acampar em anos posteriores.

Faz uns vinte e quatro ou vinte e cinco anos, nós fomos acampar, ficamos treze meses na Encruzilhada Natalino, perto de Sarandi. Depois abandonamos e dali trinta dias saiu a terra. Me arrependi, voltei a trabalhar de agregado e dali trinta dias saiu terra para o pessoal. E o pessoal dizia 'não deixa o Velho Marcílio sair', e eu saí em um sábado e dali trinta dias saiu a terra. Saiu aqui no Salto do Jacuí. (Marcílio)

No caso das mulheres acampadas, quando passam a ser membros de novos casais, ainda no período do acampamento, geralmente o lote é cadastrado em favor do homem, "fica no nome dele". Na maioria das vezes, essas uniões matrimoniais são informais, gerando insegurança para as mulheres que, em casos de separação, muitas vezes desistem do lote, sem buscar seus direitos, mesmo quando já tem filhos. Assim, optam pelo retorno ao acampamento, com a intenção de conquistar lote seu:

No meu primeiro acampamento, eu fui pro acampamento e conheci uma pessoa e eu acabei casando, me juntando, que é o pai da Diana e da Lucila. A gente ficou no acampamento quatro anos e meio, foi o primeiro acampamento. [...] Daí a

gente se separou, o lote estava no nome dele e eu não fui pra justiça, eu saí assim com as duas meninas, sem nada e voltei pro acampamento de novo. Eu fiquei mais dois anos acampada. (Cátia)

4.3 O acampamento e os arranjos espaciais

No acampamento, para a organização do espaço, bem como para a distribuição de alimentos e tarefas, os colonos eram orientados pela organização do MST a organizarem-se em núcleos; assim, buscavam reunir-se de acordo com o local de origem, as redes de parentesco, de vizinhança e de afinidades, que surgiam na convivência com outros acampados em seu cotidiano.

De acordo com Silva, C. (2005), a distribuição espacial dos acampamentos segue orientações ideológicas do MST, que objetiva organizar os sem-terra em forma de uma comunidade em busca de terra, identificada pela luta e resistência. Dessa forma, são reservados espaços estratégicos para a construção de barracos coletivos com fins de mobilização e formação, a partir dos quais são organizados os barracos de moradia das famílias.

As habitações eram improvisadas em barracos de lona preta, os quais, além de configurarem-se em abrigo das intempéries, também conferiam identidade visual ao acampamento. A construção massiva de barracos de lona parece imprimir, para quem avista a distância, certa homogeneidade ao acampamento, mas os relatos demonstram que essa semelhança aparente esconde diferenças de ordem material e/ou simbólica. Algumas famílias chegaram ao acampamento sem *nada*, só “com a roupa do corpo”, enquanto outras conseguiram estabelecer-se com um mínimo de *conforto*, equipando o barraco com fogareiro, alguns móveis, cobertas e utensílios.

Outra diferença manifestava-se na esfera da relação social dos espaços coletivos e individuais. A forma de organização da moradia dependia das relações sociais no acampamento: algumas famílias viviam em barracos individuais enquanto outras compartilhavam uma lona coletiva. Em ambos os casos, poderiam ter

cozinhas coletivas, tendo em vista que os momentos das refeições representavam também momentos de socialização.

Depende, tinha famílias mais chegadas que faziam um barracão grande e lá eles dividiam as camas, que eram chamadas de tarimba, cravava uns paus no chão e aí colocava outras varas e colocava um colchão em cima. Algumas cozinhas eram coletivas também. Algumas individuais, por família ou por região. O pessoal se dividia por núcleo. (Cátia)

As cozinhas, coletivas ou individuais, eram espaços importantes, pois o momento da refeição remetia à partilha e à solidariedade entre as famílias. A *circulação de comida*, representada pelas trocas de alimentos e envio de mantimentos pelos familiares distantes, também representava o elo com os parentes que ficaram no local de origem. Para Woortmann, K. (1985), a *comida* tem significado simbólico, já que os modos de comer representam uma das dimensões que falam da reprodução da família, para além de sua materialidade, em suas interfaces simbólicas. Dessa forma, a comida recebida dos parentes representava, além do que era apreciado para ser comido, o apoio e o elo com os familiares distantes. As cozinhas eram equipadas com um fogão a lenha, chamado de “jipe”, construído com tijolos e chapa de ferro, sobre uma estrutura de madeira.

O fogão a lenha é um dos principais referenciais simbólicos para os colonos, representa a presença do *fogo*, do calor e da união da família, em torno do qual se reúne o grupo doméstico. No acampamento, o “jipe” era o *lugar do fogo* e, assim, também representava um centro de calor em torno do qual se reuniam os membros do núcleo, que também representavam a família, os parentes e/ou os vizinhos.

A maneira que a gente vivia nos barracos? Nos barracos era assim, a gente tinha os jipes para cozinhar, não tinha fogão. Aí era o que vinha, a sorte é que a gente até comia alguma coisa, a mãe e o pai mandavam para o acampamento, para a minha irmã, para o meu irmão que também eram acampados. Aí eles sempre traziam banha de porco, que no acampamento era só óleo. Traziam banha, traziam feijão de casa, que o feijão do acampamento era muito duro. Então a gente tinha alguma coisa. (Iasmin)

A cozinha é um dos módulos essenciais do morar no acampamento. Na fala de lasmin, viver nos barracos e cozinhar aparecem como sinônimos, evidenciando a dimensão que o comer e o cozinhar assumem no cotidiano das famílias acampadas. Os barracos podiam ser uma peça só, mas, geralmente, eram construídos com *repartimentos* internos que separavam uma peça de interface social da área de dormir. Na primeira, encontravam-se utensílios básicos de cozinha e alguns bancos; geralmente, aí também era construído um pequeno fogão a lenha: nos casos em que as famílias partilhavam também de cozinha coletiva, esse era menor que o “jipe” e servia principalmente para aquecer o barraco, além de garantir a água para o chimarrão, entre outras necessidades. Silva, C. (2005) destaca que o fogão a lenha improvisado no interior dos barracos tem o inconveniente da fumaça que permanece no ar, por falta de ventilação cruzada ou aberturas de exaustão, impregnando tudo com um cheiro forte e com fuligem. Os agricultores assentados em São Virgílio lembravam que a “lona chorava” sobre eles à noite; quando estavam dormindo, caíam pingos gelados de suor, formados sob a lona sobre seus corpos quentes. Isso ocorria porque a lona utilizada para a confecção dos barracos era plástica e, por isso, não transpirava o que fazia que o ar quente produzido internamente se condensasse, em contato com a superfície fria da lona, e se precipitasse. Na área destinada aos dormitórios, ficavam as “tarimbas”, leitos improvisados com galhos cravados no chão e tramados entre si sobre os quais acomodavam um colchão ou colchas sobrepostas como cama.

A organização do barraco de forma a transformá-lo em lar, em *lugar* da família, ainda que *lugar* provisório, dá-se a partir da chegada da mulher, da mãe de família, ao acampamento. É ela que irá conferir os atributos para a *morada* da família, por meio dos detalhes que configuram a casa, como o *capricho* e a organização interna do barraco, e a aparência externa, como, por exemplo, o “embelezamento” da frente do barraco com as *latas de flor*. *Fizemos um barraco de lona, já levei minhas flores.* (Florbela)

4.4 Sorteio: o destino em um copo

O grupo do Alceu era o núcleo doze, tinha três sobrinhos dele, nós, mais os outros conhecidos lá de Ibirubá, era o grupo dos conhecidos, quando caiu, caiu o núcleo todo, todas as famílias do núcleo vieram prá cá. (Violeta)

O sorteio é um dos momentos mais importantes do acampamento, representa a possibilidade do fim da espera pela terra sonhada, configurando-se, ele próprio, como um marco temporal, pois delimita o fim do acampamento para aqueles sorteados.

Nesse momento, a organização em núcleos também representa a delimitação do grupo de famílias que está concorrendo ao sorteio, significando a definição dos futuros vizinhos no assentamento, o que expressa a imprescindibilidade da formação dos núcleos a partir das redes de relações parentais e de vizinhança, pois quem é sorteado “é o núcleo e não a família”, como transparece na fala de Olavo:

A família do Lúcio, por exemplo, o Tadeu, o Júlio e mais os outros irmãos eram todos de Palmeira, então eles foram acampar meio juntos e fizeram o núcleo da família deles. [...] foi sorteado o núcleo, não a família. [...] sem contar os amigos da família. Aí fica mais fácil de manter a origem, de se ajudar. (Olavo)

No entanto, nem sempre é possível manter os parentes unidos em um mesmo assentamento, pois, na maioria dos casos, os familiares vão aderindo ao acampamento em tempos e locais diferentes. Em outras circunstâncias, nem todos aceitam entrar no sorteio de uma determinada área, que, para alguns, pode parecer inapropriada. Dessa forma, o sorteio também representa a efetiva dispersão da família, uma das ameaças que acompanham os acampados no tempo de espera. Na fala de Olavo, visualizamos a dispersão e o desejo de proximidade aos familiares:

É claro que sempre a gente gostaria de estar perto dos parentes. Vamos supor, nós somos seis assentados, um em cada canto, em Santa Bárbara tem dois, tem em São Luiz, em Estância e eu aqui.

O sorteio é feito no próprio acampamento; entram no sorteio os núcleos que se interessarem pela área de terra destinada para fins de Reforma Agrária em questão. Como destacam os colonos, “não é obrigado a participar”, “entra quem quer”. Cabe ressaltar que a intensidade com que destacavam a não obrigatoriedade em participar dos sorteios remete a diversas situações em que as famílias se negavam a entrar na disputa por áreas de terras no período em que estavam acampadas, o que justificam pela espera por uma terra mais próxima ao local de origem, onde ainda vive a grande maioria de suas redes familiares e vicinais.

É quase que um amigo-secreto, eles tiram uns papezinhos e depois chamam as famílias. Assim Hortência define o sorteio: seus destinos são decididos como em uma brincadeira de amigo-secreto. Dentro de um copo, são depositados papéis com a identificação dos núcleos concorrentes às vagas do futuro assentamento e, de lá, a partir da sorte que supõe o sorteio, sai a decisão de quais famílias serão vizinhas na terra conquistada, com as quais possivelmente constituirão laços de parentesco e amizade.

Aqui vieram sessenta famílias, então vamos supor a média de dez famílias cada grupo, então foram sorteados seis grupos. Bota no copo e tira seis grupos. Em cada núcleo eram onze, doze, treze, quinze ou dezoite [famílias]. Quem se inscrevia entrava no copo e tirava seis papéis, e os núcleos que eram saídos do copo viam prá cá. (Violeta)

O número de famílias é definido pela capacidade de divisão da terra em lotes com área média determinada pelo INCRA a partir das características locais. Segundo Mello, P. (2008) “a definição da área final do lote é feita em cada caso levando-se em conta os aspectos do solo e relevo e acrescentando ao módulo a área de preservação permanente, reserva legal e áreas inaproveitáveis.” (MELLO, P., 2008, p. 52).

Mas os núcleos não são entes organizacionais fixos, como pode parecer em uma primeira leitura; sua composição pode mudar de acordo com as necessidades do momento, da negociação constante entre interesses divergentes, conflitos de convivência e rearranjos de novas afinidades, como revela o depoimento de Cátia:

Quando sai uma área, as pessoas se juntam e formam grupos de tantas famílias. Na área, cabem tantas famílias, aí se é sete ou oito, fazem os grupos no tamanho para entrar no sorteio da área. Às vezes, acontece de sair área e as pessoas não quererem entrar no sorteio. Tem algumas famílias que não importava onde ia sair e estavam se inscrevendo, outras nem se inscreviam para algumas áreas. (Cátia)

Da fala de Cátia, ainda é possível perceber que, para algumas famílias, não importava “onde ia sair” a terra, enquanto, para outras, o local de destino era tão importante que não se inscreviam para as áreas oferecidas distantes da região desejada. A primeira situação revelava a “ânsia de ser assentado”, muitas vezes motivada pela demora da espera, o que fazia que o acampado abdicasse da possibilidade de escolha do local:

Nós já tínhamos entrado em vários sorteios e não tinha caído. E foi também já na ânsia de ser assentado, já fazia dois anos que nós estávamos acampados, não escolhemos muito a área, não saía área para lá, nós queria mais lá para a nossa região. (Cátia)

A segunda situação representa o oposto da primeira, é marcada pelo acampado que prioriza a escolha da localização do assentamento onde pretende constituir o *lugar* de sua família; dessa forma, abdica de seu tempo, prolongando a permanência no acampamento, o tempo de espera. No Assentamento São Virgílio, algumas famílias declararam que não suportavam mais o tempo de espera no acampamento, especialmente aquelas que tinham filhos pequenos. Outras famílias relataram que, para onde fossem, estariam bem, pois a terra responde a quem deseja trabalhar nela, não importando o local. No entanto, nenhuma família declarou, explicitamente, ter participado do sorteio por desejar a região de Herval.

O sorteio identifica as famílias que estão deixando de ser sem-terra e, assim, aponta para um novo tempo. Dessa forma é que, no final do ano de 1997, cinquenta e uma famílias foram sorteadas para viver em uma área de terra localizada no município de Herval, que se constituiria como Assentamento São Virgílio.

*

Neste capítulo, destaquei a trajetória do acampamento como tempo de espera pela conquista da terra, impregnado por um universo simbólico permeado pela teia de relações familiares e vicinais, em que os acampados percebem o processo e se organizam espacialmente sob o prisma que se movimenta entre as categorias de *espaço* e *lugar*. O sorteio significa a efetiva possibilidade da mudança para o assentamento que representa um novo começo.

A mudança para a terra conquistada e os primeiros tempos de instalação no assentamento serão os temas do próximo capítulo.

5 A TERRA CONQUISTADA: PRIMEIROS TEMPOS

Chegamos à tarde, quase noite. O pessoal todo meio apavorado, e daí a sede ainda estava ocupada pelo capataz da fazenda e tinha gado ainda ali. Aí, nós ficamos uns três meses ainda morando embaixo do barraco. [...] Depois, quando foi desocupada a sede, algumas famílias foram morar lá e outras continuaram debaixo dos barracos, preferiram ficar debaixo dos barracos. (Tânia)

Os primeiros tempos na terra conquistada serão analisados neste capítulo, quando serão apresentados os momentos da mudança e da chegada à nova terra. Serão também abordadas as diferentes significações atribuídas a esses momentos.

Os primeiros tempos de moradia no assentamento foram marcados pelas primeiras percepções de chegada a um *espaço* desconhecido e hostil. Nessas condições, os agricultores instalaram-se de forma similar à que fora empregada no acampamento, de forma coletiva e provisória, mas agora regidos por novas perspectivas e relações. Às dificuldades dos primeiros anos, somou-se o evento de um tornado que passou pelo assentamento, causando perdas materiais e deixando marcas profundas na memória daqueles que o presenciaram. Por fim, serão evidenciados os conflitos e a solidariedade aflorados nesse tempo de início e *apropriação* do *espaço*, em que as relações sociais estão em (re)construção, ao mesmo tempo em que se realiza a construção do *lugar*.

5.1 Mudança e chegada: igual a um gato em tapera

Após um longo tempo de espera nos acampamentos, que durou meses para alguns acampados e anos, para outros, chegara o dia da mudança para o novo assentamento. Nesse sentido, a mudança significava efetivamente o deslocamento daqueles que estavam morando no acampamento para o local do assentamento. De forma similar à que ocorrera com a instalação no acampamento, alguns agricultores foram à frente, sem as famílias, e buscaram estruturar condições mínimas de

habitabilidade para trazer as mulheres e os filhos; outros já se mudaram com a família e, juntos, improvisaram os locais de moradia.

Muitos agricultores buscaram sua mudança somente depois de conhecerem o novo *espaço*, de iniciarem uma pequena roça e improvisarem suas moradias. Assim, temos que a mudança também significava o deslocamento dos pertences da família que, em muitos casos, era acompanhado pelo deslocamento dos membros da família que ainda permaneciam no local de origem. Esse era um momento importante, em que se iniciava a constituição do *lugar* a partir daquilo que se tinha. O caminhão de mudança (Figura 10) é o símbolo desse momento: registrado em fotografia, demonstra, pelo volume da carga, as primeiras diferenças, no que se refere às condições materiais, entre esta e outras famílias.



Figura 10 - Fotografia de uma mudança.

Fonte: Registrada por um dos assentados, reproduzida pela autora em 2008.

Na mudança, carregava-se o que era mais significativo para a família, pois o volume do que se podia transportar era limitado pelo frete que se podia pagar. Dessa forma, alguns levaram tudo o que tinham e, no limite, outros não levaram nada, que era o que tinham. Ainda houve aqueles que não transportaram o que

tinham porque não possuíam condições financeiras para arcar com os custos do frete: *Cheguei aqui com minha família e as roupas do corpo; não tinha mais nada, não consegui trazer nem galinhas, nem porcos que eu tinha lá.* (Ivan)

Entre os pertences, são citados móveis e utensílios domésticos. Dos móveis trazidos, são lembrados principalmente os fogões, especialmente os fogões a lenha, bem como camas ou colchões, o que sugere uma ênfase em dois ambientes funcionais no interior da casa: o da cozinha e o do quarto, tema do capítulo 9. No relato sobre móveis e utensílios trazidos, percebe-se uma diferenciação entre as famílias; alguns mantêm os mesmos móveis até hoje, o que ocorre basicamente em duas situações: ou não houve condições financeiras para a troca ou, para a menor parte de famílias, os pertences familiares apresentavam boa qualidade, eram parte do patrimônio construído em anos de trabalho e, por isso, foram mantidos. Outros substituíram os móveis antigos por novos, pois esses já eram precários quando se mudaram. Mas nem todas as famílias trouxeram suas mudanças, como já foi mencionado, tendo adquirido seus bens ao longo dos anos em que vivem no assentamento.

Na mudança, os agricultores assentados também trouxeram o “bicharedo” – animais como galinhas, porcos e vacas –, mudas de árvores e flores, além de animais de estimação. Uma das famílias trouxe consigo um papagaio, que a acompanha há mais de vinte anos.

Cabe ressaltar que as famílias rurais, ao aderirem ao acampamento, apresentam diferenças no que se refere ao acesso a recursos econômicos e às relações sociais que poderiam lhes dar suporte nesse tempo difícil, marcado pela precariedade (QUINTEIRO, 2003, P. 168). No caso aqui estudado, o mesmo também ocorreu ao chegarem ao assentamento, e a distinção entre as famílias se refletiu-se - e segue se manifestando - nas condições estruturais da família ao longo dos anos. A combinação dos aportes que cada família traz ao mudar-se é um dos aspectos que contribuem para a reconstituição da vida quando assentadas; no entanto, outros fatores serão importantes nesse processo, como, por exemplo, a capacidade de ressocialização ao novo modo de vida.

A expressão de Lorival - *Me senti como um gato em tapera!* - resume a percepção que os colonos tiveram na chegada ao assentamento. As famílias viajaram em grupo desde o acampamento “em cima” de um caminhão e chegaram, ao final da tarde, à antiga Fazenda São Virgílio; era a primeira vez que viam a terra conquistada, conhecida apenas pelos relatos das lideranças do MST que haviam feito a vistoria da área.

As benfeitorias existentes ainda estavam em uso, o capataz da fazenda morava no local, e o gado ainda estava no campo. Nesse *espaço* desconhecido e marcado pelos vestígios da presença do antigo proprietário, as famílias foram desembarcadas sem saber para onde ir, sem saber onde dormiriam a primeira noite. Ali mesmo, na estrada em que os agricultores foram “largados”, construíram seus barracos. *Largaram nós ali e ninguém sabia para onde ia ir. Ficamos acampados um mês mais ou menos ali.* (Leonel)

De acordo com Tuan (1983), para um novo morador, o *espaço* é confuso e embaçado. O autor refere-se aí a bairros urbanos, mas o conceito pode ser empregado para pensar a condição da mudança para um local novo e desconhecido. Segundo ele, para conhecer o novo local, é necessária a identificação de *lugares* significantes, o que ocorre ao longo do tempo. No caso estudado, esse processo se deu a partir da desocupação definitiva da fazenda pelos antigos proprietários, quando as famílias iniciaram o processo de *apropriação* do *espaço* e de construção do *lugar*.

5.2 No início, não tinha nada: o acampamento no assentamento

Segundo Costa (2004), a *apropriação* do *espaço* é fundamental para que os assentados restabeleçam suas relações com a natureza e entre si, para que recriem seu modo de vida e seu projeto sociocultural. Nesse sentido, a partir da chegada ao assentamento, inicia-se o processo de *apropriação* do *espaço*, partindo de um reconhecimento do local.

Nos primeiros tempos, em São Virgílio, dos mil e trezentos hectares desapropriados para a instalação do assentamento, as famílias ocuparam uma pequena área que comportava seus barracos de lona improvisados. Foi necessário esperar a desocupação da fazenda pelo antigo proprietário para que pudessem explorar a vastidão do *espaço* desconhecido, pois a terra ainda não apresentava definições de ocupação, as áreas do assentamento não estavam pensados, nem estavam demarcados lotes, estradas ou áreas comunais.

Nesse contexto, a percepção dos colonos assentados era a de que, no assentamento, não havia “nada”. Esse “nada” é definido pela *falta* de elementos que são importantes para que se reconheçam no *lugar*, uma vez que a *presença* do que existe não lhes tem significado. Assim, temos que o pasto é percebido como “campo limpo” - na expressão de Santos, I. e Ferrante (2003), como *terra nua*¹ -, destituído de significado para os agricultores, que projetam na terra o trabalho da agricultura de subsistência, como relata Dolores: *Quando nós chegamos aqui, era tudo campo limpo, não tinha nada, não tinha nenhuma árvore, nada!*

Em uma de minhas visitas ao assentamento, Violeta havia selecionado algumas fotografias de seu lote para me mostrar; entre elas, estava uma de São Virgílio, da época em que haviam se mudado “para cima” do lote (Figura 11). Ela se referiu a essa foto como evidência de que, quando haviam se mudado, não havia “nada” na terra.

¹ Santos, I. e Ferrante (2003) usam o termo *terra nua* em referência à *paisagem* rural de pastagem extensiva da região do Pontal de Paranapanema no Estado de São Paulo; o termo é usado para destacar o contraste com os assentamentos da Reforma Agrária, cuja produção se baseia no autoconsumo.



Figura 11 – Fotografia de São Virgílio nos primeiros anos do assentamento.
Fonte: Registrada por Violeta nos primeiros anos no assentamento, reproduzida pela autora em 2008.

O “nada” também significa a *falta* de árvores e de pássaros, uma imagem de entorno que remete à relação com a natureza da forma como ela é percebida e conhecida a partir das referências do local de origem, uma *paisagem* que remete à forma familiar de uso e ocupação do solo, conformada pelos camponeses, conforme palavras de Alceu: *Porque nem passarinho não tinha aqui, não tinha árvore, não tinha nada.*

Mas o “nada” também significa a *falta* do *lugar da morada*, onde as benfeitorias da fazenda (mesmo a casa da sede da fazenda usada como residência pelo antigo proprietário) não são percebidas como *lugares* de morar, o que será tratado com mais detalhes na sequência deste capítulo. É possível apreender esse sentimento na expressão de D. Perpétua: *Deus o livre, quando nós viemos para cá, não tinha nem onde morar!*

A expressão “nada” representa mais do que supressões no plano material: carrega também significados de ordem simbólica, pois remete à *falta* de uma

paisagem que lhes permita o sentido de pertencimento, uma *paisagem* construída ideologicamente, que lhes informa que elementos definem um *lugar* de viver.

Para Claval (2001), a *paisagem* é construída pela sociedade, não está situada no exterior, mas faz parte da realidade social. Segundo o autor, as *paisagens* existem no espírito daqueles que a vivem, modelam e que por ela são modelados, carregadas de imagens e símbolos. Nessa perspectiva, a *paisagem* é concebida para além da realidade objetiva e, em sua dimensão simbólica, envolve uma complexidade de interrelações entre natureza e ser humano.

A *paisagem* idealizada pelo assentado remete a seu local de origem, estando associada a uma ordem camponesa, em que a relação entre ser humano e natureza é perpassada pelas categorias terra, família e trabalho (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997). No estudo aqui referenciado, empreendido junto a sitiantes de Sergipe, os autores demonstram que, para esses camponeses, a natureza é interpretada para além de suas leis próprias: tendo domínio de si, é dotada da capacidade de estabelecer relações de troca e reciprocidade com os seres humanos. Nesse sentido, os autores demonstram que a *terra de gado*² contrapõe-e ao *mundus* camponês, uma vez que esse, diríamos, cede *espaço* para o gado – local que seria destinado ao trabalho do homem sobre a terra, de forma a transformá-la em *lugar* da família.

No caso do assentamento São Virgílio, o processo parece ser inverso, e o agricultor – sem-terra – conquista a terra ocupada pela criação de gado extensiva e nela irá imprimir a *terra de trabalho*³, reconstruindo sobre esse *espaço* o *mundus* camponês. Mas um olhar mais atento irá buscar um horizonte mais amplo, pois, no contexto da Reforma Agrária, essas áreas são reclamadas como expropriadas do campesinato ao longo da história. Nesse sentido, o camponês, ao tornar-se

² No estudo de Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), *terra de gado* é uma categoria que representa a área de terra destinada à criação de gado por grandes proprietários; essas áreas de terra originam-se do processo de expropriação dos sitiantes de Sergipe, tendo sido, no passado, áreas de expansão do campesinato.

³ No estudo de Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), *terra de trabalho* é uma categoria que representa a área de terra sobre a qual o homem imprimiu seu trabalho, domando a natureza; na ordem moral, é onde o homem pode realizar o trabalho honrado e produzir a riqueza legítima.

assentado, retoma a área que lhe era destinada à expansão da família por meio da implementação do assentamento.

Os colonos relatam terem sofrido com a baixa produtividade da terra, nos primeiros anos de assentamentos. Em suas percepções, associam as dificuldades às antigas atividades da fazenda ligadas à pecuária, o que, segundo eles, resultaram em solos compactados e de difícil uso para a agricultura de subsistência, como nos explicam os assentados:

Violeta: A terra daqui tem muita acidez. A fruta gosta de terra mansa.

Alceu: Aqui essa terra só escutou falar em calcário, mas até hoje nada. Era urina de cavalo, urina de vaca.

Violeta: Era só campo, tem muita acidez de urina de animal.

Alceu: E outra, Não tem matéria orgânica na terra porque o gado come e rapa e isso vira uma acidez de 600, 800 %, quando esquentam o sol, a própria carqueja murcha, quase morre, que é um inço!

Embora a percepção dos colonos assentados em São Virgílio seja de que os solos tenham sido impactados pela pecuária extensiva, o que ocorria era que as terras do assentamento não eram propícias para o cultivo de grãos, como esclarece Mello, P. (2006), ao estudar a evasão e a rotatividade das famílias de agricultores nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, especialmente na metade sul do Estado, onde se encontra o assentamento São Virgílio. Naquele estudo, o autor destaca que, para a implantação dos assentamentos, o INCRA tendia a comprar terras de menor valor de mercado ou desapropriar áreas improdutivas, em ambos os casos com solos de baixa qualidade para a produção de grãos. Segundo o autor, isso ocorria devido a impossibilidades técnicas e financeiras do órgão em adquirir terras melhores, em que seria possível “o cultivo de grãos, base da sobrevivência da agricultura familiar gaúcha”. (MELLO, P., 2006, p. 99)

Segundo Ferreira (2005), em estudo realizado no assentamento 18 de Maio, também localizado no município de Herval, os maiores entraves para viver nos assentamentos são as dificuldades em relação às condições do solo. A autora cita

diversos estudos que questionam a implantação de assentamentos em regiões como a zona Sul do Estado devido à difícil viabilização econômica das famílias assentadas. No assentamento São Virgílio, a frustração com as primeiras safras ainda está presente na memória dos agricultores e informa sobre a necessidade de compreender as diferenças de trabalho em condições diversas daquelas do local de origem:

Só que quando a gente veio pra cá, falando da região - hoje faz dez anos que nós estamos aqui assentados -, eu acho que agora que a gente está se dando conta de como é a região aqui, por que a gente veio de uma região totalmente diferente, de pequeno agricultor. (Cátia)

Ao chegarem ao assentamento São Virgílio, os agricultores instalaram-se junto à estrada existente na fazenda, que dava acesso a localidade chamada Cerro Chato, vizinha à propriedade desapropriada. Nas proximidades do local onde desembarcaram, construíram seus barracos de lona preta, uns próximos aos outros, como era no acampamento. A aglomeração e a compacidade na ocupação do local demonstram que os agricultores não se sentiam seguros e tampouco autorizados a explorar o espaço que haviam conquistado.

Quando chegamos aqui, chegamos lá em cima, todo mundo amontoado, bem no costado da estrada que vai para o Cerro Chato, uns três quilômetros longe da sede, como era no acampamento viemos para cá, tivemos que nos instalar em barracos. (Ivan)

Algumas famílias viveram sob essas lonas por aproximadamente um ano e meio. Mesmo depois de o proprietário ter desocupado a terra e os lotes já estarem demarcados, ainda passaram meses indo e voltando ao lote, até que seu lugar tivesse condições para receber a mudança da família e a terra estivesse trabalhada pelo pai de família e os filhos mais velhos.

Nós ficamos um meio ano, a uns quatro quilômetros para lá, que nós desembarcamos com o caminhão, lá para os fundos. Fizemos um barraco e ficamos quase um ano, nem um ano, embaixo dos barracos. Até virar a terra... (Leonel)

Outras famílias mudaram-se para as benfeitorias da fazenda nos primeiros meses, assim que foram desocupadas pelo proprietário. As benfeitorias da fazenda foram utilizadas de forma coletiva para moradia dessas famílias que, em sua maioria, permaneceram ali até que tivessem condições de mudar-se “para cima” de seus lotes.

Nós moramos num galpão na sede, nós três. Tinha a casa e outros galpões onde ficaram outras famílias. Tinha umas divisões, uns lugares onde tinham umas cocheiras e ali moraram uns tempos, até construírem as casas. (Cátia)

Outras viveram ali até o início de 1999, quando passou o tornado pelo assentamento, derrubando parte de um dos galpões da sede da antiga fazenda onde moravam algumas famílias.

5.3 A convivência coletiva: conflitos e solidariedades

A convivência coletiva nos barracos ou nas benfeitorias da fazenda, embora lembrasse os tempos de acampamento, caracterizava-se por um novo momento em que as famílias estavam ansiosas para reconstruir suas vidas em seu novo *lugar*, seu lote, como mostra o depoimento de Tânia: *Parecido com acampamento, mas, claro, aí já não tinha mais aquelas reuniões, já era mais vizinhos, digamos.*

Na convivência cotidiana, as famílias dividiam estruturas precárias de moradia, o que contribuiu para que aflorassem pequenos conflitos, alguns das quais remanescentes dos tempos de acampamento. Silva, C. (2005) destaca que os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária reúnem homens e mulheres de origens e culturas diferentes, com vontades, interesses e experiências de vida diferentes e que viver coletivamente nessas condições tende a gerar conflitos. No assentamento São Virgílio, os conflitos dos primeiros tempos de compartilhamento espacial e cotidiano são evidenciados pelo relato de Nilo:

Foi uma época difícil, tem que conviver com muita gente que é de vários municípios. Por primeiro, a gente estava tudo junto, repartia a mesma pecinha, tinha que cozinhar e dormir ali mesmo, tudo muito difícil. Tomar banho também.

Mas o tempo de moradia coletiva também é lembrado pela solidariedade e convivência com os vizinhos, quando uns ajudavam os outros a estruturar seus lotes e a superar as dificuldades vividas na terra nova. Segundo Costa (2004), ao ser assentada, a família inicia um processo de *apropriação* do *espaço* e do tempo. Nesse processo, os agricultores reconstróem o sentido que dão à terra, pois já não é possível aplicar no novo local o mesmo modo de viver de outrora, ele precisa ser recriado, o que ocorre por meio da atualização de seu modo de vida e da socialização com os novos vizinhos. Segundo o autor, o assentamento é “local de relativa estabilidade, permitindo relações mais duradouras.” (COSTA, 2004, p. 186).

Ao abordar o tema das *identidades territoriais*⁴, Haesbaert (1999) destaca que a identidade se dá no confronto e no encontro com o *outro*, o que pode gerar tanto o conflito, quanto o diálogo. No caso de migrações, o autor enfatiza que não só ocorrem processos de entrecruzamento da identidade com outras culturas, como também os migrantes carregam sua *territorialidade*, tentando reconstruí-la no local de nova moradia. Segundo o autor, a base *territorial* oferece referenciais para a construção da identidade coletiva de um grupo, em que se dá um processo de *identificação* em constante reformulação. Para Haesbaert (1999), o *território* é, ao mesmo tempo, produtor e produto de identidade, que se define no tempo, assim como na interface com o outro, em que o convívio e seus desdobramentos compõem o processo de *territorialização*.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que as relações de conflito e diálogo fizeram e ainda fazem parte do processo de *reterritorialização* dos assentados, em que as dificuldades também oportunizaram solidariedades na teia das relações sociais de São Virgílio. Os colonos passaram por diferentes formas e intensidades de dificuldades, fortalecendo os laços sociais. Destaca-se a passagem de um

⁴ Para Haesbaert, a “identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”. (HAESBAERT, 1999, p.172).

tornado pelo assentamento, nos primeiros anos de instalação, momento em que muitas famílias ainda moravam em locais improvisados, quando foi imprescindível a solidariedade dos parentes e vizinhos.

5.4 Passou um tornado...

Até o início de 1999, a maioria das famílias já haviam se mudado “para cima” de seus lotes, e as atividades comunais já estavam iniciando na sede do assentamento. A casa principal seria ocupada pela escola, e o início das aulas estava previsto para março daquele ano. As famílias que ainda moravam ali estavam terminando os preparativos para se mudarem para seus lotes, enquanto outras ainda ocupavam os galpões situados no terreno da sede. Nesse momento, em que o processo de *apropriação* do assentamento configurava-se a partir do estreitamento de laços afetivos com o *espaço*, ocorreu o inesperado: em 02 de fevereiro de 1999, data lembrada pela maioria dos assentados com quem conversei, São Virgílio foi atravessado por um tornado, que passou devastando as primeiras instalações construídas ou ainda em construção nos lotes.

Quando o tornado passou pelo assentamento, algumas famílias já haviam se mudado para seus lotes, em sua maioria vivendo ainda sob barracos de lona. Nesse período, já haviam recebido o crédito habitação⁵, com o qual haviam começado a construir as primeiras casas sobre seus lotes. Com o fenômeno do “tufão de vento”, os barracos de lona foram danificados ou completamente destruídos. Aqueles que já haviam construído as instalações de madeira também foram atingidos: em um dos casos relatados, a casa foi arrancada, ficando apenas o assoalho. *Ali no Lúcio, a mulher ficou em cima do assoalho e ele deitado na cama lá no campo.* (Leonel) Dessa forma, as famílias voltariam a abrigar-se no casarão principal da sede, ali permanecendo até o início das aulas, em março do mesmo ano, quando a Prefeitura solicitou a desocupação da sede, onde seria instalada a escola:

⁵ Tema a ser tratado no capítulo 7.

Em 02 fevereiro de 1999, deu aquele tufão de vento que estourou o nosso barraco e a madeira da casa já tinha vindo, que os caras já estavam começando a fazer as casas, aí nós fomos acampar na sede, porque nós ficamos no tempo, porque o vento estourou o barraco, nós ficamos duas semanas na sede, dia 04 de março iriam começar as aulas, o primeiro ano que iria ter aula no São Virgílio. E aí a prefeitura pediu para desocupar a sede, e a casa de madeira não estava bem, bem pronta, faltava os repartimentos, umas janelas. Nós nos mudamos dia 04 de março de 1999, para a casa de madeira. (Violeta)

Devido ao desabamento de um dos galpões que existiam na sede, as famílias que ainda moravam lá precisaram se mudar para cima dos lotes às pressas, ou alojaram-se na casa de parentes e familiares até que pudessem improvisar um abrigo em seu lote. *Lá na sede, arrancou o galpão e morava bastante gente e não machucou ninguém. Tinham umas quantas famílias lá. (Leonel)*

Eventos naturais de grande impacto para as comunidades que os vivenciam foi tema recentemente evidenciado por Woortmann, E. em palestra realizada em Porto Alegre⁶. Segundo a autora, esses fenômenos são possíveis agentes de mudanças duradouras nos modos de viver dos atingidos. Essas mudanças seriam provocadas pelas privações e dificuldades experienciadas por esses grupos sociais, cuja memória fica marcada pela violência de tais fenômenos, impressa em diversas esferas de significação, resultando em práticas diferenciadas. No caso do assentamento São Virgílio, o tornado é percebido como um evento de grande impacto na vida das famílias. A vivacidade e a intensidade dos relatos sobre o tornado, ainda carregados de medo em relação às forças da natureza, apontam para mudanças, especialmente na forma de construir as casas, como, por exemplo, a substituição dos materiais de construção usuais em seus locais de origem e a supressão dos beirais⁷ dos telhados, tema que será abordado no capítulo 7.

⁶ Informação coletada na palestra Alimentação e Família: tradição e mudanças, proferida por Ellen Woortmann, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, em Porto Alegre, no dia 30 de abril de 2009.

⁷ O beiral do telhado é formado pela última fileira de telhas que forma a aba do telhado, constituindo a parte avançada deste sobre o corpo do edifício. Tem a finalidade de provocar a

O tornado traçou um caminho no solo de São Virgílio, sulcou a terra, derrubou árvores e casas e desenhou sua passagem na memória dos assentados. O clima “ventoso” de Herval, a umidade e o frio são apontados pelos assentados como as maiores dificuldades para sua adaptação ao local.

Derrubou a casa do Ciro, um galpão que tem ali, atorou no meio, do Sinval, do Alaor lá embaixo (Jurandir) caiu. No Lúcio, fazia três ou quatro dias, do lado do Alceu, que ele tinha feito o galpão, onde ele morava, deu a tormenta e arrancou ele e atirou lá fora a casa e só ficou o assoalho. Ficou a mulher e as duas meninas, e o resto não sobrou nada e ele caiu com a cama lá, a mulher só ouviu o estouro. E nós morávamos num galpãozinho, já tinha feito, só deu aquele tremor de arrancar e não arrancou, eu ouvi aquele barulhão aqui e estava a casa toda amontoada, só os tijolos. Isso foi no primeiro ano, segundo ano que a gente estava aqui. Aquela vez, se desse mais uma vez, tinha corrido com muita gente, depois teve os temporal, mas igual aquele nunca mais, graças a Deus. A nossa sede lá arrancou tudo, galpão, balança, lá tem umas casas grandes. Só ficou a casa grande e casa que morava o capataz, mas o resto caiu tudo. (Leonel)

Em diversos depoimentos, os agricultores relataram quais famílias tiveram suas casas atingidas; a partir da sistematização desses dados, foi possível localizá-las no mapa do assentamento e, assim, reconstruir o caminho feito pelo tornado (Figura 12).

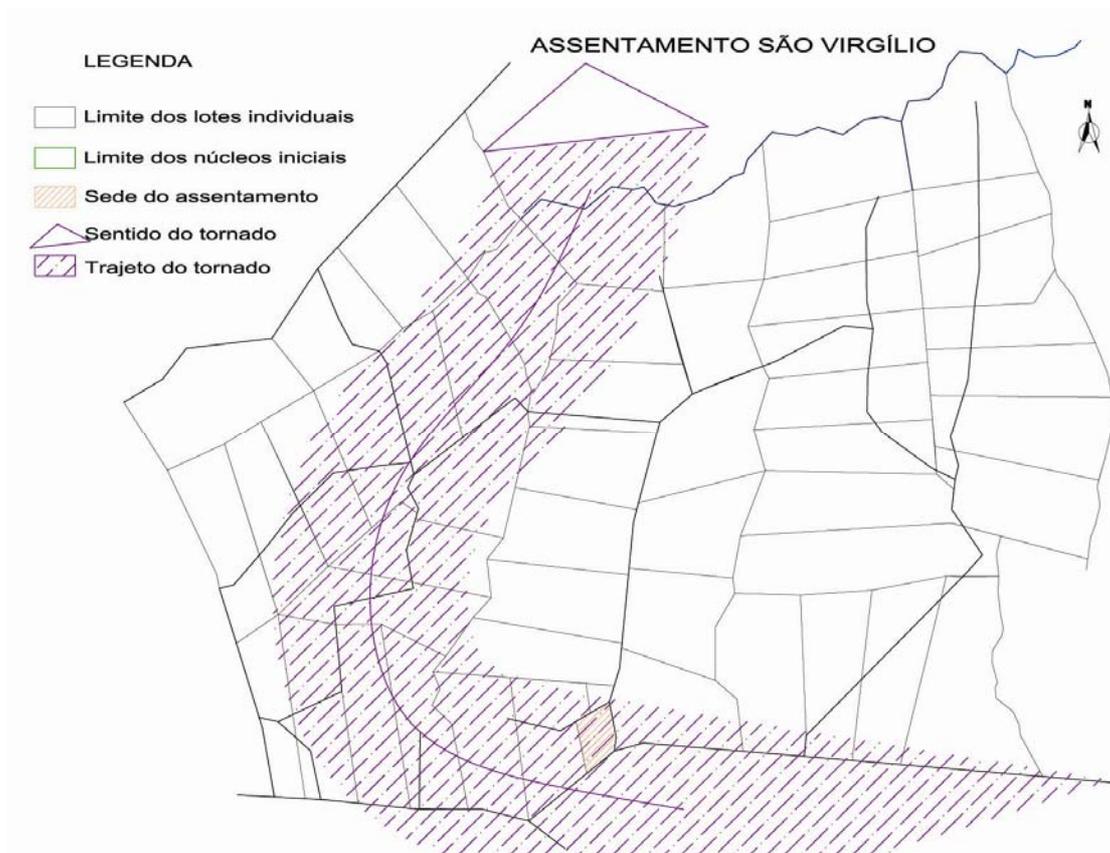


Figura 12 – Mapa do assentamento São Virgílio espacializando o caminho percorrido pelo tornado. Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificado de: Brasil, [2006?].

Pude constatar que os depoimentos com maior intensidade de lembranças e impressões do evento são os daqueles que moravam, à época, no trajeto por ele percorrido. Os relatos das famílias atingidas diretamente pelo tornado são mais ricos em detalhes e mais prolongados, evidenciando relacionar ao episódio carga emocional mais intensa. De igual forma, os agricultores, em geral, sabem em que medida cada um foi atingido. O evento está na memória da maioria das pessoas de São Virgílio, entretanto aqueles agricultores que não foram atingidos diretamente pelo tornado, ou mesmo não tiveram parentes atingidos, o percebem de forma mais amena, como revela o depoimento de Melissa: *Tem gente que vê um temporal, desanima e pede para ir embora. Pra gente resistir, precisa muita coragem.*

Os colonos destacam o fato de o tornado ter ocorrido em um momento de estruturação, em que não tinham muitos recursos e em que as dificuldades já eram muito grandes. No depoimento de Violeta, está implícita a percepção de certa

incoerência entre o momento da passagem do tornado com o momento de dificuldades e imprevistos em que viviam os assentados, em que os poucos recursos que tinham não lhes permitia proteger-se de tal evento natural.

Por ser o ano que nós estávamos começando, os danos não foram muito maiores. Porque tudo era começo. Se acontecesse hoje, o pessoal já estava mais estruturado, não se apavorava tanto. Mas naquela época, ninguém tinha nada. (Violeta)

Como nos explicam Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), a natureza é percebida – no caso de seu estudo, pelos sitiantes sergipanos – como dotada de força própria, assumindo personalidades generosas ou agressivas e punitivas. A partir dessa análise, percebemos, entre os assentados aqui observados, associação similar à da força da natureza, na forma do tornado, ou mesmo à dos ventos fortes, como entes vivos e poderosos: *Aos poucos, ele [o tornado] ganhava mais força, porque cada vez ele juntava mais sujeira.* (Violeta)

Em meu diário de campo, registrei um depoimento feito pelo filho de Alceu, que, na época do relato, era ainda criança:

Hoje o Maciel me contou a história de uma tormenta forte, que o pai já tinha me relatado em outra ocasião. Ele fala que, em uma noite, estavam ele e o pai dentro de casa e lá fora havia um vento tão forte que estalavam as telhas, ele e o pai estavam ali dentro, ajoelhados rezando, ele com as mãozinhas apertadas. Mas, em pouco tempo, o vento se enfureceu e estourou quatro ou cinco telhas. O pai se levantou alterado e declarou: “Então, diabo, se é para levar, leva tudo de uma vez!”. Eram quatro horas da manhã, o vento ainda estava forte, mas subiram no telhado para tentar arrumar as telhas pois o quarto do menino estava cheio de milho e era preciso preservá-lo da umidade. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008)

Desde os primeiros tempos, e talvez ainda hoje, a natureza de Herval é percebida pelos assentados como dotada de uma força própria e imprevisível. Da pesquisa de Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), pode-se destacar que os

camponeses sergipanos percebem um equilíbrio e complementaridade entre o trabalho do homem e o trabalho de Deus, mas os camponeses convivem com a possibilidade do castigo, em forma de eventos naturais como a seca, devido à condição natural de pecador atribuída ao homem. Assim, temos que, para aquele grupo, os castigos também são feitos de Deus. No caso dos assentados estudados, como se apreende do trecho transcrito do diário de campo, o tornado parece ser atribuído ao diabo e não a um castigo de Deus. O que parece ocorrer é que, diferentemente do grupo estudado pelos autores acima citados, os assentados aqui se referem a uma terra destituída do sentimento de pertencimento, de laços afetivos, de história.

Embora o pai de família tenha tomado a frente para domar não só a terra como a nova vida, elas se manifestam ainda como desconhecidas e perigosas, o assentamento ainda está em vias de tornar-se *lugar*, ainda é percebido como *espaço*, podendo ser traiçoeiro, e Deus, embora possa castigar, jamais seria traiçoeiro colocando a vida dos familiares em risco. Para além das perdas materiais, a impressão mais intensa, resultante da passagem do tornado, foi o risco que conferiu à vida das famílias, embora – “graças a Deus” - ninguém tenha ficado ferido.

Leonel: *Foi um susto muito grande.*

Elis: *O Júlio, quando tirou a guriuzinha da cama e saiu, a casa caiu em cima da cama. Ele conta que saiu correndo e, quando saiu, caiu a parede em cima.*

O agricultor, sem opção, leva a família para o *espaço* sobre o qual ainda não imprimiu o trabalho necessário para que se torne *lugar* de viver. Ao início de seu processo de *reterritorialização*, sob o golpe do imprevisível, olha para *fora* e não se reconhece *lá* – “era tudo estranho”. Nesse *espaço* em que ainda não é possível o equilíbrio entre o trabalho de Deus e o do homem, como poderia ser possível increver-se o *lugar* da família?

Fui colher uns sacos lá fora e tinha dado um estouro, um temporal, era tudo escuro e, pra mim, era tudo estranho, recém tinha chegado, e vi aquilo tudo escuro e amarelado, vi aquele milho todo no chão caído, eu desanimei e disse: “vamos pegar nossas coisas e vamos embora, assim não adianta, aqui não vai ser o nosso lugar”.

Na verdade, as crianças e a Ema disseram que agora não iam embora. Eu fiquei tão perdido, tão desanimado quando vi aquilo, que me aborreceu. (Ivan)

O depoimento de Ivan ilustra o que muitos agricultores expressaram ao relembrar o evento do tornado, a intenção do pai de família em seguir a busca pelo *lugar da morada*, desistindo do assentamento e a posição da mulher em ficar no local e construir ali sua *morada*. No momento do tornado, especialmente os pais de família pensaram em desistir, seguir seu destino de migração em busca do *lugar* da família. Segundo Silva, M. (2003), para o grupo estudado por ela, a migração é vista como uma sina, “determinada por uma força invisível”. No caso de São Virgílio, muitas das famílias atingidas pelo tornado e que permaneceram o fizeram pela força de vontade das mulheres, mães de família, pelo desejo de se fixarem, constituírem o *lugar* da família, que se anunciava possível desde a conquista da terra por meio da Reforma Agrária. Nos depoimentos abaixo, o exemplo de outra família em que o pai teria ido embora com a família, não fosse a insistência da mulher em ficar.

Eu fiz a casinha ali e, no dia 02 de fevereiro, fazia três dias que nós estávamos morando dentro, deu um temporal e destruiu tudo. Eu não fui embora porque nem tinha como voltar, é muito longe daqui, dá quase setecentos quilômetros. Destruiu tudo. (Lúcio)

Aquela semana ali, qualquer coisa ele ia embora, não ficava. Quem fincou ali e não quis ir foi a finada Conceição. Senão, ele tinha ido embora no outro dia. (Elis)

Passado o susto do tornado, seguiram na reconstrução do pouco que já haviam construído. A solidariedade dos parentes e vizinhos foi fundamental para a resistência dos atingidos, que *recomeçaram do nada* (Violeta).

Com o tempo, “graças a Deus”⁸, a situação foi mudando, e hoje já não faz mais tempo ventoso como antes. Agora já faz horas [que não dá vento forte], não sei se a gente já acostumou mais, também. (Tânia)

⁸ Expressão frequentemente usada pelos assentados para se referirem ao momento atual como tempos melhores.

*

Neste capítulo, busquei enfocar os primeiros tempos dos assentados na terra conquistada, passando pela experiência da mudança e chegada ao local do assentamento às primeiras instalações, ainda de forma coletiva e provisória. Também foi destacada a tormenta de 1999, cujos efeitos destrutivos e cujas impressões marcaram a memória e a vida dos assentados.

No próximo capítulo, o foco recairá sobre o tempo de mudança para o lote e construção do *lugar*. A partir de então, cada família assumiu sua parcela de terra e passou a trabalhar o *espaço* de forma a transformá-lo no *lugar de viver*. A teia de relações agora se estendia sobre o *território* do assentamento, e o lote passa a representar a esfera privada da família.

6 A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR

Eu saía, abria aquela porta, olhava lá pra fora e imaginava “É nosso isso aí!”. Era um sonho, um sonho de ter um pedaço de terra. A gente olhar pra um lugar... por que, na verdade, a gente não tinha nada. A gente sair pra fora e olhar. Daqui enxerga longe, e dizer “lá onde passa nossas divisas, é nosso isso aqui”. É o sonho. (Olavo)

Neste capítulo, será analisado o processo de constituição do *lugar da morada* da família, partindo pelo planejamento do lote e do local de moradia, mesmo antes da mudança da família.

Também será abordada a trajetória de constituição da casa, destacando as formas de moradia pelas quais passaram os assentados nos primeiros anos em que já estavam morando “em cima” dos lotes.

6.1 O lote: planejamento e significação

A mudança para o lote marca a transição entre a convivência coletiva dos primeiros tempos de moradia no assentamento e a construção do *lugar da morada* “em cima” do próprio lote. A *apropriação do espaço*, que iniciou de forma coletiva a partir do reconhecimento e organização das áreas comunitários, agora se estende à esfera familiar, por meio da *apropriação do espaço* do lote. Para Haesbaert (2004), o processo de *apropriação*¹ do *território* relaciona-se a dimensões simbólicas, “carregado de marcas do ‘vivido’, do valor de uso”. (HAESBAERT, 2004, p. 2).

Sob a perspectiva da *apropriação do espaço*, temos que a demarcação, o planejamento do lote e a construção do *locus* familiar forjam e são forjados pelos

¹ Em seu estudo, Haesbaert (2004) refere-se a *território* relacionando duas dimensões de poder: a da *dominação* e a da *apropriação*. A primeira, referida a um poder “mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” e a segunda, a um poder de ordem simbólica. Nesta dissertação, será dada ênfase à perspectiva da *apropriação*, embora também tenham sido apreendidas dimensões de dominação do espaço no assentamento São Virgílio, condição comum aos processos de territorialização.

assentados ao longo do tempo. Nesse sentido, processo de *apropriação* ocorre em um movimento constante, oscilando entre o sentimento de *espaço* e *lugar* em relação ao lote. A *apropriação* da parcela familiar dentro do assentamento inicia por meio da delimitação de suas fronteiras, sendo o lote percebido como *território* na esfera físico-geográfica. Mas o processo de *apropriação* também perpassa a efetiva ocupação e organização do *espaço*, assim como as significações associadas a esses usos. Nesse processo de *territorialização*, são construídos laços afetivos com a nova terra, aos poucos percebida como o *lugar da morada*. Beledelli (2005), ao estudar a cultura e a organização do *território* em assentamentos do MST na região da Grande Porto Alegre, destaca que

Ao demarcar a área, o indivíduo passa a identificar esse espaço como seu e, juntando-se ao conjunto do assentamento, é formado um novo território no qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado, há uma representação simbólica, afetiva, uma *apropriação*, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço, enfim, a territorialidade. (BELEDELLI, 2005, p. 60).

O planejamento e a construção do *lugar* de cada família compõem o processo de *reterritorialização* do assentado na esfera da família, já iniciada em momento anterior na esfera coletiva. Segundo Haesbaert (2004), todo *território* responde, ao mesmo tempo, a dimensões simbólicas e funcionais “tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’.” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Também, sob a perspectiva da sócioantropologia em estudos camponeses, Woortmann, E. (1983), bem como em Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) demonstram que o sistema espacial do sítio camponês obedece a dimensões práticas e simbólicas, em que a casa é o ponto de partida para a distribuição das áreas que compõem o sítio. Segundo esses autores, os arranjos espaciais do sítio camponês revelam esferas do *mundus* camponês relacionadas à hierarquia que posiciona as pessoas no grupo familiar. Também a distribuição dos ambientes internos à casa não só revelam relações práticas e simbólicas, como conformam e

são conformados pela moral camponesa, o que será mais bem desenvolvido no capítulo 9.

A partir dessas perspectivas, foi observada e analisada a constituição do lote familiar no assentamento São Virgílio. Assim, temos que ao lote são atribuídos diferentes significados, que oscilam entre a *prática* e a *simbólica* do *mundus* camponês. O lote conquistado e demarcado é referido como “tudo”, em oposição ao “nada” que representa a terra conquistada no momento da chegada ao assentamento. O “tudo” é um adjetivo que comporta diversas dimensões de significação para os assentados; quando se referem ao lote, iniciam com a expressão *o lote, para nós, é tudo* e, depois, seguem traduzindo a que se refere o “tudo”:

O lote é o fundamental. Para ter, para plantar, para criar. (Gorete)

Significa a sobrevivência, dali tem que tirar tudo, de cima do lote. Alimento, roupa, saúde, e aí já inclui o conforto, que tem que sair de cima do lote também. (Lírio, grifo nosso)

Das falas de Gorete e Lírio, apreendemos que o lote, por consequência, o “tudo”, compreende desde aquilo que é percebido como fundamental - o *essencial*² - até o que é percebido como *conforto*. O *essencial* refere-se ao que é compreendido como o básico, o mínimo necessário para garantir a subsistência da família; já o *conforto* refere-se ao que pode tornar o cotidiano mais prático ou prazeroso, aquilo que pode conferir maior bem-estar e mesmo distinção no contexto social.

O lote também carrega o significado da luta, um símbolo que permite visibilidade aos resultados do trabalho desempenhado pelo MST. A conquista da terra é um feito que se torna possível a partir da adesão ao Movimento e da resistência dos camponeses sem-terra.

O lote significa a luta, é uma das coisas que prova que através do Movimento Sem Terra, se consegue conquistar um pedacinho de terra. (Tânia)

² As categorias *essencial* e *conforto* serão abordadas no capítulo 9; no entanto apresento aqui, de forma breve, seus significados, para a melhor compreensão do texto.

Por isso que hoje eu digo, a pessoa tendo a terra para produzir, pra plantar, criar um gado, tirar um leite, coisa que para nós não existia. A gente nunca pensou que um dia iria ganhar uma terra assim. (Olavo)

Os depoimentos mais carregados de emoção são aqueles que identificam a conquista do lote como a realização de um sonho, o sonho de constituir um *lugar* para a família. *É meu sonho que foi realizado, para criar os filhos. (Juliano)*

Entretanto, o lote, para se tornar “tudo”, exige que sobre ele se imprima o *trabalho*, pois, ao ser demarcado, o lote ainda é percebido como *espaço*. De forma similar à percepção do assentamento, no momento da chegada à fazenda, o lote também não tinha “nada” no momento em que o assentado o recebe.

Chegamos aqui, não é fácil. Não é fácil tu chegar num capinzal e aí tu olhar e pensar: é aqui que eu vou morar. Mas aonde? [...] Tu chega e tu só enxerga os caraguatá, carqueja, isso aqui é pra ser meu, mas onde eu vou fazer a casa, onde eu vou achar água para ir para dentro de casa? Onde vou me organizar para fazer um galpãozinho? Nós não tínhamos nem um pau para armar a barraca. (Violeta)

A mudança “para cima do lote” ocorre de forma progressiva: primeiro o pai de família faz o reconhecimento do lote, explora seu *território* e, à medida que se dá a *apropriação*, vai imprimindo o *trabalho* sobre a terra, para que possa dar condições à produção de subsistência para a família. Ao garantir as condições *essenciais*, muda-se com a família “para cima do lote”, mesmo sob um abrigo improvisado.

Cabe ressaltar que aqui é adotada a abordagem de Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) ao estudarem camponeses sergipanos, em que o *trabalho* é entendido como processo, incluindo as ideias que o antecedem e o constroem, transcendendo àquelas abordagens que partem do trabalho realizado, a partir da lógica econômica. Para esses autores, o *trabalho* expressa uma cosmologia que orienta os modos de vida do camponês. De acordo com essa perspectiva, o *trabalho* investido sobre a terra legitima seu uso, pois é o *trabalho* que transforma a *terra*³

³ Nesse estudo, Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) demonstram como se articulam as categorias *terra* e *solo* na produção da roça, percebidos como domínios da *natureza* e da *cultura* respectivamente. Nesse contexto, a *terra* refere-se à *natureza* bruta, ainda desconhecida, sobre a qual não foi investido o *trabalho*; o *solo* significa que a *terra* já foi

(*natureza*) em *solo* (*cultura*) na construção da roça. Nesse estudo, os autores partem da análise do *lugar do trabalho*, o sítio, ele mesmo também resultado do *trabalho*, na dimensão espacial, e resultado de um processo histórico secular de interação do homem com a *natureza*, na dimensão temporal.

No caso do assentamento São Virgílio, compreendemos o *lugar da morada* como parte do sistema do lote. Nesse contexto, abordamos o lote sob a perspectiva sistêmica do sítio camponês proposto por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997). No entanto, no caso do assentamento, o agricultor não dispõe de um longo processo de interação com a *natureza*, tendo em vista que constrói seu *lugar* em uma terra desconhecida, um *espaço* ausente de significações e laços afetivos.

No contexto da Reforma Agrária, o camponês sem-terra constitui seu *lugar* em paralelo ao processo de construção de significados e laços afetivos, e o faz a partir da recriação de seus modos de vida combinados às condições da nova vida, em processo de *reterritorialização* sobre a terra conquistada. Segundo Medeiros, R. (2006), os agricultores que hoje vivem nos assentamentos criam sua identidade num *espaço* desconhecido, que vai sendo aprendido a cada dia. Entre erros e acertos, os colonos vão redesenhando sua *territorialidade*, atravessada por sua condição camponesa. Segundo a autora, os assentados “começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade.”(MEDEIROS, R., p. 43).

De acordo com Silva, P. (2001), esse processo de *reterritorialização* ocorre na nova terra, onde os agricultores manifestam as experiências guardadas na memória e, em consonância com os demais assentados, adquirem novos conhecimentos, recriando e atualizando seus modos de vida. Nesse sentido, no estudo realizado no assentamento São Virgílio, o processo de *reterritorialização* perpassa a constituição do *lugar da morada*. Nesse processo de constituição do *lugar da morada*, o planejamento e materialização serão informados pelo *saber-fazer* camponês, atualizado a partir do novo local de moradia e na troca de saberes com os demais assentados.

domada por meio do *trabalho*, já está mansa, não oferece mais nenhuma ameaça e pode receber o *trabalho de Deus*, por meio da chuva e do sol.

Assim, temos que, como no preparo da *terra* e do *solo* observados por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), também no preparo da construção do *lugar da morada*, o *trabalho* de idealização do processo antecede o *trabalho* físico, como um planejamento informado “por um saber acumulado e em constante processo de atualização” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 36). Essa etapa inicia com a escolha do local da nova moradia, por meio de uma leitura do ambiente, considerando suas qualidades associadas às necessidades do grupo doméstico e às potencialidades e condicionantes da *natureza*. A escolha do *lugar da morada* deve levar em consideração o acesso à água, já que, como explica Alceu, *o segredo de uma morada é a água*.

A água é fundamental, seja para abastecimento e consumo dentro da casa ou nas áreas de trabalho, como, por exemplo, o galpão e a estrebaria; seja para garantir seu armazenamento em época de estiagem, por exemplo, na forma de “cacimba” ou açude, esse último também usado para criação de peixes. A proximidade com a água também é percebida como uma qualidade que torna o local bonito:

Nós pensamos de fazer lá embaixo porque era um lugarzinho bonito e a água correndo. (Luana)

Outro fator importante era a possibilidade de receber a água canalizada por meio de queda natural, dispensando o uso de bombeamento, destacando que, à época, ainda não havia sido construída a rede de energia elétrica no assentamento. Mas foi observado que isso nem sempre foi possível, uma vez que, atualmente, muitas famílias utilizam o bombeamento para a alimentação de caixas d’água e poços. A importância da água para o planejamento do local pode ser ilustrado com o depoimento de Ivan:

A gente já veio e mapeou o lugar, primeiro ver a fonte d’água, a cacimba d’água, onde era água melhor, onde era o banhado que tem o açude grande agora, mas na época não tinha. Onde tem água boa, para se localizar já onde todo mundo ficasse mais ou menos na mesma linha, até por causa das estradas, por causa da luz. Aí nós achamos água boa ali. Aqui era mais enxuto, que era para cima. Eu pensei que aqui era bom para a casa.

A água para poços e “cacimbas” foi (e ainda é) encontrada de duas formas: a primeira, pelo exame visual da umidade do solo e de pequenos afloramentos naturais e a segunda, por meio do uso de uma forquilha retirada dos galhos de uma árvore, com a qual é possível, na percepção dos agricultores, encontrar a água presente no subsolo, como nos explica Alceu:

É com uma varinha. Tem gente que procura com uma vara de pêssigo, eu procuro com qualquer vara. Pego e falquejo ela aqui, só não pode deixar ela frouxa, aí ela não dá contato. Aí tu vai caminhando bem devagarzinho e dali a pouco tu sente que a varinha começa puxar, tu para e vai indo devagarzinho, onde ela começou a puxar até onde ela parou, aquela distância é a fundura que vai dar o poço. Aí lá em cima, comecei assim e aí descascou a varinha na minha mão, passei assim e parou de puxar, aí voltei e pensei não pode! Capaz! O primeiro que eu achei! São parece que cinco ou seis vertentes dessa grossura, mas aí não funcionavam bem, nós tínhamos que estar correndo e enchendo coisa, aí procurei mais pra cima e achei mais uma fonte, lá em cima. Agora vem para a caixa e da caixa para o chuveiro, funciona bem.

Podemos apreender desse depoimento que a forquilha retirada dos galhos de uma árvore (*natureza*), falquejada pelo homem (*cultura*), possibilita o contato do ser humano com a *natureza*, que lhe mostra onde está a água que procura para o consumo de sua família e de seu trabalho.

Além de ter acesso à água, o local escolhido para construir a casa e para a realização das demais benfeitorias deveria ser seco, tendo em vista que, nos períodos de inverno, a umidade do solo é muito grande na região, “a água verte da terra”, e as construções acabam expelindo a umidade pelos pisos e pelas paredes. Algumas famílias que, à época da mudança, optaram por um local mais baixo para a construção da casa com o intuito de proteger-se do vento, por vezes, a situaram em local úmido. Hoje, aqueles que têm a oportunidade de construir uma nova casa estão optando por localizá-la em terreno mais seco.

Porque no inverno é difícil de sair até na rua, por causa da umidade, daí começa a descer a água de cima, por isso que [a “casa nova”] está sendo feita mais lá na frente, eu queria bem mais perto da rua, mas aí não foi possível, mas ta bom

aí mesmo. [...] Aqui também é mais difícil, fica muito úmido, é tipo uma descida, lá vai ficar melhor. (Zuleica)

A direção e a intensidade dos ventos também é um dos fatores observados para as decisões da organização espacial do lote, como relata Magda: *O que todo mundo reclama na região é o vento. O vento é direto.*

Com o objetivo de protegerem suas casas, benfeitorias, hortas, arvoredos e lavouras, organizam o local considerando a direção predominante dos ventos, mapeando terrenos baixos e altos e planejando quebra-ventos. Tendo em vista que, quando se mudaram para o lote, na maioria dos casos, esse também não tinha “nada”, muitos agricultores optaram por construir a casa em locais baixos, em um arranjo espacial que pudesse também contemplar local seco, o que nem sempre era possível. Entre erros e acertos, com o tempo, aprenderam, e continuam aprendendo, a conhecer o *lugar* e a reordenar os *espaços* e suas articulações, adaptando-se à nova terra.

Além dos fatores naturais, a projeção das redes de infraestrutura, que seriam construídas com o tempo, também condicionou as decisões sobre a organização espacial do lote. Foram considerados os acessos às propriedades a partir do planejamento, que localizava as estradas e redes de energia.

Aí, como não tinha muita opção, decidimos por esse lugar aqui, por causa da rede de luz. (Cátia)

Aqui proponho uma correspondência entre as categorias *espaço-lugar* (TUAN, 1980, 1983) e *natureza-cultura* (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997). A leitura do *espaço* (*natureza*) e o planejamento do *lugar* (*cultura*) foram feitos, na maioria dos casos, pelo pai de família, que podia estar acompanhado do filho mais velho. *Eu e o meu guri, a mulher quase nem vinha aqui.* (Ivan) Seguiam “na frente” para planejar o *espaço*; por um tempo, iam e voltavam ao lote, ainda morando sob as lonas coletivas ou nas benfeitorias da fazenda. Concordando com Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), o planejamento era informado por seu *saber-fazer* anterior.

Ainda de acordo com Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), no interior da unidade familiar, o trabalho camponês é organizado segundo relações de hierarquia de gênero e geração, que serão objeto de atenção no capítulo 9. Dessa forma, cabe ao domínio masculino enfrentar o que está *fora*, o que é desconhecido e selvagem, percebido na esfera da *natureza*. Só depois que a *natureza* se transforma em *cultura*, por meio do trabalho do homem, é que está acessível ao domínio feminino. As mesmas relações podem ser aplicadas à construção do *lugar*: quando o *espaço* desconhecido e vasto é dominado, então transforma-se em *lugar* (TUAN, 1980, 1983), o que pode ser interpretado também como “natureza em oposição a cultura” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997). Esse processo também ocorre por meio do *trabalho*, em um primeiro momento, um trabalho cognitivo “[...], que antecede e informa o ‘trabalho material’.” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.11).

O reconhecimento e o planejamento do *espaço* “transforma[m] o mundo desconhecido num ordenamento cognitivamente apreendido” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 11), o que permite ao *trabalho material* transformar a *natureza* em *cultura*. Sob essa perspectiva, a constituição do *lugar da morada* passa por uma transformação de *natureza-espaço* em *cultura-lugar*. Por meio do planejamento, iniciam-se as etapas de organização do lote e, a partir da construção de um local de moradia, torna-se possível a mudança da família “para cima do lote”, ainda que na forma de um abrigo provisório.

No assentamento São Virgílio, os agricultores planejaram a localização da casa como um marco de divisão e organização do *lugar da morada*, como um centro de referência. No estabelecimento da relação da casa como marco referencial de ordenamento espacial, podemos remeter, em nosso contexto, àquilo que Woortmann, E. (1983) e Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) observaram em seus estudos com os sitiantes de Sergipe, em que a casa é o ponto de partida do processo de trabalho. Naquele estudo, foi observado que cabe ao homem determinar a direção do trabalho que segue da casa para o mato, ou seja, de *dentro para fora*, respeitando uma lógica que parte do conhecido e domesticado para o desconhecido e natural. Segundo os autores, “ ‘a direção vai de dentro para fora’ –

num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho.” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.37).

Em São Virgílio, foi possível observar movimento similar em relação ao planejamento do lote, como é evidenciado no depoimento a seguir:

Aqui a gente já, mais ou menos, dividiu o lugar da casa, tentamos manter já divididas as lavouras, tem que ter um arvoredo, uma planta de mandioca mais próximo da casa e tirar outro pedaço para potreiro, para a criação. Isso a gente já tem meio dividido, a gente já fez a casa no acordo assim, para as lavouras serem separadas, aí o resto tem que fazer. O pátio não tem ainda, mas a gente está planejando, o espaço já tem. Já tem que ter o espaço para plantio de árvore também, que não existe. Fazer os quebra-ventos que aqui dá vento muito forte. A gente vai aumentando. Plantar madeira de sobra para tirar para lenha, que lenha não tem aqui também. (Lírio)

Em estudo realizado com pequenos produtores rurais, localizados em áreas periféricas às de grandes plantações canavieiras de Pernambuco, Garcia Jr. (1983) destaca que a casa é um ponto fixo na organização espacial. Segundo o autor, “se o roçado pode ser *botado* (sic) em diferentes *lugares*, isto é, pode haver variação dos locais em que se materializa, a casa é um ponto fixo.” (GARCIA JR., 1983, p. 164, grifo do autor). No contexto do assentamento São Virgílio, foi observado que não apenas a roça como também as hortas, jardins e mesmo as benfeitorias, como o galpão e a estrebaria, são deslocados ao longo do tempo, mas, em geral, a casa permanece no mesmo local.

No caso dos assentamentos, em que são vividos erros e acertos devidos ao processo de aprendizagem do novo *espaço*, por vezes o local de escolha para a construção da casa pode vir a ser avaliado como inadequado, como já demonstrado nos casos de umidade do solo. Nessas situações, quando existem condições materiais para tanto, as famílias decidem por um novo local para a construção da casa, mas cabe ressaltar que se busca sempre um *lugar* definitivo para sua edificação, pois *a casa é para a vida toda* (Juarez). Nos casos de nova construção, a edificação que anteriormente era usada como casa passa a ter outra função, como galpão, por exemplo. Essa substituição foi observada em situações em que as

famílias residiam em casas de madeira, não tendo sido observados casos de substituição de casas de alvenaria.

No croqui a seguir (Figura 13), reproduzido a partir dos registros no diário de campo, pode-se observar, a partir do desenho de parte do lote de uma das famílias assentadas, a organização espacial que tem na casa um centro gerador. Localizada próximo ao corpo d'água, junto com esse, demarca uma divisão espacial entre as atividades da lavoura⁴ e aquelas de domínio doméstico de autoconsumo. As atividades são distribuídas em torno da casa, a distâncias que seguem uma lógica de intensidade de trabalho; dessa forma, o galinheiro, o galpão e a horta exigem trabalhos diários, às vezes mais de uma vez ao dia. No pátio, em torno da casa, localizam-se o jardim e os arvoredos, que serão mais bem detalhados no capítulo 8.

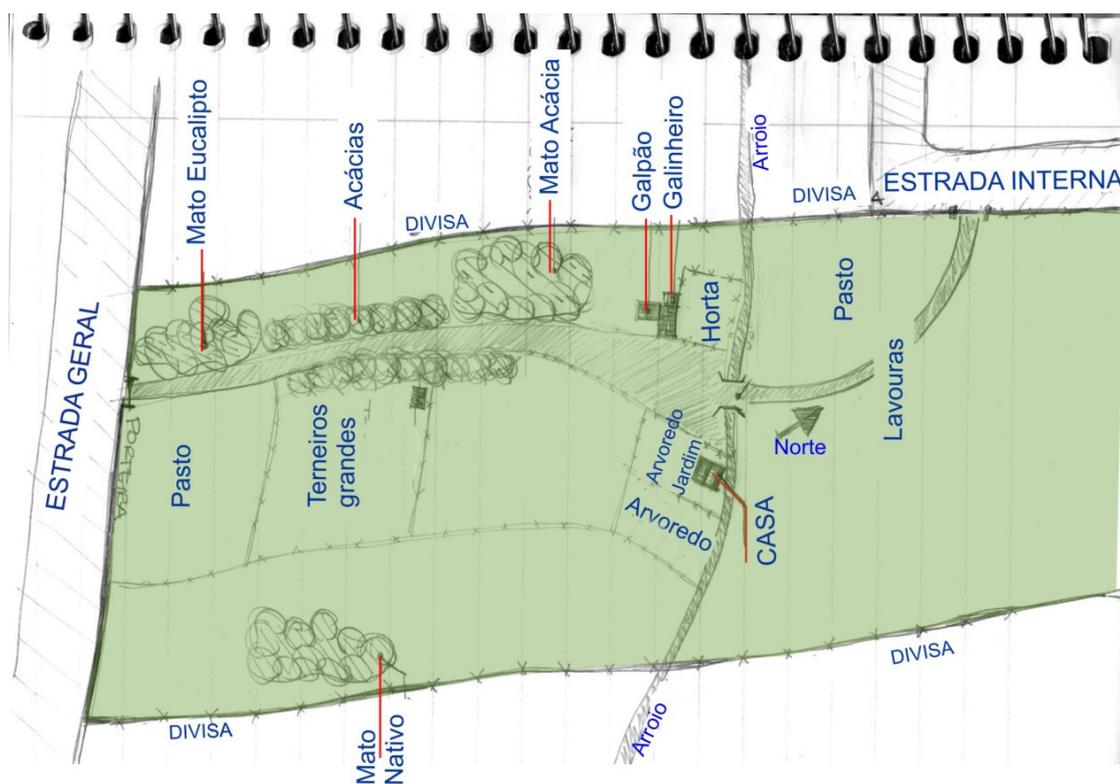


Figura 13 – Croqui da área frontal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o *lugar* de sua *morada*.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

⁴ A área de lavoura não está detalhada no croqui, tendo em vista que não é o foco desta pesquisa. O croqui corresponde a aproximadamente um terço da área do lote, sendo o foco de pesquisa desta dissertação exemplificado pela zona delimitada entre o arroio e a estrada geral, onde ocorrem prioritariamente as atividades de autoconsumo, embora não exclusivamente.

A organização e a articulação das áreas que compõem o lote a partir da casa também foram registradas por Gustavo, aluno da sétima série da Escola de São Virgílio, ao ser solicitado para desenhar sua casa.

Ao explicar o desenho (Figura 14), Gustavo descreve o arranjo espacial: *Aqui é a casa e o carro do pai. Para cá, vem para a igreja e, para lá, vai para a escola. O galpão das vacas fica para o lado de lá [da casa]. Aí sou eu tocando as vacas, aqui tem umas árvores perto da casa, aqui tem uma horta atrás da casa e tem grama e flor na frente[da casa].* (Gustavo, 13 anos)



Figura 14 – Desenho da moradia de Gustavo, 13 anos.
Fonte: Gustavo, 13 anos. Escola São Virgílio, 2008.

O galpão, depois da casa, é um dos locais mais importantes na organização espacial do lote, destacando-se que a ele são atribuídas múltiplas funções. Para muitas famílias, o galpão serviu como casa nos primeiros tempos de moradia no lote, ao mesmo tempo que também armazenava grãos, ferramentas e equipamentos de trabalho. Geralmente, é também no galpão que é feita a “lida” do leite e, em alguns

casos, também é ele que serve de apoio aos momentos de carneação. O galpão também pode servir de abrigo para a criação de pequenos animais como, por exemplo, coelhos. É, também, percebido como um ponto fixo na propriedade, sendo possível seu eventual deslocamento, tendo em vista que geralmente é construído de madeira, o que torna mais fácil seu desmanche e reconstrução. Embora tenha sido observada a realocação de galpões no período da pesquisa, os deslocamentos são raros, diferentemente do que ocorre com hortas e lavouras, que podem ter realocações sazonais. A localização do galpão é definida em relação ao local da casa; por fim, abaixo dela e nas proximidades do galpão, localizam-se a pocilga de porcos e as estrebarias.

Aí a gente pensou: “o galpão não vamos fazer perto da casa; então, se aqui nós vamos fazer a casa, o galpão tem que ser abaixo da casa. Galpão, chiqueiro, estrebaria, tudo para baixo.” *Aí nós fizemos o galpão lá, com a ideia de construir a casa aqui, e saiu bem certos os planos que nós tínhamos feito.* (Ivan)

Percebe-se que Ivan entende que o galpão deve estar longe da casa, o que é explicado pelo fato de que, em seu interior, é produzida sujeira, na forma de esterco de animais ou mesmo de restos de palha ou grãos. De forma evidenciada, está a preocupação com a lixiviação de lixos e dejetos para o interior da casa e, de forma implícita, a dimensão simbólica, destacando que a sujeira do galpão poderia contaminar a casa. Rodrigues (1983), ao realizar estudo antropológico sobre os tabus do corpo, explica que uma determinada coisa pode se tornar impura ou nojenta ao estar contígua ou se assemelhar a outra considerada impura. Nesse estudo, o autor destaca que as posições *alto* e *baixo* associam-se aos atributos puro e impuro, respectivamente, o que está implícito no universo simbólico de diversos sistemas culturais. Assim, temos que os dejetos animais (domínio da *natureza*), assim como as demais sujeiras produzidas no galpão, teriam seu *lugar* abaixo da casa (domínio da *cultura*), pois, em posição inversa, tenderiam a contaminá-la pela contiguidade. Ao perguntar para o Ivan o motivo da escolha de localização do galpão, ele demonstra que essa pergunta seria desnecessária: era óbvio, para ele, que deveria ser assim. Ele explica:

Por causa da higiene, lá no galpão junta lixo, palha de debulhar milho, sabugo, esterco de vaca, esterco de porco, esterco de galinha e de pato (coelho) que a gente tem aí, então tem que ser para baixo, porque a água, se chover, a tendência é ir para baixo. Geralmente, até para os antigos, a gente os vê falarem que o galpão tem que ser para baixo da casa, não pode ser para cima. Eu nunca vi alguém que fez um galpão para cima, ou um chiqueiro, estábulo ou estrebaria, para cima das casas. A tendência é sempre vir sujeira, estrume, tudo para o lado da casa, por isso a gente faz para baixo. (Ivan)

Foi observado nos lotes que casa e galpão localizam-se próximos entre si. A concentração de redes de infraestrutura interna ao lote, como energia elétrica e abastecimento de água, é um dos fatores que explica essa organização. No entanto, a lógica das atividades desempenhadas pela família e a intensidade de uso e acesso ao galpão são os maiores motivos dessa correlação espacial. A casa e o galpão foram representados pelas crianças e adolescentes na escola, quando lhes sugeri que desenhassem suas moradias (Figura 15).



Figura 15 – Desenhos das moradias de Milena e Nicole, onde aparecem casas e galpões.
Fonte: Milena, 8 anos e Nicole, 12 anos. Escola São Virgílio, 2008.

A estrada interna de acesso à casa é outro elemento importante no planejamento do *lugar*. As estradas também exigem uma marca mais ou menos definitiva sobre o lote. São abertas de forma a dar acesso ao *lugar da morada*

mesmo em circunstâncias adversas, como nos casos de chuvas prolongadas, que tendem a encharcar a terra.

Aí olhei o cerro aqui, essa parte de terrinha e olhei, daí eu disse para essa aqui [a mulher]: a terra é pouca; então, nós vamos ter que escolher, a nossa estrada só por cima da lomba, porque, mesmo que chova, nós podemos ir e voltar a qualquer hora. Dito e feito, de fato. Aí ficou ali esta estrada até hoje. (Alceu)

Mas a estrada de acesso à propriedade é também o caminho que anuncia a *morada*, que dá visibilidade ao *lugar* da família, revelando o capricho daqueles que ali vivem, como mostra o relato de Violeta:

A minha ideia era fazer uma carreira [de árvores], uma de cada lado da estrada, tipo uma estrada. Aí eu sempre imaginava assim, em cada pé de cipreste, plantava um pé de roseira daquela que é trepadeira, só que não vingou. Quando dá aqueles dois a três meses de sol, o cipreste secou. Torra tudo. Então, não funcionou minha ideia de fazer tipo uma entrada turística. Eu queria fazer um entrada bonita, uma carreira de cipreste de cada lado, plantar umas roseiras. (Violeta)

O planejamento do *lugar da morada* é o *trabalho cognitivo* que antecede o *trabalho material* de construção do *lugar*, reportando ao observado por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), no estudo sobre o processo do trabalho camponês. Mas o planejamento não é algo estanque e definitivo no tempo, não é um trabalho acabado, mas um trabalho em processo, que se atualiza à medida que se aprende e modifica o *espaço* do novo lote, como nos informa Violeta: *Conforme iam surgindo os problemas, a gente ia mudando. A gente ia tentando resolver e assim é até hoje. Só o tempo e a experiência do lugar revelam os melhores arranjos espaciais. Então, levou tempo para achar o lugar certo das coisas. Para poder se organizar. (Alceu)*

A partir do planejamento, os assentados davam início à constituição física e simbólica do *lugar da morada*, conferindo prioridade ao local de moradia da família: em um primeiro momento, de modo a constituir as condições para a mudança “para cima do lote” e, na sequência, ao longo da trajetória de constituição da *morada*, que se transformaria em local de moradia definitiva do grupo familiar.

6.2 A trajetória da casa

E hoje, a senhora mesma pode ver, com seus próprios olhos! (Ivan)

No assentamento São Virgílio, foi observado que a família constitui a casa em processo que segue a trajetória de constituição do lote. A qualificação do *lugar da morada* está imbricada à organização e ao planejamento sistêmicos da parcela destinada a cada família. Aqui são apresentadas as etapas pelas quais passam as famílias no que se refere ao morar “em cima do lote”. Foi observado que as famílias, em geral, vivem em moradias improvisadas nos primeiros anos, na forma de barracos de lona, madeira ou de materiais mistos. Com o tempo, constroem suas casas a partir de recursos próprios e/ou recursos oriundos de políticas habitacionais.

Cabe ressaltar que essas etapas ocorrem em tempos diferentes, e não correspondem a uma ordem cronológica vivenciada por todas as famílias da mesma forma. As diferenças quanto às condições materiais de cada família ao chegar no assentamento repercutem em diferenças na constituição de seu *lugar* ao longo do tempo. A capacidade de adaptação, articulação e ressocialização à nova vida também são fatores que interferem na diferenciação entre famílias, diferenciação que, por sua vez, tem reflexo na *paisagem*.

6.3 O barraco

A gente foi ajeitando, começamos num barraquinho de lona. (Lírio)

Muitas famílias decidiram mudar-se “para cima do lote” assim que a terra foi dividida e demarcada. Dessa forma, construíram barracos de lona para a moradia e alguns, para o galpão. Os barracos foram construídos da mesma forma que os acampamentos, com estrutura de madeira, cobertos com lonas plásticas pretas.



Figura 16 – Fotografia dos barracos de lona construídos no lote.

Fonte: Registrada por Alceu nos primeiros anos no assentamento, reproduzida pela autora em 2008.

Na fotografia registrada por Alceu (Figura 16) nos primeiros anos sobre o lote, pode-se observar o barraco utilizado como moradia, acrescido de uma área construída com madeira, retirada de um pequeno mato existente nas proximidades, e coberta com palha, também recolhida no local. Ao fundo, o barraco usado como galpão. Em primeiro plano, aparece lenha cortada, também retirada no local, utilizada para o consumo no fogão a lenha, que aquecia o barraco e era usado para cozinhar.

Como se percebe na análise realizada por meio da Figura 16, os colonos utilizaram recursos naturais disponíveis no local para complementar a construção dos barracos. A partir de depoimentos, foi constatado que uma pequena parte dos agricultores construiu uma base para os barracos com a sobreposição de leivas de grama, formando uma mureta com altura aproximada de oitenta centímetros, protegendo o abrigo da umidade.

A técnica construtiva referida pelos assentados denomina-se “rancho de torrão”, ou construções em torrões⁵. Weimer (2005) destaca que essa técnica é encontrada nos pampas do extremo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai. Segundo o autor, o sistema construtivo, embora simples, apresenta razoável solidez,

⁵ De acordo com Weimer (2005), existem outras denominações para a construção com torrões, como, por exemplo, *sod* ou *pão de ervas*. No caso do assentamento São Virgílio, foi utilizado o termo “rancho de torrão”, por ser uma denominação expressada pelos assentados.

à medida que a grama, ao morrer por falta de umidade e ar, mantém as raízes, que cumprem papel estrutural. As paredes são erguidas com a sobreposição de leivas de grama, em que as juntas ficam desencontradas.

Conforme os assentados, essa técnica construtiva fora observada por eles em outras edificações na região de fronteira com o Uruguai, vindo a ser reproduzida em suas moradias improvisadas, como demonstra o depoimento de Nilo:

[A casa] é de grama, corta as leivas assim e vão botando [umas sobre as outras]. Eu estive olhando, [a casa] é muito caprichada, dura muitos anos, conforme a casa, até de alvenaria, ela dura mais. Aqui no assentamento fizeram uma vez, mas depois desmancharam. No caso não quiseram morar no barraco e fizeram a parte de baixo [dos barracos] como essas casinhas, foram no Uruguai e copiaram.

Os barracos foram alocados no terreno seguindo o planejamento inicial do lote. Mais tarde, quando construídos em madeira, tanto o galpão como a casa seriam realocados no terreno destinado para esse fim. Entretanto, houve apenas pequenos deslocamentos com a finalidade de ajustar a localização a um aproveitamento melhor do sol, proteção de ventos e umidade superficial do solo. A decisão sobre a localização das construções no lote de acordo com os condicionantes locais pode ser percebida no extrato destacado do diálogo de Violeta e Alceu, transcrito abaixo:

Violeta: O barraco, esse aqui queria fazer pro lado de lá, aí eu disse não. Não tem como sair aqui de carro, aí a gente fez pro lado cá, ali onde tem as britas.

Alceu: Eu queria fazer pro lado de lá por causa do matinho, para poder proteger do vento.

Os barracos eram divididos internamente com lona, separando as atividades de âmbito social, representadas pela sala e pela cozinha, das atividades referentes à vida privada, representadas pelos quartos. As divisões eram simples e de caráter provisório, com dimensões que permitiam atender às necessidades essenciais da família, como destaca o depoimento de Violeta: *Então, o barraco tinha uma divisão de lona no meio. Para separar a cama do resto. A única coisa que eu procurei fechar foi isso. [...] Era um quarto com dois colchões de casal. Aí, essa aqui [filha mais*

nova] e o Maciel [filho mais velho] dormiam juntos. Tinha um espaço assim, que a gente conseguia entrar e, da nossa cama, eu espichava a mão e já alcançava essa aqui na outra cama, ela tinha três anos.

A área destinada aos dormitórios era constituída por uma única peça, em que eram construídas as “tarimbas”⁶, como no acampamento. A maioria das famílias ainda não tinha camas ou não havia trazido a mudança definitiva. As famílias aguardavam estar mais estruturadas, de forma a não expor seus pertences ao tempo, já que, quando ocorriam ventos fortes, os barracos “estouravam”, tendo que, muitas vezes, ser reconstruídos. Quando não tinham condições de construir dois barracos separados, o mesmo barraco que servia de moradia armazenava ferramentas, sementes e adubos, como ilustra o depoimento de Alceu:

Aí mais um canto nós tínhamos uma caixa para guardar as roupas dentro e as ferramentas, a foice, enxada, adubo, semente. Um quarto que nós fechamos com lona, nós fizemos duas camas de casal com cepo fincado no chão e colocava um pau e colocava os colchão em cima, no acampamento chamavam isso de tarimba. (Alceu)

A ambiente destinado à cozinha era uma área importante, local de preparo das refeições. Nela, em torno do fogão a lenha, a família se reunia nos momentos em que a comida era preparada. Os primeiros pertences trazidos pelos agricultores, desde o acampamento, eram utensílios de cozinha: panelas, pratos, talheres, xícaras e/ou copos. Algumas famílias dispunham de fogão a gás e alguns móveis trazidos do acampamento. Para a lavagem das louças, eram improvisados apoios sobre os quais utilizavam bacias com água, como ilustra o relato de Violeta:

Eu tinha tirado um pedaço assim [do barraco] para colocar a mesa e o fogão a gás e fiz um banco para colocar a bacia em cima para lavar a louça e umas prateleirinhas para largar as panelas.

⁶ “Tarimbas” eram camas improvisadas com galhos cravados no chão e tramados entre si sobre os quais acomodavam um colchão ou colchas sobrepostas como cama, comumente utilizadas nos acampamentos.

De acordo com Violeta, *no Assentamento São Virgílio, a luz foi ligada no dia 17 de fevereiro de 2000*, ou seja, quando os agricultores já estavam assentados há mais de dois anos⁷. Muitas famílias relataram que, antes do assentamento, quando ainda viviam em seus locais de origem, não tinham acesso a energia elétrica. A vivência anterior ajudou-os a encontrar soluções para os primeiros anos sem luz; no entanto, os recursos de que dispunham no início do assentamento não eram os mesmos que tinham em seus locais de origem, o que causava dificuldades, especialmente quanto ao armazenamento das comidas preparadas, devido à temperatura que atingia o interior dos barracos de lona preta, principalmente no verão, o que pode ser observado no relato de Violeta:

No barraco, todo dia eu cozinhava feijão, porque, para o outro dia, azedava. Carne, tu não podia ter. Estragava tudo. Toda vez que a gente ia para a cidade comprava um meio quilo de carne que desse para uma refeição. Se nós carneávamos um frango ao meio dia, até a noite tinha que comer tudo, porque, no outro dia, estragava, no forte do verão. Como que iria conservar?

6.4 O galpão como casa

Nem todas as famílias moraram sob lonas ao se mudarem para seus lotes. Alguns agricultores trouxeram, em suas mudanças, as madeiras que haviam composto, em seus locais de origem, a construção de um galpão ou de uma casa. Ou ainda ganhavam de parentes, amigos, ou mesmo de antigos patrões, a madeira para a construção de uma casa quando chegassem à terra conquistada. Seu Marcílio conta que a primeira casa em que moraram era uma igreja que fora doada à família ao se mudarem para o assentamento:

Depois nós puxamos as madeiras. Essa casinha nós tínhamos, deram para nós de presente, era uma igreja. Aí nós puxamos para cá e fizemos ali. (Marcílio)

⁷ Em novembro de 1997, as primeiras famílias mudaram-se para o assentamento São Virgílio.

As madeiras trazidas na mudança raramente eram novas ou de boa qualidade; ao contrário, em sua maioria, eram madeiras reaproveitadas e em estado precário para uso. As construções feitas com esse material destinaram-se à moradia das famílias no período inicial de instalação, mas foram já situadas no terreno em local planejado para o galpão, função que assumiriam após a mudança das famílias para as casas definitivas. O relato de Ivan evidencia o uso provisório do galpão como moradia:

Eu e meu guri construímos o tal de galpão, para a gente morar dentro, com uma varanda, uma cozinha, os quartos lá dentro, até chegar o dinheiro das casas. (Ivan) Enquanto não era possível a construção da casa, o galpão era usado com dupla função, incluindo a moradia da família.

A Figura 17 mostra o antigo galpão utilizado como moradia. A casa atual localiza-se acima deste (de onde foi registrada a fotografia), destacando-se a organização espacial das edificações em relação ao desnível do terreno. Ao fundo, na parte mais baixa, pode ser visto o galpão atual, seguindo a lógica, já comentada, do planejamento do lote em relação à localização das edificações.



Figura 17 – Fotografia do antigo galpão nos primeiros anos de assentamento e ao fundo, o galpão atual.

Fonte: Registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

O tempo de moradia sob a lona, no lote ou nas instalações do galpão, foi variado entre as famílias no assentamento São Virgílio, pois, em sua maioria, elas mudaram-se dos galpões ou substituíram os barracos a partir da aplicação do crédito habitação⁸.

Em alguns casos, os assentados conseguiram resolver os problemas construtivos das casas por meio de reformas, mas, em outros casos, foi necessária a substituição da casa por outra nova, como revela o depoimento de Zuleica:

Primeiro foi [construída] aquela parte [uma peça retangular, dividida ao meio, onde hoje são os quartos] e não é bem terminada ainda, tanto que tem outra “casa nova” saindo ali, começando a sair.

*

Neste capítulo, foi abordado o tema da constituição do *lugar da morada* das famílias rurais assentadas em São Virgílio. Destaca-se o *trabalho cognitivo* de planejamento do lote e das áreas que o compõem, que antecede o *trabalho material*, que, ao longo do tempo, irá constituir o *lugar*. O planejamento do lote e do *lugar da morada* confere diretrizes e define direções, que serão rearranjadas à medida que o *lugar* se materializa e desvenda novos aspectos. A partir da reconstrução da trajetória da casa e da observação do cotidiano, foi possível conhecer etapas de instalação da moradia por que passaram os agricultores nos primeiros anos “em cima” do lote.

Com o tempo, os colonos realizaram melhorias nas casas ou substituíram os abrigos improvisados. Tanto as reformas como as casas novas que foram ou estão sendo feitas pelos assentados são, em sua maioria, viabilizadas por meio de política pública habitacional de interesse social. Em alguns casos, as próprias famílias

⁸ O crédito habitação será tema do capítulo 7.

reuniram recursos suficientes, por meio de seu trabalho, de modo a possibilitar a construção de uma nova casa ou a realização de reformas e ampliações ao longo dos anos.

No capítulo seguinte, serão abordados os programas habitacionais, sua contribuição na constituição do *lugar da morada* e a forma como são percebidos pelos agricultores.

7 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DO LUGAR

Segundo Mello, G. e Santos, A. (2005), até 1999, apenas o INCRA dispunha de recursos para políticas habitacionais para agricultores assentados, que eram destinados exclusivamente para assentamentos rurais federais. Até o ano de 2003, os recursos destinados às casas dos assentados compunham um pacote de créditos, denominado crédito-implantação. Entre os créditos ofertados estava o crédito-habitação. No caso do assentamento São Virgílio, os agricultores receberam esses créditos nos primeiros anos em que estavam assentados, entre 1999 e 2000, o que permitiu a construção da moradia provisória e, em alguns casos, com o complemento de recursos da família, da casa definitiva.

Em 2000, o governo do Estado do Rio Grande do Sul e o INCRA lançaram, sob gestão compartilhada, uma política de habitação pioneira destinada ao atendimento dos Assentamentos da Reforma Agrária também para assentamentos criados pelo Estado.

A partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, o tema da habitação de interesse social volta a ser tratado como uma política nacional. No caso do meio rural, o Ministério de Desenvolvimento Agrário implementa programas habitacionais desenvolvidos pelo Ministério das Cidades, adaptados às condições rurais. De acordo com Mello, G. e Santos, A. (2005), a política habitacional para assentamentos da Reforma Agrária tem sido implementada em ciclos, de acordo com os programas e composição de recursos possível.

Nesse sentido, o assentamento São Virgílio está sendo atendido no contexto do quinto ciclo da política, iniciado em 2005. A partir daquele ano, o INCRA, no Estado do Rio Grande do Sul, estabeleceu uma parceria com a Caixa Econômica Federal e a Central de Cooperativas dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) para a construção de casas novas e reformas nos assentamentos da Reforma Agrária no Estado. De acordo com as autoras, os programas habitacionais foram viabilizados pela resolução 460 do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que previa a utilização de recursos desse fundo para investimentos em habitação de interesse social, por meio de parcerias com Estados,

municípios e cooperativas. Os recursos destinados por meio dessa resolução poderiam oferecer até 100% de subsídio, dependendo da renda familiar.

No assentamento São Virgílio, a exemplo do processo de implementação da política em outros assentamentos, as famílias foram contempladas de acordo com as condições materiais da casa, seguindo critérios que priorizavam o atendimento primeiro das famílias em condições mais precárias de moradia e, posteriormente, daquelas com melhores condições.

Foram duas as modalidades de programa habitacional: “casa nova” e reforma. A “casa nova” era destinada àquelas famílias cuja unidade habitacional apresentasse tal precariedade que não permitisse a realização da reforma ou cuja edificação conferisse risco à família. A “casa nova” ainda foi concedida nos casos de famílias recém constituídas, que coabitavam com parentes. A reforma foi concedida às famílias cuja unidade habitacional apresentava boas condições nos aspectos construtivos e permitia a realização de reformas ou ampliações. Segundo dados coletados em campo e junto ao INCRA, as reformas eram operacionalizadas e fiscalizadas por técnicos da COOPTEC, cooperativa de técnicos vinculada ao MST, e as casas novas eram operacionalizadas e fiscalizadas por técnicos do INCRA, por meio de convênio firmado com a UFRGS. No período da pesquisa, algumas casas já estavam finalizadas, outras, principalmente aquelas em que se realizavam reformas, ainda estavam em obras.

Neste capítulo, serão abordados os programas de acesso à moradia e sua contribuição na constituição do *lugar da morada*, assim como a percepção dos colonos assentados em relação às políticas habitacionais.

7.1 Crédito-habitação

Nos primeiros anos em que os assentamentos estavam sendo instalados, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA concedia aos assentados, por meio do INCRA, o *crédito habitação*, que fazia parte de um pacote de créditos para apoiar os agricultores no período em que estavam se estruturando. Segundo as Instruções

Normativas do INCRA, no período de instalação do Assentamento São Virgílio, o crédito-habitação compunha o crédito-implantação, junto a duas outras modalidades. O valor dos créditos era fixado por família assentada: crédito-alimentação, no valor de R\$ 400,00; crédito-fomento, no valor de R\$ 1.025,00, e crédito-habitação, no valor de R\$ 2.500,00.¹

O momento em que esses créditos foram concedidos variava de assentamento para assentamento, podendo demorar anos, em alguns casos. Em São Virgílio, os créditos foram concedidos no primeiro ano em que os agricultores foram assentados, como relata Tânia:

Aí, quando nós viemos para cima do lote, primeiro de tudo saiu recurso para moradia. Seria mais para o galpão, o primeiro passo fizemos aquele galpão ali [...] Aí, viemos morar ali, moramos um bom tempo no galpão.

De acordo com Brasil (1998a, 1998b), os objetivos da concessão do crédito-implantação eram:

- a) permitir aos assentados dos projetos de Reforma Agrária dos Estados, apoio complementar na retomada ou início das atividades produtivas, bem como oferecer condições mínimas necessárias para a permanência em suas parcelas;
- b) tornar o Crédito-Implantação um instrumento educativo e possibilitar que em sua aplicação seja realizado o planejamento ascendente, contando com a efetiva participação dos assentados. (BRASIL, 1998a, 1998b).

¹ “O crédito-alimentação destina-se à aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias, enquanto não obtiverem os primeiros resultados de seu trabalho.” (BRASIL, 1998a, 1998b).

O crédito-fomento destina-se à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas em geral, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento e promover a capitalização dos assentados.

O crédito-habitação destina-se a apoiar a construção da moradia do assentado.” (BRASIL, 1998a, 1998b).

O crédito-habitação poderia ser aplicado de forma individual ou coletiva, por meio de grupos organizados. No primeiro caso, seria concedido em três parcelas, respeitando o projeto e cronograma físico-financeiro previamente aprovado pelo INCRA. No segundo caso, seria concedido em parcela única, também de acordo com projeto e orçamento previamente aprovado. Em ambos os casos, prevalecia a orientação de aquisição de material de construção de forma coletiva, de modo a proporcionar melhores condições de compra. Os créditos concedidos deveriam ser ressarcidos; no entanto, as primeiras instruções normativas do INCRA não definiam prazos ou formas de ressarcimento.

No assentamento São Virgílio, os assentados referem-se a esse crédito indicando percebê-los como subsídios. A palavra “crédito” nunca é usada; ao contrário, chamam-no de “auxílio-moradia” ou “recurso”, como pode ser evidenciado no depoimento de (lasmin):

Quando tu vai para a terra, tu vai para o barraco de novo e aí começa a vir os recursos.

No assentamento São Virgílio, o crédito-habitação foi concedido entre o final de 1997 e o início de 1998. Algumas famílias optaram pela aplicação do crédito de forma coletiva e outras de forma individual. Um grupo de famílias contratou a construção de casas em madeira como relata Violeta:

[...] E o pessoal que forneceu a madeira eram carpinteiros [...]. Todo o grupo quase fez de madeira com esse pessoal, acho que foram sete ou oito casas que vieram e construíram. Eles deram [a casa] pronta, com janela, com porta, com repartimento e forro.

Segundo Weimer (2005), em estudo sobre a arquitetura popular brasileira, as técnicas construtivas para execução rápida e racional de casas de madeira com utilização de tábuas, denominadas *chalés*, foram desenvolvidas por *madeireiras*², cerca de quarenta anos atrás. Naquela época, eram desenvolvidos *kits* de casas

² Segundo Weimer (2005), o desenvolvimento das técnicas de construção com madeira teve tal impacto nos procedimentos construtivos que, até hoje, muitas lojas de materiais de construção ainda são chamadas de madeireiras.

prontas, com modelos que variavam conforme o número de quartos desejados. Ao que parece, a venda de *kits* de chalés manteve-se como possibilidade de acesso a moradia para alguns assentados.

As casas de madeira, cuja contratação foi realizada de forma coletiva, é tema do registro fotográfico de Alceu (Figura 18), o que indica a construção da casa como mais um marco espaço-temporal na constituição do *lugar*.



Figura 18 – Fotografia da casa de madeira contratada de forma coletiva por meio da concessão do crédito-habitação.

Fonte: Registrada por Alceu nos primeiros anos no assentamento, reproduzida pela autora em 2008.

Devido ao tornado, quando ficaram desabrigadas de suas lonas, algumas famílias haviam ocupado provisoriamente a antiga residência da sede da Fazenda. Como já foi referido, a sede precisou ser desocupada para o início das aulas, em março de 1999, o que provocou a mudança de alguns assentados, mesmo antes de estarem completamente prontas. É o que revela o relato de Violeta:

[...] e a casa de madeira não estava bem, bem pronta, faltava os repartimentos, umas janelas [e outros acabamentos]. E então nós nos mudamos dia 04 de março de 1999, para a casa de madeira.

A casa de madeira é percebida pelos assentados como uma construção que não é própria para a região de Herval, dada a grande umidade e o clima do local. A maioria dos agricultores relatou que, em seus locais de origem, o costume era morar em casas de madeira, cuja construção era vedada com tábuas.

Segundo Weimer (2005), havia duas técnicas possíveis: a de tábuas verticais e a de tábuas horizontais. No caso dos assentados, foi observado, tanto por meio de fotografias antigas quanto de relatos, que a técnica utilizada no local de origem era a do uso de tábuas verticais justapostas, pregadas sobre estrutura de caixaria de madeira, tendo as frestas cobertas por peças com menor largura, denominadas mata-juntas. De acordo com esse autor, a construção com tábuas verticais era mais comum e conhecida desde o período colonial, em que predominava o sistema construtivo chamado de *saia-camisa*³; nos períodos mais recentes, as tábuas verticais passaram a ser pregadas uma ao lado da outra com a sobreposição de mata-juntas.

Segundo Weimer (2005), as construções com tábuas desenvolveram-se em regiões em que havia abundância de madeira e, por esse motivo, não havia preocupação com procedimentos elementares de conservação da madeira, já que, àquela época, admitia-se que o recurso fosse infinito, destacando problemas com os cupins no processo de degradação da madeira. No assentamento São Virgílio, foi observado que as famílias que moraram em casas de tábua, não usavam técnicas de conservação da madeira, mas nesse caso, especialmente ao que se refere à proteção contra a umidade. Há relatos como o de Violeta, que fala sobre os estragos da casa de madeira devido à umidade e às chuvas abundantes associadas aos ventos fortes:

Aqui não dá para fazer [casa de madeira], porque nós vivemos quatro ou cinco anos na casa de madeira e, quando nós desmanchamos, embaixo das janelas, onde corria a água, estava tudo podre, de tanta umidade. Sabe o que é mata-junta, por dentro e por fora, e dar chuva com vento forte e respingar chuva em ti? Então, na fresta onde fecha a janela, entrava água e corria por tudo.

³ O sistema construtivo *saia-camisa* caracterizava-se “pela superposição das extremidades das tábuas”. (WEIMER, 2005, p. 244)

Algumas famílias aplicaram o crédito-habitação de forma individual, construindo em madeira ou alvenaria. Algumas das construções em alvenaria foram edificadas com a intenção de virem a ser destinadas a futuros galpões, assim que fosse possível a construção da casa definitiva para a família. Em alguns casos, por meio de laços de parentesco, as famílias somaram os créditos concedidos e construíram um galpão de alvenaria que pudesse comportar provisoriamente a moradia de várias famílias. Em outros casos, os assentados complementavam o valor concedido pelo crédito-habitação com recursos próprios e construíam a casa que seria a *morada* definitiva da família.

As casas de alvenaria também foram pensadas a partir dos condicionantes climáticos da região; embora percebidas como mais adequadas ao local, destacam-se problemas com umidade nos pisos e nas paredes, bem como com relação aos ventos, especialmente no caso dos telhados. Leonel relata o processo de construção da casa, destacando que as dimensões da edificação foram decididas levando em consideração o medo em relação à ação dos ventos fortes da região de Herval, já que o tornado que atingiu o assentamento passara pela obra da casa, derrubando, na ocasião, duas paredes de alvenaria. Segundo ele, a tormenta havia levantado os telhados das poucas casas que já haviam sido construídas no assentamento e, por isso, construiu sua casa de forma que sua largura coincidissem com a largura máxima que uma telha de fibrocimento pudesse cobrir. É o que podemos observar em seu relato:

Nós fizemos em dezembro, dali um ano, em janeiro, nós já estávamos dentro. Ela [a casa] é de nove por cinco metros e cinquenta e seis [centímetros]. Eu não fiz maior por medo das tormentas. Devia ter feito maior um pouco. De medo, só coloquei uma folha [telha de fibrocimento] de cada lado. A folha tem três metros, mas tem que inclinar um pouco, aí dá cinco e sessenta [metros] mais ou menos, de largura, e agora quero fazer mais uma varanda aqui.

As fotografias a seguir (Figura 19) ilustram um galpão de alvenaria que foi usado como moradia nos primeiros anos de assentamento e uma casa construída em alvenaria, utilizando o crédito-habitação, que continua sendo a *morada* da família atualmente.



Figura 19 – Fotografias do galpão e da casa de famílias assentadas em São Virgílio. À esquerda: Fotografia de galpão usado como moradia nos primeiros anos de assentamento. À direita: Fotografia de casa em alvenaria, construída para ser a *morada* definitiva da família. Fonte: Registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

A casa de alvenaria, de forma geral, foi construída com a intenção de ser a moradia definitiva da família. No entanto, nem todas as famílias conseguiram garantir a qualidade da construção, como transparece no relato de Geraldo:

Fizemos muito malfeita, a gente não conhecia a região, não sabia, aqui tem que fazer uma casa e fazer viga embaixo e em cima, fazer tudo amarrado por causa da terra aqui. E não fizemos embaixo, fizemos a casa do jeito que nós éramos acostumados lá na nossa região, e aqui ela trinca toda, tem trincado ali, outro ali, em cima da porta ali. O chão é muito falso e agora nós reforçamos embaixo, foi cavado e foram feitos uns estações [fundação em microestaca⁴], tem uns aí que têm um metro de profundidade.

Nesse depoimento, mais uma vez, são destacadas as diferenças regionais, agora relacionadas à compacidade do solo, o que implica decisões diferenciais para soluções estruturais. No depoimento, são citadas as fundações, parte da estrutura que confere estabilidade à edificação como um todo, distribuindo as cargas estruturais do prédio ao solo firme. Segundo o relato do agricultor, no local de origem, o solo firme deveria ser superficial, possibilitando soluções mais simples de fundação devido à maior estabilidade e compacidade do solo do terreno.

⁴ No caso do terreno do assentado em questão, as fundações adequadas seriam as microestacas, utilizadas quando o solo estável encontra-se mais abaixo da superfície.

7.2 Reforma

As famílias que foram contempladas com a reforma da casa, em um primeiro momento, eram visitadas por um técnico da COOPTEC, que realizava o levantamento físico da situação em que se encontrava a casa, incluindo dimensões e organização espacial e elencava com a família as alterações desejadas. Após, as informações eram encaminhadas para estudo de viabilidade técnico-financeira para a definição das alterações possíveis, como ilustra a Figura 20.



Situação atual da casa.

Alteração solicitada pela família.

Alteração aprovada.

Figura 20 – Cópia do projeto de reforma elaborada por técnicos da COOPTEC para uma das famílias.

À esquerda: Cópia da planta baixa da situação da casa antes da reforma. No centro: Cópia do projeto de alteração solicitada pela família. À direita: Cópia do projeto de alteração aprovada de acordo com os recursos disponíveis.

Fonte: Reproduzida pela autora (MARTINS, V., 2008).

O projeto final da reforma era apresentado ao agricultor e, a partir de seu consentimento, os materiais de construção eram liberados em etapas. A cada etapa, as obras eram fiscalizadas por técnicos, que verificavam o cumprimento das metas previstas para a liberação de nova parcela de materiais.

As alterações escolhidas pelos assentados variavam de acordo com as condições em que a moradia se encontrava, mas, em todos os casos, as famílias solicitavam algum tipo de ampliação. Naquelas casas, que ainda não tinham

banheiro e/ou sistema local de saneamento, os técnicos que elaboravam os projetos deviam priorizar essas instalações, por exigência da Caixa Econômica Federal, que era o agente financeiro dos recursos. Aqueles que ainda não haviam conseguido terminar a casa, ou cujas casas apresentassem desgastes devido ao tempo e à má qualidade de materiais aplicados, também solicitavam acabamentos e reparos, como, por exemplo, reboco, pintura, forro, troca de pisos, troca de esquadrias. Vale destacar que, em muitos casos, a ampliação tinha por objetivo os seguintes aspectos: a constituição de uma cozinha maior, geralmente efetivando a separação da cozinha em relação à sala; a incorporação de um dormitório extra destinado às visitas; a incorporação do banheiro em área fechada junto da casa, nos casos em que o banheiro era separado. Eram menos correntes as seguintes situações: incorporação de varanda ou área junto da casa e anexação de área de serviço; no entanto, essas duas últimas eram sonhadas pelos moradores, para quando fosse possível.

Na época de pesquisa em campo, algumas famílias ainda estavam reformando suas casas, e foi possível observar que os filhos homens, especialmente os mais velhos, ajudavam os pais nas atividades de construção. Os filhos ajudam mesmo quando existe a contratação da obra, já que as pessoas contratadas costumam ser parentes ou vizinhos.

A reforma das casas era percebida pelos agricultores como algo importante, que aumentaria o *conforto* da família. Tive a oportunidade de acompanhar a evolução da reforma de algumas casas ao longo da pesquisa, já que o período em que realizei minhas visitas a campo estendeu-se por quatro meses.

Notadamente, as reformas e ampliações da casa são percebidas como melhorias, sendo motivo de orgulho para as famílias que conseguem realizá-las, o que foi possível observar também nas falas e nos desenhos das crianças e adolescentes nas atividades de pesquisa propostas na escola. Na Figura 21, evidencia-se a ampliação da casa, representada pela mudança no desenho de telhado e textura das paredes, e o fechamento do pátio com tela.

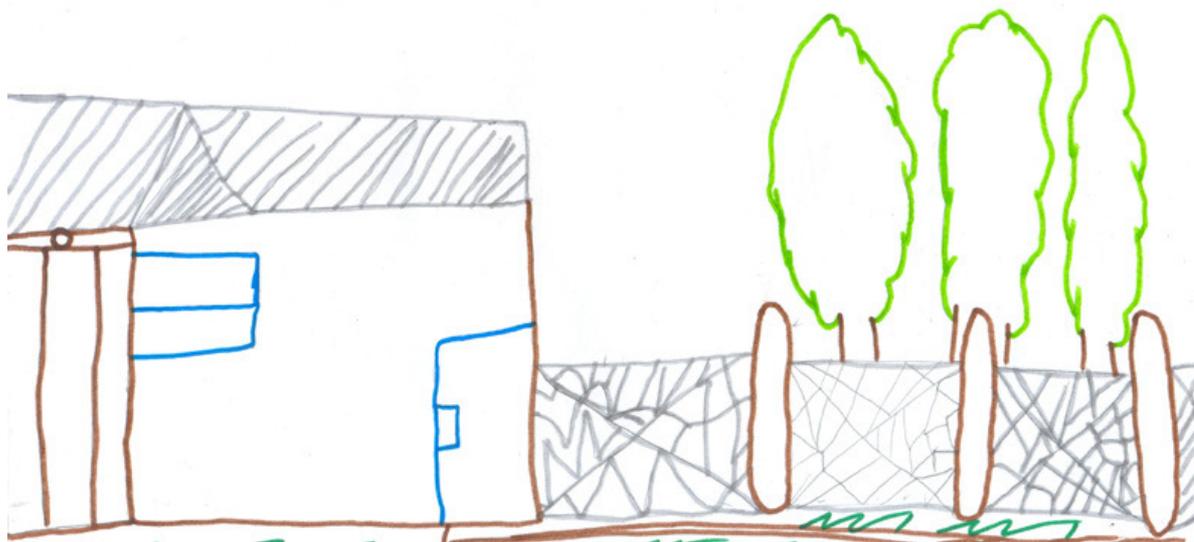


Figura 21 – Desenho da moradia de Angélica, em que aparece a ampliação da casa e o fechamento do pátio com tela.

Fonte: Angélica, 12 anos. Escola São Virgílio, 2008.

Nos relatos das crianças e adolescentes sobre seus desenhos, são citados os ambientes que estão sendo construídos e as mudanças que suas casas estão sofrendo: [...] *Aqui na frente da casa, tem uma peça que nós estamos construindo, aqui, uma tela e tem um portão. Aqui, tem uma parabólica e tem uma horta, para lá. Lá para trás, tem mais uma peça que já é construída. E aqui também tem um quarto e a área.* (Matias, 11 anos).

Também os materiais das obras são citados pelas crianças quando falam de suas casas: *Quando chego em minha casa, aqui tem as brita, areia, as rosas da mãe, as frutas, meu pai e minha mãe e meu irmão.* (Gilmara, 8 anos)

Em algumas casas que estavam em reforma ou já haviam sido reformadas ou ampliadas, percebi que os pisos originais, quando eram de assoalho de madeira, foram preservados. Os agricultores consideram o assoalho melhor que os pisos cerâmicos, pois deixam a casa mais quente e sem umidade.

A ação dos ventos fortes também é correntemente referida pelos assentados. Foi observado que as casas no assentamento não apresentam beirais⁵ nos telhados

⁵ O beiral do telhado é formado pela última fileira de telhas que forma a aba do telhado, constituindo a parte avançada deste sobre o corpo do edifício. Tem a finalidade de provocar a

e, ao conversar sobre isso com os agricultores, eles referem-se ao vento e ao tornado de 1999, quando vários telhados foram alçados das casas pela ação dos ventos. A casa sem beirais era denominada de “casa-mocha”⁶, pelos agricultores. A “casa-mocha” faz analogia aos animais que não têm chifres.

Segundo Tânia, *lá onde eu morava, quanto mais largas [eram] as abas do telhado, mais bonita, mais vistosa era a casa!* Mas, logo em seguida, ela argumenta que, no assentamento, não pode ser assim, pois o vento pode levar o telhado embora, e destaca que basta observar as casas da cidade de Herval, que são todas construídas sem aba, chegando a ter uma “mureta”⁷ na frente. Na Figura 22, a seguir, são representadas as casas da cidade de Herval, demonstrando o uso de platibandas tanto em casas no centro como na periferia da cidade.

queda das águas pluviais (águas da chuva) de modo que essas não escorram pela fachada do edifício.

⁶ O termo “mocha” é usado para animais que não têm (ou dos quais foram retirados) os chifres.

⁷ A mureta referida pelos agricultores denomina-se, tecnicamente, platibanda. O termo platibanda designa um elemento horizontal (muro ou grade) que emoldura a parte superior de uma edificação, de forma a esconder o telhado.



Figura 22 – Fotografias de casas na cidade de Herval e detalhe do telhado de uma das casas do assentamento São Virgílio.

À esquerda: Fotografias das casas na cidade de Herval, mostrando o uso de telhados inclusos nas “muretas” (platibandas), em casas de diferentes padrões econômicos. À direita: Fotografia de detalhe do beiral postiço em casa no assentamento São Virgílio, anexado à edificação no momento da reforma.

Fonte: Registradas pela autora (MARTINS, V., 2008).

Também na Figura 22 pode-se perceber que, na reforma da casa, Tânia contemplou, além das ampliações e acabamentos, um beiral falso, acoplado às laterais da casa, de forma que garantisse a representação estética da casa de origem, ao mesmo tempo em que não oferecesse risco ao destelhamento da casa, já que a peça decorativa está fixada independente da estrutura do telhado.

7.3 “Casa nova”

A “casa nova” concedida por meio de programa habitacional é composta por dois dormitórios, um banheiro, sala e cozinha conjugadas na mesma peça. Essa casa possui quarenta e dois metros quadrados, medindo seis metros de largura por

sete metros de profundidade. O croqui da planta baixa⁸ da casa (Figura 23), registrado no diário de campo, ilustra a distribuição espacial dos ambientes.



Croqui da Planta Baixa - Casa Nova



Croqui da Fachada - Casa Nova

Figura 23 – Croqui da planta baixa e da fachada da “casa nova” - programa habitacional.
Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

De modo geral, os agricultores percebem a “casa nova” como uma edificação pequena, própria para os casais novos, que estão começando a vida, ou ainda para casais mais velhos, quando os filhos já constituíram a própria família e se mudaram para a própria casa. A “casa nova” é percebida como um início na constituição da *morada* da família. Alguns agricultores destacam que, com o tempo, aquela família deverá receber recurso para ampliação e reforma dessa casa. Já para famílias grandes, a casa exige ampliações imediatas, mesmo que de forma provisória. De acordo com o depoimento de Magda, essa casa teria que ser um pouco maior:

Mas essas casas que eles estão construindo aí, que a gente está vendo, são pequenininhas, para quem tem uma família grande não dá; com o tempo, vão ter que fazer mais um puxado, alguma coisa. Vão ter que construir um pouco mais.
(Magda)

⁸ Planta baixa é o desenho de uma edificação, realizado a partir de uma seção horizontal com padrão de altura de 1,5 m a partir do solo. Na planta baixa, é possível visualizar – e projetar – relações de funcionalidade e proporção entre os ambientes da edificação, entre outros elementos técnicos. A planta baixa pode ser desenhada na forma de croqui, ou seja, sem precisão métrica, atividade que os agricultores dominam em sua maioria.

Alguns casais jovens receberam a “casa nova” em São Virgílio; essa foi a primeira casa da família. Na percepção dos jovens, que até então moravam com parentes, a casa representa a autonomia da família, a possibilidade de constituir a própria vida. Quando visitei Luana pela primeira vez, ela tinha se mudado havia poucos meses para a nova casa; naquela ocasião, ela me contou que, quando a casa ficou pronta, estava ansiosa para se mudar e que naquele momento estava fazendo planos sobre o que plantar em torno da casa. Sobre o tamanho da casa, ela responde:

Por enquanto, está bom; quando der, vamos aumentar, mas, por enquanto, está bom. Para nós e para a Leiza, ainda falta um quarto de visita, quando vem, mas a gente dá um jeito.

Para algumas famílias beneficiadas pelo programa habitacional, a casa nova foi a primeira casa de alvenaria em que moraram. A casa de alvenaria é percebida como uma casa melhor que a casa de madeira, especialmente na região de Herval, devido aos ventos e à umidade. Para os assentados, a casa de alvenaria é uma edificação resistente, forte:

Mas ensinaram que nunca a gente teve uma casa desse jeito assim, é uma casa para durar agora o resto da vida. (Marcílio)



Figura 24 – Fotografia de uma “casa nova” concedida por meio de programa habitacional.
Fonte: Registradas pela autora (MARTINS, V., 2008).

Em poucos casos, os agricultores que receberam a “casa nova” (Figura 24) dispunham de recursos próprios e conseguiram realizar ampliações já no projeto original, atendendo às necessidades do grupo familiar.

De modo geral, para aqueles que já estavam morando na “casa nova” por ocasião da realização dessa pesquisa, a percepção era de que a política habitacional oferecia uma possibilidade de acesso à moradia. Mesmo avaliando como inadequado o tamanho da edificação ou criticando a qualidade da construção, a casa, sendo um bem caro e de difícil acesso às famílias, era compreendida como uma política importante para o grupo doméstico. Além disso, a satisfação da mudança para a “casa nova” transparece nos relatos, e carrega a possibilidade de novos tempos:

Nós nos mudamos para cá no mês de abril. Essa está com cheiro de nova ainda! (Juarez)

Neste capítulo, foram apresentados os programas habitacionais e analisada sua contribuição no processo de constituição da *morada* nos assentamentos rurais. Sob a perspectiva do *mundus* camponês, foram abordadas as percepções em relação à política habitacional e às casas oriundas dos programas. No próximo capítulo, será abordado o *lugar da morada*, evidenciando a casa como resultado do *trabalho* da família, assim como seu entorno. Nesse sentido, serão analisados os locais externos à casa, como o pátio, a horta, o jardim e os arvoredos.

8 O LUGAR DA MORADA

O *lugar da morada* é composto por áreas articuladas entre si, a exemplo do que foi observado no sítio camponês por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), em estudo com camponeses de Sergipe. Esses ambientes carregam significações permeadas pela *moral camponesa*.

Neste capítulo, será abordado o *lugar da morada* como resultado do trabalho do grupo familiar, sendo que o que torna possível a constituição do *lugar* é o que provém do trabalho investido sobre o lote.

Serão ainda analisados aspectos relacionados à organização e aos significados referentes ao entorno da casa. Por fim, serão analisados locais como o pátio, a horta, o jardim e os arvoredos, como importantes elementos na constituição do *lugar da morada*.

8.1 Casa: resultado do trabalho

De modo geral, as famílias têm investido na melhoria das casas com recursos próprios, fruto do trabalho dedicado ao lote. Ao longo do tempo, os agricultores têm feito pequenas ampliações, notadamente, a construção de um banheiro junto da casa, nos casos em que esse não existia. Alguns colonos conseguiram reunir economias suficientes para substituir as casas de madeira; outros foram substituindo paredes da casa de madeira, uma a uma, por paredes de alvenaria, à medida que isso ia se tornando possível.

Em estudo com pequenos agricultores em Pernambuco, Garcia Jr. (1983) destaca que é o roçado que dá condições de existência da casa. Segundo o autor, não apenas o roçado abastece as necessidades de consumo da casa, como

também o *excedente*¹ de sua produção dá condições de materialização da casa, onde se processa o consumo – ou *queima* - do produto do roçado.

No assentamento São Virgílio, a lavoura é um dos elementos que sustentam o consumo da casa e viabilizam sua própria existência. Segundo Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), o *trabalho da terra* reflete a dignidade dos membros da família. Nesse sentido, no assentamento São Virgílio, os assentados referem-se às construções ou reformas, oriundas de recursos conquistados por meio do trabalho no lote, com orgulho e satisfação, refletindo, especialmente, a honra do pai de família no que se refere à materialidade da casa, como demonstra o relato de Ivan:

Eu conto com muito orgulho isso, porque chegamos aqui, chegamos para trabalhar mesmo, não é por nada que te mostrei esse diploma de melhor produtor assentado de Herval. Nós chegamos e metemos a mão na massa mesmo; então, como os anos correram bem, eu não precisava de dinheiro nem para investimento, nem para a agricultura: eu colhia, eu vendia, eu construí isso aqui tudo, essa área, essa cozinha é de seis por quatro [metros], aquela área ali que é de onze por dois e setenta e cinco [metros], o banheiro com lavanderia de roupa, com churrasqueira. Isso aqui foi tudo com dinheiro que nós tiramos da lavoura, tudo com planta de milho e feijão. Aí construí isso aqui.

As casas construídas por meio do planejamento e recursos da família tendem a carregar referências com as casas do local de origem, embora nem sempre tais referências apareçam de forma óbvia. Na Figura 25, destaca-se que a composição volumétrica e mesmo a combinação de cores nas fachadas da casa atual da família remetem à casa em que viviam no local de origem, mesmo que as dimensões e as técnicas construtivas sejam diferentes, já que a casa de origem era menor e edificada em madeira, e a atual, construída em alvenaria.

¹ Embora esse seja termo corrente na bibliografia analítica, é sabido, desde o debate que a respeito travou José de Souza Martins, que esse *excedente* não tem como característica a acidentalidade como usualmente lhe é atribuído: é planejado para compor a renda camponesa. A esse respeito, ver Carvalho (1999).



Figura 25 – Fotografias que retratam a casa do local de origem e a casa atual de uma das famílias assentadas em São Virgílio.

À esquerda: Fotografia da moradia da família no local de origem registrada por Violeta. À direita: Fotografia da casa atual, construída no assentamento.

Fonte: A primeira fotografia foi reproduzida da original, e a segunda, foi registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

Outro aspecto importante, também destacado pelo proprietário da casa e representado na fotografia acima (Figura 25), é o da ventilação do assoalho feita por meio de uma abertura sob o nível do piso no lado esquerdo da casa atual. Pisos assoalhados eram correntes nos locais de origem: de acordo com o relato dos assentados, a ventilação é necessária para proteger a madeira da umidade do solo. Demais temas relacionados à distribuição e aos arranjos espaciais das peças da casa serão analisados no capítulo 9.

Na época em que foi realizada a pesquisa de campo, o assentamento São Virgílio estava em processo de implantação de programa habitacional: construção de “casa nova” e reforma. Nesse contexto, algumas famílias haviam recebido os recursos, enquanto outras ainda estavam à espera. A demora na concessão dos benefícios, relatada pelos agricultores, levava à descrença sobre a efetiva destinação do programa habitacional. No entanto, todos os colonos seguiam na esperança de que os recursos fossem aplicados. Os agricultores que haviam conseguido construir ou ampliar suas casas com recursos próprios também foram candidatos a recursos para reforma, pois uma casa “nunca é bem pronta”, sempre há o que fazer. Mas, mesmo que o recurso não venha, o trabalho continua, pois, como declara Alceu, *na colônia é bom, porque, se derem [a casa], deram! Se não derem, você arregaça as mangas e trabalha.*

8.2 O entorno da casa e o pátio

"[...] mostrou-lhe [...] o cercado das galinhas e por último o jardim. Colheu logo uma rosa [...]. Em seguida atravessaram a horta. Canteiros grandes cobertos de verdura, saturavam o ar de um cheiro de hortaliças. As alfaces brilhavam ao sol dourado de julho. Mais para diante havia um sombrejar melancólico e delicioso de árvores grandes; era a chácara[...]"² (AZEVEDO, 1960, p. 208).

No assentamento São Virgílio, as áreas contíguas à casa dos agricultores formam um complexo que compõe, dentro do lote, uma zona de maior intensidade de uso pela família. A casa e sua área de entorno formam uma unidade, similar ao que foi observado por Godoi (1999) em estudo com camponeses no Piauí. Segundo a autora, essa percepção da casa enquanto unidade, a que chamo de *lugar da morada*, torna a casa o local de referência da família camponesa, em oposição e complementaridade à roça.

De forma análoga ao sítio camponês estudado por Woortmann, E. (1983) junto a camponeses sergipanos, o entorno da casa no lote dos agricultores assentados é composto por áreas articuladas entre si, formando um sistema menor, de escala familiar, dentro do sistema maior, que é expresso pela organização do lote. Do mesmo modo, em estudo antropológico e arquitetônico de uma comunidade urbana no Rio de Janeiro, em que Santos, C. (1985) busca a compreensão do espaço para além de sua materialidade, em suas dimensões simbólicas, o autor mostra que o quintal era percebido pelo grupo como parte do espaço privado da habitação e que "não sendo casa, é, no entanto, da casa; que apesar de externo, não é a rua." (SANTOS, C., 1985, p. 49). Ainda que esse estudo remeta a um grupo distinto do analisado nesta dissertação, pode-se considerar que a percepção de que

² Trecho do livro *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo. Catalogado pelo arquivo Ernani Silva Bruno, o acervo destaca e categoriza trechos de documentos, relatos e livros sobre Equipamentos da Casa Brasileira, Usos e Costumes, disponível para consulta *on line* no site do Museu da Casa Brasileira: <http://www.mcb.sp.gov.br>. AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão* (1884). São Paulo, Martins Editora, 1960. p. 208.

casa e quintal compõem uma unidade semântica aplica-se ao caso de São Virgílio. Assim, temos que o entorno da casa é composto pelo pátio - dentro do qual está a própria casa e podem estar o jardim, a horta, os “arvoredos” e os “bicharedos” – e pelo terreiro – constituído por uma área aberta em torno da casa e do pátio, onde podem estar o galpão, a estrebaria, o galinheiro, a pocilga de porcos, o arvoredos, a horta e demais “bicharedos”.

O entorno da casa é, em geral, destinado à produção de alimentos para o autoconsumo da família, como também foi observado por Zanetti e Menasche (2007), em estudo realizado em comunidade camponesa no Vale do Taquari. Como destacam as autoras, nessa parcela de terra, embora pequena se comparada ao restante da área de que o grupo familiar dispõe, é produzida uma grande variedade e quantidade de alimentos. O mesmo ocorre nos lotes dos colonos assentados em São Virgílio.

No entanto, no contexto do assentamento, a produção de hortaliças, frutas, pequenos animais e, principalmente, de leite, além de abastecer o consumo familiar, também são itens fundamentais na composição da renda familiar, já que a dificuldade de escoamento e comercialização da produção oriunda da lavoura, somada à baixa produtividade da terra, faz que os produtos oriundos do entorno da casa sejam a principal - ou, por vezes - a única renda da família em determinados períodos do ano. Essa condição resulta em uma valorização das áreas de produção para autoconsumo no lote, dotando-as de maior investimento de trabalho do grupo familiar, de forma a incrementar a produção para a venda. Assim, temos que algumas famílias têm o pomar para consumo e o pomar para comercialização, ou parte da horta para consumo, parte para comercialização. A organização espacial do entorno da casa depende dos produtos que a família elegeu para comercializar.

A Figura 26 mostra o arranjo espacial inicial do *lugar da morada* da família nos primeiros anos de assentamento. Na *paisagem nua*, estão posicionados a casa, o galpão, a estrada de acesso ao lote, os postes da rede de energia elétrica e o início da construção da casa atual. Assim, temos que, da mesma forma que o lote é constituído ao longo do tempo, também o são as áreas de entorno da casa.



Figura 26 – Fotografia do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio nos primeiros anos no assentamento.
 Fonte: registrada por Alceu nos primeiros anos no assentamento e reproduzida pela autora em 2008.

Ao comparar Figura 26 com a Figura 27, é possível ver o pátio e a horta cercados. A casa definitiva foi construída um pouco abaixo de onde se localizava a casa de madeira e encontra-se protegida dos ventos pelos matos de acácia plantados nas duas direções dos ventos predominantes na região – ventos sudoeste e nordeste. Para o lado de cima, ainda estão separadas áreas para o jardim, os “arvoredinhos” e pastagem para terneiros.



Figura 27 – Fotografia atual do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio.
 Fonte: Registrada autora (MARTINS, V., 2008).

Ainda existem as áreas de transição entre o *lugar da morada* e o das lavouras, que podem ser um arroio, um banhado, um açude, ou outro elemento na

paisagem que marque um limite, como o próprio “arvoredo”. Foi observado que as áreas de transição geralmente são apreciadas pelas crianças, pois não estão distantes das casas dos pais e avós e também não estão tão próximas, além de serem permeadas de certo mistério, marcado pelo limite entre o seguro e o perigoso, o dentro e o fora do *lugar da morada*. Nas palavras de Gilberto, com nove anos, registra-se o encantamento com o banhado: *Bom é vir aqui de noite, as cigarras acendem as bundinhas delas e o banhado fica todo clarinho*.

Na zona de entorno da casa, destaca-se o pátio, compreendido como a parcela de terra reservada para o fechamento da casa. A tela de fechamento, mais que delimitar áreas para jardim, horta ou pomar caseiro, define o limite da zona de maior privacidade da família. Foi observado, junto às famílias, que o fechamento do pátio é um evento importante, uma conquista do grupo doméstico. Mesmo as crianças, na escola, davam ênfase ao cercamento do pátio, como pode ser visto na Figura 28:

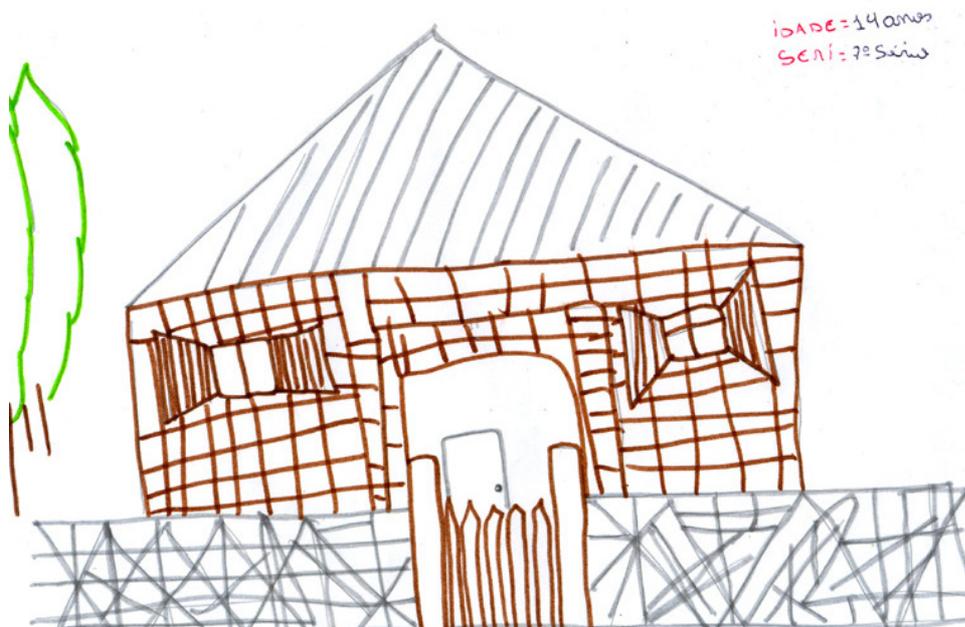


Figura 28 – Desenho da moradia de Diana, onde se destaca o fechamento do pátio com tela.
Fonte: Diana, 14 anos. Escola São Virgílio, 2008.

“De fato, em geral, a cerca que delimita a parcela camponesa estende-se até a casa, de forma que, para entrar no sítio, é preciso entrar na casa.” (E.

WOORTMANN, 1983, p. 175). A respeito dos sítiantes de Sergipe, Woortmann, E. (1983) destaca que o termo sítio carrega diversos significados. O trecho transcrito acima, refere-se à área ocupada pela casa e quintal: dessa forma, aquele camponês dirá que mora no sítio. De acordo com Godoi (1999), “o muro e o quintal são dois espaços sempre contíguos à casa de morada e podem ser pensados [...] como um desdobramento projetivo da casa”. (GODOI, 1999, p.37). Também Garcia Jr. (1983), em estudo com pequenos produtores rurais em Pernambuco, destaca que a casa não é apenas a área coberta e com paredes: de acordo com esse autor, para aquele grupo, o entorno fechado, naquele caso denominado terreiro, também faz parte do corpo da casa. No caso do assentamento São Virgílio, essa área fechada em torno da casa é o pátio, também percebido como extensão da casa.

Destaco dois trechos de meu diário de campo, em que é evidenciada a observação das agricultoras referente ao fechamento do pátio:

Dias após as atividades propostas com as crianças e adolescentes na escola, voltei à casa da Cátia, acompanhada de Violeta. Ao entrarmos na estrada de acesso ao lote, avistei a casa e percebi que o pátio havia sido fechado com tela, como Cátia havia me dito que gostaria de fazer, em minha visita anterior. Quando eu e Violeta chegamos em frente a casa, ela comentou, com tom de satisfação, que a Cátia tinha conseguido cercar o pátio, destacando que ela havia fechado uma área grande, deixando um local para a horta junto ao pátio. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008)

Lembrei-me dos desenhos feitos na escola por Diana e Angélica, pois ilustravam com destaque a tela em torno da casa. As duas meninas falaram, em suas apresentações, sobre o fechamento do pátio e ambas moravam em casas em que recentemente os pátios haviam sido cercados. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008)

Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), em seu estudo com sítiantes sergipanos, também se referem ao quintal como prolongamento da casa, destacando a oposição e complementaridade de domínio público e privado nesses ambientes. Abaixo, a Figura 29 demonstra um exemplo no assentamento São Virgílio de uma unidade de *morada* familiar, onde casa e pátio estão imbricados, de

forma que o segundo é a extensão do primeiro. O portão de acesso localiza-se em frente à fachada principal, seguido por um trilho de ladrilhos até a área da casa. Vale enfatizar que, ao entrar no pátio, parcela de domínio privado da família no interior do lote, se chega à área da casa, ambiente que faz a transição entre a área que, no interior do pátio, se torna pública, e a casa, o *lugar* simbólico da família, domínio privado. Nessa observação, é possível perceber que o acesso aos *lugares* é feito em escalas gradativas, que oscilam entre zonas mais públicas e mais privadas, como, por exemplo, o pátio, em relação ao lote, é de domínio privado. No entanto, o pátio, em relação a casa, é de domínio público. A casa é de domínio privado, mas, em seu interior, a sala é de domínio público. Em estudo antropológico e arquitetônico do Bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, Santos, C. (1985) observou que, no *lugar da morada* daquelas famílias, percebia-se uma *gradação* entre os ambientes públicos e privados. Embora o referido estudo refira-se a um grupo social distinto do aqui analisado, a organização e a hierarquia espacial são correspondentes.



Figura 29 – Fotografia da casa e pátio de uma das famílias assentadas em São Virgílio.
Fonte: Registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

Na Figura 29, ainda é possível visualizar a diferença entre os arvoredos: ao fundo, o mato de acácia, plantado com a função principal de quebra-vento, encontra-se fora e a certa distância da área do pátio. Na lateral direita da casa, um pequeno pomar com produção de frutas para autoconsumo; na lateral esquerda, encontra-se a horta, também para autoconsumo e, à frente da casa, em torno do caminho que lhe dá acesso, recepcionando os visitantes e embelezando a casa, está o jardim.

8.3 Horta e jardim

No assentamento São Virgílio, foram observados dois tipos de horta: a horta caseira, destinada ao autoconsumo e a horta de produção, destinada à comercialização em feiras ou direto ao consumidor na cidade de Herval. Aqui, é dada ênfase à horta caseira.

A horta caseira geralmente localiza-se em local mais próximo ao da área da cozinha, dentro do pátio. Na horta, são cultivadas verduras, temperos e, em menor quantidade, ervas medicinais.

Entre as plantas cultivadas na horta, foram citadas pelas agricultoras, assim como pelos filhos de assentados em atividade proposta na escola, as seguintes variedades: espinafre, radite, alface, alho, salsa, cebolinha, tempero-verde, mostarda, pimentãozinho, alecrim, manjerona, manjericão, alecrim, couve-roxa, couve, couve-flor, moranguinho, beterraba, cenoura, rabanete, moranguinho, camomila (maçanilha), tansagem, melhoral (melissa), guaco, puejo, cidreira e hortelã.

O jardim geralmente localiza-se em frente à casa. Na Figura 30, vê-se a entrada de uma casa, com flores e folhagens plantadas ao longo do caminho de ladrilhos que levam até a área. Os jardins são percebidos como uma expressão de alegria na casa. As flores são plantadas no jardim e também em latas, panelas ou chaleiras em desuso e, nesse caso, ficam “embelezando” a área da casa.



Figura 30 – Fotografia do jardim de uma das famílias assentadas em São Virgílio.
Fonte: Registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

De acordo com Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), para o grupo estudado por eles, a horta é um sinal de prestígio da família, pois significa que há disponibilidade de recursos e tempo para sua manutenção, assim como representa o capricho e a organização da mulher. No assentamento São Virgílio, foi observado que não só a horta como os jardins remetem à honra da família, especialmente da mulher. Também representam que o trabalho da lavoura já foi realizado com o devido capricho, já que sobrou tempo e recursos para investir no jardim, considerado secundário em relação à lavoura, como se evidencia na declaração de Juliano: *Quando as flores estão bonitas, a lavoura também está.*

Dentre as flores cultivadas no jardim, as mulheres citaram brinco-de-princesa pequeno e grande, margaridas, alecrim, azaléia, copo-de-leite, gerânio-rosa, gerânio-vermelho, dália, rosinha, cravo, coração-de-estudante, rosa amarela, rosa vermelha, rosa laranja, rosa cor-de-rosa, rosa branca, maria-sem-vergonha, begônia, onze-horas. Dentre as folhagens, foram citadas bambuzinho, scheffler, capim-guiné, bananeira e comigo-ninguém-pode.

Em geral, as mulheres declaravam não conhecer o nome das flores, especialmente das folhagens. Algumas folhagens, como o capim-guiné e comigo-ninguém-pode são plantadas para proteger a casa e a família de doenças e mau-olhado, similar ao observado por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) junto a sítios de Sergipe, em que às mulheres cabe a responsabilidade pela proteção da casa.

Sobre as ervas medicinais, as mulheres, em sua maioria, dizem não conhecê-las pelo nome, mas conhecem visualmente os “remédios” e sabem quais males eles tratam. Muitas das ervas medicinais não são cultivadas; segundo as agricultoras, “nascem por conta”, no campo, como a carqueja e a tansagem.

Cabe destacar que a horta não é um elemento fixo no terreno, podendo ser deslocada seguindo uma rotatividade em áreas próximas da casa. Quando cercada, as áreas de cultivo deslocam-se dentro desses limites.

As flores estão entre os itens que foram escolhidos para serem trazidos na mudança. Algumas mulheres relataram carregar suas “latas de flor” desde que eram solteiras. *Quando me mudei para o barraco, a primeira coisa que fiz foi colocar minhas latas de flor!* (Florbela)

As estações do ano são sempre referenciadas quando o assunto é a horta ou o jardim, já que, como explica Florbela, *quando esquenta o sol, é que elas ficam bonitas.*

Sempre que eu pedia para tirar fotografias das casas, as mulheres comentavam que eu deveria voltar no verão, porque as casas estavam mais bonitas, com as flores e a horta mais “vistas”.

Também é no local em que estão a horta e o jardim que as crianças brincam, especialmente as meninas. Em certa ocasião, ao chegar à casa de uma assentada, sua filha estava brincando de “casinha”. Como a menina percebeu que eu havia ficado interessada na brincadeira, ela me mostrou que tinha duas “casinhas” no pátio da casa. A primeira localizava-se em frente à casa, junto ao jardim, e a segunda ficava na lateral da casa, no local que fazia a transição entre as árvores frutíferas e a horta. As “casinhas” eram delimitadas por tiras de tecido, e os ambientes internos

representados por objetos que remetiam à reprodução dos cômodos da própria casa. Na figura 31, é possível ver a menina e suas “casinhas”:



Figura 31 – Fotografias da menina e suas “casinhas”.
Fonte: Registrada pela autora (MARTINS, V., 2008).

No entanto, nem todas as famílias tinham horta ou jardim junto das casas, mas, em sua maioria, demonstravam a intenção de fazê-los, a partir do fechamento do pátio. Assim, temos que o fechamento do pátio também é fundamental para a efetivação da horta e do jardim, pois, além de manter os animais afastados, delimita e localiza a área a ser cultivada. É assim que, na medida em que significa a consolidação da expansão do *território* de ocupação familiar, apropriado pelo trabalho, o fechamento do pátio constitui-se em elemento importante na conformação do *lugar da morada*.

8.4 “Arvoredo”

No Assentamento São Virgílio, existem poucas áreas com mata nativa. Ao andar pelas estradas, foram observados alguns núcleos de corticeiras em áreas baixas e com afloramento de corpos d’água. Como foi destacado em capítulos anteriores, a área do assentamento era predominantemente coberta de campo. Assim, temos que os colonos plantaram acácias, eucalipto e alguns ciprestes com a

intenção de formar quebra-ventos e proteger a casa e seus arredores. As acácias predominam em todos os lotes, pois foram concedidas pelo INCRA aos assentados nos primeiros anos em que estavam no assentamento.

Na *paisagem* de São Virgílio, destacam-se capões de acácia. Segundo os agricultores, *onde tem um mato de acácia, tem uma família morando*. Os capões de acácia na *paisagem* carregam significados que transcendem aos da localização das casas; significam também a conquista daquele *espaço*, que se transformou do “nada” - representado pelos campos da pecuária extensiva – no “tudo”, representado pelos lotes das cinquenta e duas famílias que hoje vivem em São Virgílio.

Os assentados chamam de arvoredos os capões, que são importantes não apenas como quebra-vento, mas também para garantir sombra aos animais, fornecer lenha e madeira para pequenas construções. A flor da acácia também serve para o mel produzido pelas abelhas; no entanto, há divergência entre os agricultores sobre a qualidade desse mel. Alguns acreditam que é um mel de excelente qualidade, outros já dizem que a flor “não presta para melar”.

Os “arvoredos” também são percebidos como elementos estéticos, que “embelezam” a casa, especialmente os acessos. Em muitos lotes, a estrada de acesso tem o percurso marcado por acácias ou eucaliptos plantados, como se estivessem conduzindo o visitante até a casa. Na Figura 32, é possível visualizar que a estratégia de proteção dos ventos para o *lugar da morada* da família é composto pelo quebra-vento associado ao aproveitamento da topografia do local. O croqui representa um corte esquemático da área onde se localiza a casa e seu entorno, em que é possível perceber que a estrada geral do assentamento localiza-se em local mais elevado do terreno. Nesse exemplo, a entrada do lote é marcada por um arvoredos de eucalipto, mais alto que os arvoredos de acácia. E, transversal à estrada geral, fica a estrada de acesso ao lote, representada no croqui pelo alinhamento dos arvoredos, que acompanham a estrada interna até a casa.

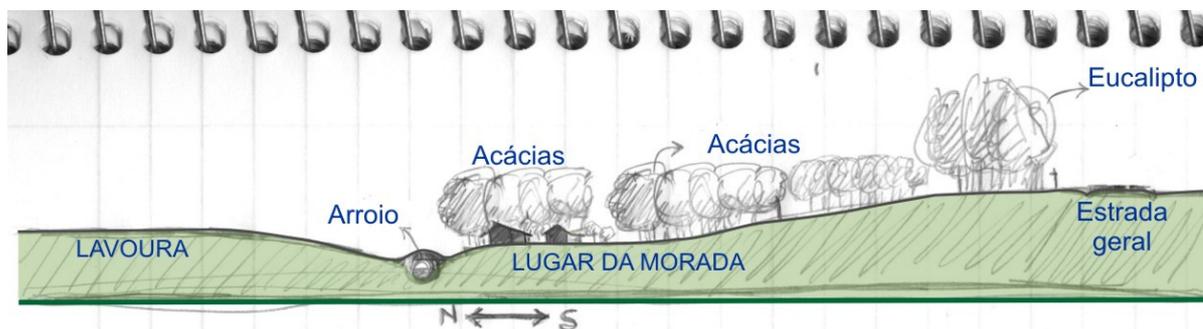


Figura 32 – Croqui de corte longitudinal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o *lugar da morada*.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

Os agricultores assentados também denominam os pomares como arvoredos de frutas. Pomares novos, com árvores que ainda não estão dando frutos, são denominados arvoredinhos.

Os arvoredos de frutas, em geral, são plantados nas proximidades da casa. Em alguns casos, também podem ser plantadas algumas espécies frutíferas dentro do pátio. Algumas famílias também têm arvoredos de fruta para comercialização, mas estes se encontram mais distantes da casa.

Entre as variedades de frutíferas citadas pelos assentados estão pitanga, abacate, pêssigo, maçã, ameixa, amora-vermelha, amora-amarela, figo, jaboticaba, limão, guavirova, pocã, laranja, pera, goiaba, bergamota, limão, uva e pêssigo. Também foram citados o araçá e o guabiju, como árvores trazidas do local de origem, na forma de mudas ou sementes.

O contato com a natureza é percebido pelos colonos como indicador de uma vida saudável, de qualidade do ar e da água do local. Ensina Alceu: *Até para a própria respiração do ser humano. Agora, aqui tem, você vê cada cardeal, daquele graúdo, peito vermelho, cabeça vermelha. Coisa mais linda, ele é branco e a cabeça toda vermelha. E tem outros pequeninhos.*

Assim, temos que as árvores também significam a proximidade com a natureza, sendo percebidas como atrativos para pequenos animais silvestres, especialmente pássaros. Dessa forma, o “arvoredos” de maior porte, plantado em torno da casa, também representa um *espaço* de transição entre o *lugar da morada*

e o que está *fora* dele. O “arvoredo” é plantado formando uma delimitação do *locus* familiar, sendo mais um elemento fundamental para a constituição do *lugar da morada*.

*

Neste capítulo, foi analisado o *lugar da morada*, destacando que a casa é viabilizada como resultado do trabalho investido pelos membros da família sobre o lote, carregando significações perpassadas pela moral camponesa. A casa, enquanto elemento visível na *paisagem*, remete à honra e ao prestígio do grupo familiar. Da mesma forma, as áreas de entorno a casa – pátio, horta, jardim e arvoredo - seguem a *lógica e a simbólica*³ camponesa.

“O trabalho deixa marcas no espaço, marcando o tempo” ensinam Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997, p. 147). A partir do trabalho de constituição do *lugar*, os arranjos dos ambientes internos da moradia e seu entorno evidenciam relações da moral camponesa. Sob essa perspectiva, no próximo capítulo, será abordada a *morada* como *lugar* da família, em que tanto as áreas externas à casa, compostas também por áreas não construídas, quanto a organização interna dos ambientes da moradia revelam significações importantes para o *mundus* camponês.

³ A expressão *lógica e simbólica* faz referência ao trabalho de Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), denominado: *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, sendo uma das principais referências teóricas para as análises realizadas nesta dissertação.

9 MORADA: LUGAR DA FAMÍLIA

A materialização do *locus* familiar na unidade de produção camponesa encontra-se fortemente relacionada à casa e arredores, assim como à estrutura hierárquica da família e a sua relação com o *espaço*. Nesse sentido, casa, pátio e entorno estão imbricados no universo simbólico camponês. A família se reproduz no plano simbólico, como podemos apreender dos estudos de Woortmann, K. (1985), que aponta que uma das dimensões da reprodução da família pode ser analisada a partir de seus modos de comer. Ao estudar o sítio camponês junto a sítiantes de Sergipe, Woortmann, E. (1983) e Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) demonstram que também os arranjos espaciais no interior da casa, do quintal e do próprio sítio representam dimensões de reprodução material e simbólica da família.

Diversos estudos sobre campesinato apontam a casa como o *lugar* da família. Dentre eles, destaco os trabalhos de Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) e Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), que evidenciam a casa como núcleo simbólico da família. A esfera das percepções simbólicas da casa, as relações hierárquicas associadas aos ambientes internos e externos, as diferenciações de gênero e a associação entre a casa e a família são aspectos transversais nesses estudos.

Neste capítulo, serão analisados, a partir do universo simbólico camponês, as percepções referentes aos diferentes ambientes do *lugar da morada*, buscando evidenciar as relações sociais – particularmente de gênero – associadas à constituição de *lugares* no interior do *locus* familiar.

A casa será aqui abordada como núcleo simbólico da família, sendo os arranjos espaciais internos tomados como linguagem que fala do *mundus* camponês. Sob essa perspectiva, serão destacadas as categorias *conforto* e *essencial* como expressões da visão de mundo dos assentados, especialmente no que se refere à *morada*.

Por fim, será dada visibilidade ao futuro da *morada* e sua relação com os filhos: o que sucede quando a família aumenta, por meio dos casamentos, ou quando diminui, com a saída dos filhos para estudar.

9.1 O essencial e o conforto

Desde o início da pesquisa em campo, duas expressões destacavam-se na fala dos agricultores assentados: o *essencial* e o *conforto*. Em um primeiro momento, as percebi recorrentes nas entrevistas, mas foi com a convivência com os colonos que foi possível apreender seus significados. O *essencial* e o *conforto* são categorias que remetem, simultaneamente, a oposição e complementaridade, como tantas outras observadas, neste estudo e antes dele, em vários estudos sobre campesinato, como natureza e cultura, dentro e fora, feminino e masculino, entre outras. (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983; WOORTMANN, E., 1983; WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997).

Ao estudar os sitiantes de Sergipe, Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) observaram que aqueles camponeses consideravam *complemento* aquilo que era produzido para satisfazer o gosto, para tornar a comida mais diversa. Em oposição ao *complementar*, observaram que eles chamavam de *básica* a produção do alimento que garantisse as necessidades mínimas de alimentar a família com dignidade, sem passar necessidades. Segundo os autores, produzir o complemento significava “simbolicamente que a família pode se dar o luxo de investir trabalho em algo que não é fundamental”. (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.96).

A oposição *básico-complemento*, observada por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), parece corresponder à oposição observada nas expressões *essencial-conforto*, no assentamento São Virgílio. Assim, temos que o *essencial* refere-se ao que é percebido como o *básico*, o necessário para garantir a subsistência e a dignidade da família; já o *conforto* refere-se ao que é *complementar*, que facilitar os afazeres cotidianos, proporciona lazer, aquilo que pode conferir maior bem-estar. O *conforto* também remete à distinção no contexto social, já que também

significa que, para alcançá-lo, a família já supriu aquilo que era considerado *essencial*.

De acordo com Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), no contexto dos camponeses estudados por eles, em que o que está em análise é a comida, a oposição *básico-complemento* não se refere ao enriquecimento nutricional das refeições, pois o básico já é nutritivo. Nesse sentido, destacam que o que aqueles agricultores buscam é um enriquecimento simbólico. Os autores sugerem que as oposições compõem um idioma sistêmico cujo campo semântico abrange as práticas, os saberes e as significações dos camponeses. Sob essa perspectiva, são percebidos os termos *essencial* e *conforto*, como oposição que reflete a lógica e a simbólica do *mundus* camponês. Nesse sentido, foi observado, entre os assentados, que o *essencial* não se refere ao mínimo para a sobrevivência, mas ao *básico* para a família viver com dignidade, como declara Violeta: *Nós não tínhamos tudo, mas o essencial pra gente viver bem, viver dignamente*. Note-se que *essencial* e *conforto* são categorias que estão sempre associadas às condições como vivem as famílias.

Assim, a casa, enquanto abrigo adequado, conferindo segurança contra as intempéries, aconchego e bem-estar para a família, é percebida como *essencial*. Garantir o *essencial* diz respeito à honra do pai e da mãe de família. Assim, temos que o *essencial* deve ser garantido à família em quaisquer circunstâncias, mesmo nos tempos de maior dificuldade, como pode ser percebido no depoimento de Violeta:

Todas as casas que a gente fez, [a casa] lá em Ibirubá, o barraco, a [casa] de madeira e essa aqui, a gente sempre procurou fazer o essencial, que a gente precisava.

Nos casos em que as famílias viviam em tal precariedade em seu local de origem, não dispondo nem daquilo considerado *essencial*, a casa no assentamento era percebida como um *conforto*. Segundo Tânia: *Acho que a casa é um conforto para a vida*. Percebe-se daí que a percepção entre o que é *essencial* e o que é *conforto* oscila de acordo com as condições às quais a família tem acesso. Mas, de forma geral, o *conforto* remete àquilo que em algum momento não se teve e que muitos ainda não têm:

Tem conforto, digo conforto porque chegar de noite e ter uma família poder sentar, tomar um chimarrão, ver uma televisão. Tanta coisa que muita gente não tem. (Tânia)

As qualidades estéticas da casa também são percebidas como *conforto*: *Uma casa bonita, um conforto, para a gente viver.* (Iasmin) Atributos como a combinação das cores da pintura das paredes, os beirais do telhado, a volumetria e a localização no lote tornam a casa bonita. Já o *embelezamento* da casa é conferido pelos jardins, pelas hortas em seu entorno, assim como pelos utensílios de enfeite no interior da casa, como os *panos de cozinha*, os conjuntos de crochê, quadros, vasos de flores de tecido, entre outros artefatos. A organização da casa, a encargo da mulher, também reflete seu *embelezamento*, assim como seu *conforto*. Nas palavras de Vera: *Quanto mais bem organizada é a casa, mais conforto tem.*

A *casa pronta* ou *completa* também é percebida como um *conforto*: *Uma casa bem feita, com tudo dentro, tem o alimento dentro, tudo o que é preciso. Ter onde dormir, onde se abrigar. Uma casa bem fechada, bem pronta. O conforto da família.* (Florbela) Do depoimento de Florbela, percebe-se que a *casa pronta* é aquela cujos acabamentos, reforma e ampliação já estão concluídos, em que não há mais o que fazer. Também significa que “tudo” o que se considera necessário e/ou desejado ter dentro de casa já está provido, o que pode se referir a itens materiais, como móveis, eletrodomésticos e utensílios em geral, mas também pode carregar significados mais subjetivos, como a saúde, a comida, a união da família, a harmonia do casal, o futuro dos filhos.

Nota-se que a *casa pronta* é um porvir, já que *uma casa nunca é bem pronta*, ela representa um ideal que alimenta as perspectivas futuras da família e do trabalho, já que *o conforto tem que sair de cima do lote*, como explica Lírio. Como a casa nunca é *bem pronta*, a família busca garantir o que é *essencial*, e, à medida que o *essencial* é atingido, as percepções sobre o que é *essencial* e o que é *conforto* também vão se transformando. Dessa forma, é necessário que a família estabeleça prioridades no elenco do que é *essencial*, o que se reformula no curso da vida.

Porque se tu quiser tudo, tu não consegues. E aí tem que ter algumas prioridades. Porque só ficar colocando dinheiro na casa, enchendo minha casa de móveis, mesmo que eu não tenha condições. Vou trabalhar, sei que um dia posso até conseguir, mas tem que dividir. (Cátia)

No interior da casa, a comida é *essencial*. A comida refere-se não apenas aos aspectos nutritivos, como informa Wedig (2009, p. 15): a comida não alimenta apenas o corpo físico, mas, “para além de atender as necessidades fisiológicas, alimenta também o corpo social. Ao mesmo tempo em que ela concentra uma função biológica vital, tem também uma função social *essencial*.” (WEDIG, 2009, p. 15).

Dentro da casa, a privacidade é entendida como *essencial*, o que desenha as escalas de privacidade, não apenas nos ambientes internos, como nos externos, especialmente naqueles que circundam a casa. Os quartos são os recintos de maior privacidade no interior da *morada* e remetem à privacidade dos próprios membros da família entre si.

Santos, C. (1985), ao estudar uma comunidade urbana no Bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, destaca que a oposição *público-privado* remete à outra relação de oposição, *visibilidade-invisibilidade*, no sistema de percepção dos ambientes. Nesse sentido, para o grupo estudado por este autor, está associado à privacidade, gradativamente, aqueles ambientes de menor *visibilidade*, ou mesmo percebidos como *invisíveis*, assim como está associado ao que é público aqueles ambientes de maior *visibilidade*. Embora o autor tenha estudado um grupo distinto daquele aqui analisado, sua análise remete ao observado em São Virgílio. Nesse sentido, alguns agricultores escutados nesta pesquisa declararam que as portas dos quartos também são *essenciais*, pois, entre outras funções, impedem a visibilidade de seu interior.

Os quartos são ambientes reservados ao grupo familiar, impermeáveis a estranhos ou mesmo aos conhecidos. Assim, as portas também significam uma barreira que preserva esse nicho até mesmo do olhar daqueles que são externos ao grupo familiar. Mas o acesso aos quartos pode se tornar provisoriamente permitido, mesmo a um estranho, quando o externo ao grupo se torna visita. Nesse sentido, a visita é assimilada como membro da família, mas não como igual; desse modo, a visita é um ser ambíguo. Por esse motivo, ter um quarto de visita dentro da casa, oscila entre ser *essencial* e ser um *conforto*. O quarto para a visita é *essencial* porque receber bem a visita também o é, remete à honra da família. Mas também é um *conforto*, na medida em que deixa de ser necessário desacomodar um membro da família e, por consequência, invadir sua privacidade, para acomodar a visita. Segundo Violeta, *a privacidade que as pessoas precisam ter, então eu precisava de outro quarto, para ter um quarto de visitas e ter o quarto de cada um.*

Móveis e eletrodomésticos são percebidos como *essenciais* ou *conforto* conforme a “precisão”. Assim é que o fogão a lenha é *essencial* dentro de uma casa, portador de muitas significações; é em torno dele que se reúne a família camponesa, nele são preparadas as comidas e aquecida a água do chimarrão, é seu *fogo* que aquece a casa e evidencia que a família está em casa. Dona Morena, que estava por receber a “casa nova”, por meio de programa habitacional, declara a importância do fogão: *Eu digo assim, o dia que eu tiver minha a casa, o fogão a lenha vai ser essencial pra mim.* Geladeira e fogão a gás, “se funcionarem bem”, podem ser vistos como *essenciais*, mas, ao serem trocados por novos, mais bonitos, podem ser percebidos como um *conforto*, ou uma *bobagem*, que embeleza a moradia.

Ah, compramos esse caco velho de geladeira, que troquei por melão. Mas todo mundo comprou geladeira nova, fogão novo. Nós não. É luxo, é bobagem, no interior. (Alceu)

Foi observado que a percepção entre o que é *essencial* e o que é *conforto* oscila a partir das diferenças materiais não só entre as famílias, mas também entre os membros de uma mesma família, notadamente, entre homens e mulheres, evidenciando as diferenças de gênero, como revelam Hortência e Cátia:

Assim o homem pensa um pouco diferente; para ele, tendo comida está bom. O homem não lida com as panelas, ele não lida com nada. Nem com roupa, nem com nada. Agora, a gente não. Eu, por exemplo, esteja frio ou não, inverno ou não, tem que lavar roupa. E roupa! Olha, por que aqui em casa é bastante. Eu sei que conforto pra mim é importante também. (Hortência)

Para mim, por exemplo, penso que um conforto seria, dentro da minha casa para poder trabalhar, ter o mínimo de conforto, por exemplo, uma máquina de lavar roupa, uma lavanderia adequada. Depois eu penso que é conforto também poder ter um carro para sair. (Cátia)

Nas falas de Hortência e Cátia, é possível perceber que a lavanderia e a máquina de lavar são referidas como *conforto*, mas, na fala de Hortência, o próprio *conforto* é considerado *essencial*. Nesse sentido, é possível destacar que a percepção do que é *essencial* e do que é *conforto* não apenas oscila como tende a se transformar à medida que as condições de vida também mudam. Nesse caso, a máquina de lavar, por exemplo, considerada como *essencial*, especialmente pelas mulheres, ainda tem seu uso vivenciado como *conforto*. Note-se que os eletrodomésticos, assim como outros bens utilitários, implicam melhores condições de vida e trabalho e estão associados às mudanças no padrão de vida, o que ainda está em processo de legitimação, especialmente na percepção do grupo social em que nem todos atingiram esses padrões. Assim é que, nesses casos, a percepção de conforto transita numa liminaridade em que está em construção a legitimidade de outros patamares de percepção do essencial, como se destaca na sequência de seu depoimento:

Eu acho que, pro ser humano, se tu tem um conforto, faz bem até pra própria saúde. Que tu tem o alimento está certo, mas se tu tem conforto, uma boa cama pra ti dormir. Um fogão. Eu não sei. Eu acho assim que o conforto pra gente é muito importante. É conforto porque não adianta a gente só ter o alimento, se não tem conforto. Conforto é importante também. (Hortência)

Também os homens percebem que o *conforto* pode ser *essencial*, se a família tiver condições para alcançá-lo: *Por isso que a gente falava de conforto, se a casa tem conforto combina as duas coisas. Se a gente tem condições para ir embelezando, colocando luxo, mas se a gente tem o conforto, então o conforto é fundamental.* (Ivan)

A autonomia da família, especialmente do pai de família, quando remete à moradia e à alimentação do grupo doméstico é, em geral, percebida como *essencial*. Mas, para aqueles que ainda dependem dos familiares ascendentes, especialmente os casais novos, a autonomia é um *conforto*, como declara Mauro: *Pra mim, conforto é o cara ter uma vida que não fique dependendo dos outros, ter para se manter, manter a família, a despesa.*

A autonomia pode estar vinculada à possibilidade de deslocamento – tendo aqui presente que o assentamento não dispõe de transporte público e localiza-se a onze quilômetros do centro urbano de Herval. Assim é que, mesmo as famílias que têm um veículo ⁴ o consideram *conforto*, como revelam as falas de Juliano, Alceu e Cátia:

Nós não tinha como transportar, tinha uma charretinha com cavalo. Agora que a gente conseguiu comprar um carrinho. Quando tinha que ir no médico. Quantas vezes a gente ia de charrete abaixo de chuva. (Juliano)

Com o conforto que tu acha que seja necessário, agora porque nós estamos na colônia, não podemos ter uma garagem? Não podemos ter um carrinho? Se a pessoa troteia e trabalha, eu acho que faz parte do conforto. (Alceu)

Depois eu penso que é conforto também poder ter um carro para sair.(Cátia)

A saúde é percebida pelos assentados simultaneamente como *essencial* e *conforto*, a saúde é *essencial* porque sem ela não é possível ter *conforto*, e, ao mesmo tempo, é *conforto* porque, para ter saúde, precisa ter o *conforto*, como é possível identificar nas falas de Lírio e Violeta:

⁴ A maioria das famílias assentadas em São Virgílio não tem veículo automotor.

Mas o principal seria a saúde. Sabe que, pensando bem, tem uns quantos tipos de analisar o que é conforto, claro uma casa seria um conforto para a família. Mas, vamos supor, não falta nada dentro de casa, mas, se você não tem saúde, é uma preocupação, não adianta nada aquele conforto. Não ter uma amizade com os outros, convivência, também resolve muito pouca coisa. Agora se tiver saúde, bastante amizade e a barriga cheia, acho que é o maior conforto que existe. (Lírio)

Se tu tem saúde, tem um conforto. Se tu tem conforto, tem a saúde. (Violeta)

Por fim, o *essencial* e o *conforto* sempre remetem à família, sendo ela mesma o maior *conforto*. Aqui família é referida tanto como o grupo doméstico quanto como a teia de relações sociais, composta pelos laços de parentesco e vizinhança: como evidenciado por Martins, J. (2003), o assentado é um sujeito de família extensa. Nesse sentido, a convivência, a harmonia e a paz entre os familiares são destacados como o mais importante, já que sua coesão também garante o acesso ao *conforto*. Como declaram Violeta e lasmin,

Porque dentro de uma família o espaço é importante, o conforto, mas eu acho que a convivência é mais importante que tudo isso. E como eu te disse no começo, tudo isso, o conforto, o bem-estar, o trabalho vem em função de uma boa convivência. Porque se a família está unida e trabalha unida, consegue as coisas, agora se a família não é organizada, não se dá bem, começa a brigar, um trabalha, outro fica vadiando. Um vai para um lado e o outro vai pra outro lugar. Ninguém trabalha, não tem comida, não tem conforto, não tem nada. (Violeta)

Para mim, conforto é paz, alegria e comida na mesa. (lasmin)

9.2 Morada: substantivo feminino⁵

Heredia (1979) apreendeu, no grupo de camponeses estudado em Pernambuco, a oposição *feminino-masculino*, que também se expressa na oposição *casa-roçado*, a primeira ligada à mulher e o segundo, ao homem. Dessa forma, observou que havia espaços diferenciados também dentro da casa, correspondentes a tarefas diferenciadas de acordo com gênero e geração, evidenciando diferentes posições na hierarquia familiar.

No mesmo sentido, Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) demonstraram, no estudo com sítiantes sergipanos, que o homem tem o governo dos locais de produção externo à casa – *fora* -, e a mulher tem o da casa – *dentro* - especialmente no que tange ao consumo do grupo familiar, evidenciando a oposição *fora-dentro*. Nesse sentido, o pai é responsável, por meio do processo de trabalho, em trazer o alimento (de *fora*) para *dentro* de casa, assim como a mulher, em movimento inverso, transforma, no interior da casa, o alimento trazido da roça em comida. Entre as famílias estudadas em São Virgílio, observa-se também a oposição *masculino-feminino*, evidenciada não apenas na relação lavoura-casa, como também no interior do *lugar da morada*.

A lógica de *apropriações* e domínios no próprio núcleo familiar, estudada por Godoi (1999) junto a camponeses no Piauí, dialoga com essa abordagem quando, “ao tratar do espaço físico ao espaço vivido”, destaca que a casa e a roça são *espaços* referenciais do grupo doméstico camponês. A autora descreve como se realiza a organização do *locus* familiar, de modo a possibilitar pensar as formas de relação entre os membros da família e desses com a *natureza*. É assim que apresenta a “redefinição da divisão sexual do trabalho no interior da unidade doméstica” (Godoi, 1999, p.37), revelando que alguns ambientes estão principalmente ao encargo da mulher enquanto outros estão sob a responsabilidade do homem. A autora também destaca que existe uma correspondência dos

⁵ O título deste capítulo faz analogia ao trabalho de Zanetti e Menasche (2007), denominado Segurança Alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo.

ambientes com os trabalhos realizados neles, assim como com o ciclo de vida da família camponesa.

Entre os agricultores de São Virgílio, também foi observado que, no interior do lote, assim como entre os ambientes que compõem o *lugar da morada*, são percebidas relações simbólicas que traduzem oposições como *feminino-masculino*, *dentro-fora* e *cultura-natureza*. Assim, temos que a casa é percebida como local de domínio feminino. “A casa é concebida como *lugar* da mulher por excelência.” (HEREDIA, 1979, p. 79). Nas palavras da agricultora Dona Morena, *Acho que a casa, para a mulher, é tudo. Significa o bem-estar da gente, o sossego, é isso.*

Temos assim que, como já evidenciaram diversos estudos sobre campesinato, entre os quais destacam-se Heredia (1979), Garcia Jr. (1983), Woortmann, E. (1983), Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), Godoi (1999), Ramos (2007) e Zanetti e Menasche (2007), a casa e seu entorno, enquanto unidade no interior do lote, são locais predominantemente femininos, embora não exclusivamente.

Embora a casa seja de domínio feminino, sua construção, ampliação ou reforma é de domínio masculino. Registrei, em meu diário de campo, conversas, em que os assentados relataram ter construído suas casas ou contratado algum vizinho, com “conhecimento em obras”, para construí-las. Esses relatos referem-se também a como os filhos homens ajudaram os pais, quando esses construíam as casas, em tarefas consideradas mais simples como, por exemplo, “virar massa”⁶. Em outros casos, referem-se ao fato de que algum vizinho com conhecimento em construção foi contratado para executar a obra, em que os filhos também ajudaram.

Ao final da tarde sentamos em torno do fogão a lenha, enquanto Violeta preparava a janta, e Maciel conta que quando tinha em torno de dez anos ajudava a mãe a plantar e depois ajudava o Celso a virar a massa para a construção da casa. Celso é um assentado que

⁶ Nesse contexto, o termo “virar massa” refere-se ao serviço de misturar, com uso de ferramentas manuais, os componentes do concreto de forma homogênea.

entende de construção e que foi contratado por muitos assentados para construir suas casas. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

Quando a casa é construída com os recursos da família, o projeto da casa é feito pelo pai de família em negociação com as necessidades de cada um, especialmente da mulher, que dá as diretrizes do que é importante ter dentro de casa. Os homens, em sua maioria, sabem desenhar as plantas baixas das casas encomendadas pela família, em especial pela mulher. Durante uma comemoração de aniversário de uma das assentadas, em que fui convidada para participar do almoço oferecido aos familiares e amigos, foi possível observar um grupo de homens discutindo sobre o projeto da nova casa de uma família, que estava por ser construída com recursos próprios. Enquanto as mulheres estavam conversando na cozinha, dentro de casa, os homens estavam reunidos na área externa. O pai de família, que estava planejando a construção, desenhava na terra com uma vareta a planta baixa da casa pretendida, e os demais homens opinavam sobre o projeto.

Em geral, as mulheres declaram que não entendem muito sobre a planta baixa da casa, mas sabem o que querem dos ambientes, cozinhas separadas ou conjuntas à sala, banheiros externos ou internos, quartos maiores ou menores, áreas de serviço. Muitas mulheres reclamam que, se entendessem as plantas baixas desenhadas pelos maridos, teriam construído as casas de forma diferente. Mas, em sua maioria, declaram gostar de suas casas, e percebem como possíveis as mudanças ou ampliações desejadas. Cabe destacar que a casa, relacionada simbolicamente às categorias *lugar* e *cultura*, constitui-se como tal a partir do trabalho de domínio masculino, por meio da construção.

Na ocasião da pesquisa, algumas famílias estavam em obras de reforma e ampliação de suas casas. Nesse contexto, observei que os primeiros tempos da reforma são percebidos como um período de desordem e sujeira, especialmente pelas mulheres. Como, na maioria das vezes, as cozinhas são alvo de reformas, as mulheres sentem-se muito invadidas com a obra, pois a cozinha é o núcleo da casa sob domínio feminino, enquanto a obra é trabalho predominantemente de domínio masculino. Ao mesmo tempo, as alterações em relação à cozinha são solicitações

femininas; assim, temos que, quando a obra se aproxima do fim e já é possível visualizar as alterações planejadas, a reforma passa a ser vista com entusiasmo pelas mulheres, na medida em que passa a ser possível pensar o *lugar* com os móveis e utensílios. Aqui pode-se entender a obra como *espaço*, nos termos de TUAN (1983), percebido como confuso e desconhecido: a reforma é empreendida pelo homem, que carrega um *saber-fazer* que permite transformar o *espaço* em *lugar*, a partir da reforma.

Na última vez que visitei Léa, a família já havia recebido a etapa final dos materiais de construção. Léa fez um mate doce e iniciou a conversa comigo perguntando sobre o que era a pesquisa que eu estava fazendo; depois, disse que uma vizinha havia lhe contado que eu estava “estudando para arquiteta”. Naquela ocasião, seu esposo não estava em casa; sentamos na área em frente à casa e ela começou a me contar como havia sido quando a arquiteta responsável pela reforma tinha feito a vistoria da obra. Reclamou que ela apenas havia conversado com o marido, não lhe dando atenção:

Léa começou a me contar que a arquiteta, quando estive em sua casa, não lhes deu nenhuma ideia, não disse nada a respeito das mudanças que eles haviam feito na obra em relação ao projeto aprovado, que ela se limitou a dizer que eles tinham que cumprir no mínimo com o projeto aprovado. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008)

Seguiu o assunto até que compreendi que ela gostaria de ter informações técnicas sobre algumas situações da obra com as quais estava preocupada. Comecei a interagir com ela, fazendo algumas perguntas e ela perguntou se eu gostaria de ver como estava ficando a obra. Ao entrar na cozinha, fiquei surpresa com as transformações da casa desde a última vez em que eu havia estado lá. A cozinha fora ampliada e agora ocupava três vezes o tamanho da anterior, os pisos estavam sendo removidos para troca, a disposição das portas de acesso haviam mudado, e novas peças pequenas haviam sido incorporadas à casa, de modo a abrigar uma despensa, uma área de serviços e um novo banheiro. Fui então

apresentada ao problema da reforma: ao removerem uma das paredes, a cinta de amarração⁷ havia “esfarelado”, possivelmente devido à fraca composição do concreto no momento da construção⁸, e a armadura, envolta com pedaços de concreto, estava pendurada entre as paredes. Orientei a agricultora sobre como proceder para garantir a segurança dos moradores e expliquei a ela como a nova estrutura da casa estava funcionando, de forma a tranquilizá-la sobre as mudanças do projeto.

A partir desse evento, registrado em meu diário de campo, percebi que, embora a obra seja assunto de domínio masculino, Léa estava preocupada com os efeitos da reforma na casa quando terminada, pois a casa pronta é de domínio feminino. Possivelmente, devido ao fato de eu ser uma mulher, de já anteriormente haver compartilhado com ela seu mate doce, e de o seu marido não estar em casa, Léa permitiu-se consultar-me sobre a obra de sua casa, já que minha contraparte arquiteta poderia lhe trazer uma resposta de domínio do universo masculino.

Outra questão que aflora desse diálogo é a mediação da arquiteta - essa percebida apenas como técnica, logo, desprovida de laços relacionais - que, ao tratar da reforma da casa, conversa apenas com o marido, sem dar atenção à mulher. Considerando que a obra é tema de domínio masculino, parece ser esperado que o interlocutor que se apresenta aos arquitetos e engenheiros seja o marido ou o filho homem, mas o contrário também pode ocorrer, ou seja, a assistência técnica dirigir-se prioritariamente aos homens. Menasche e Torrens (1996), em pesquisa sobre as relações de gênero no cotidiano de trabalho na produção de leite entre agricultores familiares no Paraná, observaram que, naquele caso, ainda que o trabalho do leite fosse realizado pelas mulheres, a interface com a assistência técnica era feita pelos homens, mesmo quando o técnico era do sexo feminino. Segundo os autores, foi observado que isso ocorre não apenas pelo fato de o homem apresentar-se ao técnico, como também de o técnico dirigir-se

⁷ Peça estrutural horizontal, denominada cinta de amarração, que contorna a parte superior das paredes fazendo a amarração estrutural da edificação

⁸ Considerando a descrição da agricultora, é provável que o problema construtivo relacionado à viga seja devido ao uso de areia fina e ao excesso desse agregado na composição do concreto.

preferencialmente aos homens. Assim é que, na fala de Léa, há uma reivindicação para que seja ouvida nas decisões que materializam e transformam a casa, que, quando constituída, é de domínio feminino.

No interior da casa, também se revelam locais de domínio feminino em oposição aos de domínio masculino, assim como ocorre nos arredores da casa, como também foi observado por Wedig (2009), em estudo com camponeses no Vale do Taquari:

[...] pudemos observar, no contexto desta pesquisa, que o trabalho da casa cabe à mulher (mãe, filha, avó). A casa – e no interior dela a cozinha – é identificada como espaço de domínio feminino, sendo que a preparação da comida é sempre de responsabilidade da mãe de família. Esse trabalho inclui a preparação de alimentos, a limpeza da casa, o reparo das roupas, o cuidado com os arredores da casa (horta e jardim), o trato dos animais de pequeno porte que ficam nos arredores da casa. (WEDIG, 2009, p. 59).

A casa é o domínio da mulher, assim como seu entorno próximo, como já foi observado em diversos estudos sobre o campesinato, entre os quais destacam-se os de Heredia (1979), Garcia Jr. (1983), Woortmann, E. (1983) e Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997). Assim, temos que as atividades de domínio feminino localizam-se nas proximidades da casa, como, por exemplo, na horta, nos arvoredos e, no caso do assentamento, no galpão, tendo em vista que a ordenha das vacas é feita pelas mulheres, que podem contar com a eventual ajuda das crianças.

Aos estudar uma comunidade camponesa no Vale do Taquari, Zanetti e Menasche (2007) destacam a importância do trabalho feminino nas estratégias de reprodução familiar, especialmente ao atender as demandas de autoconsumo da família. Segundo as autoras, a produção voltada ao autoconsumo é proveniente das hortas, pomares, criações e pequenas lavouras. Ramos (2007), em estudo com camponeses de Maquiné, observou que “às mulheres, em geral, cabem as tarefas da casa e do quintal, onde criam galinhas e porcos, trabalham com vacas de leite e

mantém uma horta.” (RAMOS, 2007, p. 72). Como destacado nesses estudos, o trabalho é realizado predominantemente pelas mulheres, o que também foi observado no estudo junto aos colonos assentados em São Virgílio. Cabe destacar que essas áreas de produção localizam-se no entorno da casa, algumas delas, no interior dos pátios, como as hortas e pomares com frutíferas de menor porte.

Quando a casa ainda não tem pátio, especialmente as mulheres falam do local destinado ao pátio, revelando um planejamento da área de entorno da casa, similar ao do planejamento do lote. Assim, temos que constituição do pátio significa o estabelecimento da expansão da área física e simbólica de domínio feminino.

Na atividade desenvolvida com as crianças na escola do assentamento, algumas relatavam que haviam desenhado, junto de sua casa, seus “canteirinhos”, como por exemplo, canteiros de rabanete e moranguinho. Mais tarde, junto às mães e às avós, observei que, em muitas casas, era reservada uma pequena área nas hortas caseiras para as crianças.

Elis conta que, desde o ano passado, o Rodrigo tem os canteirinhos dele na casa da mãe e a Leiza também tem os dela ali, na casa da avó. Ela diz que todas as crianças, quando acompanham as mães até a horta, querem fazer seus próprios canteirinhos. Aí as mães destinam um quadrinho pra elas plantarem, mesmo que plantem tortinho. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

Ao estudar camponeses sergipanos, Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) observaram que esses agricultores reservam uma área do roçado para o aprendizado dos filhos homens, quando estão por volta de seus quatorze anos, equivalente ao roçadinho, apreendido anteriormente por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), em estudos com diferentes grupos de camponeses. Segundo Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), nos diferentes espaços que compõem o sítio, ocorrem processos de ensino-aprendizagem.

No caso das hortas caseiras, no assentamento São Virgílio, também foi observado esse processo de aprendizagem por meio do fazer. No entanto, aqui o local destinado às crianças é dentro da horta, de domínio feminino, e destina-se a crianças menores, tanto meninos quanto meninas, com até nove anos. Vale ressaltar que o cuidado das crianças também perfaz o universo simbólico feminino, como foi observado por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997). Segundo os autores, o aprendizado dos pequenos dá-se no quintal ou arredores da casa. Também o jardim é um local de aprendizagem, especialmente para as meninas: quando pequenas, iniciam plantando suas “latas”, ou seja, cultivando mudas de flores em latas; mais tarde, as meninas têm seus próprios canteiros de flores. Destaco um trecho de meu diário de campo sobre os “canteirinhos” das meninas:

A Elis conta que Cássia [10 anos] também tem os canteirinhos dela, mas ela prefere as flores. Ela conta que a menina, quando visita as vizinhas, pede mudinhas de flor, e que ela mesma já lhe deu mudinhas de flor. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008)

As mudas doadas para as meninas, citadas no trecho destacado do diário de campo, fazem parte do circuito de pequenas trocas femininas. De acordo com Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), para o grupo estudado por eles, esse circuito de trocas⁹ carrega o principal significado das hortas e jardins. No caso do assentamento, também foram observadas trocas de mudas, de variedades diferentes de flores, hortaliças, ervas medicinais e mesmo de mudas de árvore. Foi observado que as agricultoras costumam ter, em suas hortas e jardins, mudas prontas à espera de troca entre vizinhas, comadres e parentes. As mulheres também relataram que, às vezes, também compravam sementes de flores na cidade, mesmo sem saber o nome, para diversificar as cores em frente à casa, assim como a oferta

⁹ A esse respeito, ver Marques; Menasche; Tonezer e Genessini (2007), trabalho que destaca a circulação de alimentos como elemento de sociabilidade e identidade, com base na teoria da reciprocidade e dádiva.

no circuito de trocas. Nesse sentido, também ocorre a circulação de sementes e bulbos de flores e hortaliças.

A horta e o jardim, com menor ênfase, estão entre os principais temas das conversas entre as mulheres. Quando fazia as visitas às famílias, após o chimarrão, as mulheres me perguntavam sobre a horta da Violeta, que era a minha referência no assentamento.

Quando chego à casa da Elis, ela me recebe na cozinha, sentamos ao lado do fogão para tomar chimarrão e ela inicia a conversa comigo: E a horta da Violeta, está bonita? Não viu?

Entendo que esse seria um dos assuntos que ela teria com suas vizinhas durante uma visita. Como eu não morava no assentamento, a referência para a conversa era a casa e a horta de quem estava me recebendo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

9.3 Os “repartimentos”¹⁰ da casa

Como demonstrado por Garcia Jr. (1983), ao estudar um grupo de camponeses em Pernambuco, a casa, como núcleo familiar, é o local de acontecimentos básicos à reprodução física e social do grupo. O autor sugere que uma das formas de compreensão dos significados da casa seria a análise de sua planta baixa, a partir dos arranjos espaciais internos, das relações estabelecidas e atividades associadas a elas. O autor destaca ainda que, no grupo estudado por ele, em geral as casas apresentavam um mesmo padrão de distribuição interna de cômodos, revelando que não apenas se assemelhavam externamente, como também em seu interior. Nesse sentido, o interior da casa também carregava o significado de íntimo, de protegido, pois “na *casa* tem *lugar* os atos mais

¹⁰ O termo “repartimento” é usado pelos assentados para designar as divisões internas da casa.

circunscritos socialmente.” (GARCIA JR., 1983, p. 165, grifo do autor). Nas casas estudadas no assentamento São Virgílio, também foi observado que seguem um padrão de organização espacial relacionado ao cotidiano do grupo familiar. Embora as casas revelem algumas diferenças no que se refere às dimensões e número de peças, a lógica e as significações dos ambientes atendem aos padrões estabelecidos no universo sociocultural. As diferenças encontradas entre as casas, em geral, respondem às necessidades do grupo familiar, especialmente ao número de membros, percebendo-se aí uma correspondência entre o tamanho da casa e o tamanho da família.

A casa também carrega o significado de local de consumo do que é produzido na roça ou na lavoura, como já observado por autores como Heredia (1979), Garcia Jr. (1983), Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997) e Godoi (1999). A casa representa não apenas o local de consumo, como também o local de preparo dos alimentos. No interior da casa, dentro da cozinha, cabe à mulher a transformação dos alimentos trazidos da lavoura em comida, servida à mesa para o grupo familiar. Em grupos estudados por K. Woortmann (1985), ele observou uma distinção entre comida e mantimento, em que o mantimento se refere àquilo que, no processo culinário, transforma-se em comida. O processo de produção da comida envolve divisões de papéis entre homens e mulheres. Nos grupos camponeses estudados por ele, o mantimento é produto do roçado, armazenado na sala ou no galpão, em tonéis, que se caracterizam por ser de domínio masculino, e torna-se comida ao ser *queimado* na cozinha, local de domínio feminino. A casa, em relação ao sítio ou ao lote, é de domínio do feminino, assim como o roçado é de domínio do masculino. Segundo Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), essa relação se replica no interior da casa, onde a cozinha é de domínio feminino e a sala, de domínio masculino.

No plano simbólico, Woortmann, K. (2006) apreende na representação do espaço uma correspondência entre as representações da reprodução alimentar e da reprodução sexual da família, evidenciando áreas intermediárias entre aquelas de domínio da mulher e do homem, representando o local onde esses domínios se

encontram para a reprodução familiar, sendo eles a sala de jantar e o quarto de casal. Woortmann, K. destaca que

No clã camponês, se a sala (domínio do homem) e a cozinha (domínio da mulher) se localizam em posições polares opostas (frente e fundos), a sala de almoço localiza-se em posição intermediária - no mesmo plano do quarto do casal [...]. É nesse espaço intermediário que se dá o encontro homem-mulher, quando o pai está presente. Tal encontro ocorre de dia na sala de almoço, e à noite, no quarto do casal. Os dois espaços são os da reprodução da família - alimentar e sexual - colocados no mesmo plano dentro do espaço total da casa que, em seu conjunto, se opõe ao domínio público. (WOORTMANN, K., 2006, p.36).

Observei, entre as famílias assentadas, que, embora muitas casas não apresentem divisões físicas entre sala, cozinha e sala de jantar, formando uma única peça retangular, esses ambientes aparecem delimitados por móveis, onde a mesa das refeições ocupa um local centralizado, configurando-se como zona intermediária entre a sala - representada por um sofá e televisão e lareira, quando há - e a cozinha - composta essencialmente por pia, fogão a lenha e demais eletrodomésticos que a representam, quando esses existem.

O ambiente que conjuga sala e cozinha, nas casas dos assentados, geralmente foi pensado de forma modular, permitindo futuras ampliações, ao mesmo tempo em que oferecia as condições essenciais para a moradia no momento da construção. O arranjo espacial que unifica os ambientes de sala e cozinha em uma única peça foi observado tanto nas casas construídas a partir de recursos próprios da família quanto em casas concebidas por meio de projeto padrão de políticas habitacionais.

No primeiro caso, quando a casa é resultado do planejamento da família, geralmente a peça conjugada é percebida efetivamente como dois ambientes distintos, sala e cozinha, que se definem por um elemento divisor, geralmente a mesa de refeições, conforme se evidencia no trecho destacado do diário de campo:

À noite, a Violeta prepara a janta, estávamos todos em torno do fogão a lenha. Depois de tudo preparado, enquanto o prato principal está assando, ela diz: *vamos passar para a sala!* Após, apaga a luz da cozinha. No entanto, sala e cozinha estão inseridas em uma mesma peça retangular, de um lado os móveis da cozinha – fogão a lenha, fogão a gás, geladeira, pia e armários – de outro lado, os sofás, uma pequena mesa de canto com a televisão e a lareira. Os ambientes, sala e cozinha, são separados por uma mesa localizada no centro da peça, onde são feitas as refeições. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

No caso dos programas habitacionais, embora essa peça seja praticamente igual, ao descreverem a “casa nova” concedida por meio de política habitacional, os colonos referem-se a dois quartos, um banheiro e uma cozinha grande. Geralmente o ambiente projetado para abrigar a sala e a cozinha conjugadas é reconhecido apenas como cozinha; nesse sentido, a casa é percebida como incompleta, faltando o local da sala: *a sala tem que fazer depois, se quiser.* (Gorete)

Dependendo das possibilidades da família, os agricultores também referem que a cozinha deve ser repartida quando for possível: *Ah, pra repartir a gente tem que dar um jeito. Fica ruim cozinha e sala tudo num [ambiente] só, nem que seja mais adiante, tem que repartir.* (Zaira)

O fato é que a “casa nova”, quando oriunda de programa habitacional, não passa pelo processo de planejamento da família, em que são negociadas as necessidades e limites do grupo familiar. O projeto da unidade habitacional é um padrão homogêneo, igual para todas as famílias e chega ao agricultor com dimensões e arranjos já definidos. Nesse sentido, mesmo que os assentados venham a construir uma casa muito similar à dos programas habitacionais e mesmo que tenha sido observado que os agricultores reproduzem os arranjos espaciais usados por outras famílias, resultando, por vezes, em casas iguais, ainda não reconhecem o projeto padrão como o futuro lar.

No entanto, após a mudança para a “casa nova”, à medida que essa passa a ser apropriada pela família, especialmente pela mulher, a casa se torna *lugar*, e o fato ocorrido com Violeta se repete: na representação da divisão espacial pelo arranjo dos móveis e dos pontos de luz, ocorre o “repartimento” dos ambientes, o

que evidencia a dimensão afetiva e simbólica da constituição do *lugar* também no interior do *espaço* habitacional. Como destaca Tuan (1980), o sentimento topofílico desenvolve-se no tempo, em face da apropriação afetiva do *espaço*, a partir da história e da memória construída e compartilhada pelo grupo, que lhe conferem significações que o transformam em *lugar*.

Em ambos os casos, seja por meio da política habitacional seja como resultado do trabalho da família, a contiguidade de sala e cozinha no interior da casa, ao conformar um ambiente sem divisões internas, também carrega o significado da possibilidade de consolidação de uma cozinha grande, por meio da ampliação da casa. Assim, temos que a ampliação da área da cozinha e a incorporação de um novo quarto para as visitas são os principais itens de mudanças nas casas que estão recebendo reforma. Nesse sentido, a peça única anuncia a expansão da casa, o que pode ser observado a partir das ampliações e reformas proporcionadas também por meio de programa habitacional.

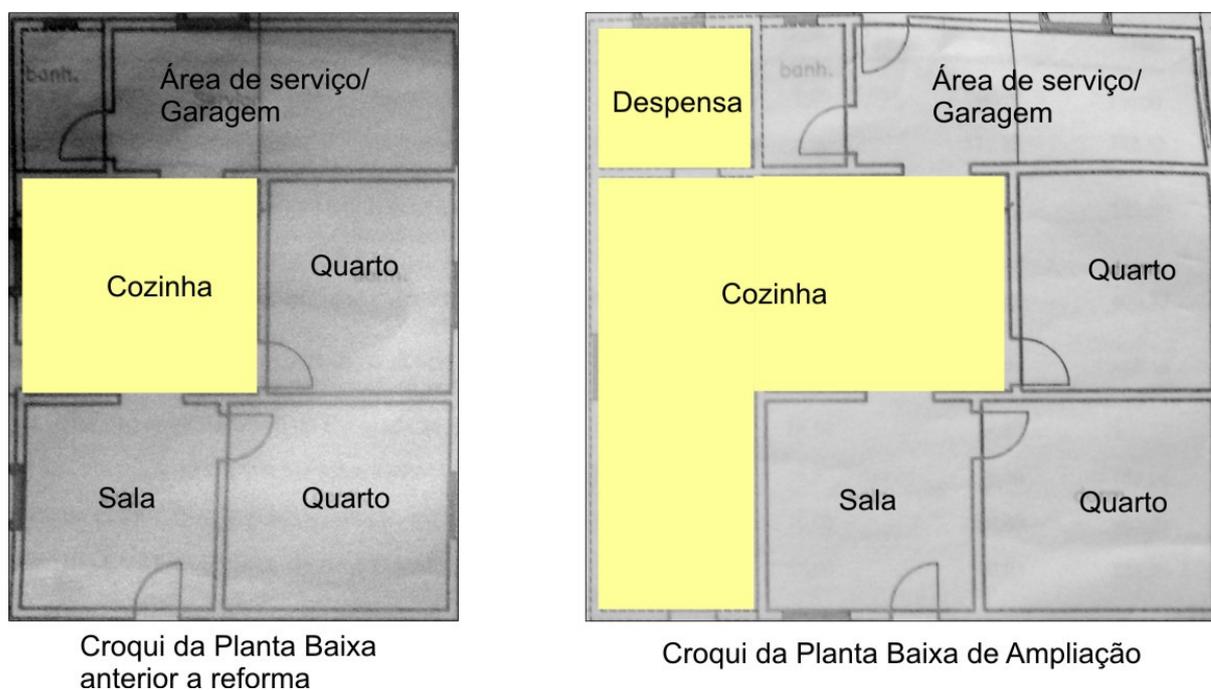
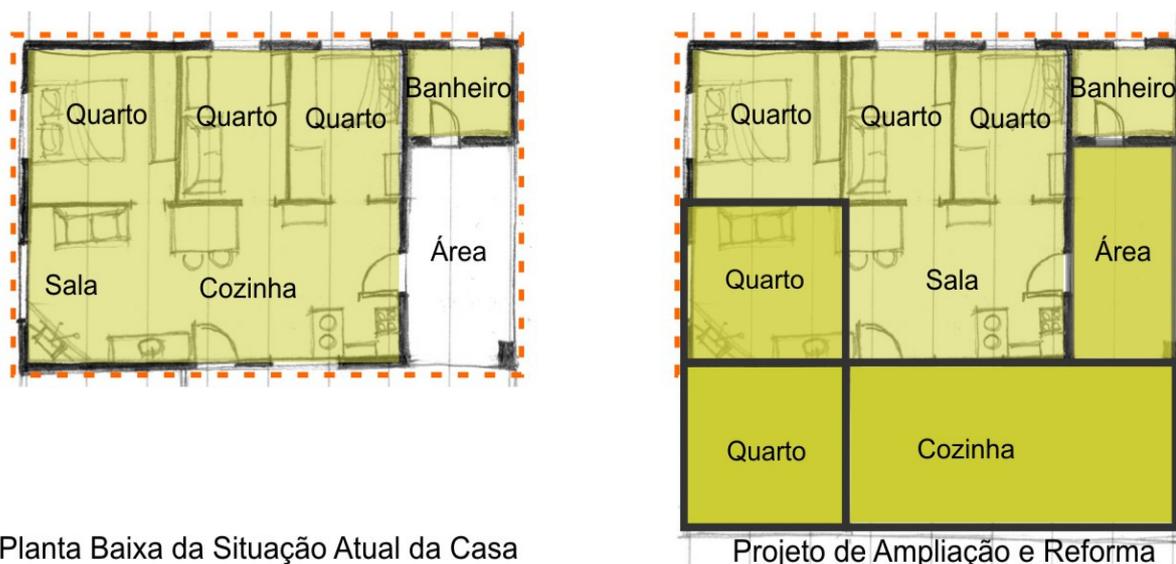


Figura 33 – Fotografia de projeto de reforma da casa de uma das famílias assentadas. Á direita: Planta Baixa da situação da casa antes da reforma. Á esquerda: Projeto de ampliação. Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Registrada pela autora em 2008.

A Figura 33 mostra o projeto de reforma de uma das casas que havia sido construída com recursos próprios da família e que agora está sendo reformada por

meio de programa habitacional. Nesse caso, é possível observar que toda a ampliação destina-se à cozinha e à área complementar a ela, a da despensa, local onde são armazenados os mantimentos.



Planta Baixa da Situação Atual da Casa

Projeto de Ampliação e Reforma

Figura 34 – Planos para possível ampliação, descrita por uma das assentadas, para sua casa. À esquerda: Planta Baixa da situação da casa antes da reforma. À direita: Projeto de ampliação segundo descrições dos agricultores.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

Na Figura 34, é representada, à esquerda, a situação atual da moradia de uma família que a construiu com recursos próprios e depois foi contemplada com programa habitacional de reforma, mas ainda não recebeu o benefício. À direita, a ampliação solicitada pelos agricultores, segundo sua descrição. Como é possível apreender, mais uma vez é priorizado o aumento da cozinha e, aqui, a solicitação de mais dois quartos, pois a família tem três filhos casados que moram em outros lotes dentro do assentamento São Virgílio, e os quartos também são referidos para atender às visitas.



Croqui da Planta Baixa de Ampliação da Casa Nova

Figura 35 – Planos para ampliação da “casa nova” segundo descrições dos agricultores.
 Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

A Figura 35 demonstra a intenção de uma possível ampliação futura da casa nova, recém construída. Segundo a agricultora, a casa tem um tamanho suficiente para a família, que ainda é pequena. Nas palavras dela: *é o essencial*, faltando apenas um quarto para as visitas. Quando fala dos planos para o futuro da moradia, destaca a ampliação da cozinha e a construção de uma área.

Outras famílias que estão com a “casa nova” em obra também pensam em ampliá-la, assim que for liberada pela vistoria final, prevista pelo programa habitacional. Dona Morena explica os planos da família em relação à “casa nova”: *Aí vai ter que ser na cozinha [o fogão a lenha], a ideia dele é fazer a sala e a cozinha do jeito que está e aí, depois que vir a vistoria, eles liberam. É pra ver se o pedreiro fez bem tudo. Aí, ele quer fazer a sala do mesmo comprimento da cozinha que vai sair, aí, no caso, vou ficar com toda a cozinha.*

No depoimento de Dona Morena, destaca-se a percepção de que a sala ocupa parte do ambiente que seria cozinha, ficando essa incompleta até que se torne possível a ampliação.

Nos exemplos de reforma demonstrados acima, destaca-se a importância da cozinha no interior da casa. “Se a casa é o *lugar* da mulher, dentro desse espaço a

cozinha é seu local próprio. (GARCIA Jr., 1983, p. 170). Como destacam Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), a cozinha é o *lugar* de domínio exclusivo feminino, sendo o local de transformação do produto da roça, *lugar* de domínio exclusivo masculino. Na cozinha, a mulher transforma o alimento em comida. Como destaca Woortmann, K., “em qualquer sociedade, os alimentos não são apenas comidos, mas também pensados”. (WOORTMANN, K., 1985, p. 23). Assim, temos que as refeições não são apenas fundamentais à reprodução física da família, como também à reprodução simbólica.

Woortmann, K. (1985) assinala que as refeições das famílias camponesas que estuda se caracterizam não apenas como um ato de comer, mas igualmente como um ato ritual, um rito social que reproduz simbolicamente a hierarquia da família, sendo que a cada refeição a família alimenta não apenas seus corpos, mas também suas representações. (WEDIG; MARTINS, V.; MENASCHE, 2008, p.2).

Nesse sentido, cabe à mãe de família o preparo da comida, a partir dos alimentos trazidos da lavoura. “Em todos os grupos sociais sobre os quais existem estudos de práticas alimentares, as refeições são preparadas pela mãe de família. Na divisão do trabalho familiar, o domínio culinário é feminino.” (WOORTMANN, K., 1985, p.12) As agricultoras assentadas relatavam que a parte da manhã era curta, pois, além dos serviços externos à casa, relacionados ao pátio e entorno próximo, como tirar leite, tratar o “bicharedo” e cuidar da horta, ainda precisavam voltar cedo para preparar o almoço.

São de domínio feminino todas as atividades relacionadas à preparação dos alimentos, como indica Garcia Jr. (1983). De acordo com o autor, as tarefas da cozinha estendem-se às atividades que permitem os meios para que o preparo ocorra, como, por exemplo, o manejo da lenha e o acender do *fogo*; tais tarefas podem receber a ajuda das filhas. No assentamento São Virgílio, foi observado que as meninas ajudam as mães nos afazeres da casa, buscando lenha, temperos e

verduras na horta, lavando louças, como também em outras atividades ligadas a outros ambientes da casa, como varrer, arrumar as camas e lavar roupas.

No grupo estudado por Garcia Jr (1983), as refeições, preparadas na cozinha, podem ser servidas em local destacado por uma mureta dentro da cozinha ou na sala de jantar. Nas casas dos assentados, raramente existe uma peça destinada à sala de jantar: o que ocorre é uma demarcação feita com móveis, iluminação e mesmo adereços de parede, como quadros ou panos bordados. Nesse contexto, foi observado que a mesa das refeições, ela mesma, simboliza uma área intermediária que seria expressa pela sala de jantar. Assim como nos estudos de Garcia Jr. (1983), aqui também é corrente uma porta de acesso em frente da sala de jantar, nas casas dos assentados representada pela mesa das refeições, o que sugere uma circulação que, de um lado, leva à cozinha e, de outro, leva à sala, como pode ser visto no croqui de uma das casas de São Virgílio (Figura 36):



Figura 36 – Croqui do ambiente sala-cozinha da casa de uma das famílias assentadas em São Virgílio.

Fonte: Adaptado pela autora (MARTINS, V., 2009). Modificada de: Diário de Campo, 2008.

De forma similar ao que foi observado por Garcia Jr. (1983) em relação ao grupo estudado por ele, nas casas dos assentamentos estudados, a sala de estar é o local em que as visitas são recebidas, assim como os estranhos, mas esses são preferencialmente recebidos na área ou mesmo, quando essa não existe, na frente da casa, do lado de fora. Também é na sala que o pai de família fica, quando está em casa, sendo a sala, no interior da casa, de domínio masculino, como também destacado por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983).

A sala também é o local onde se situa a lareira, quando essa existe. Sobre a lareira, geralmente são colocadas fotografias dos membros da família, tanto do grupo que reside na casa como daqueles que estão distantes. Nota-se que a lareira, além de ter a função de aquecer a casa, representa a presença do *fogo* no local de domínio masculino, em oposição ao *fogo* do fogão a lenha, de domínio feminino. Em uma ocasião, fui convidada para almoçar na casa de uma família. As mulheres – mãe e filha – prepararam uma galinhada no fogão a lenha, além das saladas, enquanto o homem assava a carne na lareira da casa. Em torno da lareira, ficavam os sofás, onde estavam sentados os netos homens, e todos assistiam à televisão. Nesse evento, ficou evidente a oposição não apenas dos ambientes *sala-cozinha*, como também dos móveis e equipamentos que compõem cada cômodo, mesmo estando os ambientes conjugados, como era o caso nesse episódio.

A sala também é o local de receber visitas, especialmente nas festas de comemoração de aniversário das mulheres, que são momentos importantes de socialização e atualização dos acontecimentos do assentamento. As mulheres combinavam um local e uma hora de encontro e chegavam “de surpresa”, mas a aniversariante já estava esperando com tudo arrumado. Foi observado, no aniversário de Luana, que apenas as mulheres participavam da festa, podendo estar acompanhadas dos filhos pequenos. Mesmo o marido da aniversariante não participava: do lado de *fora* da casa, cumprimentava as visitas que lhe ofereciam bolachas e outros quitutes, enviados por um sobrinho maior pela janela. As mulheres eram recebidas *dentro* da casa, na sala e as comidas, servidas na cozinha. Cada

visita levava um prato de doces – “cricri”¹¹, pipoca doce, bolos, bolachas doce e doce de moranga – e a dona da casa faz chá doce – chá de maçã e erva doce e chá de cravo e canela – e oferece um bolo. As crianças ficavam com as mães no momento que os quitutes eram servidos, antes e depois disso, brincavam no lado de *fora* da casa, há uma distância que permitisse a *visibilidade* das mães. Durante uma das festas de aniversários que tive oportunidade de presenciar, as mulheres contaram que antigamente os homens também comemoravam os aniversários, mas eram visitas entre famílias, geralmente à noite, quando comiam galinhada ou carne assada.

Como salienta Heredia (1979), a sala é o ambiente mais cuidado da casa, já que é o local de recepção das visitas. O *capricho* com a sala representa o *capricho* com a casa e revela a honra da mãe de família. Como foi observado por essa autora e também por Garcia Jr. (1983), na sala, concentram-se os enfeites da família.

Mas cozinhas também recebem enfeites, porém esses se diferenciam daqueles usados nas salas. Foi observado o uso de peças em crochê ou tecido bordado, formando conjuntos combinados por cores ou composição de pontos e tramas. Os adereços são usados sobre a mesa de refeições, balcões, botijão de gás, eletrodomésticos e potes de compotas e conservas. Nas paredes de algumas cozinhas, também são fixados panos bordados ou pintados, denominados *panos de parede* ou *panos de cozinha*, como mostra a Figura 37:

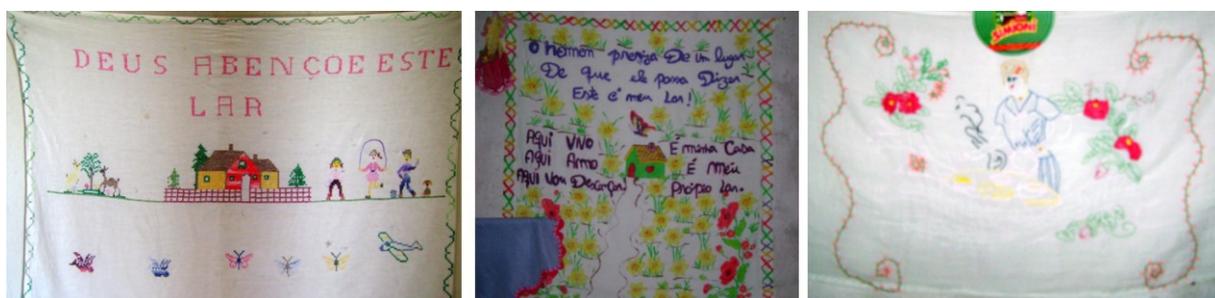


Figura 37 – Fotografia de alguns panos bordados e/ou pintados encontrados nas casas dos assentados.

Fonte: Registrado pela autora (MARTINS, V., 2008).

¹¹ “Cricri” é um doce de amendoim açucarado.

Nas fotografias da Figura 37, é possível identificar que os *panos de cozinha* abordavam os temas relacionados ao *lugar da morada*, solicitando a bênção de Deus sobre o lar, como na primeira imagem, ou ilustrando os afazeres cotidianos, como na última imagem, em que aparecem representados os cuidados com o jardim a encargo da mulher.

Os panos de cozinha eram artefatos que, geralmente, faziam parte do enxoval de mulheres, o que foi observado tanto em comunidades de descendentes de alemães (FAVARO, 2000b) quanto em comunidades de descendentes de italianos (FAVARO, 2000a). Segundo essa autora, os *panos de cozinha* eram elementos importantes da cultura material dos imigrantes no Brasil, carregando dizeres que transmitiam uma visão de mundo, representavam atividades cotidianas, assim como representavam uma ferramenta sutil do poder feminino no interior da casa, na medida em que era um forte instrumento pedagógico para os membros da família. Embora não exclusivamente, “era na cozinha [...] que os ‘panos de parede’ exerciam com veemência sua função pedagógica.” (FAVARO, 2000b, p. 89).

Ainda no centro da Figura 37, destaca-se um pano de cozinha com os seguintes dizeres: “O homem precisa de um *lugar* de que ele possa dizer: esse *lugar* é meu lar! Aqui vivo, aqui amo, aqui vou descansar. É nossa casa, é meu próprio lar.” (Pano de cozinha encontrado na casa de Verônica, 2008).

Dizeres similares foram observados por Wedig (2009), em pesquisa com camponeses descendentes de imigrantes alemães no Vale do Taquari, em um cartaz (Figura 38) encontrado em algumas casas da Fazenda Lohmann (WEDIG, 2009).

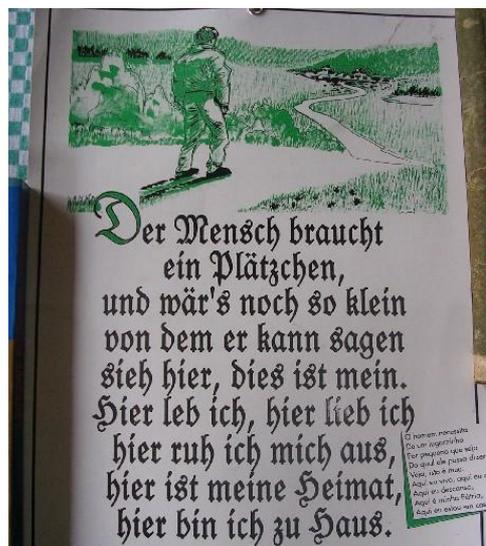


Figura 38 – Fotografia de um cartaz encontrado em várias casas da Fazenda Lohmann, durante pesquisa de campo empreendida por Wedig (2009) no Vale do Taquari – RS.
Fonte: (WEDIG, 2009).¹²

O texto, que se encontrava escrito em alemão (Figura 38), foi traduzido pela autora: “A pessoa necessita de um lugarzinho, por pequeno que seja, do qual possa dizer: Veja, isso é meu. Aqui eu vivo, aqui eu amo, aqui eu descanso. Aqui é minha Pátria. Aqui eu estou em casa.” (WEDIG, 2009, p.7).

Na frase transcrita do *pano de cozinha* da casa de Verônica, assim como do cartaz observado por Wedig (2009), percebe-se a referência da casa como significado de *lar*. A partir do estudo da produção teórica de Yi Fu Tuan sobre os conceitos *espaço* e *lugar*, Mello, J. (2001) destaca que, para aquele autor, “o lar é um centro pleno de valores e aspectos familiares” (MELLO, J. 2001, p. 91), que se estabelecem ao longo do tempo por meio da experiência direta. Nesse sentido, a *casa* transforma-se em *lar* ao mesmo tempo em que esse *espaço* transforma-se em *lugar*. O sentimento de *lar*, ou de *lugar*, é um processo que ocorre no curso da vida e vai sendo alimentado por “uma série de elementos simbólicos, emocionantes, da identidade [e] do pertencimento.” (MELLO, J., 2001, p. 91). A percepção da casa como *lar* pressupõe laços *topofílicos* (TUAN, 1980), ou seja, o estabelecimento de

¹² A fotografia foi reproduzida com a autorização da autora.

relações afetivas com o *espaço*, o que o tornam *lugar*, como também evidenciava os dizeres do referido pano de cozinha: “Aqui vivo, aqui amo, aqui vou descansar.”

Em São Virgílio, além dos *panos de parede* e demais enfeites de cozinha, foram observados enfeites, como arranjos em flores de tecido, quadros e peças de crochê confeccionados pelas mulheres, esses localizados na sala. Também foi observado que é na sala, sobre a lareira, que fica a Bíblia, assim como quadros com trechos destacados dos Salmos ou outras passagens do livro sagrado.

Segundo Woortmann, E. (informação verbal)¹³, nos levantamentos demográficos realizados no período colonial, as famílias eram contabilizadas pelos *fogos* de cada casa, ou seja, cada chaminé representava uma família. A autora exemplifica que, em municípios como Santo Antônio da Patrulha, Viamão e Rio Grande, os levantamentos dos *fogos* ainda são disponíveis para consulta. Ela refere-se a Fustel de Coulanges para destacar que os *fogos* representam as mais antigas e preciosas fontes de pesquisa sobre o universo simbólico da família. De acordo com a autora, o fascínio pelo *fogo* é antigo e experimentado pelos mais diversos grupos sociais.

Fustel de Coulanges, considerado o fundador da historiografia moderna na França, publicou, em 1864, o livro denominado *A cidade antiga*, em que aborda como se formaram as cidades antigas, dedicando, nesse tratado, um capítulo inteiro ao *fogo* presente nas casas. O autor destaca que, para as sociedades antigas, o *fogo* não só era sagrado, como representava os próprios deuses. O *fogo* dentro da casa configurava um altar que deveria se manter aceso.

¹³ Informação coletada na palestra Alimentação e Família: tradição e mudanças, proferida por Ellen Woortmann, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, em Porto Alegre, no dia 30 de abril de 2009.

Era obrigação sagrada, para o chefe da casa, manter aceso o fogo, dia e noite. Infeliz da casa onde se apagasse! Cada noite cobriam-se de cinza os carvões, para impedir que se consumissem por completo; pela manhã o primeiro cuidado era reavivar o fogo, e alimentá-lo com ramos. O fogo não cessava de brilhar diante do altar senão quando se extinguiu toda uma família; a extinção do fogo e da família eram expressões sinônimas entre os antigos. (COULANGES, 1864, p. 33).

A partir dessa perspectiva, a vivacidade dos significados simbólicos do *fogo* parecem perdurar no tempo e no imaginário camponês, em que se explica ser sobre a lareira o *lugar* da Bíblia, e ser a sala, *lugar* de domínio masculino no interior da casa, o *lugar* da lareira. Em uma das viagens que fiz a São Virgílio, ao chegar à casa da família que estava me esperando, parei para ler o que estava escrito nas páginas abertas da Bíblia: para minha surpresa, a passagem tratava de hospitalidade. Coincidência ou não, pesa destacar que hospitalidade é um tema que passa também pelo universo religioso das famílias.

Assim, o quarto de visitas é mais um ambiente importante, o que é evidenciado nas opções para ampliação e reforma da casa, assim como no cotidiano das famílias. Embora a maioria das famílias não o tenha em suas casas, o quarto de visitas é assunto de conversas no dia-a-dia das famílias, já que as visitas entre parentes, vizinhos e compadres são frequentes. De acordo com DaMatta (1997), a visita é uma identidade social importante para o povo brasileiro. Segundo o autor,

Há sempre a regra de ouro da hospitalidade, que se traduz pura e simplesmente no respeito pela pessoa da visita e na satisfação de tê-la dentro do nosso teto, querendo conversar conosco. Aliás, são precisamente essas normas de recepção que amortecem a passagem entre a casa e a rua e, simultaneamente, nos fazem anfitriões, transformando o estranho, o parente e até mesmo o inimigo ou estrangeiro numa “visita”. (DAMATTA, 2007, p. 11, grifo do autor).

A hospitalidade é percebida pelos assentados como demonstração da honra da família; é de extrema importância receber bem os visitantes. Geralmente as visitas incluem chimarrão no final da tarde, janta e pouso. Às vezes, são mais prolongadas, podendo durar dias. Também foram observadas visitas mais curtas, geralmente entre mulheres, ou mesmo entre os homens, quando cada um trata de “seus assuntos”, mas, em geral, as visitas são feitas em família. Como explica Elis, *A Florbela e o Lírio seguido vêm aqui, é visita de ficar de um dia para o outro*.

Foi observado, na grande maioria das casas, que em todos os quartos da casa existem camas de casal, de forma que os agricultores possam receber os casais e famílias que os visitam. Na verdade, os quartos dos filhos cumprem a função de quartos de visitas, e esses são remanejados no interior da casa para leitos improvisados. Em todas as casas, é recorrente que as famílias ofereçam um quarto independente e com privacidade para o visitante, mesmo que, para isso, seja necessário que um dos familiares seja deslocado provisoriamente para uma cama improvisada ou até mesmo que durma na casa de outro vizinho durante o período da visita. O quarto de visitas estaria na categoria do *conforto*, quando não mais seria necessário deslocar os membros da família para poder receber bem os visitantes. Com o tempo, as casas recebem ampliações, na maioria dos casos, para atender às relações de sociabilidade, de modo a garantir mais um quarto, que possa servir para essa finalidade. Nas casas em que esse cômodo existe, nos períodos em que não existe a visita, este é usado como uma espécie de depósito, o “quarto da bagunça”, ou ainda é onde se encontra a máquina de costura das mulheres.

Os quartos dos membros da família, em geral, são de acesso restrito ao grupo, tornando-se permeáveis ao visitante, apenas na situação em que o período de visita requeira pouso. Os quartos configuram o local de maior privacidade dentro da casa; na palavra de Elis, é o “ninho”.

Um ambiente que apresenta diferentes configurações dentro da casa é o banheiro. De forma geral, as diferenças observadas estão relacionadas a manter o banheiro dentro ou fora da casa. Em geral, as famílias preferem manter os banheiros especialmente longe das cozinhas, revelando aí outra oposição, marcada também pelas categorias *dentro-fora*, às quais se somam as categorias *puro-impuro*. O

banheiro é o local onde se liberam as impurezas do corpo, sejam os dejetos ou a sujeira do corpo, retirada por meio do banho, da lavagem das mãos ou de outras partes do corpo. É também no banheiro que são deixadas as roupas sujas, substituídas por roupas limpas, com as quais se entra na casa. Como destaca Rodrigues (1983), “as secreções corporais são percebidas como manifestação da natureza, produzidas pelo corpo.” (Rodrigues, 1983, p. 162). De acordo com o autor, como já foi destacado anteriormente em relação ao galpão, a contiguidade com algo considerado impuro e nojento tende a ser percebido como contaminador daquilo que é puro e limpo. Nesse sentido, o banheiro é percebido em oposição não só à cozinha, como também à própria casa. Outro aspecto importante para a localização do banheiro para *fora* da casa diz respeito à privacidade da família, já que o banheiro pode ser usado por estranhos ou mesmo conhecidos que venham ajudar em alguma tarefa, como é evidenciado no trecho transcrito do diário de campo:

Violeta diz que não quer nunca banheiro próximo à cozinha, nem dos quartos. Ela argumenta que depende do gosto de cada um, que tem pessoas que gostam de acordar de noite e estar o banheiro do lado do quarto, mas, se chega gente de *fora*, é ruim porque tem que entrar nos quartos para ir ao banheiro. (DIÁRIO DE CAMPO, 2008).

No entanto, o inverno rigoroso de Herval obriga as famílias a pensarem em estratégias de ter o banheiro *fora* de casa, estando ao mesmo tempo *dentro*, como revelam as reflexões de Dona Morena, a respeito da “casa nova”: *Com certeza, eu tiraria o banheiro dali, aí, de repente, deixaria ele assim entre a cozinha e a sala, ou só de um lado, ou do outro também, ou botaria por fora da casa. E daí, mais tarde, a gente tem ideia de aumentar e talvez o banheiro por fora não iria ficar na rua ainda, aí a entrada ficaria assim, a gente pretende fazer uma área pra frente ou do lado, não sei, aí, no caso, o banheiro iria ficar dentro de casa igual. Só que aí não dava prá mudar nada, determinaram aquilo ali.*

O comentário de Dona Morena diz respeito à “casa nova”, pois nessas, oriundas de programas habitacionais, o banheiro localiza-se no meio da casa, junto

aos quartos. Já nas casas concebidas pelos assentados, na maioria das vezes, o banheiro localiza-se em uma varanda externa, cujo fechamento se faz presente nos planos de reforma, para proteger aqueles que usam o banheiro no frio.

A área também é usada para realizar festas ou encontros de final de semana. É também na área que se constrói a churrasqueira, embora esta tenha sido observada em minoria no assentamento. Ali são colocadas as flores e folhagens cultivadas em latas, panelas ou chaleiras em desuso, que demonstram o *capricho* da mãe de família para quem avista a casa de fora.

Áreas de serviço também são mencionadas pelas agricultoras; falam que os homens, por vezes, não compreendem o cômodo como importante, mas argumentam que, para quem faz o serviço da casa, é fundamental, faz parte do *conforto*. Com o acesso facilitado a eletrodomésticos, as mulheres relatam que melhoraram as condições de trabalho; são mencionadas, em especial, as máquinas de lavar-roupa, como também foi observado por Zanetti e Menasche (2007). A aquisição da máquina de lavar-roupa está entre os argumentos que ajudam a mulher a reivindicar a área de serviço. Geralmente as áreas de serviço são construídas próximas da cozinha, compondo um núcleo de domínio exclusivo feminino, no interior da casa.

Algumas famílias também têm garagens em suas casas, mas é uma minoria, visto que a maioria dos agricultores não possui veículos. Aquelas casas que têm a garagem, essa geralmente foi construída na ampliação da casa e configura um dos acessos à moradia, na maioria das vezes, ao lado da cozinha. Nesses casos, foi observado que o banheiro foi localizado dentro da garagem. Em alguns casos, a máquina de lavar roupa localiza-se dentro da garagem. A garagem também é usada para armazenar alguns tipos de grãos que servirão para o plantio das próximas safras.

9.4 Quando a família aumenta

Semelhante ao observado por Wedig (2009), em estudo com camponeses do Vale do Taquari, as casas dos assentados de São Virgílio são habitadas pela família nuclear: pai, mãe e filhos solteiros. Segundo Garcia Jr. (1983), em estudo com camponeses pernambucanos, “a unidade familiar tem seu momento constitutivo no casamento, o qual deve corresponder ao estabelecimento de uma *casa* e um *roçado*.” (GARCIA JR., 1983, p. 112, grifo do autor). No entanto, ainda que a casa seja habitada pela família nuclear, a ética camponesa pressupõe a família extensa. Assim é que, quando os filhos casam, a terra deve dar condições de acomodar a todos, mantendo a tecitura dos laços parentais no *território* familiar.

A exemplo do que foi observado no grupo estudado por Garcia Jr. (1983), os filhos dos agricultores assentados de São Virgílio, quando se casaram após serem assentados, moraram com os pais até terem condições para edificar suas casas. Aqueles que conseguiram conquistar um lote no mesmo assentamento construíram a casa por meio de programas habitacionais do governo federal. E os jovens casais que não conseguiram garantir o acesso a um lote, com o tempo, edificaram ou planejam edificar suas casas no lote dos pais. Nesses casos, quando trabalhavam em conjunto com os pais, os jovens agricultores localizavam a nova moradia próximo da casa dos familiares e, ao contrário, quando desenvolviam o trabalho em parcela separada no interior do lote familiar, os pais concediam uma parte de sua área, geralmente com acesso independente para as estradas gerais do assentamento, para a construção da *morada* do novo casal.

Como destaca Martins, J. (2003), o modelo de Reforma Agrária concebido e implantado no Brasil não é desenhado para a família extensa, característica do campesinato. De fato, o parcelamento da gleba rural em lotes destinados a famílias nucleares não responde às necessidades de expansão da família e de reconstrução das redes parentais. No entanto, como já citado ao longo deste trabalho, os colonos sem-terra criam diversas estratégias para tentar manter e recompor suas teias de relações. Da mesma forma, criam mecanismos e estratégias para expandir seus laços de parentesco no *território*, como, por exemplo, o “brique” (troca) de lotes, o

retorno dos filhos solteiros ao acampamento ou mesmo a compra e venda de lotes, embora essa prática – por ser ilegal – não seja referida pelos assentados.

Em geral, os agricultores consideram adequado o tamanho do lote para a família, no entanto, foi observado que, naquelas famílias em que os filhos já estão em idade de casar, os pais expressam a preocupação com a futura moradia daqueles jovens. Nesse momento do grupo familiar, o lote é percebido como pequeno:

Teria que ser lote, para nós, em torno de quarenta hectares, mais ou menos. Com quarenta, já dava para morar quatro moradores. Porque, quando os filhos crescem, têm que se dispersar. Se mandar de novo. Quando a gente pensa que a vida está numa boa, aí está pior ainda. (Lírio)

O desabafo de Lírio expressa a vontade de poder manter os filhos próximos; quatro moradores, na verdade, significam quatro famílias: a dos pais, mais as futuras famílias dos três filhos.

Alguns agricultores, especialmente aqueles de menores posses, acreditam que a única alternativa para os filhos é voltar para o acampamento e apostar na sorte. Outros agricultores referem-se ao “banco da terra” como possibilidade de manter os filhos próximos. Na verdade, estão se referindo ao Crédito Fundiário, pois o “banco da terra” é um programa extinto¹⁴, mas permanece na memória dos agricultores. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um programa complementar à Reforma Agrária e foi lançado em substituição ao Banco da Terra. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário,

O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais.

¹⁴ O Banco da Terra era um programa complementar da Reforma Agrária, foi implantado no período de 1997 a 2002, e foi extinto em abril de 2003 pelo Governo Federal.

São também financiados os investimentos em infraestrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. (BRASIL, 200?)

Na percepção dos agricultores, o Crédito Fundiário é uma alternativa melhor que a do acampamento, pois os filhos não necessitariam passar pelos mesmos sofrimentos por que os pais passaram. Além disso, teriam autonomia em seus investimentos, referindo-se especificamente à mediação do MST quanto aos recursos provenientes de políticas públicas. Segundo a percepção dos agricultores, a forma de distribuição de benefícios é desigual, privilegiando aqueles assentados mais engajados na militância do Movimento.

Alguns agricultores ainda visualizam os estudos como possibilidade e futuro para os filhos. Como destaca Martins, J. (2003), o acesso à escola representa realização social. Segundo esse autor, o estudo é um indicador subjetivo de *conforto*.

Em estudo com assentados na Baixada Fluminense, Castro (2005) observou que aqueles jovens rurais também vivem o dilema entre *ficar e sair*. Segundo essa autora, o estudo é percebido como possibilidade de mobilidade social, em que a condição de trabalhador é vista em posição de inferioridade. É nesse sentido que os pais esforçam-se para garantir estudo aos filhos. A escola, localizada no casarão da sede do assentamento São Virgílio, oferece escolaridade até a conclusão do primeiro grau, o que faz que a continuidade dos estudos esbarre no obstáculo da falta de transporte público até o centro urbano de Herval. Dessa forma, somente as famílias com mais condições financeiras ou com relações sociais na cidade que permitam casa e trabalho aos filhos jovens conseguem manter a continuidade dos estudos dos filhos. Além disso, soma-se a perspectiva da possibilidade de concluir a escolaridade à da difícil separação do núcleo familiar. Assim, foi observado que a maioria dos jovens permanecia em casa, ajudando os pais. Os poucos jovens que saíram para continuar seus estudos são referenciados com orgulho pelas famílias assentadas. À época em que o trabalho de campo estava em curso, ocorreu um

episódio em que uma moça, filha de assentados de São Virgílio, estava realizando entrevistas com os vizinhos de seus pais, para uma pesquisa sobre a educação das crianças e adolescentes do assentamento. Quando eu chegava às casas em que ela havia passado, os agricultores me contavam que ela estava morando na cidade porque estava “estudando para professora” e que eles esperavam que ela viesse dar aulas na escola do assentamento, quando se formasse, o que era percebido como uma situação ideal, já que ela conhecia a realidade de lá. Desse evento é possível perceber não apenas a valorização do jovem assentado que conclui seus estudos, mas o entendimento de que a educação das crianças seria mais adequada se fosse conduzida por alguém que não só faz parte do assentamento, mas principalmente pode manter, no ambiente escolar, o sistema de valores do grupo. Por fim, transparece dos comentários dos colonos assentados que o sair para estudar é legitimado pela ideia de que isso representa uma passagem provisória pelo *mun*do urbano, necessária para alcançar algo que o *mundus* rural não oferece, e que a conclusão desses estudos representa a expectativa de retorno dos filhos.

*

Neste capítulo, foi analisada a casa como o *lugar* de referência simbólica e material da família. Foram destacadas não só as relações de gênero na hierarquia familiar e os desdobramentos de suas representações nos arranjos espaciais como também as relações simbólicas de cada casa e seus arranjos internos, por meio dos repartimentos dos cômodos.

Nesse sentido, foram abordadas as categorias *conforto* e *essencial*, a partir de expressões usadas pelos assentados, possibilitando entrever suas percepções e valorações em relação ao *lugar da morada*. O capítulo é finalizado com a percepção dos assentados frente às expectativas para o futuro da família, especialmente dos filhos, quando tendem a estabelecer uma nova família ou sair para estudar.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar o percurso deste trabalho, pretende-se resgatar e sistematizar as principais reflexões e conclusões apresentadas ao longo do texto, buscando juntar os temas de modo a tratá-los em sua totalidade. Também serão destacadas as possibilidades de novas pesquisas e aprofundamentos sobre os temas tratados nesta dissertação.

Este trabalho se propôs a compreender os *modos de morar* de famílias rurais no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária, por meio de uma perspectiva que compreende *espaço* e *lugar* para além de sua materialidade, imergindo em suas significações simbólicas, permeadas pelo *mundus* camponês. A perspectiva adotada neste estudo compreende as famílias rurais por meio de sua campesinidade, condição adjetiva que se manifesta na dinâmica dos modos de vida, evidenciada por uma teia complexa, em que *terra*, *família* e *trabalho* são elementos centrais e estão imbricados entre si.

Ao analisar a trajetória do *lugar da morada* com o objetivo de responder aos questionamentos construídos na problematização desta pesquisa, buscou-se compreender como se deu sua constituição para o grupo pesquisado, o que informam os ambientes que o compõem e de que forma se atualizam os *modos de morar* ante à nova realidade, representada pelo assentamento rural.

Na análise dessa trajetória, destaca-se a percepção em que *espaço* e tempo são tramados. Assim é que os eventos percebidos como relevantes pelos agricultores compõem uma cadência de marcos *espaço-temporais* que conformam a constituição do *lugar da morada*. A decisão de sair do *lugar* de origem, o acampamento, o sorteio para a nova terra, a mudança, a chegada à Fazenda São Virgílio, o tornado e os momentos que marcam o processo de constituição do *lugar da morada* são marcos que perpassam a recriação dos modos de vida sobre a terra conquistada.

O acampamento é percebido, simultaneamente, como tempo de espera e *espaço* de passagem para a nova condição de vida, marcada por um porvir representado pelo sonho de ter terra. A condição provisória faz que o acampamento represente um *espaço* ambíguo, liminar, em que os colonos não estão nem no *lugar* de origem, nem no novo *lugar*. As dificuldades e sofrimentos vividos nesse tempo levam muitos a desistir, e aqueles que resistem guardam as lembranças na memória, ainda que estejam presentes no próprio silêncio referente àquele tempo. Enquanto *tempo-espaço*, os camponeses sem-terra vivem uma busca constante em tornar o *espaço de acampar* em *lugar de viver*, de forma a fortalecer a necessidade de resistir. Assim é que o acampamento ora é vivido como *espaço*, ora como *lugar*. Na busca em torná-lo *lugar*, os agricultores compõem os arranjos espaciais, remetendo aos *modos de morar*, em que estão representadas as esferas do social e do privado em meio aos barracos de lona. Nesse sentido, o local das refeições é marcado pelo “jipe”, uma espécie de fogão a lenha improvisado, em torno do qual se reúnem, não só a família, mas os membros do grupo formado no acampamento, a partir das afinidades de parentesco e vizinhança. Já a área destinada aos cômodos de dormir é reservada aos membros do grupo doméstico. As mulheres juntam-se aos maridos no acampamento, assim que esse esteja com o “*lugar* estruturado”, ou ainda, somente depois da mudança para a nova terra. O sorteio é o instrumento usado para decidir seus destinos: de um copo, por exemplo, foram sorteadas as famílias que formaram a comunidade de São Virgílio.

A mudança para a terra conquistada representa a possibilidade de início de uma nova vida, o que se dá a partir daquilo que os colonos carregam do acampamento e/ou do *lugar* de origem. As diferenças de acesso a recursos econômicos e sociais entre as famílias, que já se apresentavam no tempo de acampamento, passam a se refletir também no processo de constituição do *lugar da morada*. Ao chegar em sua terra, os colonos a percebem como um *espaço* estranho e hostil. Eles dizem que na terra “não tinha nada”. Esse “nada” revela o sentimento de não identificação com o *espaço*, que, à medida que se torna *vivido*, se transforma em *lugar*, em que os agricultores construiriam “tudo”. Na *paisagem* do *nada*, os agricultores instalaram-se de forma similar à que fora empregada no acampamento, de forma coletiva e provisória, mas, naquele momento, regidos por novas

perspectivas e por relações que formariam daquele grupo uma comunidade. Na precariedade das instalações nos primeiros tempos de assentamento, em que as expectativas já eram diferentes daquelas do acampamento, a convivência coletiva deflagrou pequenos conflitos. Mas as dificuldades e os sofrimentos também fazem germinar solidariedades: em tempo de *apropriação* do *espaço*, marcado pelos primeiros anos, as relações sociais se (re)constroem, em paralelo à construção do *lugar*. Às dificuldades dos primeiros tempos, somar-se-ia a passagem de um tornado pelo assentamento, causando não apenas perdas materiais, como marcas profundas na memória daqueles que o vivenciaram. Esse evento também foi marcado pelo fortalecimento das redes de solidariedade e dos laços sociais.

A partir da demarcação dos lotes, os colonos assentados assumem suas parcelas de terra e passam a trabalhar o *espaço* de forma a transformá-lo no *lugar de viver* da família – a *morada da vida*, como disse Heredia (1979), referindo-se a camponeses de outra época e outro contexto. Dessa forma, a teia de relações sociais passa a se estender sobre o *território* do assentamento, e o lote passa a representar a esfera privada da família. A constituição do *lugar da morada* parte do planejamento do lote, informado pelo saber-fazer camponês. O planejamento é o *trabalho cognitivo*, que antecede o *trabalho físico* e inicia mesmo antes da mudança da família “para cima” do lote. É por meio do planejamento que tem início o processo de *apropriação* do *espaço*, que, à proporção que se constitui no tempo e que a família estabelece laços de afetividade e pertencimento com o ambiente, se torna *lugar de viver*. No planejamento do *lugar da morada*, a casa é um marco espacial a partir de onde se projetam os ambientes externos, imbricados entre si. A constituição do *lugar da morada* passa por uma transformação de *natureza-espaço* em *cultura-lugar*.

Por meio do planejamento, iniciam-se as etapas de organização do lote e, a partir da construção de um local de moradia, torna-se possível a mudança da família para “cima do lote”, ainda que em um abrigo provisório. Assim é que as famílias, em seus primeiros anos sobre o lote, moram em barracos de lona, ou ocupam a edificação que futuramente será o galpão. Em “cima do lote”, o barraco, quando construído com lona, em alguns casos, era incrementado com o uso de recursos

naturais disponíveis no local, como a terra para as paredes e a palha para coberturas improvisadas. Também o galpão é um *lugar* importante para o cotidiano camponês, já que abarca funções múltiplas. A localização do galpão dá-se em relação à da casa, e ambos são marcos fixos implantados no terrenos, em oposição às demais áreas externas, como a horta e o jardim, que tendem a rotacionar suas posições.

Os programas habitacionais representam importante contribuição no processo de constituição do *lugar da morada*, considerando que permitem acesso a um bem cujo valor é impactante nos recursos dos assentados. Nos primeiros anos, os agricultores receberam um crédito-habitação, cujo valor permitia a construção de casas de madeira ou, complementado com recursos da família, possibilitava construir casas de alvenaria. No período da pesquisa de campo, os assentados haviam sido beneficiados por um programa habitacional, com recursos do FGTS, que contemplou reforma ou construção de “casa nova”, de acordo com a avaliação das condições da moradia existente. As reformas eram percebidas pelos agricultores como um aporte importante, por conferir maior *conforto* à família. Embora a “casa nova” representasse a possibilidade de acesso a uma moradia, os agricultores a consideravam o módulo oferecido pequeno para ser o *lugar* da família e supunham que, nessas condições, o governo deveria dispor de novo projeto de reforma para os beneficiários, em um futuro próximo.

Também o arranjo espacial interno poderia ser diferente, segundo eles, tirando o banheiro do “meio da casa” e dividindo o ambiente que comportava a sala-cozinha. No entanto, isso não significa que os agricultores pensassem em uma parede que dividisse a sala da cozinha, no caso da “casa nova”, pois o cômodo representava a possibilidade da ampliação da casa. Nos planos de ampliação, eles vislumbravam essa peça destinada a uma futura sala e o novo cômodo destinado à cozinha. Nos planos de futuro aumento da casa, a cozinha sempre seria grande, mas a sala poderia ser dividida, caso fosse necessário ter mais um quarto, de acordo com o tamanho da família. O que era percebido como grande ou pequeno correspondia às necessidades do grupo doméstico, o que também incluía a possibilidade de receber visitas. Vale aqui destacar que as relações de tamanho da

casa e tamanho da família constituem tema importante, que mereceria maior aprofundamento em estudos futuros.

Sobre o tema da moradia rural enquanto programa habitacional, cabe salientar que remete às questões de mediação sociocultural entre o assentado - beneficiário - e os demais atores: lideranças, técnicos do Movimento, técnicos dos Agentes Financiadores, representantes e técnicos dos órgãos executores, empresas contratadas para fornecimento de material de construção e serviços, entre outros envolvidos no processo. Embora esse não tenha sido tema desta investigação, acredito que essas mediações socioculturais também são atravessadas pela construção da própria política habitacional brasileira, que, embora tenha lançado, em maio de 2009, uma Política Nacional de Habitação Rural, ainda mantém a concepção urbana nos programas propostos. Fica aqui o reconhecimento da necessidade de aprofundamento desse tema, assim como da análise das políticas habitacionais, especialmente quando desenhadas para o meio rural.

Os colonos assentados percebem a constituição do *lugar da morada* como um processo que se dá no curso da vida. A casa, compondo o *lugar da morada*, também nunca é “bem pronta”, constitui-se ao longo do tempo, enquanto se constitui a própria família. Dessa forma, os colonos realizaram melhorias e ampliações nas casas, não apenas com recursos públicos, que - embora representem grande aporte material aos agricultores - são pontuais, como também com recursos próprios - menores, mas constantes ao longo do tempo. Nesse sentido, a casa é percebida como resultado do *trabalho* da família, assim como seu entorno, já que é de “cima do lote” que saem os recursos. A casa, enquanto elemento visível na *paisagem*, remete à honra e ao prestígio do grupo familiar, representando o *capricho*, especialmente da mãe de família.

As áreas do entorno da casa - pátio, horta, jardim e “arvoredo” - compõem, junto com a própria casa, o *lugar da morada* e, por consequência, também seguem a *lógica e a simbólica* camponesa. Nesses ambientes, a produção é prioritariamente destinada ao autoconsumo do grupo doméstico, e seu *excedente* é comercializado na cidade de Herval, gerando resultado importante para a composição da renda familiar.

O pátio é uma área importante no entorno da casa e seu fechamento é um evento significativo: como elemento visível na paisagem do *locus* familiar, seu fechamento evidencia o resultado do *trabalho* da família e representa uma conquista na constituição do *lugar da morada*, sendo percebido como prestígio do grupo doméstico. Geralmente, é no interior do pátio que se localizam a horta e o jardim, assim como o “arvoredo de fruta”, e esses também carregam significações que remetem ao resultado do *trabalho* e ao *capricho* do grupo familiar, notadamente da mãe de família. As mudas e sementes de hortaliças e flores fazem parte do circuito de trocas femininas, não apenas no plano material, como também no simbólico, representado, por exemplo, pelo conteúdo das conversas femininas, em que se constituem enquanto veículos para a troca de informações e atualização das notícias locais. As crianças, especialmente as meninas, também participam das trocas de mudas. Cabe destacar que, embora este trabalho não tenha focado as relações de reciprocidade e dádiva, esses processos são fundamentais no universo simbólico camponês e merecem estudos mais aprofundados no que se refere aos circuitos de trocas, não só de mudas e sementes, como de outros elementos do universo doméstico, fortemente relacionados ao domínio feminino.

O “arvoredo” refere-se tanto às árvores frutíferas, de menor porte, quanto aos quebra-ventos, formados por agrupamentos de árvores de maior porte, geralmente acácia. O “arvoredo”, quando constituído por capões para quebra-vento, é percebido como delimitador do *lugar da morada*, ainda que estes sejam permeáveis. Essas árvores, além de servir como quebra-vento, fornecem sombra para os animais, madeira para o consumo doméstico e pólen para o mel, quando estão em floração.

O *lugar da morada*, composto pela casa e seus arredores, comporta percepções diferenciadas referentes aos ambientes que o constituem. As áreas externas à casa, compostas também por áreas não construídas, assim como a organização interna dos ambientes da moradia, revelam significações importantes para o *mundus* camponês.

No campo de estudo, destacaram-se as categorias *essencial* e *conforto*, que remetem, simultaneamente, a oposição e complementaridade. Nesse sentido, o *essencial* refere-se ao que é percebido como *básico*, o necessário para garantir a

subsistência e a dignidade da família; já o *conforto* refere-se ao que é *complementar*, que facilita os afazeres cotidianos, proporciona lazer, aquilo que pode conferir maior bem-estar. É importante destacar que, em campo, foi percebida uma possível terceira categoria designada por aquilo que seria *luxo*. Assim, além do *essencial*, está o *conforto*, e, além do *conforto*, estaria o *luxo*. No entanto, os dados coletados em campo não foram suficientes para o desenvolvimento dessa categoria, remetendo à necessidade de maior investigação nesta proposição.

A casa é percebida como o núcleo simbólico da família e seus arranjos espaciais internos evidenciam relações simbólicas no interior do grupo doméstico – particularmente as relações de gênero. A casa e seu entorno, enquanto unidade no interior do lote, conformam locais predominantemente femininos, embora não exclusivamente. No *lugar da morada*, são percebidos ambientes diferenciados, dentro da casa e em seu entorno, correspondendo a tarefas diferenciadas de acordo com gênero e geração, evidenciando diferentes posições na hierarquia familiar.

Embora a casa seja o *lugar da mulher*, no interior do *lugar da morada*, as obras que a materializam são de domínio masculino e, somente quando termina a obra, torna-se (ou volta a ser, no caso de reforma) de domínio feminino. No entanto, essa divisão de domínios, que, em primeiro momento, pode parecer apenas uma oposição, comporta também uma complementaridade, em consonância com a linguagem simbólica camponesa, em que as negociações referentes ao que será construído ou reformado devem passar pela aprovação da mulher, mãe de família, que tem o domínio do saber sobre as necessidades do grupo familiar.

As áreas externas à casa, o entorno, também são percebidas como de domínio predominantemente feminino, embora não exclusivamente. No interior do *lugar da morada*, diversos ambientes comportam processos de ensino-aprendizagem das crianças, por meio da replicação do saber-fazer dos pais, similar ao que é observado no *sítio camponês*. (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997). Como o cuidado e a educação das crianças também cabem ao domínio feminino, os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem nas hortas e jardins dão-se sob a orientação e supervisão das mães. Ainda existem as áreas de

transição ao *lugar da morada*, que representam limites permeáveis e que também são locais escolhidos pelas crianças, especialmente as maiores, para brincadeiras.

Cabe destacar que, neste estudo, embora tenham sido pontualmente destacadas as relações entre os ambientes e as crianças e adolescentes, especialmente no processo de ensino-aprendizagem na constituição do *lugar da morada*, seu universo de significações é infinitamente mais amplo, abarcando, por exemplo, as brincadeiras, que também fazem parte do aprendizado, nesse caso um aprendizado não-mediado por adultos, em que aqueles sujeitos elaboram suas próprias percepções a partir do que experienciam. Essas considerações apontam a necessidade de aprofundar estudos que possam apreender o *lugar da infância e da adolescência no lugar da morada*.

Os arranjos internos da casa, por meio dos repartimentos dos cômodos, também traduzem relações simbólicas. Assim é que a sala, na escala doméstica, é de domínio predominantemente masculino, enquanto a cozinha é de domínio feminino. Nas cozinhas, geralmente são encontrados os *panos de cozinha*, que representam visões de mundo, carregando mensagens sobre valores importantes para o grupo familiar, constituindo-se em sutil instrumento do poder feminino no interior da casa. Aqui emerge mais um tema que merece aprofundamento, referente às relações do domínio feminino da cozinha - e, por consequência daquilo que a compõe, como equipamentos, móveis, enfeites, utensílios e mantimentos - com a comida, já que as decisões sobre como e onde armazenar, o que consumir primeiro, como transformar em alimento e a forma de distribuir o alimento no grupo familiar também são de domínio feminino. Essas correspondências refletem-se na materialidade do ambiente da cozinha e são importantes para apreender a importância do papel da mulher na unidade familiar de produção.

Ainda que, neste trabalho, o enfoque tenha recaído sobre as relações espaciais e simbólicas do *lugar da morada* com as relações hierárquicas do grupo familiar, torna-se importante destacar que os estudos sobre assentamentos rurais tem demonstrado novas relações de gênero, em que a mulher assume importantes espaços, especialmente no que diz respeito à militância em movimentos rurais, a organização comunitária e a organização de trabalho e renda na unidade doméstica,

o que se reflete nas relações simbólicas e espaciais do *lugar da morada*, especialmente quando esse assume o devir público, como palco dos encontros dos grupos sociais.

Na cozinha, o fogão a lenha não só é o *lugar da transformação da comida*, como também carrega significações que remetem à união da família, representada pelo *fogo*, aqui no *lugar da mulher*. Em oposição – e complementaridade –, a lareira, na sala, representa o *fogo no lugar do homem*, no interior da casa, e remete a significações do sagrado, geralmente representado pela presença da Bíblia, de imagens e/ou dizeres religiosos.

Os quartos são ambientes de privacidade dos membros do grupo familiar, representam nichos de proteção, no interior da casa. O acesso a eles é exclusivo ao grupo doméstico, exceção feita aos momentos em que se recebe visita, quando essa é absorvida como membro da família, o que legitima o acesso a um quarto, porém não a torna igual a um familiar, condição que lhe impõe limites e faz que seja percebida como um ser ambíguo. Assim é que o quarto de visitas é um ambiente requerido pelas famílias, e sua materialidade, além de representar mais uma concretização na constituição do *lugar da morada*, ainda parece minimizar tal ambiguidade.

Outro ambiente que é percebido de forma ambígua é o banheiro, cuja proximidade da casa é, por um lado, indesejada, devido às representações sobre a contiguidade da casa com o local de descarte de sujeiras e dejetos do corpo e, por outro lado, é necessária, devido à proteção do próprio corpo das condições climáticas. Assim é que o banheiro merece um *lugar* intermediário, que não se configura nem *dentro* da casa, nem *fora* dela.

Na área da casa, os agricultores recebem os estranhos ou os “conhecidos”, que não têm acesso ao interior da casa. Mas a área também atende a outras funções, podendo eventualmente tornar-se o *lugar das festas*, em que são recebidos parentes, vizinhos e compadres. Demais ambientes, como a garagem e a área de serviço, são pouco encontrados nas casas das famílias assentadas, percebendo-se que têm sido, aos poucos, incorporadas por aqueles que estão em processo de mudança de padrão de vida. Esses ambientes são ainda percebidos de forma

ambígua, como *essencial e conforto*, marcados por uma liminaridade em que está em construção a legitimidade de outros patamares de percepção do que é *essencial*.

Por fim, os colonos assentados preocupam-se com o futuro dos filhos, que, ao crescer, formam novas famílias ou partem do assentamento, comumente para estudar. Na percepção dos assentados, a constituição de uma nova família exige a constituição de um novo *lugar* para sua *morada*, que o lote familiar deveria dar condições de acomodar. Mas, em geral, os agricultores consideram que seus lotes são pequenos para comportar as futuras famílias dos filhos. Assim, sofrem com a possibilidade de uma nova dispersão familiar, agora do próprio grupo doméstico. A saída dos filhos para estudar é percebida, por um lado, como difícil, pois representa uma separação e, por outro lado, como benéfica, pois remete à possibilidade de melhores condições de vida para os filhos. No entanto, os assentados apostam no retorno dos filhos para as proximidades do *lugar da comunidade*, representada pelo próprio assentamento, seja esperando que os *filhos da comunidade* retornem para exercer suas profissões no assentamento, ou buscando morar em seu entorno, por meio do enfrentamento a novos acampamentos, ou mesmo, do acesso ao crédito-fundiário.

Cabe lembrar que a constituição dos assentamentos é atravessada por sistemas de controle político e econômico, que refletem *tramas de tensões*, presentes tanto no interior como externamente aos assentamentos e às organizações sociais. A complexidade dessas teias de tensões permeia a constituição do *lugar da morada*, o que, ainda que escapando à proposta deste trabalho, certamente merece maiores aprofundamentos.

Em tempo, torna-se importante retomar o ponto de partida, quando as inquietações eram remetidas à necessidade de, enquanto arquiteta, compreender o *morar rural* a partir da perspectiva multidisciplinar. A postura poliocular adotada e o exercício de afastamento da perspectiva disciplinar de origem da pesquisadora oportunizaram, pode-se dizer, não apenas o aporte de abordagens distintas e enriquecedoras como também o reconhecimento da necessidade de retomar a contribuição da arquitetura no diálogo multidisciplinar. No caso do *lugar da morada*, especialmente o resgate dos estudos da arquitetura popular, as perspectivas

histórica e étnica dos estudos da *morada rural* merecem aprofundamento – retomando a abordagem de Geertz – como textos que falam da cultura camponesa.

Ao concluir este percurso de pesquisa, cabe lembrar que, como não poderia deixar de ser, este estudo deve ser percebido como apenas um recorte do universo, imensamente rico e complexo, do *campesinato* que hoje vive nos assentamentos da Reforma Agrária, espalhados pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Mapa de Localização do Município de Herval no Rio Grande do Sul.** 2006. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_Municip_Herval.svg>. Acesso em: 5 maio 2009.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. Buenos Aires: Humanitas, 1969.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA SUL - AZONASUL. **Histórico de Herval.** [S.l.]: AZONASUL, [200-]. Disponível em: <<http://www.azonasul.org.br/Internas/14/59>>. Acesso em: 14 abril 2009.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, S\Bela. (Org.). **A antropologia das cidades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987. 159-193.

BELEDELLI, Senira. **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos.** 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BENNEY, Mark; HUGHES, Everett C. Of sociology and the Interview. In: BULMER, Martin (Org.). **Sociological research methods:** an introduction. London: Macmillan, 1984. p. 215-224.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Notas de campo. In: BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teorias e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994. p.150-175.

BORGES, M. G. **Da floresta ao campo:** trajetórias familiares e significados da paisagem de migrantes, Rio Grande do Sul, Brasil. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Instituto de Biociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista Sociologia Política,** Curitiba, jun., n. 26, p. 31-39, 2006. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782006000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 agosto 2009.

BRASIL. Decreto DNN 5905, de 20 de outubro de 1997. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio II", situado no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5905.htm> Acesso em: 10 de abril de 2009.

BRASIL. Decreto DNN 5909, de 20 de outubro de 1997. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio I", situado no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5909.htm> Acesso em: 10 de abril de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária. Instrução normativa nº 26, de setembro de 1997. **Boletim de Serviço do INCRA**, Brasília, DF, n. 37, 15 set. 1997. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/0956003036.pdf>> Acesso em: 9 de maio de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária. Instrução normativa nº 19, de junho de 1998. **Boletim de Serviço do INCRA**, [Brasília, DF], [1998?]. Disponível em <www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/0956703039.pdf> Acesso em: 9 de maio de 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Assentamento São Virgílio I e II: Estradas Vicinais**. [Porto Alegre]: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11, [2006?]. 1 mapa, 42 cm x 29,7 cm. Sem Escala.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. [Brasília, DF], [200?]. Disponível em <<http://www.creditofundiario.org.br/pncf/>> Acesso em: 22 de abril de 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão “não-respeitável” da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**, Recife, n. 1, p.333-353, 1981.

CALISTO, Cristiano de S.; VARGAS, Glória M.. O ambiente como mundo vivido: uma abordagem do espaço segundo a geografia fenomenológica. In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2006. **Anais...** Brasília: ANPPASS, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=21084818>> Acesso em: 10 de abril de 2009.

CARVALHO, Maria Siqueira de. Da economia do excedente à sujeição da renda ao capital: um breve comentário sobre a obra de José de Souza Martins. **Revista do Departamento de Geociências - UEL**, Londrina, jan./jun., v. 8, n. 1, p.37-48, 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.35-86.

COSTA, Sidiney Alves. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta. (Org.). **Retratos de Assentamentos – Cadernos de Pesquisa**. Araraquara: FCL/UNESP, n. 9, 2004. p.175-193.

CRAWSHAW, Danielle; DALL'AGNOL, Miguel; CORDEIRO, José L. P.; HASENACK, Heinrich.; Caracterização dos campos sul-rio-grandenses: uma perspectiva da ecologia da paisagem. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 33, p.233-252, 2007. Disponível em: <http://www.agbpa.com.br/bgg/Artigos/PDF/BGG_33/33_art_04.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUARTE, Matusalém de Brito. A. **Leituras do “lugar-mundo-vivido” e do “lugar-território” a partir da intersubjetividade**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FAVARO, Cleci Eulália. Imigração italiana e cultura material. Iconografia e linguagens no processo de transmissão e preservação de valores culturais. In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre : Sonopress, 2000. v. 1. p. 357-366. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a2.pdf>> Acesso em: 30 de julho de 2009.

_____. Na fronteira da exclusão: estratégias para a cidadania. **Revista da SBPH**, Curitiba, v.19, p. 83-90, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=16200505>> Acesso em: 30 de julho de 2009.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta.; JUNIOR, Osvaldo Aly (Org.). **Assentamentos Rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA, 2005. p.37-70.

FERREIRA, Letícia de Faria. **O tempo da política: A construção do voto no assentamento 18 de Maio**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FLEURY, Lorena. **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: EDAMERIS, 1961. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf> >. Acesso em: 17 jul. 2009.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **Trabalho da Terra: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, MARTIN; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.64-89.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIZZO, B. S.; KRZIMINSKI, C. O.; OLIVEIRA, D. C. , BS. O Software QSR NVIVO 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), abril, n. 24, p.53-60, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4437/2363>>. Acesso em: 15 maio 2009.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, p. 1-19., 2004. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 6 junho 2009.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ITURRA, Raúl. Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia. In: KELLE, U. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: BAUER, MARTIN; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.393-415.

KRONE, Evander Elói. **A. Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do queijo serrano**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LETE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. Rio de Janeiro: **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, v. 21, n. , p.9-20, 1998.

MACHADO, Lucy Marion C. Philadelpho. Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e Lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.97-120.

MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2007.

MARTINS, José de Souza (Coord.). O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.11-52.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de; Camponeses, Cultura e Inovações. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 41-59, fev. 2006.

_____. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica: Los problemas Del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geolrafía y las ciencias sociales, Porto Alegre, 2007. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: < www.ub.es/geocrit/9porto/rosamed.htm>. Acesso em: 12 maio 2009.

MELLO, Gianine P.; SANTOS, Andréa dos. Convênio INCRA/ UFRGS. Programa de Habitação Rural no Rio Grande do Sul. In: I Seminário Nacional de Assistência Técnica: Um direito de todos, construindo uma política nacional. 1., Campo Grande, 2005. **Anais...** Campo Grande: IAB, 2005. Disponível em: < http://www.fna.org.br/seminario/pdfs/relatorio_final.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2009.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.87-102.

MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 228 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Módulo de assentamento: uma aproximação para a realidade do Rio Grande do Sul. **REDES: UNISC, Santa Cruz do Sul**, v. 13, n. 2, p.52-80, 2008. Bimestral. Disponível em: < <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/177/543>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa:** um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. 279 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENASCHE, Renata.; TORRENS, João Carlos S. **Gênero e Agricultura Familiar: Cotidiano de Vida e Trabalho na Produção de Leite.** Curitiba: DESER/ CEMTRCUT, 1996.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS; Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ CPDA, 1999. p.19-68.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://www.icarabe.org/curso/curso2009_historia_oral/5_memoria_esquecimento_silencio_pollak.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2009.

RAMOS, Mariana Oliveira. **"A comida da roça" ontem e hoje:** um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RIBEIRO, Vanderlei. Espaço e movimento; reflexão através da escrita e do desenho. In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 159-170.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. (Org.). **Quando a rua vira casa:** a apropriação do espaço de uso coletivo em um centro de bairro. 19 ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Isabel Peres dos.; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. (Org.). **Da terra nua ao prato cheio.** Araraquara: Fundação Itesp/UNIARA, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 29, p.57-71, 1986.

SILVA, Cristiane Bereta da. Acampamentos e assentamentos do MST: (re) construções, memórias e histórias. **Revista Espaço Plural: Projeto Saber**, Cascavel, n. 13, p.10-14, 2005. Semestral. Disponível em: <www.unioeste.br/saber>. Acesso em: 12 jun. 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Memória de caminhantes em busca da terra. In: BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. (Org.). **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/ UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p. 19-45.

SILVA, Paula Junqueira da. Territorialidade e desterritorialidade: Os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, 21 (2), p.83-101, 2001.

SOARES, Maria da Graça de Oliveira; SALAMONI, Giancarla. Do latifúndio à reforma agrária: as transformações sociais de um território, estudo de caso no município de Herval – RS. **XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação da UFPel**. Pelotas, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00562.pdf>. Acesso em: 09 maio 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente. São Paulo: Difel S.A., 1980.

_____. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel S.A., 1983.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Biblioteca da UNISINOS. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos**: artigo de periódico, dissertação, projeto, trabalho de conclusão de curso e tese. São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/guia_elaboracao_trabalhos_academicos_2009.pdf>. Acesso em: 18 maio 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria-ITEPA. **Indicadores da população no eixo Pelotas/ Rio Grande (zona sul)**. Pelotas, 2002. Disponível em: <www.ucpel.tche.br/itepa/informes2/informe_02.doc>. Acesso em: 29 abril 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36-46.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, José de Suza (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 203-246.

WEDIG, Josiane C. A. **Agricultoras e agricultores à mesa**: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEDIG, Josiane C. A.; MARTINS, Viviane S.; MENASCHE, Renata. Plantar, criar, comer: classificações da comida e das pessoas no interior de famílias rurais. In: *Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder*, 8., Florianópolis, 2008. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008, 1 CD-ROM.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

WHITAKER, Dulce C. A. A origem do nosso método. In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 33-98.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 81, p.164-203, 1983.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Unb, 1997.

WOORTMANN, Klass. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, n. 50, p.1-43, 1985.

_____. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p.11-73, 1990.

_____. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W. M. C.; TENSER, C. M. R. (Org.). **Gastronomia: cortes e recortes**. Brasília: Senac, 2006.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Observações sobre a aplicação da entrevista

Nome do entrevistado:

Dia/hora da entrevista:

Tempo de duração:

Local de realização:

Idade:

Local de Origem:

1. Onde vivia a família antes do acampamento?
2. Onde vivia antes era zona rural? Trabalhava com agricultura?
3. Como era a casa no local de origem?
4. Como era o pátio no local de origem?

Motivações e acampamento:

5. Como foi para chegar ao assentamento? Acampou?
6. Quanto tempo ficou no acampamento? (se acampou)
7. Como era morar no acampamento?
8. Como eram os barracos?
9. O que tinha dentro dos barracos? Eram divididos?
10. Porque vieram para esse assentamento?
11. Como era o sorteio das famílias?

Mudança:

12. O que trouxe na mudança quando veio para o assentamento?
13. Quando fizeram a mudança, veio toda a família? Quem se mudou para o assentamento primeiro?

Primeiros tempos:

14. Como foi chegar ao assentamento após a mudança?
15. Como era aqui?
16. Moraram aonde quando chegaram?

17. Foram logo para o lote?
18. Como foi para decidir onde ficaria o lote de cada um?
19. Está no assentamento há quanto tempo? (se trocou de lote ou comprou)

Construção do *lugar*:

20. Como foi para escolher o *lugar* de cada coisa?
21. Como foi para escolher o *lugar* da casa?
22. Onde morou quando se mudou para o lote?
23. O que significa o lote?
24. Mora a quanto tempo nessa casa?
25. O que é fundamental ter dentro de casa?
26. Gosta de morar aqui?
27. Construiu essa casa em etapas? Que etapas?
28. Recebeu ou vai receber reforma (programa habitacional)?
29. O que acha da reforma (programa habitacional)?
30. Recebeu ou vai receber *casa nova* (programa habitacional)?
31. O que acha da *casa nova* (programa habitacional)?
32. O que ainda gostaria de fazer na sua casa?
33. O que significa a casa?
34. O que você tem fora da casa?
35. (Perguntas sobre pátio, horta, jardim, galpão, arvoredos, açude e criação eram feitas a partir das respostas.)
36. Onde fica a horta? O que tem na horta?
37. Onde fica o jardim? Gosta de flores? Que flores tem aqui?
38. Que tipo de arvoredo tem aqui?
39. De onde vieram as mudas (flores, hortaliças, árvores...)?
40. O que ainda gostaria de fazer fora da casa?
41. Moraria em outro *lugar*?

APÊNDICE B – NODE LIST GERADO PELO SOFTWARE NVIVO 2.0

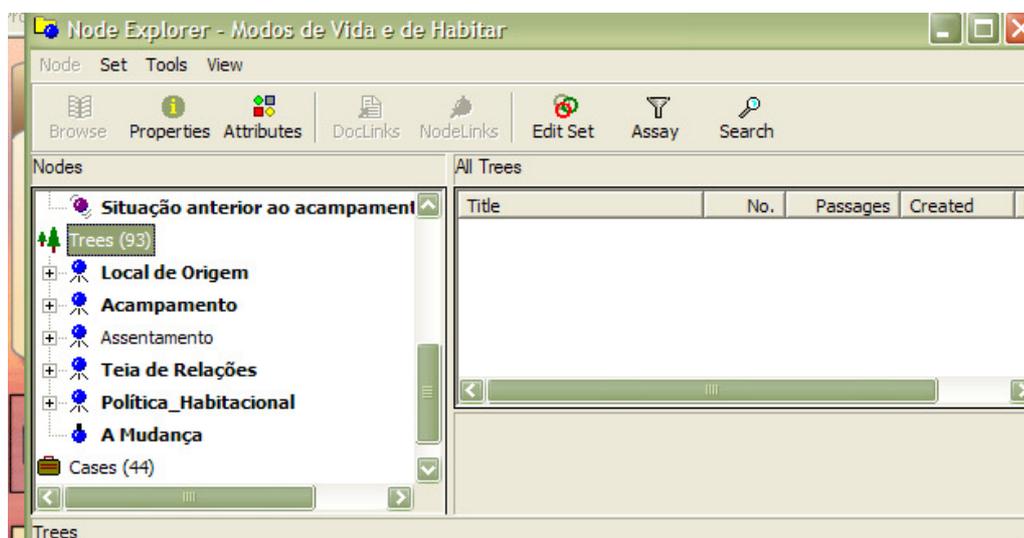


Figura 39 – Interface do Software NVivo 2.0, mostrando os nós principais a partir dos quais foram codificadas os dados coletados na pesquisa.

Fonte: Elaborado e registrado pela autora (MARTINS, V., 2009).

NODE LIST – Gerado em 05 de julho de 2009, com a lista de todos os nós e subnós utilizados para a codificação dos dados coletados na pesquisa:

NVivo revision 2.0.163 Licensee:

Project: Modos de Vida e de Habitar

User: Administrator Date: 5/7/2009 - 18:41:54

NODE LISTING

Nodes in Set: All Tree Nodes

Created: 9/12/2008 - 00:02:45

Modified: 5/7/2009 - 18:32:24

Number of Nodes: 93

- 1 (1) /**Local de Origem**
- 2 (1 1) /Local de Origem/**Casa**
- 3 (1 2) /Local de Origem/**Paisagem**
- 4 (1 3) /Local de Origem/**Pátio**

- 5 (1 4) /Local de Origem/**Família no espaço**
- 6 (1 5) /Local de Origem/**Diferenças**
- 7 (1 6) /Local de Origem/**Trabalho**
- 8 (2) /**Acampamento**
- 9 (2 1) /Acampamento/**Motivação**
- 10 (2 2) /Acampamento/**A família no espaço**
- 11 (2 2 1) /Acampamento/A família no espaço/**não é lugar da família**
- 12 (2 3) /Acampamento/ **Lona**
- 13 (2 4) /Acampamento/ **Lugar de conflito**
- 14 (2 5) /Acampamento/ **Teia de relações**
- 15 (2 5 5) /Acampamento/Teia de relações/ **Sorteio**
- 16 (3) /**Assentamento**
- 17 (3 1) /Assentamento/ **O início**
- 18 (3 2) /Assentamento/ **Reciprocidade**
- 19 (3 2 1) /Assentamento/Reciprocidade/ **Horta**
- 20 (3 2 2) /Assentamento/Reciprocidade/ **Jardim**
- 21 (3 2 3) /Assentamento/Reciprocidade/ **Visitas**
- 22 (3 2 4) /Assentamento/Reciprocidade/ **Usos Coletivos**
- 23 (3 3) /Assentamento/ **Planejamento**
- 24 (3 3 1) /Assentamento/Planejamento/ **planejamento no lote**
- 25 (3 3 1 1) /Assentamento/Planejamento/no lote/ **Pátio**
- 26 (3 3 1 1 1) /Assentamento/Planejamento/no lote/Pátio/ **horta**
- 27 (3 3 1 1 2) /Assentamento/Planejamento/no lote/Pátio/ **ervas medicinais**
- 28 (3 3 1 1 3) /Assentamento/Planejamento/no lote/Pátio / **arvoredo**
- 29 (3 3 1 1 3 1) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Pátio ou terreiro/ arvoredo/ **preparo e cuidados**
- 30 (3 3 1 1 3 2) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Pátio/ arvoredo/ **pomar**

- 31 (3 3 1 1 3 3) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Pátio/ arvoredo/ **quebra-vento e sombra**
- 32 (3 3 1 1 4) /Assentamento/Planejamento/no lote/ Pátio/ **jardim**
- 33 (3 3 1 2) /Assentamento/Planejamento/no lote/ **Lote**
- 34 (3 3 1 3) /Assentamento/Planejamento/no lote/ **Casa**
- 35 (3 3 1 3 1) /Assentamento/Planejamento/no lote/Casa/ **Trajatória**
- 36 (3 3 1 3 1 1) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Lona ou barraco**
- 37 (3 3 1 3 1 2) /Assentamento/ Planejamento/no lote/Casa/Trajatória/ **Galpão**
- 38 (3 3 1 3 1 3) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Casa Madeira**
- 39 (3 3 1 3 1 4) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Casa de Alvenaria**
- 40 (3 3 1 3 1 5) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Reforma e ampliação**
- 41 (3 3 1 3 1 6) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **O que ainda poderia ser diferente**
- 42 (3 3 1 3 1 7) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Casa Nova**
- 43 (3 8 1 5 1 9) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ Casa/ Trajetória/ **Moradia em espaço remanescente da fazenda**
- 44 (3 3 1 4) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ **leite**
- 45 (3 3 1 5) /Assentamento/ Planejamento/ no lote/ **criação**
- 46 (3 3 2) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento
- 47 (3 3 2 1) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ **Sede**
- 48 (3 3 2 2) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ **Lotes e grupos**
- 49 (3 3 2 3) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ **Igrejas**
- 50 (3 3 2 4) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ **Escola**
- 51 (3 3 2 5) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ **Infraestrutura**

- 52 (3 3 2 5 1) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/ Infraestrutura/
Transporte e circulação
- 53 (3 3 2 5 1 1) /Assentamento/ Planejamento/
no assentamento/ Infraestrutura/ Transporte e
circulação/ **atalhos**
- 54 (3 3 2 6) /Assentamento/ Planejamento/ no assentamento/
Cemitério
- 55 (3 3 3) /Assentamento/ Planejamento/ **Condicionantes naturais**
- 56 (3 3 3 1) /Assentamento/ Planejamento/ Condicionantes
naturais/ **Água**
- 57 (3 3 3 1 1) /Assentamento/ Planejamento/
Condicionantes naturais/ Água/ **açude**
- 58 (3 3 3 2) /Assentamento/ Planejamento/ Condicionantes
naturais/ **Terra**
- 59 (3 3 3 3) /Assentamento/ Planejamento/ Condicionantes
naturais/ **Verão-Seca**
- 60 (3 3 3 4) /Assentamento/ Planejamento/ Condicionantes
naturais/ **Umidade e vento**
- 61 (3 3 3 4 1) /Assentamento/ Planejamento/
Condicionantes naturais/ Umidade e vento/ **O tornado**
- 62 (3 4) /Assentamento/ **Tempo**
- 63 (3 5) /Assentamento/ **Lógica e Simbólica**
- 64 (3 5 1) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Importante ter
dentro de Casa**
- 65 (3 5 2) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Significados da
Casa**
- 66 (3 5 3) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Proteções**
- 67 (3 5 4) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Capricho-
embelezamento - prestígio**
- 68 (3 5 5) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **O essencial**
- 69 (3 5 6) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Tamanho da casa**
- 70 (3 5 7) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Gosta de morar
aqui**
- 71 (3 5 8) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Conforto**
- 72 (3 5 9) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ **Repartimento**
- 73 (3 5 9 1) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/
Repartimento/ **quartos**

74 (3 5 9 2) /Assentamento/ Lógica e Simbólica/ Repartimento/ **sala-cozinha**

75 (4) /**Teia de Relações**

76 (4 1) /Teia de Relações/ **Parentesco**

77 (4 1 1) /Teia de Relações/ Parentesco/ **Parentesco no mesmo assentamento**

78 (4 1 2) /Teia de Relações/ Parentesco/ **Parentesco em outros assentamentos**

79 (4 1 3) /Teia de Relações/ Parentesco/ **Parentesco na região**

próxima

80 (4 2) /Teia de Relações/**Compadrio**

81 (4 2 1) /Teia de Relações/Compadrio/**Compadrio local**

82 (4 2 2) /Teia de Relações/ Compadrio/ **Compadrio assentamentos**

83 (4 3) /Teia de Relações/ **Vizinhança**

84 (4 3 1) /Teia de Relações/ Vizinhança/ **região**

85 (4 4) /Teia de Relações/ **Visita**

86 (4 5) /Teia de Relações/ **Distância da família**

87 (4 6) /Teia de Relações/ **Futuro dos filhos**

88 (5) /**Política Habitacional**

89 (5 1) /Política Habitacional/**Reforma**

90 (5 2) /Política Habitacional/**Auxílio Moradia**

91 (5 2 1) /Política Habitacional/ Auxílio Moradia/ **complemento do recurso**

92 (5 3) /Política Habitacional/ **Casa Nova**

93 (6) /**A Mudança**

ANEXO A – DECRETOS DNN 5909**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 1997.****DNN 5909**

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio I", situado no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio I", com área de 1.353,2433 ha (um mil, trezentos e cinqüenta e três hectares, vinte e quatro ares e trinta e três centiares), situado no Município de Herval, objeto dos Registros nºs 7.489, fls. 174, do Livro 3-I; 7.490, fls. 174 e 174v, do Livro 3-I; 7.491, fls. 175 e 175v, do Livro 3-I e 7.492, fls. 176, do Livro 3-I, do Cartório de Registros Públicos da Comarca de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.10.1997

ANEXO B – DECRETO DNN 5905**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 1997.****DNN 5905**

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio II", situado no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda São Virgílio II", com área de 311,4540 ha (trezentos e onze hectares, quarenta e cinco ares e quarenta centiares), situado no Município de Herval, objeto do Registro nº 3.978, fls.01, Livro 2, do Cartório do Ofício de Registros Públicos da Comarca de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.10.1997